

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias



PRESENCAS FERAIS

Invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil
Meridional em perspectiva antropológica



Porto Alegre
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias

PRESENÇAS FERAIS

Invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil
Meridional em perspectiva antropológica

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Lewgoy

Porto Alegre
2017

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias

PRESENCAS FERAIS

Invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil
Meridional em perspectiva antropológica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Bernardo Lewgoy.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk (Antropologia, UnB)

Prof. Dr. Jean Segata (Antropologia, UFRGS)

Prof. Dra. Lorena Cândido Fleury (Sociologia, UFRGS)

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche (Antropologia, UFSC)

Defendido em 31/03/2017. Aprovado com louvor.

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Caetano Kayuna Sordi Barbará
Presenças Ferais: Invasão biológica, javalis
asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil
Meridional em perspectiva antropológica / Caetano
Kayuna Sordi Barbará Dias. -- 2017.
322 f.

Orientador: Bernardo Lewgoy.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Invasão Biológica. 2. Javali Asselvajado
Europeu. 3. Sociedade e Ambiente. 4. Relações Humano-
Animais. 5. Caça e manejo. I. Lewgoy, Bernardo,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria sido possível sem o investimento da sociedade brasileira em pesquisa e educação superior. Agradeço, neste sentido, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiaram integralmente esta pesquisa por meio de duas bolsas de que fui beneficiário e de um edital de apoio científico e tecnológico.

Da mesma maneira, a tese não teria se concretizado sem os caminhos abertos em Livramento e região por Raul Paixão Coelho e Eridiane Lopes da Silva, a quem sou imensamente grato pela oportunidade de acompanhá-los em seu trabalho. A Raul e sua família, em particular, dedico um agradecimento especial. O mesmo para La Hire, Anahí, Tiago, Marcelo, Alexandre, Luiz Cláudio, Lorena, Zeca, Marco, Eli, Eduardo e muitos outros que se dispuseram a dividir comigo suas experiências de contato com o javali e me ensinaram muito sobre a Campanha e seus modos de habitá-la. À Virgínia, pelas frutíferas conversas que tivemos e seus generosos esclarecimentos.

Ao Bernardo Lewgoy, agradeço pela nossa longa relação de orientação, amizade e mútuo incentivo intelectual. Saúdo os colegas e amigos adquiridos durante a pós-graduação, em especial a turma de Doutorado do PPGAS/UFRGS 2013. Também agradeço aos parceiros de mais longa data nas ciências sociais e na antropologia, como Stéphanie Bexiga, Renan Santos, Rodrigo Toniol, Rodrigo Dornelles, Luana Emil, Natália Silveira e Eliane Lima. Ao Bruno Morche por sua presença duradoura e constante. Ao Joel Ellwanger pelas interessantes conversas e sugestões. Ao Marcos Andrade Neves, pelos mesmos motivos, ainda que à distância. À Natacha Leal pelas convergências entre os nossos trabalhos. Ao Victor Ricardini e ao pessoal da Ciência em Mapas pelo auxílio cartográfico. Às demais integrantes do Espelho Animal, de ontem e de hoje – Ivana Teixeira, Priscila Borges, Érica Pastori, Marília Floor, Caroline Gonçalves, Liziane Matos, Viviane Gauer e Elisa Oberst - sou grato pela caminhada decorrida até aqui. Agradeço também ao Jean Segata, a quem saúdo e felicito por sua recente vinda a Porto Alegre.

Aos demais docentes do PPGAS/UFRGS agradeço pela generosidade na partilha do conhecimento, sobretudo os professores Ruben Oliven, Ondina Leal, Ceres Victora, Patrice Schuch, Cláudia Fonseca, Carlos Steil, Daniela Knauth e Maria Eunice Maciel, com quem tive a oportunidade de cruzar em sala de aula durante a pós-graduação. À Fabíola Rohden e à Flávia Rieth, agradeço pela criteriosa leitura e apreciação da qualificação. Sou imensamente grato aos secretários do PPGAS/UFRGS, Rosimeri e Alexandre, assim como aos colegas professores e aos alunos da Universidade de Caxias do Sul. À Lorena Fleury, pela sua participação na banca avaliadora. À Luciana Balbuena, pela revisão técnica e linguística do manuscrito.

Vários argumentos desta tese se devem à interação com colegas e professores de outras universidades, com os quais tive a oportunidade de debater em situações formais e informais: Carlos Sautchuk, Guilherme Sá, Cimea Bevilaqua, Felipe Vander Velden, Fábio Mura, Jeremy Deturche, Ludovic Coupaye, Letícia Cesarino, Gabriel Coutinho, Antônio Ruas, Alessandro de Oliveira, Eduardo Di Deus, Fabiano Bechelany, Graciela Froehlich, Guilherme Fagundes, Júlia Brussi, Lucas Marques, Pedro Stoecki, Simone Soares, Thiago Cardozo, Eric Barreto. A todos eles, meu profundo agradecimento.

Durante seis meses, pude desfrutar da companhia e do estímulo de pessoas fascinantes, que fizeram da estadia em Aberdeen e no Reino Unido uma experiência muito produtiva. Em especial, David Anderson, Andrew Whitehouse, Peter Looovers, Dmitry Arzyutov, Laura Siragusa, Paolo Gruppuso, Germain Meulemans, Christine Moderbacher, Sebastián Pelayo, Francesca Marin, João Loguercio, Vanessa Zamboni, Christopher Ward e Mahesa Bhawanin. A Tim Ingold, agradeço pela oportunidade do estágio, sua orientação durante o período e sua grande generosidade intelectual. À Aina Azevedo, por ser família lá.

À minha família andaluza - Bárbara, David, Sebastián e Pilar - agradeço pelas duas oportunidades em que me acolheram durante esta pesquisa. Ao Diego, pelas nossas ressonâncias, suporte e acolhimento.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares e amigos por seu apoio e incentivo, em especial às minhas tias Rosana e Isamara, meus padrinhos Carlos e Maoris, minha avó Colorinda e minhas primas-irmãs. Também agradeço à Vera, sem a qual nada disso teria sido possível. *In memoriam*, dedico esta tese aos meus pais, Ieda e Gustavo, assim como ao meu avô José, que não conheci, mas que muito me auxiliou nesta pesquisa por meio da sua biblioteca de temas meridionais.

Esta tese contou com o apoio do CNPq através projeto de pesquisa “Antropologia e espécies animais exóticas: o caso do javali europeu asselvajado no Brasil” (processo 459757/2014-8) e da CAPES por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), realizado junto à Universidade de Aberdeen, Escócia, Reino Unido, entre agosto de 2015 e fevereiro de 2016 (processo 1510/2015-00).

RESUMO

Presenças Ferais: invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus scrofa*) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica

Esta tese examina as reações sociais ao processo de invasão biológica conduzido pelo javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) e seus cruzamentos com porcos domésticos, ou “javaporcos”, no Brasil Meridional desde um ponto de vista antropológico. Atualmente, esta espécie figura entre os cem piores organismos invasores do mundo conforme o painel sobre invasões biológicas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês). Presente no Brasil desde o final da década de 1980, o javali tem provocado inúmeros danos ao meio ambiente e à produção agropecuária, o que levou o Ministério do Meio Ambiente a decretar sua nocividade e a autorizar sua captura e abate em todo território nacional, por tempo indeterminado. Na região onde a etnografia se concentrou, conhecida como Campanha gaúcha, os suínos asselvajados têm protagonizado ataques ao rebanho ovino, o que os alçou à condição de inimigos da pecuária local. Partindo deste conflito e das negociações estabelecidas entre agentes públicos, proprietários rurais e controladores voluntários, a tese rastreia as controvérsias hoje vigentes no país a respeito do *Sus scrofa*, bem como as escolhas técnicas efetuadas na região tendo em vista seu controle e manejo. Da mesma maneira, examina os impactos da presença do javali na Campanha gaúcha a partir das relações e analogias estabelecidas pelos agentes locais entre este e outros problemas que afetam o seu cotidiano, como: demais processos de invasão biológica que afetam o bioma Pampa, o declínio socioeconômico da pecuária sulina e o abigeato fronteiriço. Por fim, a tese também analisa os novos contextos de biossegurança produzidos no Brasil a partir da legalização do abate do animal, sob o prisma do conceito antropológico de sacrifício. No plano teórico, a tese se guia pelo conceito de feralidade, nela empregado para refletir sobre a resistência da espécie às tentativas humanas de domesticá-la.

Palavras-chave: Antropologia; Invasão Biológica; Javali Asselvajado Europeu; Manejo; Caça; Brasil Meridional

ABSTRACT

Feral Presences: biological invasion, wild boar (*Sus scrofa*) and its contexts in Southern Brazil from an anthropological perspective

This thesis examines the social reactions to the biological invasion process of European wild boar (*Sus scrofa*) and their breed with domestic pigs, known as "javaporcos", in southern Brazil from an anthropological perspective. Currently, this species is among the top one hundred worst invasive species in the world, according to the panel on biological invasions of the International Union for Conservation of Nature (IUCN). Present in Brazil since the late 1980s, the boar has caused countless damage to the environment and agricultural production, which led the Ministry of Environment to declare it a harmful animal and to allow its capture and slaughter throughout the country, indefinitely. In the region where the ethnography was focused, known as *Campanha gaúcha*, feral swine have attacked the sheep, which made them enemies of the local ranching community. From this conflict and the negotiations between government officials, landowners and volunteer controllers, the thesis traces the current controversy in the country regarding *Sus scrofa*, as well as the technical choices made in the region to control and manage it. Similarly, the thesis examines the impact of the presence of boars in the *Campanha gaúcha* region, based on the relationships and analogies established by local agents between this and other issues that affect their daily lives, such as other biological invasion process that affect the *Pampa* biome, the socio-economic decline of the southern livestock raising industry and livestock raiding at the borders. Finally, the thesis also analyzes new biosecurity contexts created in Brazil after the slaughter of the animal was authorized, from the perspective of the anthropological concept of sacrifice. Theoretically, the thesis is guided by the concept of ferality, thus used to reflect upon the resistance of the species to human attempts to domesticate it.

Keywords: Anthropology; Biological Invasion; European Wild Boar; Southern Brazil

RESUMEN

Presencias Fieras: invasión biológica, jabalíes salvajes (*Sus scrofa*) y sus contextos en el Brasil Meridional en perspectiva antropológica

Esta tesis examina desde una perspectiva antropológica las relaciones sociales derivadas del proceso de invasión biológica protagonizado por el jabalí salvaje europeo (*Sus scrofa*) y su cruce con cerdos domésticos o “javacerdos” en el Brasil Meridional. Actualmente, esta especie se encuentra entre los cien peores organismos invasores del mundo, de acuerdo al panel sobre invasores biológicos de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (IUCN, sigla en inglés). Presente en Brasil desde finales de los años 1980, el jabalí ha provocado inúmeros daños al medio ambiente y a la producción agropecuaria, circunstancia que ha llevado al Ministerio de Medio Ambiente a decretar su nocividad y a autorizar su captura y abatimiento en todo el territorio nacional por tiempo indeterminado. En la región dónde se ha llevado a cabo el estudio etnográfico, conocida como *Campanha gaúcha*, los cerdos salvajes han protagonizado ataques a la cultura ovina, escenario que les ha valido el título de enemigos de la ganadería local. Partiendo de este conflicto y de las negociaciones establecidas entre los agentes públicos, los propietarios rurales y controladores voluntarios, la tesis aquí desarrollada rastrea las controversias actualmente vigentes en nuestro país en relación al *Sus scrofa* y las elecciones técnicas efectuadas en la región teniendo en cuenta su control y manejo. Además, examina los impactos de la presencia del jabalí en la *Campanha gaúcha* a partir de las relaciones y analogías establecidas por los agentes locales y otros problemas que afectan a su cotidiano, como procesos de invasión biológica o declive socioeconómico de la pecuaria sureña y el furtiveo en la frontera. Por último, la tesis analiza los nuevos contextos de bioseguridad producidos en Brasil a partir de la legalización del abatimiento del animal bajo el concepto antropológico de sacrificio. En el plano teórico, este trabajo se orienta bajo el concepto de fiereza, en ella utilizado para pensar la resistencia de la especie a las tentativas humanas de domesticarla.

Palabras-clave: Antropología; Invasión Biológica; Jabalí Salvaje Europeo; Brasil Meridional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Invasões biológicas e o javali como espécie exótica invasora	19
Seguir a ovelha	33
A fronteira e algumas questões metodológicas	35
Estrutura da tese	38
1 - Javalis da discórdia: o <i>Sus scrofa</i> e suas controvérsias no Brasil	40
1.1 – Objetos indisciplinados e suas resistências	52
1.2 – Breve história do <i>Sus scrofa</i> , um animal limítrofe	56
1.3 – A querela dos urbanos e dos rurais	64
1.4 – Configurações legais: “botar a mão no bicho”	70
1.5 – Domesticar a caça e o caçador	75
1.6 – O javali na Grã-Bretanha: à guisa de comparação	80
Caderno de imagens – Capítulo 1	85
2 – Javalis na Campanha: paisagem, ressonâncias e fricções	90
2.1 – A temporalidade da paisagem I: ritmo e ressonância	99
2.2 – A temporalidade da paisagem II: tensão e fricção	103
2.3 – “Falta gente que saiba tosquiá”	107
2.4 – Ideologia pastoril, questão meridional e panaceias do desenvolvimento	119
2.5 – O campo basáltico e a resistência do liso	127
2.6 – Frigoríficos, lanifícios e outras ruínas na cidade do “já teve”	134
Caderno de imagens – Capítulo 2	151
3 – Javalis abigeatários: fronteira, predação e captura	162
3.1 – Dispositivos e escolhas técnicas	170
3.2 – Seguindo a metáfora I: “o javali trabalha com o dente”	177
3.3 – Seguindo a metáfora II: a linha e seus entes dobre chapa	189
3.4 – Negociar a captura: questões preliminares	197
3.5 – Tecer e animar a rede: confiança e negociações	201
3.6 – Abate doméstico e abate selvagem	213
Caderno de imagens – Capítulo 3	220

4 – Javalis explicados: sacrifício, ecologias suínas do risco e biossegurança	233
4.1 – As arúspices do Cerro Chato	236
4.2 – Consumo e risco	244
4.3 – O javali e as lógicas da biossegurança	250
4.4 – Geopolíticas e biopolíticas do javali	256
4.5 – O espectro da febre aftosa	266
4.6 – <i>Cutting the meshwork</i>	273
Caderno de imagens – Capítulo 4	278
CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
REFERÊNCIAS	291
Apêndice 1: Subespécies do <i>Sus scrofa</i> e sua distribuição original.....	314
Apêndice 2: Compilações demográficas e socioeconômicas	315
Apêndice 3: Lista de animais e plantas	321

LISTA DE FIGURAS

Mapas

MAPA 1: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO IBIRAPUITÃ. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.	18
MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO FERAL DE SUS SCROFA NO TERRITÓRIO NACIONAL POR MUNICÍPIO (2015). (EXTRAÍDO DE PEDROSA ET AL. 2015).....	63
MAPA 3: MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL, CF. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.	124
MAPA 4: COMPOSIÇÃO ROCHOSA DO SOLO NA REGIÃO DA APA DO IBIRAPUITÃ. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.	128
MAPA 5: ECOSISTEMAS DO BIOMA PAMPA BRASILEIRO. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.	129
MAPA 6: LINHA DE FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI COM SUAS CIDADES-GÊMEAS ASSINALADAS. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: CIÊNCIA EM MAPAS, VICTOR RICARDINI.	191
MAPA 7: ZONAS LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA NO MUNDO, SEGUNDO A OIE (2016). FONTE: HTTP://WWW.OIE.INT/ANIMAL-HEALTH-IN-THE-WORLD/OFFICIAL-DISEASE-STATUS/CLASSICAL-SWINE-FEVER/MAP-OF-CSF-OFFICIAL-STATUS/ , CONSULTADO EM 15 DE JANEIRO DE 2017.	252
MAPA 8: ZONEAMENTO DO BRASIL PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA CONFORME A OIE (2016). FONTE: IDEM, IBIDEM.....	253

Tabelas

TABELA 1: RANKING DE MUNICÍPIOS DE ACORDO COM A RENDA INTERNA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO NA RENDA INTERNA ESTADUAL (1939). FONTE: FEE.	138
TABELA 2: RANKING DE MUNICÍPIOS GAÚCHOS DE ACORDO COM PRODUTO INTERNO MUNICIPAL (PIB) E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (2014). FONTE: FEE.	148

Quadros

QUADRO 1: MÉTODOS DE TOSQUIA DE OVELHAS. DESENHO DO AUTOR.	113
QUADRO 2: TOTAL DO EFETIVO DE REBANHO OVINO POR ESTADO (1975-2013). FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO E PPM, IBGE. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.....	145
QUADRO 3: TOTAL DO EFETIVO DE REBANHO OVINO POR MUNICÍPIO (1974-2009). FONTE: PPM, IBGE. ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA: VICTOR RICARDINI.	146
QUADRO 4: CLASSIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CAPTURA DO JAVALI ENTRE DISTÚRBO E DISFARCE (CF. MARVIN, 2006) E DE ACORDO COM SUA LEGALIDADE (CF. LEIS 5.197/1967 E 9.605/1998).....	208
QUADRO 5: ESQUEMA GRÁFICO DE JAULA-CURRAL (ESTÂNCIA RENASCENÇA, SANTANA DO LIVRAMENTO). DESENHO DO AUTOR.....	210
QUADRO 6: ESQUEMA DOS MÉTODOS DE CAPTURA E ABATE RECOMENDADOS PELOS GESTORES AMBIENTAIS. DESENHO DO AUTOR.....	211
QUADRO 7: CLASSIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE CAPTURA E ABATE DO JAVALI ENTRE OS EIXOS DE DISTÚRBO E DISFARCE, ABATE SELVAGEM E DOMÉSTICO (MARVIN, 2006).....	217
QUADRO 8: O HÍBRIDO E O FERAL. DESENHO DO AUTOR.	289

Gráficos

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS FORMADORES DA APA DO IBIRAPUITÃ (1970-2010). FONTE: IBGE.....	116
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE JOVENS (15-29 ANOS) NA POPULAÇÃO TOTAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO E DO RIO GRANDE DO SUL (1970-2010). FONTE: IBGE.	117
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS QUATRO MUNICÍPIOS FORMADORES DA APA DO IBIRAPUITÃ E DO RIO GRANDE DO SUL (1970-2010). FONTE: IBGE.	118
GRÁFICO 4: PORCENTAGEM DE HOMENS E MULHERES NA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO E DO RIO GRANDE DO SUL (2010). FONTE: IBGE.....	119
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO POR SETOR (1939-2014). FONTE: FEE.	148

LISTA DE SIGLAS

Agaja	Associação Gaúcha de Controle do Javali Asselvajado
APA	Área de Proteção Ambiental
ALRS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
Conabio	Comissão Nacional da Biodiversidade
CR	Certificado de Registro
CTF	Cadastro Técnico Federal
Defra	<i>Department for Environment, Food and Rural Affairs of the United Kingdom</i>
DFPC	Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados
EEI	Espécie Exótica Invasora
Farsul	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
Fepam	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FGCT	Federação Gaúcha de Caça e Tiro
FMD	<i>Foot and Mouth Disease</i>
GT	Guia de Tráfego
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
ISSG	<i>Invasive Species Specialists Group</i>
ITN	Instrução Técnico-Normativa
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
IVZ	Inspetoria Veterinária e Zootécnica
LACT	Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica
MGAP	<i>Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de Uruguay</i>
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIE	Organização Internacional de Saúde Animal (antes Epizootias)
ONG	Organização Não-Governamental
OOO	<i>Object-Oriented Ontology</i>
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PHEFA	Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro

Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSC	Peste Suína Clássica
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RC Mec	Regimento de Cavalaria Mecanizada
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
Sema	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Santana do Livramento
SNAP	<i>Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Uruguay</i>
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SVO	Serviço Veterinário Oficial
UC	Unidade de Conservação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul



Comecemos com aquele que, dentre todos os grandes animais domesticados, mais se assemelha a uma erva daninha: o porco (...). Com uma abundância de alimentos, os porcos podem proliferar com a velocidade do dinheiro aplicado a altos juros.

Alfred Crosby, *Imperialismo ecológico* (2011, p. 184)

Consideremos, antes de tudo, esta situação comprometedora: a posição fronteiriça da Província.

Carlos Dante de Moraes, *Figuras e ciclos da história rio-grandense* (1959, p. 146).

INTRODUÇÃO

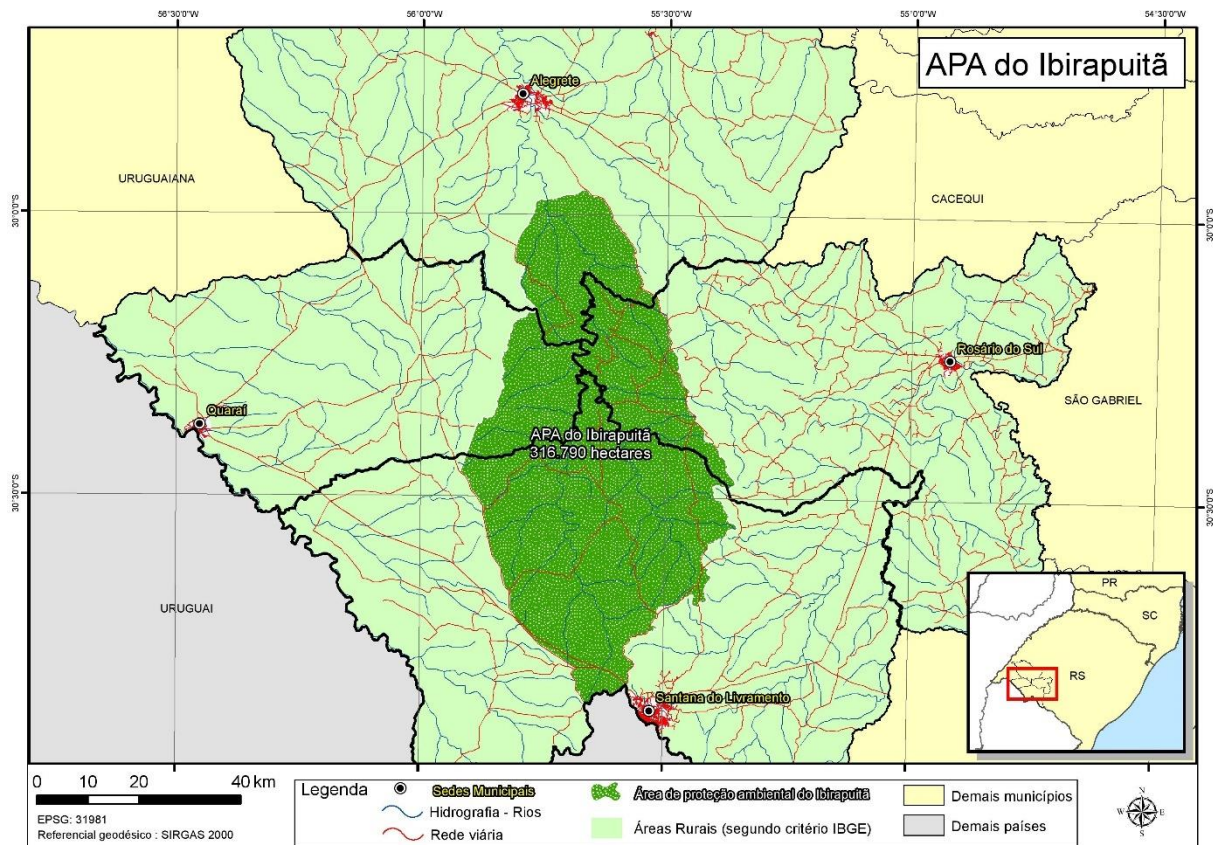
Esta tese examina as reações sociais ao processo de invasão biológica conduzido por suínos de vida livre da espécie *Sus scrofa* no sul do Brasil a partir de uma perspectiva antropológica. Etnograficamente, ela versa sobre o conflito entre humanos e suínos – isto é, javalis europeus e suas cruzas com porcos domésticos, também conhecidos como “javaporcos” - desde um setor da região conhecida como Campanha Gaúcha¹ ou Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Em especial, desde o interior e as adjacências da Área de Proteção Ambiental (APA)² de uso sustentável do Ibirapuitã, localizada entre os municípios de Santana do Livramento, Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí.

Esta é a única unidade de conservação (UC) federal do bioma Pampa, compreendendo uma área de 316.882,42 hectares sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Seu território é constituído por propriedades rurais de pequeno, médio e grande porte, de ordinário dedicadas à pecuária bovina e ovina. A lavoura de arroz e soja, assim como a agricultura familiar, também se fazem presentes, ainda que de forma minoritária. Criada por decreto da Presidência da República em 1992, a APA do Ibirapuitã corresponde à porção superior da bacia hidrográfica do rio que lhe dá nome. Este, depois de receber as águas de diversos córregos, arroios e nascentes localizados no interior da UC, deságua no Rio Ibicuí alguns quilômetros a noroeste do núcleo urbano de Alegrete. A partir

¹ Historicamente, o termo “Campanha” se refere ao extremo sudoeste do Rio Grande do Sul, ainda que de forma imprecisa e variada. Conforme Farinatti (2007, p. 20), “o mais comum (...) tem sido chamar assim a região sudoeste do Rio Grande do Sul, junto à fronteira do Brasil com o Uruguai, em uma faixa que, partindo do limite nacional, alarga-se para o norte até encontrar o rio Ibicuí, no centro do território da província”. Na divisão territorial do IBGE, a mesorregião do sudoeste rio-grandense se divide nas microrregiões da Campanha ocidental, central e meridional. Esta primeira, no entanto, engloba municípios que se encontram ao norte do Ibicuí, como Itaqui e São Borja, ao passo que esta última deixa de incorporar outros que poderiam ser considerados historicamente incluídos pela Campanha, como Herval. Entendo, no entanto, que essas imprecisões geográficas são etnograficamente relevantes e produtivas, já que apontam para certa dinamicidade da paisagem agrária gaúcha. Ainda neste sentido, cabe ressaltar que, na região estudada, “Campanha” também designa o espaço rural em oposição ao urbano, assim como as expressões “lá fora” e “pra fora”.

² De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APAs são unidades de conservação de uso sustentável, “dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Tem por objetivo “proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. São formadas por áreas públicas e privadas, não se caracterizando, portanto como unidades de proteção integral como Parques Naturais, Reservas e Estações Biológicas (Definição disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/unidades-de-conservacao/categorias>, consultado em 02/06/2015).

daí, estas águas correm de leste a oeste até finalmente encontrarem o Rio Uruguai, uma das principais artérias fluviais da macrobacia platina e que serve de divisa natural entre o Brasil e a República Argentina.



Mapa 1: Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

Assim situada (mapa 1), a área desde a qual a tese se desenvolve corresponde ao coração do Pampa rio-grandense e a uma das parcelas mais bem preservadas de seus ecossistemas de campos naturais, os quais, por séculos, sustentaram um sistema agrário baseado na pecuária extensiva e no predomínio da grande propriedade pastoril³. Como colocam Pereira et al. (2016, p. 192), esta “paisagem cultural que se configura a partir da produção pecuária, sua origem, manutenção e perpetuação” extrapola os limites políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil e

³ Antes da chegada dos europeus, a região era povoada por grupos indígenas como os guaranis, minuanos e charruas. Sua anexação ao Brasil se deu na década de 1810, quando D. João VI enviou o “exército pacificador” para intervir na região da Cisplatina (atual Uruguai). A partir de 1814, o Marquês do Alegrete, então governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, iniciou a distribuição de sesmarias na região, favorecendo os membros desta expedição militar (Farinatti, 2007; Montebianco, 2013).

abrange também territórios pertencentes aos países vizinhos, conformando uma área cultural que Ondina Leal (1997) denomina de “o Sul”.

De todo modo, emprego o termo *desde* para destacar o fato de que, não obstante a concentração da pesquisa nessa área geográfica, os processos de invasão biológica em geral - e aquele conduzido pelo *Sus scrofa* em específico - se configuram como uma questão emergente de escala global. Consideradas como a segunda maior ameaça à biodiversidade da Terra, perdendo apenas para a ação humana direta sobre os ambientes e habitats naturais (Brasil, 2006), as espécies ou organismos invasores apresentam desafios analíticos, políticos e éticos que transcendem o escopo das ciências biológicas e agrárias, o que vem demandando maior atenção também por parte das ciências humanas e sociais.

Invasões biológicas e o javali como espécie exótica invasora

De acordo com sua definição mais habitual, um processo de invasão biológica ocorre quando “indivíduos de uma espécie não-nativa são introduzidos com assistência humana em uma região e logram estabelecer uma população duradoura” (Simberloff, 2013, p. 2). Se esta população passa a exercer impactos negativos sobre o ambiente receptor, a espécie é então classificada como *exótica invasora* (doravante, EEI). Por si só, a migração de espécies de uma região a outra do planeta não é um fenômeno necessariamente nocivo. Ao contrário, a movimentação de organismos e suas populações é um dos fenômenos que determinaram, e continuam a determinar, a história da vida na Terra.

Todavia, a intensa mobilidade humana ocorrida nos últimos séculos acelerou a mobilidade biológica em um grau sem precedentes. De acordo com o geógrafo norte-americano Alfred Crosby (2011), a expansão do ocidente entre os séculos XV e XIX “suturou as cicatrizes de Pangeia”, aproximando ecologias muito distintas umas das outras e segregadas por milênios de dispersão evolutiva. Para Townsend et al. (2010, p. 518):

Os biólogos da conservação estão particularmente preocupados com os efeitos das espécies introduzidas sobre comunidades ricas em espécies endêmicas (i.e., espécies que não vivem em nenhum outro lugar do mundo). Na verdade, uma das principais causas da enorme biodiversidade existente no mundo é a ocorrência de centros de endemismo, fazendo com que habitats semelhantes presentes em diferentes partes do mundo sejam ocupados por diferentes grupos de espécies que evoluíram nestes locais. Se todas as espécies tivessem acesso a qualquer lugar do planeta, poderíamos esperar que um número relativamente pequeno de espécies bem-sucedidas se tornasse dominante em cada bioma. O grau no qual essa homogeneização pode ocorrer naturalmente está restrito pelo poder limitado de dispersão da maioria das espécies

frente às barreiras físicas que as dificultam. Através das oportunidades de transporte oferecidas pelo homem, essas barreiras têm sido rompidas por um número cada vez maior de espécies exóticas. O efeito das introduções tem sido a conversão de comunidades locais compostas por uma diversidade enorme de espécies em algo muito mais homogêneo.

Neste sentido, é difícil dissociar o problema da invasão biológica de seu componente antrópico, o que aproxima a questão das EEIs de outros grandes problemas ambientais atuais, como o aquecimento global⁴. Nas atuais discussões sobre a datação do Antropoceno⁵, por exemplo, alguns autores defendem que a expansão marítima europeia é o critério mais apropriado para se delimitar o ponto em que o impacto da humanidade sobre a Terra ganhou escala verdadeiramente geológica, haja vista o papel das grandes navegações e da mundialização da economia na dispersão de organismos sobre o globo (Lewin; Maslin, 2015). Em outros termos, sem o auxílio do imperialismo e sua tecnologia, seres vivos outrora confinados aos limites de seus habitats naturais jamais teriam superado barreiras geográficas virtualmente intransponíveis, como oceanos e grandes cordilheiras.

Por outro lado, a preocupação com seres vivos nocivos ou indisciplinados é bem mais antiga que o nascimento da crítica ecológica, como bem revela o tema bíblico da praga e os julgamentos medievais de animais considerados daninhos, criminosos ou diabólicos (Thomas, 2010). Na década de 1830, John Henslow (1796-1861) e Hewett Watson (1804-1881) realizaram uma pioneira tentativa de definição geográfica da flora britânica, no que se considera a primeira distinção científica entre biota nativa e biota exótica (Smout, 2011). Nesta mesma época, Charles Darwin (1809-1882) registrava em seus diários de bordo do *Beagle* o impacto causado pelo cardo espanhol nas pradarias argentinas, cuja avassaladora expansão o naturalista atribuiu corretamente à introdução do gado europeu (Crosby, 2011)⁶. Muito embora o termo “invasão” já fosse empregado por esta primeira geração de pesquisadores, o estabelecimento da biologia das invasões como um campo científico autônomo teve de esperar cerca de um

⁴ Mesmo assim, biólogos das invasões discordam se a antropogenia é um traço essencial ou acidental das definições científicas de invasão biológica e EEI (Valéry et al., 2008). De um ponto de vista sociológico, este é outro ponto de aproximação entre o problema das EEIs e a questão do aquecimento global, sobre a qual também incidem controvérsias a respeito de seu componente antrópico (Latour, 2013; Danowski; Viveiros de Castro, 2014).

⁵ O termo Antropoceno foi empregado pela primeira vez por Crutzen e Stoermer (2000) para propor a existência de um novo período geológico na história planetária, marcado pela influência da ação humana sobre os processos bióticos e abióticos do Planeta. Mais recentemente, o conceito tem sido apropriado pelas humanidades sob a forma de um enquadramento transcendental para fenômenos socioambientais contemporâneos (Latour, 2013; Viveiros de Castro, 2014; Picq, 2016). Para uma revisão extensiva do conceito e sua aplicação na antropologia, ver Froelich (2016, p. 33-42).

⁶ Darwin também se impressionara com as transformações produzidas pela biota europeia na Austrália (Picq, 2016).

século até a publicação do clássico *The ecology of invasions by animals and plants* (1958), do ecólogo e zoólogo britânico Charles Sutherland Elton (1900-1991).

Fruto de duas conferências de rádio proferidas pelo autor para a BBC, este livro é repleto de metáforas militares e exortações apaixonadas ao combate às EEIs, o que coaduna com a atmosfera de paranoia dos primeiros anos da Guerra Fria. Paralelamente à consolidação da biologia das invasões, o conceito de diversidade biológica ou biodiversidade⁷ foi ganhando forma e expressão institucional, tornando-se a principal bandeira da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) entre os anos 1970 e 1980. Em 1992, durante Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente do Rio de Janeiro, publicou-se a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que obriga em seu artigo 8º os países signatários a “impedir que se introduzam” e a “controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies” (Brasil, 2006).

Já o decreto 2.519 de 16 de março de 1998, que regulamenta a CDB no Brasil, recomenda o enfrentamento dos casos de invasão biológica a partir do princípio de precaução, segundo o qual “a falta de certeza científica não deve ser usada como justificativa para prorrogar ou deixar de implementar ações de erradicação, contenção ou controle” (Oliveira; Pereira, 2010, p. 175). Em 2006, o Ministério do Meio Ambiente instituiu uma Câmara Técnica Permanente sobre EEIs, resultado de esforços interinstitucionais que vinham sendo conduzidos pelo órgão desde 2001. O principal produto desta Câmara Técnica foi a “Estratégia Nacional para EEIs”, aprovada pela resolução n. 5 de 21 de outubro de 2009 da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio). Mesmo assim, Oliveira e Machado (2009, p. 378-379) identificam uma “dispersão dos instrumentos legais e normativos aplicados à matéria”, marcada “pela sobreposição espacial da atuação de várias instituições de fiscalização”. Longe de ser uma particularidade brasileira, essa dispersão se repete em muitos países do mundo, dado o paradoxo envolvido na regulação de seres que ignoram as fronteiras e limites estabelecidos pela sociedade humana (Bevilaqua, 2013).

Apesar da desarticulação entre as diversas iniciativas voltadas para a questão, Oliveira e Machado (2009, p. 373) assinalam um “expressivo e crescente” número de ocorrências de

⁷ De acordo com a definição da Convenção da Diversidade Biológica (CDB, Brasil, 2006, p. 9), biodiversidade “significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”. Neste sentido, o conceito não abrange apenas a variedade de espécies, mas também no nível genético e ecossistêmico (Picq, 2016; Wilson, 2012).

bioinvasões no Brasil, resultando num prejuízo estimado de 50 bilhões de dólares à economia brasileira. Dentre os casos mais notáveis de invasão biológica no país, destacam-se o mexilhão dourado (*Limnoperma fortunei*), o molusco gigante africano (*Achatina fulica*), as árvores do gênero *Pinus* e a gramínea conhecida no Rio Grande do Sul como capim-annoni (*Eragrostis plana* Nees). Junto a eles, o javali asselvajado europeu e suas cruzas com o porco doméstico figuram entre as principais EEIs reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2006), o que reforça seu lugar entre os “cem piores organismos invasores do mundo” de acordo com o Grupo de Especialistas em Espécies Invasoras (ISSG, na sigla em inglês) da IUCN (Lowe et al., 2004).

Até mesmo em sua zona de distribuição original, que abrange praticamente toda a massa continental eurásiana, norte da África, Japão e ilhas do sudeste asiático, o javali é considerado uma espécie potencialmente problemática e causadora de conflitos entre humanos e vida selvagem, como bem atestam os casos do Reino Unido (Gouldin, 2011; Defra, 2008), Portugal (Torres et al., 2012) e Itália (Marsan et al., 1995; Meriggi et al., 2016). Nas Américas, o *Sus scrofa* tem protagonizado queixas de danos à agricultura e ao meio ambiente na Argentina (Ballari et al., 2014), Chile (Skewes et al., 2012; Skewes; Jacksic 2015) e Uruguai (Lombardi et al., 2007). Nos Estados Unidos, os suínos ferais se espalham por 39 dos 50 estados e se estima que a espécie cause 500 milhões de dólares de prejuízo anual apenas no Texas (Nordrum, 2014). A Oceania, um foco clássico de invasão biológica devido ao seu isolamento geográfico⁸, também registra conflitos entre humanos e suídeos asselvajados, referidos como *razorbacks* na Austrália e *cookers* na Nova Zelândia (Mc Ilroy, 1989; Hone, 2002)⁹.

No Brasil, à parte dos danos causados ao ambiente natural, o comércio sexual do javali com o porco doméstico tem suscitado preocupações por parte do Ministério da Agricultura e do Serviço Veterinário Oficial (SVO)¹⁰. Estas consternações são mais salientes na Região Sul, onde a suinocultura representa um dos ramos mais importantes do agronegócio. Em maio de

⁸ Quanto a isso, cabe notar que ilhas e territórios isolados por acidentes geográficos como grandes cordilheiras são considerados mais vulneráveis a invasões biológicas (Wilson, 2012; Simberloff, 2013). A Austrália, em particular, protagoniza um sem número de invasões biológicas. Acredita-se que a primeira grande introdução antrópica tenha ocorrido lá, com a disseminação do cão asselvajado australiano, ou *dingo*, a partir das ilhas do Sudeste Asiático.

⁹ O termo *cooker* deriva do capitão britânico James Cook, a quem se atribui a introdução do porco na Nova Zelândia. Crosby (2011) nota que embora a ilha tenha sido inicialmente povoada por polinésios, que conheciam e utilizavam o *Sus scrofa* desde tempos imemoriais, coube aos europeus introduzir o animal, que logo se feralizou e se tornou presa de caça da população maori. Já o termo *razorback* deriva das costas estreitas e afiladas dos suínos asselvajados, em comparação com a compleição rotunda dos porcos domésticos.

¹⁰ O Serviço Veterinário Oficial (SVO) é formado pelas diversas instituições públicas responsáveis pela promoção da saúde animal e pela fiscalização e inspeção de produtos de origem animal.

2015, a Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) conferiu ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina o status de zona livre de peste suína clássica (PSC), uma doença que afeta tanto as populações domésticas, quanto as selvagens do *Sus scrofa*. Da mesma maneira, o javali é um potencial introdutor de febre aftosa no rebanho doméstico, uma das enfermidades virais mais temidas pela pecuária brasileira.

A zona onde a pesquisa de campo se concentrou, ainda que pouco representativa em termos de produção suína, figura como território estratégico nestas políticas de vigilância sobre as populações asselvajadas por quatro grandes motivos. Em primeiro lugar, devido ao avançado estado da dispersão do javali no bioma Pampa, cujo propágulo inicial¹¹ remonta ao final dos anos 1980, para o caso brasileiro (Debert; Scherer, 2007; Pedrosa et al., 2015), e aos primórdios do século XX para os casos argentino e uruguaio (Lombardi et al., 2007; Ballari et al., 2014). Em segundo lugar, pelo destaque que a rede de manejo estruturada em torno da APA do Ibirapuitã tem exercido nas discussões sobre este tema em nível regional e nacional. A partir de sua experiência de campo, La Hire Mendina Filho, Marcelo Wallau e Tiago dos Reis, personagens que apresentarei mais adiante, escreveram um livro, denominado *O javali no Pampa* (Mendina Filho et al., 2015), que se apresenta hoje como uma das principais obras de referência sobre a espécie e seu manejo no Brasil. Da mesma forma, a APA do Ibirapuitã é um dos principais terrenos de pesquisa de um projeto de vigilância sanitária das populações ferais de *Sus scrofa* no Brasil, coordenado pela Dra. Virgínia Santiago Silva, da divisão de suínos de aves da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em terceiro lugar, a região chama atenção por sua territorialização como zona fronteira, em que entram em contato regimes jurídicos e políticas de biossegurança bastante diferentes. Por fim, mas não menos importante, a região também se destaca no contexto nacional devido à proeminência dos ataques à produção animal nas queixas do setor rural contra o javali, o que assinala a existência de uma interação de risco entre rebanhos domésticos, vigiados pelo Estado, e populações de vida livre cujo status sanitário é desconhecido.

No entanto, em que pese o caráter etnograficamente estratégico da fronteira brasileiro-uruguaia para um estudo antropológico da invasão suína no Brasil, minha aproximação a este universo resultou de uma série de imponderáveis da pesquisa antropológica, ou, como afirma Marilyn Strathern (2014, p. 439), da “imprevisibilidade das suas condições iniciais”. Ao ingressar no doutorado, minha ideia inicial era realizar uma investigação sobre o tema da caça,

¹¹ Em biologia das invasões, dá-se o nome de “propágulo” à população pioneira da EEI.

dando continuidade a uma orientação de pesquisa mais antiga em minha própria trajetória sobre os modos de lidar com a morte e o consumo humano de animais não humanos (Sordi, 2013a, 2013b, 2015; Lewgoy; Sordi, 2012).

Àquela altura, meu interesse de pesquisa não se dirigia à caça de subsistência ou realizada em sociedades não ocidentais, mas sim à caça desportiva, isto é, aquela praticada por motivos lúdicos nas sociedades modernas ou, como as classificara o historiador norte-americano Richard Bulliet em seu livro *Hunters, Herders and Hamburguers* (2005), sociedades “pós-domésticas”. Nestas sociedades, majoritariamente urbanas, os eventos vitais dos animais de produção se encontram de tal forma separados do cotidiano da maior parte da população, que seus indivíduos passam toda ou grande parte da sua vida sem assistir a uma cópula, um parto, um abate ou uma castração, dentre outras operações zootécnicas triviais no tempo de seus pais e avós. Ato contínuo, Bulliet argumenta que as sociedades pós-domésticas desenvolvem reações paradoxais em relação à morte e à sexualidade, ora ocultando-as da vista de seus indivíduos, como no caso dos animais de produção, ora exacerbando-as imageticamente, como no caso da indústria cultural.

Na esteira das reflexões deste e de outros autores (Vialles, 1987; Elias, 1994; Ingold, 2000), perguntava-me: qual o sentido da perseguição e do abate de animais selvagens numa sociedade em que o contato com os eventos vitais dos animais se tornou cada vez mais delegado para instituições socialmente opacas como abatedouros e frigoríficos? Que valores sociais seriam dramatizados, produzidos e reiterados nas situações de caça? Que estatuto moral e ontológico seria atribuído às espécies cinegéticas? Se a caça é “boa para pensar” a distinção natureza/cultura em sociedades ameríndias e circumpolares, o que ela teria a nos dizer sobre as sociedades do ocidente moderno onde continua sendo praticada?

Com efeito, desde a minha pesquisa de mestrado, eu já ouvia rumores sobre os danos causados pelo javali à agricultura e à pecuária¹². Da mesma maneira, minha entrada no doutorado coincidira com a promulgação da Instrução número 3 de 31 de janeiro de 2013 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que autorizara a captura e abate do *Sus scrofa* de vida livre em todo território nacional, por tempo indeterminado. Isso fizera com que meu interesse inicial pela caça acabasse se desdobrando em um interesse pelas reações sociais à presença do javali, e, dadas as circunstâncias do seu novo

¹² Uma destas menções se deu durante a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) de 2012, em São Paulo (SP). Agradeço imensamente a Guilherme Sá por ela.

status legal no Brasil, também em uma curiosidade antropológica mais geral pela questão das invasões biológicas e EEIs.

Pesquisando sobre o assunto, deparei-me com uma entidade chamada Associação Gaúcha de Controle do Javali Asselvajado (Agaja), sediada em Caxias do Sul. Instituída em agosto de 2010, esta agremiação se propunha a “difundir métodos, informações, alertas e boletins, para que se faça o controle efetivo deste animal exótico, predador, nocivo à fauna, flora, produção agrícola e criação animal, que afeta e destrói ecossistemas, colocando em perigo a vida do homem rural”¹³. Em sua página na internet, a associação destacava ainda que, desde as primeiras portarias e instruções normativas liberando parcialmente os abates, ainda no início dos anos 2000, os homens do campo haviam recuperado “a honra de poder legalmente defender sua colheita, seus animais domésticos, seu chão”, sendo que o javali seria:

(...) o único entre os predadores nocivos e exóticos a compensar parcialmente suas perdas na agricultura e criação com o consumo de sua saborosa carne, quando este lhes retorna o que surrupiou. Quitam-se. Homens do campo, criadores, pequenos e grandes agricultores, seus parentes e amigos que moram nas cidades, compõem, hoje, um exército consciente da necessidade e da importância de lutar para defender e preservar os ecossistemas naturais e a cadeia produtiva do agronegócio.¹⁴

O caso da Agaja me interessou porque além de uma questão ambiental e de defesa agropecuária, seu discurso contra o javali evidenciava um forte componente moral, formulado no idioma da honra e da guerra. Minha primeira hipótese a respeito deste fenômeno, portanto, era a de que o javali estaria fomentando uma ambientalização (Leite Lopes, 2007) do discurso cinegético no Brasil, o que implicaria em uma nova forma de agenciar as relações entre natureza e cultura, humanidade e animalidade em contextos de caça, assim como em uma nova forma de legitimar socialmente a prática venatória para além das suas justificações culturais e ideológicas mais clássicas.

Paralelamente, tive a oportunidade de realizar algumas incursões etnográficas junto a caçadores andaluzes, em agosto de 2013. Por meio de familiares, consegui acompanhar as atividades de uma *sociedad de caza menor*, isto é, um grupo de aficionados pelo esporte venatório que, sob a liderança de um *presidente* e a supervisão de um *guarda*, se cotizam anualmente para explorar os recursos cinegéticos de uma propriedade rural, ou *coto de caza*. No caso específico do grupo que acompanhei, tratava-se de um *coto* localizado em meio à

¹³ Disponível em: <http://provedoraws.net/agaja/quem-somos-2/>, consultado em 31 mar.2015.

¹⁴ Idem.

Sierra Norte de Sevilla, uma das principais províncias de caça peninsulares, mencionada já no século XIV pelo *Libro de Montería* do rei Afonso XI de Castela (1311-1350).

Na cultura venatória ibérica, a *caza menor* se diferencia da *caza mayor* ou *montería*, cujas presas são animais de grande porte (cervos, veados e javalis) e normalmente cultivada em ambiente aristocrático. A *caza menor*, em contrapartida, é compreendida como a “caça do povo” ou “do homem simples”, o que se reflete, inclusive, numa marcada divisão da própria literatura espanhola de temática venatória nestes dois registros diferenciados (Delibes, 2009, 2010; Ortega y Gasset, 2007). Ela tem como objeto, portanto, a pequena caça, ou seja, coelhos, lebres, perdizes e toda sorte de aves migratórias que habitam o espaço geográfico mediterrânico. Todavia, graças ao meu especial interesse por javalis, o *presidente* do grupo, um experiente caçador de uns setenta anos de idade, concordou em realizar uma caçada de espera noturna (ou *aguardo*) ao animal.

Alguns meses depois, com as disciplinas do doutorado já concluídas, procurei dar início ao trabalho de campo no Brasil. Minha ideia era comparar os universos da caça no sul do Brasil e no sul da Espanha, aproveitando as incursões realizadas na Andaluzia. A esta altura dos acontecimentos, entretanto, já estava claro que a captura e o abate do *Sus scrofa* não envolviam apenas uma problemática antropológica sobre a caça, mas, acima de tudo, uma questão socioeconômica e ambiental de manejo de fauna exótica invasora. Em verdade, toda minha investigação preliminar sobre o mundo da caça contemporânea no Brasil conduzia à figura javali como praga, de maneira que me vi forçado a fazer uma revisão sobre o tema das bioinvasões tanto na literatura das ciências biológicas, quanto das ciências sociais. O que se revelou a partir daí foi todo um outro universo de controvérsias atinentes a “organismos da discórdia” (Manceron; Roué, 2009) que passei a rastrear.

Isto porque, em que pese sua consolidação como subdisciplina científica ao longo das últimas décadas, a biologia das invasões tem sido alvo de intensas críticas, tanto dentro como fora das ciências naturais. Nestas objeções, colocam-se em juízo os próprios conceitos-chave da subdisciplina e as metáforas que lhe subsidiam, notadamente a ideia de “invasão” e o divisor exótico/nativo. Assim, enquanto alguns biólogos se consternam com a possível falta de objetividade destes conceitos, propondo sua substituição por uma terminologia mais “neutra” para falar do fenômeno (Woods; Moriarty, 2001; Colautti; McIsaac, 2004; Larson, 2005), outros questionam a objetividade do próprio fenômeno em si, argumentando que não existe algo como uma “invasão biológica” ou EEIs na natureza (Theodoropoulos apud Simberloff,

2011), mas processos de adaptação ecológica que se dão em velocidades e escalas temporais diversas (Warren, 2007, 2011; Sagoff, 2011).

Outro grupo de biólogos, por sua vez, vê de maneira positiva a introdução de espécies, enxergando-a como um mecanismo de promoção e/ou restauração da biodiversidade em alguns ambientes degradados. Chris Thomas (2013), por exemplo, argumenta que a introdução de organismos exóticos e sua hibridização com espécies nativas poderia auxiliar na promoção da diversidade biológica face aos desafios colocados pelo Antropoceno¹⁵. Já Valéry e seus colegas (2008) salientam que os termos “invasor” e “exótico” nem sempre estão coligados, de maneira que mesmo uma espécie autóctone pode ser considerada invasora se, devido a alterações estruturais em seu ambiente natural (mudanças no pH do solo, etc.), ela começar a prosperar às custas das demais. Em verdade, a própria definição do que seria um organismo nocivo já é por si só controversa, uma vez que diferentes avaliações de risco e distintos imaginários ecológicos podem estar em jogo.

Assim, determinadas comunidades aborígenes da Austrália têm se oposto às iniciativas governamentais de controle de algumas EEIs, posto terem-nas introduzido em suas rotinas de subsistência como presas de caça. Ironicamente, estas comunidades defendem a permanência de animais como o búfalo e o camelo a partir de um discurso de nativismo e autoctonia, que se diferencia daquele enunciado pelos biólogos (Mc Neely, 2011). No Brasil, algo semelhante ocorre em relação ao búfalo no estuário do Amazonas e ao gado bovino no Pantanal, cujas culturas pastoris e conflitos com o discurso ambiental foram respectivamente descritas por Pedro Stoeckli (2015) e Felipe Sússekind (2014) em suas teses de doutorado.

Sob outro ângulo, Suzanna Lidström e seus colegas (2015) atentam que o excessivo foco de alguns biólogos e conservacionistas sobre a ação das EEIs tende a obliterar a conjuntura de fatores socioambientais e econômicos que permitiram sua expansão, desviando a atenção pública da causa para a consequência, além de auxiliar na constituição de “bodes expiatórios” e vilões individuais para problemas mais gerais. Nas ciências humanas, muitos autores têm abordado as reações sociais aos processos de invasão biológica desde este ponto de vista, como bem revelam os trabalhos de Anna Tsing (1995), Jean e John Comaroff (2001), Annie Potts (2009) e Peter Coates (2011) a este respeito. Como não poderia deixar de ser, a distinção

¹⁵ Neste sentido, há um cruzamento entre as visões positivas sobre as introduções biológicas e a tendência conservacionista contemporânea conhecida como *rewilding*, que visa reintroduzir espécies extintas em ambientes fortemente alterados pela ação humana e/ou introduzir organismos análogos aos já extintos, na esperança de que ocupem os nichos ecológicos outrora ocupados por estes (Buller, 2013; Monbiot, 2013; Pearce, 2015).

exótico/nativo é a principal consternação destes autores em relação ao discurso da biologia das invasões, bem como suas possíveis afinidades com o discurso nacionalista e xenófobo.

Pouca atenção tem sido dada, entretanto, às práticas concretas de manejo de EEIs, bem como às interações entre agentes públicos e privados tendo em vista a efetivação das normativas nacionais e internacionais em torno do tema. Neste sentido, Jon Nyquist (2015) argumenta que os paradoxos da dicotomia exótico/nativo, embora interessantes para os antropólogos e cientistas sociais, às vezes dizem pouco para as populações afetadas por EEIs, constituindo-se frequentemente como uma preocupação dos pesquisadores muito mais do que dos próprios pesquisados. De fato, no que tange ao javali na Campanha gaúcha, pude notar que não obstante a vigência de uma gramática militar para se referir ao animal, a distinção exótico/nativo parecia ser menos pertinente que aquela entre o selvagem e o domesticado, donde o foco desta tese sobre o tema da feralidade: ao contrário do que registra grande parte da literatura sobre EEIs e do que se poderia esperar de uma região de fronteira, a principal analogia empregada na Campanha para se referir ao javali não era a do estrangeiro, mas sim a do ladrão de gado, em ambos os lados da linha divisória. Em outras palavras, mais do que a metáfora étnico-nacional, era a metáfora criminal que se mostrava “boa para pensar” o javali, levantando questões a respeito das similaridades entre o comportamento de abigeatários e suínos ferais.

O javali como presença feral

Na antropologia e no debate ambiental recentes, a ideia da feralidade tem se mostrado “boa para pensar” as relações entre seres humanos e alguns entes que se destacam por sua recalitrância, isto é, por sua resistência aos projetos de vida que lhes são concebidos ou aos papéis que lhes são atribuídos em uma ecologia/economia imaginada ou determinada pelo lado humano da relação (Tsing, 2012; Monbiot, 2013; Pearce, 2015). Este novo interesse pela “indisciplina” (*unruliness*) ou indiferença dos entes não-humanos aos ditames da humanidade vem a reboque de várias inovações teórico-metodológicas nas ciências sociais que visam alargar o conceito de sociedade para além das fronteiras do humano e do universo da representação.

Entre estas inovações, destaca-se a teoria do ator-rede e seu foco sobre os “híbridos” ou “quase-objetos” que perturbam o grande divisor natureza/cultura, bem como as fronteiras entre a ciência e a política, o poder e o saber (Latour, 1994, 2001, 2004; Venturini, 2010; Harman, 2015). Crises contemporâneas como a da vaca louca e da gripe aviária, por outro lado, têm

levado a um alargamento do conceito foucaultiano de biopolítica¹⁶, à luz das novas práticas de biossegurança em nível global (Collier et al., 2004; Barker et al., 2013; Fortané; Keck, 2015). Como argumenta Bruce Braun (2013), as ameaças produzidas pela atual etapa do capitalismo evidenciam a profunda simbiose entre a humanidade e outras formas de vida ao mesmo tempo em que manifestam o estatuto turbulento e instável desta simbiose, próprio do que qualifica como o “caráter emergente da vida biológica” e suas “indisciplinadas associações” (*unruly assemblages*).

Além disso, as últimas décadas têm assistido a uma nova onda de estudos sobre relações humano-animais em antropologia, representada por trabalhos que procuram resgatar o protagonismo dos bichos na composição do mundo social. Em contraste com a tendência clássica da disciplina de tratar os animais como recursos ecológicos (“bons para comer”) ou como símbolos culturais (“bons para pensar”), perspectivas recentes como a “etnografia multiespécies” (Kirksey; Helmreich 2010), a “etnoetologia” (Brunois, 2005), entre outras, têm sublinhado o papel dos animais como alteridades dotadas de sentido¹⁷, isto é, como constituidores de fato e de direito do que o filósofo e etólogo Dominique Lestel (2001, 2011b) vem chamando de “comunidades híbridas” humano-animais. Nacionalmente, o crescimento da questão animal em antropologia se verifica pela realização de sucessivos eventos e grupos de trabalho sobre o tema, assim como pela publicação de um crescente número de teses, dissertações, dossiês temáticos e coletâneas¹⁸.

Nesta mesma esteira, paradigmas emergentes como as “antropologias da vida” de Eduardo Kohn (2013) e Tim Ingold (2000, 2007, 2011, 2012, 2015) têm procurado romper com o antropocentrismo clássico das humanidades e introduzir uma percepção ecológica da vida social, bastante diferente, no entanto, do modo com que a relação com o meio era vista por escolas anteriores como o materialismo cultural. Assim, muito mais do que “criar uma

¹⁶ Grosso modo, o termo “biopolítica” é utilizado por Foucault para se referir ao conjunto de práticas e normas que incidem sobre a vida biológica dos sujeitos, entendidos como população. Embora Foucault tenha popularizado o termo, seu primeiro formulador foi o geopolítico sueco Rudolf Kjéllen (1864-1922). Nesta tese, abordo a relação entre bio e geopolítica no ítem 4.4.

¹⁷ Donna Haraway (2003) propõe o conceito de *significant otherness* para se pensar as relações com as espécies companheiras do ser humano.

¹⁸ A relação humano-animal foi tema de GTs nas Reuniões Brasileiras de Antropologia de 2012, 2016. Deste primeiro encontro, resultou a publicação de uma coletânea organizada por Ciméa Bevilaqua e Felipe Vander Velden (2016). No Encontro Nacional da ANPOCS de 2016, organizou-se um simpósio temático sobre o assunto. Na de 2015, o trabalho de Natacha Leal sobre o gado de elite ganhou o grande prêmio de melhor tese de doutorado. Entre 2012 e 2016, as revistas *Anuário Antropológico* (Brasília), *Anthropologicas* (Recife), *Iluminuras* (Porto Alegre) e *Vibrant* (Florianópolis) lançaram volumes temáticos sobre a questão humano-animal. No prelo, encontram-se dossiês da *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre) e *Vivências* (Natal).

homologia entre as bases físicas da pirâmide alimentar e a ordenação simbólica do mundo” (Sautchuk, 2007, p. 89), estas novas antropologias ecológicas se debruçam sobre a percepção e a comunicação, enfatizando dimensões da realidade onde o fator propriamente ecológico está dado prioritariamente “no comportamento dos seres (humanos e não-humanos) uns face aos outros” (idem, ibidem). Todas estas posturas, cabe notar, são fortemente influenciadas pela etnologia de povos ameríndios e circumpolares, cujas cosmologias não operam a partir do divisor natureza/cultura tal qual o naturalismo ocidental, e tampouco daquilo que se convencionou chamar de “tese da exceção humana” (Schaeffer, 2009).

No caso específico da relação com os animais, um dos principais eixos da discussão contemporânea em antropologia tem se dado em torno do conceito de domesticação. Classicamente, esta noção tem sido pensada nos termos de uma assimetria relacional entre humanos e animais, pela qual estes primeiros controlariam o comportamento, a reprodução e a morte destes últimos. Tudo isso, como desdobramento de uma relação original de captura e isolamento do animal de seu habitat original. Assim, Sandor Bökönyi (1989, p. 23) define a essência da domesticação como:

The capture and taming by man of animals of a species with particular behavioural characteristics, their removal from their natural living area and breeding community, and their maintenance under controlled breeding conditions for mutual benefits.

Nesta mesma linha, Juliet Clutton-Brock (1989, p. 7), define um animal domesticado como aquele que, “por motivos de exploração econômica, é mantido em cativeiro por uma comunidade que exerce completo controle (*complete mastery*) sobre sua reprodução, organização territorial e abastecimento alimentar”. Tim Ingold (2000), por sua vez, argumenta, em um clássico ensaio sobre as origens da domesticação, que a passagem de uma economia de caça e coleta para outra de natureza pastoril residiria em uma mudança nos termos do engajamento entre humanos e animais. Logo, de um modelo ecológico baseado na confiança (*trust*) entre uns e outros, passar-se-ia a outro permeado por relações de dominação (*domination*), donde as similitudes entre o contexto escravagista e patriarcal da Antiguidade - palco da “Revolução Neolítica” de Gordon Childe (1892-1957) - e o modo de tratamento dos animais domésticos nestas mesmas sociedades.

Mais recentemente, no entanto, uma série de autores tem procurado relativizar o componente assimétrico das relações de domesticação, enfatizando dimensões como o cuidado, o companheirismo, a generosidade, o afeto, a coevolução e a simbiose (Cassidy, 2007; Clark,

2007; Oma, 2010; Knight, 2012; Hurn, 2012; Mlekuž, 2013). Em todo caso, já faz um bom tempo que alguns antropólogos têm destacado certa imprecisão semântica do conceito de domesticação, que, como bem sublinha François Sigaut (1988), pode se referir tanto a relações *etológicas* de familiarização comportamental, *jurídicas* de posse ou propriedade, ou *econômicas* de utilização zootécnica. O próprio Ingold (1976, 1980), em seus trabalhos sobre a rena, relembra que nem sempre a aproximação comportamental de uma espécie com o ser humano e sua utilização econômica levam a alterações morfológicas no corpo dos animais, o que o faz distinguir entre os planos relativamente independentes da doma (*taming*), do pastoreio (*herding*) e da criação ou reprodução controlada (*breeding*).

Da mesma maneira, Andrés-George Haudricourt já notara em um pioneiro ensaio denominado *Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui* (1962) que os padrões de domesticação levados a cabo ao redor do globo são múltiplos, o que joga por terra as tentativas de defini-la a partir do modelo de “ação direta positiva” da Revolução Neolítica do Oriente Médio. Como bem nota Pascal Picq (2016, p. 102) na esteira de Philippe Descola (2005):

A “revolução neolítica” foi, na verdade, uma pluralidade de evoluções (...), pois, atualmente, ainda persistem diferentes modos de agricultura, horticultura e jardinagem que ilustram todas as transições possíveis, partindo da economia de caçadores-coletores. Portanto, não se trata tanto de uma “revolução” no caminho do progresso, e sim de evoluções, acompanhadas, se é que não eram motivadas, por outras representações de mundo e de invenções de cosmogonias originadas de “bricolagens”, no sentido de Lévi-Strauss (...).

Por fim, um último motivo de reserva com o conceito de domesticação provém de seu caráter muitas vezes mais taxonômico e categórico do que processual e analítico. Dito de outro modo, da mesma maneira que alguns biólogos têm criticado a distinção exótico/nativo como sendo excessivamente sincrônica, julgando-a incapaz de dar conta da dinamicidade inerente a todos os sistemas vivos (Colautti; McIsaac, 2004), antropólogos como Jean-Pierre Digard (1988, 1995, 2012a) têm combatido o que poderíamos chamar de concepção estática da domesticação, segundo a qual a domesticidade seria um estado ou uma característica intrínseca de algumas espécies controladas e alteradas morfológicamente pelo homem, em contraposição com aquelas que permaneceriam selvagens ou indomesticadas.

Em oposição ao que qualifica de “concepção zoológica clássica”, Digard (2012a) argumenta que a domesticação é um processo instável e reversível, donde a importância etnográfica e analítica dos casos de feralização ou, nas suas palavras, “marronagem”. Neste

sentido, nenhuma espécie seria absolutamente domesticada, e tampouco a domesticação um fenômeno perdido nas brumas da história, restrita à inclusão de uma vintena de espécies no *domus* humano. Ao contrário, este autor define a domesticação como um conjunto de ações reiteradas e contínuas, “entretidas dia após dia” (idem, p. 208) em uma constante interação humano-animal.

À título de ressalva, é importante salientar que Digard manifesta muitas contrariedades com a nova onda de etnografias multiespécies e tentativas antropológicas de simetrização entre humanos e animais, o que classificou recentemente como uma “virada obscurantista em antropologia” (Digard, 2012b). De qualquer forma, entendo que sua grande ênfase sobre o caráter reversível da domesticação aponta para o reconhecimento de uma resistência por parte dos animais, ou, para empregarmos uma expressão celebrizada por Gilles Deleuze e Felix Guattari em seus *Mil Platôs* (1995, 1996, 1997), de uma linha de fuga infligida pelos bichos aos dispositivos que visam introduzi-los em um *regime de domesticidade*.

Por este conceito, entendo provisoriamente qualquer configuração entre humanos e não-humanos – e entre humanos entre si – permeada por relações de controle. Todavia, não apenas no sentido clássico de controle como dominação e exploração, mas sim de redução da imprevisibilidade na interação entre uns e outros, pavimentando um habitar comum. É bem verdade que se trata aqui de um conceito bastante amplo de domesticação e domesticidade. No entanto, à luz das situações encontradas na etnografia, pareceu-me o mais adequado e produtivo para compreender as relações estabelecidas entre homens e javalis¹⁹. Destarte, procurei atentar para a feralidade deste animal como forma de ressaltar sua *presença* na Campanha gaúcha, isto é, sua constituição como uma “força vívida, móvel, imprevisível e dotada de finalidade” (Lestel, 2011b, p. 41); como algo que coloca “um desafio à inteligência e à afetividade do humano” (idem: *ibidem*) e que resiste às tentativas de enquadrá-lo em diversos regimes de domesticidade.

Neste sentido, faço minhas as palavras de Felipe Sússekind (2014, p. 9) em seu trabalho sobre a onça-pintada no Pantanal. Conforme este autor, o que sempre lhe atraiu nos animais “é o fato de eles de alguma forma escaparem do domínio humano (...) essa dimensão que poderíamos chamar de ‘selvagem’ é o que torna o tema realmente interessante do meu ponto de vista”. Ora, o que Sússekind chama de selvagem, prefiro declinar aqui como *feral*: não só

¹⁹ Neste sentido, Sautchuk (2016, p. 38) argumenta que a principal potencialidade do conceito de domesticação para a antropologia não é chegar a uma definição final do que ela seja ou precisar quando ela aconteceu no passado, mas sim sua capacidade de “explicitar questões e dilemas contemporâneos como natureza e cultura, humano e animal, sujeito e objeto”.

pelo fato de o *Sus scrofa* se tornar “exótico” e “invasor” na medida em que escapa do controle humano, mas também porque a história ambiental do contexto onde a pesquisa se realizou, o Pampa gaúcho, é marcada por sucessivos e sobrepostos processos de domesticação e desdomesticação, tanto de humanos, quanto de animais.

Trocando em miúdos, não há um Pampa pristino e intocável que se viu subitamente invadido pelo javali no final dos anos 1980, mas sim uma paisagem em constante mutação, alterada e modificada desde a chegada de seus primeiros habitantes humanos há cerca de dez mil anos, e mais ainda após a chegada dos colonizadores ibéricos e aquilo que Alfred Crosby chama de “biota portátil” do “imperialismo ecológico” (Crosby, 2011). Mais especificamente, pelas quatro linhagens domesticadas que classicamente protagonizaram os sistemas pastoris eurásianos, e que, desde meados do século XVI, correspondem ao núcleo duro da pecuária sulina: o cachorro, o cavalo, o gado bovino e a ovelha.

Seguir a ovelha

Tal qual o javali, a ovelha (*Ovis aries*) é exótica no bioma Pampa. Não se sabe exatamente quando ela foi introduzida na América do Sul, mas se estima que isso tenha se dado coetaneamente à introdução do gado bovino e do cavalo. Juntamente com estes outros bichos de criação, sua presença se reveste de um sentido de domesticidade e natividade muito relevante para os interlocutores desta tese, contra a qual se erige a presença feral do javali. Por este motivo, tão logo coloquei meus pés em Santana do Livramento, notei que falar sobre o *Sus scrofa* necessariamente implicaria em rastrear os sentidos atribuídos às ovelhas e os modos de se habitar o mundo com elas, de maneira que poderíamos falar aqui de uma configuração etnoetológica complexa envolvendo o ser humano, a ovelha e o javali através da predação. Em outros termos, assim como Evans-Pritchard (2008) recomendou que se “seguisse a vaca” para falar dos Nuer, percebi que seria necessário “seguir a ovelha” para rastrear o javali na Campanha gaúcha.

Com efeito, os quatro municípios formadores da APA do Ibirapuitã figuram entre os dez principais rebanhos ovinos do Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O recente crescimento do plantel de ovelhas em outras regiões do país, como no Nordeste, não afetou o protagonismo histórico da Campanha neste tipo de produção animal, muito embora as sucessivas crises vividas pela pecuária gaúcha tenham

diminuído consideravelmente o ovelhum sulino nos últimos trinta anos. Os países limítrofes, Argentina e Uruguai, também possuem grande tradição na ovinocultura, de maneira que, sob muitos aspectos, é possível se falar em uma mesma paisagem técnica - ou *taskscape* (Ingold, 2000) - vinculada à ovelha, suas lidas e seus produtos em todo o Pampa sul-americano.

Durante quase toda sua história na Campanha, o gado ovino exerceu um papel secundário em relação ao bovino, servindo prioritariamente como criação de subsistência. Na área onde a pesquisa se concentrou, todavia, a ovinocultura ganhou destaque a partir do final do século XIX devido ao crescimento da demanda internacional por lã, fazendo de si uma região de identidade ovinocultora e laneira. Logo, não é de se admirar que o ataque do javali aos cordeiros reverbere em múltiplos planos da experiência vivida dos habitantes da região, para além da bruta materialidade envolvida na predação em si.

Como veremos nos capítulos que se seguem, muitas das reações ao javali registradas durante a etnografia apontavam para uma percepção de lento “aniquilamento do mundo conhecido” (Das, 2007, p. 7), própria do que Sergio Dalla Bernardina (2009) chama de uma “fenomenologia apocalíptica” das transformações socioambientais. Em algumas conversas e entrevistas realizadas, a presença do *Sus scrofa* se revelou como pretexto ou via de entrada para trazer à tona insatisfações e ansiedades de distintas ordens, articuladas em múltiplos eixos temáticos e escalas temporais.

Para dar conta dessas questões, busquei enxergar a pecuária da Campanha como um modo de se habitar o mundo e de se coproduzir uma paisagem eminentemente temporal. Além de Tim Ingold (2000) e Anna Tsing (2005), outros autores que influenciaram esta abordagem da pecuária como forma de vida foram Natacha Leal (2016), Pedro Stoeckli (2015) e Felipe Sússekind (2014), cujas ênfases sobre as relações entre humanos e animais em contextos tão distintos quanto o circuito do gado zebuíno de elite, a cultura do búfalo no Amapá e a interação entre pastoreio e grandes felinos no Pantanal têm auxiliado na conformação de um rico panorama etnográfico sobre a pecuária brasileira na contemporaneidade.

Já a inserção de práticas cinegéticas de manejo do javali em uma paisagem pecuária e fronteira, levou-me a dialogar com a “filosofia do dispositivo” de Giorgio Agamben (2009, 2011) e antropologia da técnica de inspiração francesa, principalmente os trabalhos de André Leroi-Gourhan (1984a, 1984b, 1987a, 1987b), Pierre Lemonnier (2006a, 2012), Robert Cresswell (2010), Philippe Descola (2002, 2005) e, no contexto brasileiro, Carlos Sautchuk (2007, 2016). Em todos estes autores, busquei ferramentas que me auxiliassem a compreender

as escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo do javali da APA do Ibirapuitã dentro de seu contexto, assim como os processos de subjetivação humano-animal ligados a cada modalidade de abate do javali.

Neste registro tanatológico, a feralidade se mostrou um conceito “bom para pensar” a presença do javali no sul do Brasil também em um outro sentido que este termo possui na língua portuguesa. De acordo com o *Dicionário Houaiss* (2001), o vocábulo “feral” possui duas definições em nosso idioma, cada qual apontando para uma raiz etimológica diferente: no primeiro sentido, derivado de *feralis* – a festa romana dos deuses *manes*, ou antepassados – entende-se por feral aquilo que “evoca ideia de morte ou mortos”, o que é “funéreo, fúnebre, lúgubre”. No segundo, oriundo de *fera* – animal selvagem, bravio -, é feral o que “fugiu da domesticidade e voltou à vida selvagem”, tal como em “gato feral, gado feral e porco feral”. Logo, além de feral porque asselvajado e rebelde às tentativas de controlá-lo e domesticá-lo, o javali mostrou-se feral porque sua presença evocava constantemente a dimensão da morte e da destruição, sob o signo da predação e da caça.

A fronteira e algumas questões metodológicas

Historicamente, as fronteiras nacionais têm sido vistas pelas ciências sociais como *loci* de pesquisa estratégicos para se verificar mudanças produzidas pela globalização (Bica de Mélo, 2004; Dorfman, 2007, 2008; Reeves, 2014). No que diz respeito às invasões biológicas, não poderia ser diferente, já que este fenômeno expõe a arbitrariedade e a fragilidade das linhas imaginárias traçadas pela sociedade humana para seccionar a superfície Terra em espaços soberanos (Bevilaqua, 2013). Levando isso em conta, procurei articular esta tese como uma etnografia “desde as margens do Estado” nos dois sentidos propostos por Veena Das e Deborah Poole (2004), ou seja, por sua concentração em uma zona de fronteira seca, onde os fluxos são constantes e a permeabilidade é a norma, e também devido às circunstâncias de ingresso no campo, que me fizeram atentar com mais detalhe sobre a interação entre agentes públicos e demais interessados no manejo do javali. Quanto a esse ponto, de relevante caráter metodológico, é importante regressarmos rapidamente ao relato de como cheguei ao universo da APA do Ibirapuitã, deixado de lado algumas páginas atrás.

Após algumas tentativas de entrada em campo via Ibama e Agaja, deparei-me com uma reportagem do *Jornal do Comércio* de 19/08/2013 sobre a questão do javali na fronteira

brasileiro-uruguaia, na qual a UC de conservação era citada. Com essa informação em mãos, procurei acessar o escritório regional do ICMBio em Santana do Livramento para marcar uma entrevista. Depois de trocar alguns e-mails com os analistas ambientais locais, Eridiane e Raul Cândido, combinei de visitá-los após uma audiência pública sobre o *Sus scrofa* que ocorreria na Câmara de Vereadores da cidade, no início de maio de 2014 (descrevo esta situação em detalhe no capítulo 1). Foi por meio do ICMBio, portanto, que pude acessar o mundo do manejo do javali na Campanha gaúcha, através da rede de controladores e ovinocultores previamente tecida por Raul e Eridiane.

Entendo que o acesso ao universo estudado por meio de um braço do Estado e que exerce, ademais, funções fiscalizatórias, envolveu limitações e vantagens heurísticas. Quanto às restrições, inclui-se o fato de, inicialmente, os interlocutores terem vinculado minha figura à do ICMBio. Por outro lado, as boas relações cultivadas pelos analistas ambientais junto à comunidade local também foram uma espécie de garantia das minhas intenções e idoneidade, algo bastante importante em um contexto cultural permeado por um *ethos* muito tradicional e pelo que Reeves (2014) chama de personificações (*impersonations*) da autoridade estatal. Da mesma forma, ao enveredar em campo por meio Estado, acabei tendo acesso mais direto às práticas de manejo ao javali sancionadas por lei, em detrimento das inúmeras práticas ilegais que hoje conformam “a ponta de baixo do *iceberg*” da relação com o *Sus scrofa* no país.

Por outro lado, ao me situar no ponto de contato entre Estado e comunidade local, consegui acessar uma dimensão muito importante das discussões hoje travadas em torno javali no Brasil. Qual seja, as negociações entre agentes públicos e privados que se efetuam no exato ponto em que o texto abstrato da norma se transmuta em práticas reais de manejo, desenvolvidas por agentes *locais* tendo em vista a resolução de problemas *locais* causados pela presença feral da espécie. Neste sentido, além de contribuir para a discussão antropológica sobre relações humano-animais, a tese também visa oferecer subsídios etnográficos para o aperfeiçoamento das políticas públicas sobre EEIs no país, em especial o javali.

A pesquisa de campo foi realizada em distintos períodos, a partir de um movimento pendular entre Porto Alegre, Santana do Livramento/Rivera e Rosário do Sul. Em 2014, estive na região entre maio e agosto e, posteriormente, também em dezembro. Em 2015, entre março e julho. Em 2016, durante algumas semanas do mês de maio. Paralelamente, acompanhei durante todo este tempo audiências públicas e reuniões técnicas realizadas em Porto Alegre e

Brasília, reuni material hemerográfico sobre o assunto publicado na imprensa local, estadual e nacional, e acompanhei as controvérsias e guerras virtuais suscitadas pelo javali nas redes sociais online.

Apesar do constante trânsito entre várias localidades e escalas geográficas, não entendo que esta tese seja um caso de “etnografia multissituada” (Marcus, 1995), na medida em que ela está fortemente territorializada na e referida à Campanha gaúcha. Por outro lado, busquei acessar as distintas escalas nas quais o problema do javali se efetiva *desde* o âmbito local, rastreando as redes e conexões que ligavam o universo da APA do Ibirapuitã à constelação mais ampla de atores reunidos em torno do *Sus scrofa* no Brasil. Neste esforço, busquei atentar para os modos pelos quais os próprios interlocutores acionavam estas distintas escalas em suas práticas e discursos, à maneira do *scaling* proposto por Marilyn Strathern (1991, 2014)²⁰.

Além disso, entre agosto de 2015 e fevereiro de 2016, o estágio doutoral na Universidade de Aberdeen, Escócia, permitiu-me reunir material bibliográfico sobre invasões biológicas e o manejo do javali em outros países, assim como entrar em contato com outros pesquisadores dedicados à questão humano-animal. O período no Reino Unido também me facultou realizar outra incursão no mundo da *caza menor* andaluza, o que fiz entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Quando foi possível e consentido pelos interlocutores, gravei as entrevistas e conversas realizadas em áudio, bem como as audiências públicas e reuniões técnicas. Deste trabalho, resultou um grande volume de transcrições.

A fotografia foi outro importante modo de colocação em campo, pelo qual pude reforçar os laços com alguns interlocutores. Para conferir mais destaque a este material fotográfico, decidi criar um caderno de imagens para cada capítulo. O *workshop* sobre antropologia gráfica e desenho etnográfico realizado por Aina Azevedo e João Manuel Ramos (2016) em Aberdeen (outubro de 2015) encorajou-me a inserir alguns esboços de minha própria pena no corpo da tese. Por fim, para uma melhor compreensão do contexto demográfico e socioeconômico em que a etnografia se efetuou, realizei com auxílio do sociólogo Bruno Morche uma ampla coleta

²⁰ Cesarino (2014, p. 22-23) desdobra a perspectiva stratherniana da seguinte forma, contrastando-a com a etnografia multissituada de Marcus (2001): “nessa perspectiva, um problema com a primeira abordagem apontada por Marcus seria a assimetria implícita entre as práticas de conhecimento do antropólogo e de seus nativos. Aqui, tal qual Malinowski, o pesquisador se arroga o privilégio epistemológico de definir unilateralmente quais escalas e contextos ‘macro’ são os mais relevantes para enquadrar as práticas observadas no plano ‘micro’. A segunda, por sua vez, baseia-se na presunção de uma certa imanência do plano ‘micro’; tudo que o antropólogo precisa fazer é registrar e descrever as práticas observadas no campo. Aqui, o pesquisador, embora se posicione na mesma escala das redes tecidas por seus informantes, não está *situado* nelas (...) Strathern propõe, pelo contrário, que nos voltemos para os modos como a própria produção de escalas e contextos ocorre na prática *tanto* dos atores no campo *quanto* dos antropólogos na academia”.

de dados secundários nas bases de dados do IBGE, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) do Uruguai. Algumas destas compilações aparecem no decorrer da tese. Outras, reunidas no Apêndice 2.

Estrutura da tese

A tese se divide em quatro capítulos, cada qual com seis subtítulos e um caderno de imagens. No primeiro, parto da descrição da audiência pública anteriormente citada para identificar as tensões entre distintos grupos sociais decorrente da presença feral do javali. A partir de um recorrido histórico sobre as relações entre humanos e suínos, argumento que a condição limítrofe do *Sus scrofa* sempre levou a relações paradoxais com o ser humano, declinadas entre o ódio e a afeição, a cooperação e a competição, a distância e a proximidade. Logo em seguida, distancio-me da conjuntura local para mapear as querelas e controvérsias produzidas pela matabilidade da espécie no Brasil contemporâneo, assim como o papel do javali como catalisador de certas disputas hoje vigentes no campo ambiental e das relações entre humanos e animais. Ao final do capítulo, traço um breve panorama sobre a situação do *Sus scrofa* no Reino Unido, país onde o javali enseja controvérsias similares às do Brasil, muito embora moduladas por sua própria cultura política e ambiental.

No segundo capítulo, retorno ao contexto local para investigar como o javali ameaça um conjunto de práticas e relações sociais vinculadas à constituição da Campanha como paisagem pecuária e pastoril. Para isso, lanço mão dos conceitos de “ressonância” e “fricção” tal como propostos por Tim Ingold (2000), Anna Tsing (2005) e outros autores que entendem a paisagem como um fenômeno temporal e em constante mutação. Argumento, neste sentido, que o javali se insere em um conjunto maior de transformações do ambiente pampeano nas últimas décadas, como a introdução de monocultivos agrícolas e florestais, o esvaziamento demográfico da zona rural, o declínio socioeconômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul e a perda de espaço da pecuária extensiva para outras atividades produtivas.

Em seguida, o terceiro capítulo rastreia a metáfora entre predação suína e abigeato para entender como a territorialização fronteiriça da Campanha e seus modos de habitá-la incidem sobre as práticas de manejo do javali. Como dito antes, a análise se debruça sobre a rede de controladores articulada em torno do ICMBio, embora examine as práticas levadas a cabo por outros agentes de maneira indireta. A partir de categorias tomadas do antropólogo da caça Garry

Marvin (2006, 2010a), descrevo como a dicotomia entre “caça desportiva” e “controle populacional” se efetua no contexto estudado, argumentando que ela se dispõe como um *continuum* gradual recortado por escolhas técnicas. Para tanto, evoco a filosofia do dispositivo de Giorgio Agamben (2009, 2011) e Michel Foucault (1990, 1999, 2008a, 2008b, 2011) para argumentar que cada uma destas escolhas é também um processo de subjetivação, que determina a forma com que humanos e animais são instaurados como pessoas (cf. Mauss, 2003) a partir do lugar em que ocupam no drama cinegético.

No quarto capítulo, tomo o trabalho efetuado por órgãos de pesquisa ecológica e agropecuária vinculados ao Estado para discutir que efeitos o javali continua a produzir no real mesmo após a sua morte. Neste sentido, enquanto os capítulos anteriores buscam analisar a presença do javali nos múltiplos contextos em que ela se efetiva, este último capítulo examina como a feralidade do javali é ela própria produtora de contextos, na medida em que a autorização da sua morte abre possibilidades biopolíticas inauditas. Em diálogo com a teoria antropológica do sacrifício (Mauss; Hubert 2005) e trabalhos recentes no campo da biossegurança (Collier et al., 2004; Braun, 2013; Hinchliffe, 2013; Fortané; Keck, 2015), descrevo como a colocação do javali à disposição da ciência e do Estado lhes permitiu acessar dimensões do real outrora bloqueadas pela legislação que regula a fauna silvestre no Brasil, fazendo do *Sus scrofa* uma espécie de oráculo dos futuros sanitários possíveis em um contexto de crescente securitização das relações humano-animais em nível global.

Nas considerações finais, por fim, concluo o trabalho com uma defesa do conceito de feralidade para se pensar conflitos humano-animais e crises ambientais como a desencadeada em torno do javali, na interface entre os dados oriundos da etnografia e algumas discussões teóricas da antropologia contemporânea.

1 - Javalis da discórdia: o *Sus scrofa* e suas controvérsias no Brasil

O javali não tem predador natural. Somente o homem pode exercer esse papel.

Editorial, *A Plateia* (Santana do Livramento, 14 ago. 2011)

“O javali é um animal capaz de atacar e ferir mortalmente os seres humanos”. Por que ele ataca? Será que ataca ou é atacado?

Cartaz, protesto #OcupaIbama (Porto Alegre, 24 maio 2014)

O animal protegido, associado ou identificado a seus defensores cidadãos, torna-se com isso o símbolo de uma dominação externa sofrida pelas sociedades rurais, que procuram se defender.

Vanessa Manceron e Marie Roué, *Les animaux de la discorde* (2009, p. 7).

Maio de 2014, uma segunda-feira de outono. O pequeno plenário da Câmara de Vereadores de Santana do Livramento, localizada a poucas quadras da linha divisória com o Uruguai, encontrava-se lotado. Em alguns minutos, teria início uma audiência pública destinada a discutir a “praga do javali”. O convite da reunião, emitido em nome do presidente da câmara, retratava o animal em traços demoníacos, com suas ameaçadoras presas e tenebrosos olhos a encarar o invitado. Sob as patas da fera, que pisoteavam sem dó uma espiga de milho, lia-se o mote da reunião, em tom de alarme: “precisamos de uma solução urgente”.

Eu havia chegado há poucas horas na cidade. Viajara a noite inteira de ônibus desde a capital do estado. Meu único contato com aquele universo, até então, restringia-se a uma troca de emails com os gestores da APA do Ibirapuitã, Eridiane e Raul, combinando com este último um encontro para o dia seguinte, no escritório local do ICMBio. Não conhecia absolutamente ninguém, de modo que, após assinar a lista de presença disposta na entrada do plenário, procurei acomodar-me em algum lugar da plateia onde pudesse observar com tranquilidade as interações

em curso. Notei que o espaço era batizado em homenagem ao ex-presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964. Retratos de outros vultos da política gaúcha e santanense, como o ex-governador Alceu Collares (PDT), também se faziam presentes, conferindo ao ambiente um ar protocolar.

Em meio ao burburinho que antecedia a sessão, era possível identificar aqui e ali alguns relatos sobre a ignominiosa atividade dos suínos selvagens, a quem o setor rural acusava de depredar lavouras, destruir ninhos da fauna nativa, pisotear pastagens e assorear córregos, entre outras. A principal queixa, contudo, provinha da ovinocultura, assustada com o voraz apetite da espécie por cordeiros recém-nascidos²¹. Cerca de um ano antes (19/08/2013), o *Jornal do Comércio* de Porto Alegre já noticiava a calamidade suína e o desespero dos produtores rurais da região, sob o sugestivo título “Guerra total ao javali na fronteira oeste”. Conforme o jornal:

Pecuaristas da região da Fronteira Oeste, limítrofe com o Uruguai e a Argentina, estão querendo que a Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e as Forças Armadas se unam numa verdadeira guerra aos javalis, animais que estão destruindo plantações, abatendo ovelhas e até bois. O exército entra na história porque o abate de javalis, apesar dos prejuízos que causam, era proibido pelo Ibama (até fevereiro deste ano) e, quando a situação ficava muito difícil, só os soldados eram autorizados a fazer o abate. A caça foi autorizada pela Instrução Normativa Ibama 03/2013, de 31 de janeiro de 2013. Em algumas fazendas na fronteira Brasil-Uruguai, certas áreas estão desertas, porque os proprietários tiveram que retirar ovelhas, vacas e bois que estavam sendo mortos pelos javalis. (...) Um veterinário responsável por uma propriedade na Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (centenas de hectares de campos e matas), em Santana do Livramento, informa que a região está tomada pelos predadores. Na Fazenda Bela Vista, um deles atacou e matou um cavalo. Tais animais, além dos prejuízos que causam às lavouras e aos rebanhos, representam risco de disseminação da febre aftosa, pois são portadores da doença. Além disso, se alimentam de diversas espécies da flora e fauna nativa como aves rasteiras, inclusive, ovos de emas, que estão desaparecendo. “Eles consomem todo o sal que colocamos para os animais, assim como liquidam com as pastagens e lavouras. Durante o dia, e à noite, podemos vê-los vagando perto das casas e, muitas vezes, entrando nas mangueiras. O problema é muito grave e nada está sendo feito pelas autoridades”, diz [o veterinário]. A Secretaria da Agricultura e Pecuária anunciou que vai adotar medidas, mas, até agora, nada fez.

Com efeito, a questão dos javalis não era nenhuma novidade naquela zona, e, como pude notar ao longo do encontro, muitos dos sujeitos presentes à audiência se diziam descontentes por estarem discutindo uma pauta já antiga. A decoração do recinto, bastante ordinária, não se

²¹ Chama-se *cordeiro* ao ovino de até sete meses de idade. Entre sete meses e um ano (segundo algumas classificações, quinze meses), dá-se o nome de *borrego*. O macho castrado acima desta idade é chamado de *capão*. O não castrado, de *carneiro*.

distinguia daquela encontrada em qualquer outra casa legislativa do interior do país. Ao fundo, junto à parede, dispunham-se as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município, complementadas pelos pavilhões do Mercosul, do Uruguai e do departamento de Rivera, materializando a ideia de “fronteira da paz”. O detalhe extravagante da situação, contudo, ficava por conta de um enorme troféu de caça disposto bem no centro do plenário. Nada mais, nada menos que a colossal cabeça de um javali macho – ou *cachaço* - preservada em sua horrenda fisionomia de ataque.

Desmembrado do seu antigo corpo e perpetuado em um semblante dramático pela taxidermia, o troféu inspirava qualquer coisa de sacrificial. Era a primeira vez que eu me via exposto a um objeto daquele tipo, mesmo depois de ter realizado algumas incursões no mundo da caça desportiva. Cada pessoa que entrava no auditório reagia de forma diferente àquela presença grotesca. Alguns curiosos se aproximavam e tocavam os eriçados pelos do suíno, tecendo comentários sobre a ferocidade do animal. Outros comparavam o espécime – ou melhor, o que havia restado dele - com suas próprias experiências de encontro com aqueles animais.

Atrás de mim, escutei uma mulher de uns sessenta anos afirmando a um sujeito, que posteriormente seria identificado como presidente do Clube de Tiro local, que os bichos que apareciam em sua propriedade não eram tão grandes como aquele, mas o estrago era cada vez pior: pastagens destruídas, cercas danificadas, cordeiros predados, sem falar na má vontade que, desde então, acometia seu “pessoal” a cada vez que eram instados a recolher o gado de noite, por puro receio de se deparar com o javali. Tentei espichar o meu ouvido, com toda elegância e discrição, para ouvir um pouco mais, e, fiquei sabendo que ela, por ser vegetariana, não gostava do fato de ter de “mandar matar” aqueles animais, e só o faria “por pura necessidade”. O homem parecia ouvi-la com certa condescendência, dando-lhe orientações de como montar cevas e outras armadilhas para capturar o horrendo animal.

A audiência começou alguns minutos passados das 14 horas, com o presidente do legislativo municipal, o vereador Gilbert Gisler (PDT), vulgo “Xepa”, abrindo os trabalhos e saudando os representantes das diversas instituições ali representadas. Conforme citava seus nomes e filiações, cada um deles levantava de seu lugar na plateia e ocupava uma das cadeiras do próprio plenário; primeiro, na mesa diretora, e, depois, junto às bancadas contíguas. O presidente anunciou também que todas as manifestações seriam gravadas, para serem disponibilizadas a todos aqueles que tivessem interesse sobre o tema. À esquerda do presidente

sentaram-se o representante da OAB municipal, Carlos Albornoz, e o então Secretário municipal da Agricultura, Carlos Alberto Fernandes, representando o prefeito. À sua direita, sentaram-se o representante do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizada (VII RC Mec) do Exército, estabelecido na cidade para guarnecer a fronteira, e o enviado da Brigada Militar, formando uma curiosa divisão civil/militar na mesa diretora.

As bancadas, por sua vez, foram sendo progressivamente ocupadas por representantes de outros órgãos do Estado e da sociedade civil – eu próprio, para minha surpresa, incluído. À parte do troféu de caça, ter sido chamado pelo presidente para tomar um lugar de destaque naquele plenário foi meu segundo susto do dia. Com toda a razão, não era o tipo de centralidade que eu esperava já para o início da etnografia. Muito nervoso, levantei do meu lugar de conforto anônimo junto à plateia e juntei-me às demais autoridades, carregando comigo o nome da universidade e, devo confessar, algo temeroso de ser chamado a me pronunciar sobre o assunto. Sentei na bancada mais exterior possível, do lado direito do plenário, junto aos representantes da Polícia Federal (PF) e do Ibama, ambos engravatados. De certo modo, a disposição concêntrica das bancadas parecia espelhar, involuntariamente, o grau de proximidade dos participantes da audiência com o contexto local. A senhora da limpeza perguntou-me se queria café, água ou os dois, e optei pelo primeiro. Chegou-me um café bastante forte, marrom e espesso, cheio de açúcar, que fui bebericando nervosamente até o fim da sessão.

Ao dar início aos trabalhos, o presidente ofereceu um breve panorama sobre o tema, que classificou como “muito importante e delicado”, devido aos “prejuízos para a pecuária, para a agricultura, para as pequenas, médias e grandes propriedades... e a agricultura familiar, enfim”. Após a manifestação de representantes da OAB, da Prefeitura, da Brigada e do VII RC Mec, tomou a palavra o presidente da Associação Rural de Livramento, Luiz Cláudio Andrade, apresentado pelo chefe do legislativo como o “representante das maiores vítimas do javali”. Chamando os órgãos públicos à sua responsabilidade, afirmou que o “produtor não se omitiria de fazer a sua parte”, mas que, para conseguir controlar a “praga” seria preciso contar com os “poderes constituídos, municipais, estaduais e federais”.

Na sequência, vários proprietários rurais fizeram eco à fala de Andrade, trazendo à tona seus próprios relatos de prejuízos envolvendo a ação depredatória dos javalis. Um deles, sediado na localidade conhecida como Serra do Caverá, próximo à divisa municipal com Rosário do Sul, alegou que, somente no ano de 2013, os suídeos ferais haviam exterminado “vinte mil cordeiros, mil ovelhas, cem terneiros, vinte bovinos adultos e três cavalos na região,

conforme denúncia de vários produtores que procuraram o sindicato rural”. Além disso, teriam sido identificadas “devastações em plantações de subsistência familiar, ataques a agricultores e até óbitos”. Por consequência, estaria em curso “um problema socioeconômico gravíssimo”, já que a predação de cordeiros por javalis estaria anulando o efeito de programas governamentais destinados à promoção da ovinocultura gaúcha, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do governo federal, e o Mais Ovinos no Campo, do estadual. Ainda segundo ele, todas estas informações teriam sido encaminhadas, em carta de seu próprio punho, à Presidência da República, que havia respondido tardia e apenas protocolarmente à sua reclamação.

O criador que o sucedeu aproveitou a deixa e salientou que não apenas a subsistência dos pequenos criadores estava sendo ameaçada pelo suídeo feral, mas a própria *cultura gaúcha*, pois, “do jeito que ia a coisa”, não sabia mais se “de repente, nós ainda teríamos, em algumas décadas, o ovino na fotografia”. Em seu prognóstico, afirmou que a predação de ovinos seria apenas a “ponta do iceberg” de um cataclismo estrutural muito mais grave, pois os javalis atacariam a pecuária bovina quando se esgotassem os cordeiros; a zona agrícola quando se esgotassem os terneiros; e assim por diante, até que os animais comessem a entrar nas cidades, revirar o lixo e atacar sistematicamente os seres humanos. Destarte, alguma providência deveria ser tomada, pois o problema seria demasiadamente sério para ser “empurrado com a barriga” e, o mais importante, ignorado pelas “autoridades competentes” como um “problema real”.

Estas, por sua vez, não negavam nem a presença, nem a gravidade dos danos causados pelos suínos na região, mas faziam questão de levantar outras questões que, desde o seu ponto de vista, deveriam ser ponderados e discutidos com mais atenção pela comunidade. O chefe do escritório regional do Ibama, Rodrigo Dutra, deslocado de Bagé especialmente para a reunião, lembrou que era preciso coibir o cruzamento entre porcos domésticos e porcos asselvajados, uma prática que alegou ser muito frequente na zona rural dos municípios da Campanha Gaúcha, apesar de proibida.

A fim de demonstrar que o Ibama estava comprometido na resolução do problema, citou a IN 03/2013, que havia autorizando a captura e o abate de javalis e suas cruzas com porcos domésticos, ou *javaporcos*, em todo território nacional, por tempo indeterminado. No entanto, lembrou que, apesar de permitir a captura e o abate, o documento estabelecia alguns limites quanto aos métodos a serem empregados – venenos, por exemplo, estavam completamente

vetados - e proibia expressamente o transporte de animais vivos ou mortos, bem como a comercialização e a distribuição da sua carne e vísceras. Por fim, fez um apelo para que os abates de javalis fossem cadastrados e registrados com mais acuidade. De acordo com Dutra, “se o dado não chegar robusto lá [em Brasília], isto tudo fica como conversa local, como um problema regionalizado que ninguém vai dar atenção”.

Em distintos momentos da audiência, os participantes se reportavam ao troféu de caça como forma de avalizar materialmente suas alegações. Era como se quisessem demonstrar aos céticos da comunidade que o problema existia *verdadeiramente* - e que as estórias de porco, tão presentes nos últimos tempos na região, não eram matéria de *trova*, mas sim um fato concreto, sustentado por indícios tão inequívocos quando aquela cabeça empalhada. Sob outro aspecto, o troféu visibilizava também - e talvez acima de tudo - a disposição daquele grupo de pessoas em ir até as últimas consequências na resolução do que, mais que um problema ambiental ou econômico, parecia se constituir aos seus olhos como uma *afronta moral*, assimilada e pensada nos termos de um roubo. Ou, como bem sintetizou um dos abatedores do animal, ao tomar o microfone:

Esse bichinho que tá aí matou, só numa propriedade pequena, setenta cordeiros e cinco ovelhas. Levamos cinco dias pra poder matar ele. Mas fizemos a justiça! Fizemos a justiça, que nada mais é que uma contrapartida (transcrição, maio de 2014).

Na ausência de quantificações mais precisas, o troféu de caça parecia servir de evidência de uma ameaça maior, aparentemente desconsiderada como tal por outros setores da sociedade. Neste sentido, o principal alvo de indignação dos ovinocultores era a Inspeção Veterinária e Zootécnica (IVZ) local, vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura. Em suas falas, os representantes deste órgão davam a entender que, antes de se atribuir maiores culpas aos javalis, era preciso verificar se os óbitos de ovelhas e cordeiros estavam sendo adequadamente registrados e comunicados pelos criadores, posto que nenhuma grande anormalidade estatística havia sido percebida pelo órgão até então.

Uma das inspetoras, identificada como Dra. Karen, afirmou que estava há mais de quinze anos na inspeção, e que, desde lá, o rebanho ovino de Livramento tinha sempre se mantido na faixa dos 400 mil animais, um pouco mais, um pouco menos, sem grandes alterações. Logo, ponderou que poderia estar havendo algum tipo de exagero nas alegações de

predação ou, no limite, algum erro nas declarações enviadas pelos próprios produtores. Segundo ela:

Isso aqui [plantel bovino municipal] são dados que o produtor fornece pra gente. E daqui a gente informatiza os números. Ou seja, é um documento assinado pelo produtor. Não sou eu que digo o que tem aqui. É o produtor. E eu não posso ir a cada propriedade contar o que ele tem. É responsabilidade do produtor manter o seu rebanho, informar a inspetoria, que aqui tem como função fiscalizar doenças como febre aftosa, sarna, piolho, brucelose, tuberculose. Essa é a nossa função. O produtor, é ele que tem que nos informar o problema. Quanto ao que foi falado da febre aftosa, no suíno e no javali, é sério, é algo que deve de ser estudado, com certeza. Mas não esqueçam que a gente tem uma vacinação obrigatória duas vezes por ano e que o produtor é responsável por ela. Nós fiscalizamos, mas a grande responsabilidade é dele. Então, mais uma vez: o produtor tem que ficar do lado dos órgãos oficiais, nos ajudando e nos apoiando. Nós sozinhos, quatro ou cinco veterinários, com meia dúzia de funcionários, não temos como controlar um rebanho de quase 600 mil bovinos e 400 mil ovinos, sem contar as outras espécies. É nossa função fazer o controle e a fiscalização, mas o produtor tem que nos apoiar, se não a gente não consegue (transcrição, maio de 2014).

No centro da controvérsia entre ovinocultores e inspetores, figurava o ato de *assinalação* ou *sinalação*, isto é, a marcação dos cordeiros com a insígnia da propriedade, que pode ser um corte na orelha, um brinco, uma tatuagem, entre outras sinalizações. Este é um procedimento tradicional da ovinocultura que, via de regra, ocorre logo nos primeiros meses de vida do animal. É a partir dele, também, que os produtores encaminham sua contagem de animais para a IVZ, por meio de um documento de preenchimento obrigatório denominado Declaração Anual de Rebanho. De acordo com os ovinocultores, o período decorrido entre a parição dos cordeiros e a sua assinalação conformava uma espécie de limbo estatístico dos óbitos ocorridos que obnublava a percepção do dano por parte dos órgãos competentes. Em outros termos, seria justamente durante este período, o mais frágil da vida dos ovinos, que os javalis estariam atacando, muitas vezes, sem deixar nem a carcaça do cordeiro como prova do seu “delito”.

Além disso, os proprietários se queixavam da ausência de um campo para a especificação da *causa mortis* dos animais nos formulários fornecidos pela inspetoria, o que, de acordo com eles, contribuía ainda para a invisibilização da questão junto aos órgãos de vigilância sanitária. Numa clara provocação à fala da veterinária, um ovinocultor da plateia disparou: “mas os mortos não contam na declaração, né Dra. Karen?”. Esta, impassível, lembrava que o período de envio de declarações daquele ano se encerraria em alguns poucos dias, e que contava com a colaboração de todos para produção de uma imagem estatística o mais fiel possível à situação do rebanho municipal.

Em linhas gerais, o que parecia estar em jogo neste embate era um conflito entre o apetite do Estado por números oficiais, de um lado, e o drama cotidiano dos produtores rurais, de outro, atestado mais por relatos vivenciais de encontros com javalis e seus indícios no campo (como pegadas, fuçadas, cercas danificadas, carcaças semi-devoradas, etc.) do que por relatórios e planilhas estatísticas de registro de óbitos. Dito de outra forma, o Estado parecia demandar *inscrições sociotécnicas* (Latour, 2001) da agência predativa dos suídeos asselvajados que os querelantes não se encontravam, àquela altura, ou dispostos, ou em condições técnicas de oferecer.

Os vereadores, de sua parte, foram unânimes em demonstrar solidariedade aos pecuaristas, sublinhando o aspecto “real” do processo ao mesmo tempo em que salientavam a importância da pecuária ovina para a economia e a identidade cultural de Santana do Livramento. Afinal de contas, “o maior rebanho de ovelhas do Rio Grande do Sul e do país” merecia mais respeito e “consideração” por parte de seus representantes políticos. Dentro desta lógica, um parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) tomou a palavra e defendeu que seria essencial fazer com que as autoridades “vissem o problema, e que *acreditassem* que ele *existe*”. Alarmado, destacou que algumas pesquisas científicas descreviam o javali como animal extremamente “sábio”, e que se algo não fosse feito a tempo, o animal ainda iria “comer todas as ovelhas de Santana do Livramento”, para desespero de toda cadeia produtiva.

Logo em seguida, outro vereador do PT, radialista de profissão, procurou sintetizar a querela, exortando os presentes a superarem o impasse entre a existência factual do problema, de um lado, e sua inscrição oficial, de outro. Disse ele:

Algumas coisas são muito claras: nenhum produtor criou aqui a figura do javali andando por estes campos. Até porque nós sabemos - nós que somos pescadores amadores sabemos - que o grande perigo hoje, em qualquer pescaria, é estar pescando e, quando se vê, apareceu um javali no acampamento! Isto é fato, é real, é verdadeiro. Porém, o que parece que está faltando, ficou claro pelo que foi dito aqui, são dados oficiais. Dados oficiais tem que ser encaminhados por órgãos governamentais! Nós temos aqui a inspetoria veterinária, temos aqui o IBAMA e temos aqui a secretaria de agricultura do município e a secretaria estadual do município... ou melhor: a secretaria estadual... e a delegacia de polícia. Eu acho que estes são órgãos que podem colaborar neste sentido, a partir de que tenham números oficiais. Tem razão o secretário da agricultura: não tem nenhuma ação de governo que vai ser movimentada a não ser com dados oficiais! Nós que viemos aqui sabemos do problema. Sabemos que efetivamente o javali está aí atacando as propriedades rurais do nosso município. Agora, é preciso que nós tenhamos estes dados oficiais. Então eu acho que quem tem que colaborar com os produtores é muito mais o IBAMA e a inspetoria veterinária que os próprios produtores! Porque os produtores tão aí,

tão com um problema! (...) Tenho certeza que a solução é por aí, e tenho certeza pelas falas que ouvi aqui (transcrição, maio de 2014).

A oposição, por sua vez, também buscava demonstrar solidariedade à causa dos pecuaristas²². Um membro da bancada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) afirmou que “todo mundo em Livramento já sabia do problema”, e que só faltavam “soluções concretas” a serem oferecidas pelas autoridades competentes. Outro, do Partido Progressista (PP), trouxe novamente à baila a questão do intercuro sexual entre porcos ferais e domésticos para sugerir a promulgação de uma lei municipal proibindo a criação de porcos soltos, “em fundo de quintal”.

O intrigante, no entanto, é que em nenhum momento das suas falas os inspetores veterinários haviam colocado em dúvida a *existência* dos javalis, bem como do seu interesse alimentar por ovinos recém-nascidos. Seu ceticismo, a bem da verdade, parecia se dirigir antes à *dimensão* do problema, tal como alegada pelos criadores de ovelha. Assim, razões outras, possivelmente mais triviais e familiares à rotina fiscalizatória, como intempérie e mau-manejo, poderiam estar por trás do sumiço inexplicável de ovinos jovens, sem falar no abigeato e contrabando de animais. Como bem afirmou um dos técnicos da IVZ:

Que o porco, que o javali tá abatendo, isso nós temos certeza. A gente tem ouvido relato, e desde 2011 nós temos um questionário, dentro da inspetoria veterinária, que até agora só um produtor que respondeu. Já quanto a este número de mortalidade que foi dado aí pra inspetoria, de 13 mil e não sei quantos animais, deve ser em torno de... eu não fiz a conta, mas deve ser em torno de 3 a 5% de mortalidade. Faz trinta anos que eu sou médico veterinário, e eu sei que é aceitável, dentro de boas propriedades tecnificadas, que a mortalidade seja entre 3 e 5%. Passando de 5%, tem que abrir o olho porque tem alguma coisa acontecendo de errado (transcrição, maio de 2014).

Na esteira da fala do vereador progressista, o inspetor ainda aproveitou a situação para cobrar dos produtores rurais uma maior atenção aos procedimentos de vigilância sanitária sob sua responsabilidade, já que a proximidade entre populações selvagens e domésticas aumentava a chance de proliferação de zoonoses, como febre aftosa e brucelose. Segundo ele, o monitoramento destas doenças seria a função primária e mais importante da IVZ, e não exatamente “caçar javalis”. Emendou, por fim, reforçando a desconfiança da sua colega quanto

²² Durante este período, Santana do Livramento era governada pelo prefeito Glauber Lima (PT).

à fidedignidade das Declarações Anuais de Rebanho, e sugerindo que, se fosse necessário, a IVZ teria de “entrar nas propriedades para ver o que estava realmente acontecendo”. Se houvesse descompasso entre o declarado e o contabilizado, admitiu que, provavelmente, “pessoas seriam autuadas pela inspetoria”, o que gerou uma onda de indignação e descontentamento entre produtores.

Outra controvérsia suscitada ao longo da audiência dizia respeito às formas de manejo do javali. Tão logo o chefe regional do Ibama recordou as especificações da IN 03/2013, o presidente do Clube de Tiro local, policial civil de formação, pediu a palavra para “fazer algumas correções” a algumas falas que ouvira, à luz da sua experiência pessoal. Sua fala vinha a reboque dos esclarecimentos já feitos pelo representante da PF, segundo o qual haveria quatro modalidades de posse e uso de armas no Brasil: para defesa pessoal, como atirador (esportivo), caçador ou colecionador. De todas estas modalidades, apenas a de defesa pessoal estaria sob a responsabilidade da PF, de modo que o manejo do javali, por ser atividade de caça, colocaria seus praticantes sob a tutela do Exército e, mais especificamente, da Divisão de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC). Esta instituição, no entanto, estaria deixando a desejar no atendimento aos controladores. Reportando-se ao representante do VII RC Mec, afirmou:

Me corrija se tiver errado: em menos de um ano, tu não consegue um CR [Certificado de Registro]. Com menos de seis meses tu não consegue a compra da arma, e tu vai demorar mais seis meses pra conseguir comprar a munição! Então assim ó: o que tem que terminar é a burocracia. E chega! Fala-se, fala-se, fala-se. A gente tá fazendo o que consegue fazer entre quatro [pessoas], e não consegue fazer mais. E a gente grita a todos os cantos, e vem avisando faz mais de dois anos aqui: tirem um pouco da burocracia e nos deem meios de resolver o problema (transcrição, maio de 2014).

Suas queixas também se dirigiam ao Ibama e a exigência, por parte deste órgão, de um relatório trimestral para a renovação da licença de manejador de fauna exótica no Cadastro Técnico Federal (CTF). Segundo o atirador, fazia trinta dias que seu relatório havia sido enviado para Bagé, também sem nenhuma resposta por parte do escritório regional do órgão. Dirigindo-se a Rodrigo Dutra, entregou-lhe uma série de fotos de ninhos de ema depredados por javalis, sugerindo que fossem anexadas ao seu processo, todavia “parado”.

De fato, a questão das armas já havia sido trazida a baila no início da audiência; mais especificamente, na fala do representante da OAB. Com bastante delicadeza e alguns eufemismos, o advogado sugeriu que uma alternativa “política” ao problema do javali seria “flexibilizar” as restrições impostas pelo Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) aos

atiradores voluntários, ao menos nas zonas afetadas pelo animal. Logo em seguida, no entanto, o chefe do Ibama exortou pesquisadores, universidades e outras instituições científicas auxiliassem as autoridades ambientais a desenvolver outras estratégias de controle populacional para além das armas de fogo. Atinente a este ponto, o presidente do Clube de Tiro asseverou:

todo o abate de javali - coloquem isso na cabeça dos senhores - é feito através de arma de fogo. Se ele está dentro da jaula, tu não vai matar ele a beijo. E nem a pedrada. Tu vai matar é a tiro! (transcrição, maio de 2014).

Talvez no intuito de aplinar os ânimos já muito carregados no ambiente, um produtor de uns setenta anos de idade pediu a palavra para sugerir uma estratégia que qualificou como “ousada”: infectar os porcos selvagens com algum agente patológico que cuidasse do controle populacional através de uma lógica de guerra bio sanitária. Do seu lugar na bancada, a Dra. Karen deu a entender que se tratava de uma medida “impraticável, impossível”.

Dois outros produtores ainda fizeram questão de se manifestar. O primeiro afirmou que o manejo só começaria a funcionar “quando uma autoridade atropelasse ou fosse atacada por um desses bichos”. Também relatou que numa propriedade do seu conhecimento, “sete cachorros bons” haviam sido mortos num encontro fatídico com o suíno feral, mesma ocasião em que o capataz desta propriedade fugira correndo da besta-fera, bastante assustado. O segundo fez um relato bastante expressivo sobre a astúcia do porco feral, o qual, segundo ele, teria sido capaz de reconhecer seu compadre mesmo em cima do cavalo. Nos estertores da audiência, este relato adicionou mais uma evidência sobre o caráter nefasto e maquiavélico do odioso animal, capaz de discernir entre cavalo e cavaleiro, humano e não humano. Até o fim da sessão, ninguém ousou falar a favor do javali.

Saltemos agora algumas semanas, especificamente para a tarde de 24 de maio, um sábado. Naquele dia, doze pessoas vestidas de preto se reuniam em frente ao austero edifício-sede do Ibama em Porto Alegre, no bairro Cidade Baixa. Munidos de cartazes, faixas e toda sorte de adereços, o grupo protestava contra a mesma Instrução Normativa que discontentava o dirigente do clube de tiro de Livramento, ainda que por motivos completamente diferentes. De acordo com uma das manifestantes, bióloga de formação, o instituto, por meio daquele documento, estaria sendo cúmplice de um verdadeiro “massacre estatal de javalis”, além de ter capitulado frente aos interesses do agronegócio e do lobby cinegético.

Não se tratava de um ato isolado. Convocado pela internet sob a *hashtag* #OcupaIbama, o protesto se repetia em outras capitais e cidades médias do resto do país. Como é de praxe nas intervenções animalistas, o reduzido número de manifestantes era compensado com a realização de performances de impacto, destinadas, justamente, à produção de imagens para serem divulgadas *online*. O clímax do protesto se deu quando os manifestantes, todos vestidos de preto, deitaram-se em frente à entrada do órgão ambiental, simulando um velório. Logo depois, depuseram seus cartazes sobre o chão, emoldurados por um círculo de velas pretas. Entre os dizeres destes cartazes, frases de efeito como: “dinheiro vale mais que a vida de um inocente?”; “luto”; “cadê a proteção?”; “Ibama: não mate, solucione”; “chega de mortes”; “javali não é uma praga, é uma vida”; “por que não castrar?”; “o javali é nosso amigo”; “por que não criar santuários?”; e “o javali é um animal capaz de atacar e ferir mortalmente os seres humanos: por que ele ataca? Será que ataca ou é atacado?”.

Impactado como ainda estava com o troféu de caça exibido pelos ovinocultores no plenário da Câmara de Livramento, não pude deixar de notar a brutal dissonância entre as representações do animal evocadas por uns e outros. Ali, pureza e inocência; lá, predação cruel e diabólica. De um lado, uma comunidade humana vítima do apetite imoderado de um algoz animal. De outro, uma comunidade animal vítima do furor venatório e da sede de sangue de seus algozes humanos. Em contraste com a cabeça empalhada de javali, os animalistas expunham um singelo porquinho de pelúcia. Sob qualquer aspecto considerado, não parecia haver qualquer relação ou diálogo entre as duas percepções do mesmo animal. Por outro lado, mesmo entre aqueles que concordavam quanto à sua nocividade e à necessidade do seu controle, muitas pareciam ser também as divergências e descompassos: entre ovinocultores e inspetores veterinários; atiradores, Exército e órgãos ambientais; etc.

Como tornar inteligíveis todas estas dissonâncias? Como pensar antropologicamente estas variações e difrações do *Sus scrofa*? O propósito deste capítulo é examinar estas questões à luz da ideia de que o problema do javali emerge no cruzamento entre perspectivas diversas e, muitas vezes, conflitantes sobre este animal. Estas perspectivas, acredito, manifestam diferentes formas de conceber seu estatuto ético e ontológico, isto é, de pensar *o que o javali é e como devemos agir em relação a ele*. Elas dizem respeito, além disso, a distintas formas de se perceber o impacto causado pelo javali nos ambientes onde vive, o que envolve, por consequência, diferentes visões sobre o seu modo de *habitar* o mundo. Ou, como coloca Ingold (2000, p. 153), de incorporar o meio e seus fluxos “em um padrão regular de atividade vital”.

Neste sentido, entendo que a multiplicidade de posições adotadas frente ao javali transcende o contexto local e se torna metonímica de disputas e controvérsias mais gerais hoje vigentes na sociedade brasileira. Estas controvérsias e disputas dizem respeito não somente às formas pelas quais o animal se torna uma alteridade dotada de sentido (Lestel, 2011b) para diferentes grupos, mas, também, aos diferentes valores que devem guiar a conservação e o manejo do meio ambiente, aqui entendido como configuração socio-ecológico-territorial (Mura, 2011) e emaranhado relacional (Ingold, 2011) que vai além da ideia estabilizadora de “natureza”. Creio que o exame destes conflitos nos auxiliará a situar preliminarmente a questão do javali no sul do Brasil neste primeiro capítulo, de modo a contextualizá-lo no enorme cipoal de linhas de força que o atravessam em múltiplas escalas.

1.1 – Objetos indisciplinados e suas resistências

Além da perspectiva ingoldiana do *habitar*, identifico duas outras propostas teórico-metodológicas que me parecem adequadas ao exame que proponho aqui: a contemporânea abordagem sobre o tema da biossegurança como fenômeno emergente e a teoria do ator-rede. A primeira destas propostas entende que controvérsias sobre ameaças biológicas recentes como epidemias e bioinvasões não são apenas respostas culturais e sociais a processos que ocorrem no âmbito da natureza, mas dispositivos que os coproduzem num *continuum* social-natural (Barker et al., 2013; Braun, 2013; Hinchliffe, 2013).

Esta é uma perspectiva em parte inspirada na sociologia de Ulrich Beck, para quem os riscos produzidos pelo “vulcão civilizatório” da modernidade se constituem a partir de “processos sociais de definição” (2010, p. 27). Em outros termos, Beck defende que os riscos, enquanto situações sociais de ameaça, não se limitam aos impactos físicos e biológicos por eles produzidos, mas emergem necessariamente do conhecimento – “científico ou anticientífico”, assinala o autor - que se tenha deles. Logo, eles podem “ser alterados, diminuídos ou aumentados, dramatizados ou minimizados” (idem, ibidem) enquanto ameaças numa arena de disputas científico-políticas.

Conforme os críticos da sociologia do risco, um dos pontos mal resolvidos nesta abordagem é que ela não deixa claro em que medida os riscos se reduzem *apenas* a construções sociais e disputas discursivas. Para John Hanningan (2009, p. 45), por exemplo, Beck não parece enxergar “nenhuma contradição essencial entre retratar um mundo no qual o risco é

persistente e possivelmente apocalíptico enquanto se observa que tais riscos estão particularmente abertos a definições e construções sociais”. De fato, este é um ponto problemático para qualquer perspectiva construtivista dos problemas ambientais, e que, como discutiremos no capítulo 3, indica ser particularmente polêmico no debate contemporâneo sobre invasões biológicas e EEIs (Larson, 2005; Simberloff, 2003, 2011, 2013; Sagoff, 2011; Mc Neely, 2011; Fall, 2013).

As abordagens contemporâneas sobre biossegurança que evoco aqui, por outro lado, acolhem elementos da sociologia do risco ao mesmo tempo em que reconhecem suas limitações. Elas se alinham ao que Sheila Jasanoff (2006) define como “idioma da coprodução”, isto é, uma tentativa de se compreender as ordens social e natural, política e científica, ontológica e deontológica, como sendo produzidas coextensivamente. Para Steve Hinchliffe (2013), um dos principais representantes desta abordagem, ameaças biológicas como epidemias, pragas e EEIs são “emaranhados” (*entanglements*) complexos entre ambientes, agências humanas e não humanas. Discursos e narrativas, muito embora importantes na sua constituição, corresponderiam apenas a uma parte do problema.

Assim, para estes autores, bioameaças fazem proliferar discursos e pontos de vista divergentes na sociedade porque, num plano propriamente ontológico, elas se constituem como fenômenos emergentes e indisciplinados (*unruly*), refratários às suas tentativas de normalização e problematização sob um único ponto de vista (Collier et al., 2004). Quanto a este ponto, Bruce Braun (2013, p. 47) registra que:

The problem of biosecurity is not just a problem of securing life, (...) but rather a problem of securing life *against* the proliferation of life. The problem to which biosecurity responds is thus that of too much life – reflected in representations of the biological world as unruly, prolific, mutable, fluid, and the accompanying fear that continuously incubating within life are threatens to life.

Sob esta lógica, não parece haver grande diferença de natureza entre os aparatos técnicos que visam controlar e administrar as bioameaças, como protocolos de manejo, e os discursos que visam narrá-las sob uma ou outra perspectiva: ambos adquirem o caráter de dispositivos de captura frente aos quais as ameaças biológicas, na condição de fenômenos emergentes, são sempre capazes de opor linhas de fuga e resistências várias. A diferença em relação à postura construtivista é, portanto, evidente: para o paradigma da emergência, não seria o caso de que discursos e pontos de vista *constituem* o real; mas sim de que eles se multiplicam e se

entrechocam justamente por que o real – instável, indisciplinado e mutável por princípio – *resiste* às suas tentativas de captura e enquadramento, intermitentemente²³. Como bem sintetizam Stephen Collier, Andrew Lakoff e Paul Rabinow (2004, p. 3), citando Foucault:

The reason that problematizations are problematic (...), is that something prior ‘must have happened to introduce uncertainty, a loss of familiarity; that loss, that uncertainty is the result of difficulties in our previous way of understanding, *acting, relating*’ (grifos meus).

Existem diversos pontos de aproximação entre o paradigma da emergência, o idioma da coprodução e a teoria do ator-rede, terceira inspiração para o exame deste capítulo. Não por acaso, a metáfora escolhida por Tommaso Venturini (2010, p. 258) para explicar como esta teoria entende a análise de situações controversas é “nadando em magma”: como um fluido vulcânico que se condensa e se dissolve sob várias configurações, também as controvérsias contemporâneas respeitariam esta dinâmica emergentista, caracterizando-se pela produção incessante do que Bruno Latour (2001, 2004) chama de “quase-objetos” ou “objetos híbridos”, indiscerníveis entre a natureza e a cultura, a política e a ciência²⁴. Conforme a definição do consórcio de pesquisa Macospol²⁵, a teoria ator-rede entende que:

the word “controversy” refers here to every bit of science and technology which is not yet stabilized, closed or “black boxed” ... we use it as a general term to describe shared uncertainty (apud Venturini, 2010, p. 260).

À parte desta referência explícita à ciência e tecnologia, que remete às origens da teoria do ator-rede junto aos estudos sociais da ciência e da técnica, Venturini (2010) ressalta que a noção de controvérsia proposta por este paradigma é bastante direta e razoavelmente simples, aplicável a outros contextos e esferas da vida social: controvérsias são situações em que os atores discordam sobre algo ou, melhor colocado, “concordam em desacordar” sobre algo

²³ Este “materialismo da resistência”, por assim dizer, tem relação com a postura filosófica contemporânea conhecida como “ontologia orientada para objetos” (OOO). De acordo com Graham Harman (2015, p. 96), um de seus principais expoentes: “a árvore em si mesma não se reduz a nenhuma de suas perspectivas. Mas também não se reduz à *soma total* destas perspectivas”. Ingold (2015, p. 13-17) critica esta postura partir do argumento de que a OOO, ao tratar os objetos como irreduzíveis a totalidade de suas relações, acaba por enclausurá-los em si mesmos. Não creio, no entanto, que haja uma diferença tão radical entre sua perspectiva emergentista mais recente – marcada por contextos como “devir biossocial” (Ingold; Pálsson, 2013), “linhas” (2007) e “emaranhados” (2011) vitais – e aquela proposta pelos autores da OOO. Em ambas as orientações, percebe-se uma pronunciada influência da filosofia da “concrecência” de Alfred North Whitehead.

²⁴ No contexto da OOO, Graham Harman (2015, p. 135) usa uma metáfora similar, falando sobre o “núcleo vulcânico dos objetos”.

²⁵ Em inglês, sigla para *Mapping Controversies in Science for Politics*. Trata-se de um consórcio envolvendo oito universidades e centros de pesquisa, financiado pela União Europeia.

(idem, p. 261). A noção de “desacordo”, todavia, deve ser compreendida em um sentido mais amplo que a mera tomada de pontos de vista ou discursos conflitantes. Nas palavras de Venturini (idem, *ibidem*):

The notion of disagreement is to be taken in the widest sense: controversies begin when actors discover that they cannot ignore each other and controversies end when actors manage to work out a solid compromise to live together. Anything between these two extremes can be called a controversy.

Em outras palavras, os atores só descobrem que não podem ignorar-se mutuamente porque, num contexto de agenciamentos múltiplos, eles oferecem *resistências* uns aos outros e às suas tentativas de associação, cooptação, redução e englobamento. Estas resistências, cabe notar, não são apenas da ordem do discurso, da representação ou da ideologia, mas, também, da recalitrância imposta a aparatos de captura por agentes de natureza não proposicional. Em outras palavras, agentes não humanos de diversos tipos, como objetos técnicos, fenômenos naturais, micróbios e outros seres vivos. Desta maneira, Callon (apud Hanningan, 2009) descreve como “relutância” o fato de uma larva de molusco não aderir aos coletores artificiais imersos na costa de St. Brieuc, na França; e Latour (1994) vê no prion²⁶ uma entidade de certa forma “rebelde” às tentativas de ligá-lo causalmente à doença da vaca louca.

Em minha dissertação de mestrado e outros trabalhos a ela relacionados (Sordi, 2013a, 2013b, 2016; Lewgoy; Sordi, 2012), procurei analisar as contemporâneas políticas de bem-estar animal como um novo tipo de dispositivo destinado a administrar, ou dar conta tecnicamente, da irreduzível animalidade dos animais. Da mesma maneira, tentei descrever as contemporâneas disputas discursivas sobre o consumo e a produção de carne como um produto da própria resistência dos animais de produção e da carne em si em serem esgotados, naquilo que são, por uma ou outra versão do seu estatuto ético e ontológico. Como bem recorda Dominique Lestel (2011b, p. 41)

O animal representa uma força vívida, móvel, imprevisível e dotada de finalidade. Essas características o distinguem das coisas. A animalidade não remete apenas a um fenômeno complexo, mas também a um desafio à inteligência e à afetividade do humano.

²⁶ Forma aberrante de uma proteína animal, causadora de doenças degenerativas do sistema nervoso. Atribui-se ao prion a causa das encefalopatias espongiformes humana e bovina, também conhecidas respectivamente como *kuru* e doença da vaca louca.

Também no caso desta tese, acredito que pensar a animalidade e seu estatuto *apenas* como o produto de discursos e interesses de distintos agentes humanos ignora seu caráter de *presença*; isto é, a potência do animal de produzir efeitos relevantes sobre o real. Os bichos, com efeito, estão sempre nos surpreendendo: é o que defende John Berger (2009) em seu ensaio sobre porque devemos considerá-los com mais cuidado nas ciências sociais. Como entidade viva – um “devir biossocial” (Ingold; Pálsson, 2013) -, o animal abre múltiplas linhas de fuga, que se difratam em múltiplos planos.

No que se segue, portanto, tentarei elucidar um pouco do que parece estar em jogo nas controvérsias suscitadas pela indisciplina do javali; não só entre aqueles favoráveis e contrários ao seu controle, mas também entre aqueles que concordam a respeito da sua nocividade, porém discordam a respeito da dimensão do problema ou dos meios mais adequados de torná-lo administrável pela sociedade e o Estado. Antes, no entanto, creio ser importante pontuar algumas considerações mais gerais sobre a espécie em si e seu histórico de interações com o ser humano. Como veremos, muito antes de se constituir como problema no Brasil e na Campanha Gaúcha, o *Sus scrofa* já se apresentava como um ente de estatuto fluído e controverso em vários níveis; como animal ao mesmo tempo próximo e distante, aliado e inimigo, selvagem e doméstico, nativo e exótico.

1.2 – Breve história do *Sus scrofa*, um animal limítrofe

Mamífero da ordem dos artiodáctilos, subordem suína, família dos suídeos e do gênero *Sus*, o *Sus scrofa* é um animal ubíquo no mundo moderno. Sua distribuição contemporânea é praticamente universal, espalhando-se por todos os continentes, exceto o antártico. Sua área de distribuição original, mesmo sendo mais modesta, já é por si só bastante extensa, compreendendo uma contínua faixa territorial que vai de Portugal ao Japão, em seu sentido oeste-leste, do subcontinente indiano à Sibéria, em seu sentido sul-norte. Ao todo, são identificadas dezesseis subespécies e uma variedade anômala, agrupadas em quatro grandes grupos regionais: ocidental, índico, oriental e indonésio (Lombardi et al., 2007; Albarella et al., 2007) (ver apêndice 1).

De acordo com a literatura especializada, a ubiquidade geográfica e a grande variedade fenotípica do *Sus scrofa* se explicam por dois motivos principais: sua notável valência ecológica - isto é, sua pronunciada capacidade de adaptação a uma imensa gama de ambientes diferentes

(Barrios-García; Ballari, 2012) - e sua associação milenar com o ser humano através do processo de domesticação. Leroi-Gourhan (1984a, p. 85) assinala que o porco, “juntamente com o cão e a galinha”, seria o animal doméstico “de mais vasta expansão”, além de remeter a um processo de domesticação muito antigo, contemporâneo ao do carneiro. De acordo com Albarella et al. (2007), a ampla distribuição original do *Sus scrofa*, sugere a existência de múltiplos centros de domesticação, a cerca de dez mil anos antes da era comum. Ainda segundo estes autores (idem, p. 1):

In terms of their relationships with humans, pigs are victims of their own success. Even more than wolves, they are highly adaptable and generalized omnivores, which means that they have a range of possible relationships with humans that is perhaps wider and more complex than for most other animal species.

Nesta mesma linha, escreve Brett Mizelle (2011, p. 15):

The wild boar in particular was an important prey animal for hunters-gatherers across Eurasia for millennia. This predator-prey relationship evolved even as wild boar turned into pigs through a process of domestication that has been subject of much debate. Underlying all interpretations of domestication, however, is the malleability of suids, which gave them a wider range of possible relationships with humans than other domestic animals. As a result, there are numerous ways to keep pigs for the production of meat – ranging from free-range husbandry to sty-reared, urban and industrial agriculture – and a concomitant variety of human-pig relationships as well.

Com efeito, o porco é o animal mais consumido do mundo, constituindo-se como a principal fonte de proteína para a maior parte da humanidade (Mizelle, 2011). Somente no Brasil, a indústria da produção suína movimenta cerca de 1,5 bilhão de dólares anuais (Pedrosa et al., 2015). Em 2015, o rebanho suíno brasileiro contava com 40,33 milhões de cabeças. Segundo o IBGE (2015), estes números fazem da suinocultura brasileira a quarta maior do mundo, perdendo apenas para a China, a União Europeia e os Estados Unidos. Em todos estes lugares, populações domésticas e de vida livre do *Sus scrofa* estabelecem relações de maior ou menor contato e proximidade territorial, a se depender do grau de intensificação e tecnificação dos sistemas produtivos.

Quanto a este ponto, é preciso recordar que javalis e porcos domésticos constituem uma mesma população mendeliana, isto é, um conjunto de indivíduos capazes de se reproduzir sexuadamente a partir do compartilhamento de um patrimônio genético comum. Em que pesem suas diferenças fenotípicas e comportamentais, eles não deixam de ser variedades ou linhagens

diferentes de uma mesma espécie, separadas por milênios de interação com o ser humano e seleção artificial. Esta separação, todavia, está sempre na iminência de ser superada, na medida em que são muitos os casos documentados de fuga e asselvajamento. Em suas considerações sobre a domesticação dos suínos, Leroi-Gourhan (1984b, p. 85) ressalta, por exemplo, que “um velho varrasco que viva numa semiliberdade ganha, evidentemente, grande semelhança com o javali”.

Em verdade, diversos sistemas de criação suína ao redor do globo são pautados pela circulação constante destes animais entre momentos de maior ou menor controle humano, o que parece corroborar de maneira muito precisa a tese de Jean-Pierre Digard (1988, 1995, 2012a) sobre o caráter processual e reversível da domesticação. A etnografia e arqueologia melanésia, em particular, são pródigas de exemplos desta tendência oscilatória, como bem demonstram os trabalhos de autores como Roy Rappaport (1984) e Pierre Lemonnier (2006b, 2012).

Entre os Baruya da Nova Guiné, os suínos se colocam a meio caminho entre o ambiente cultivado da aldeia e o ambiente selvagem da floresta, representando ao mesmo tempo um índice de prestígio social e uma fonte infindável de problemas. Sua agência depredatória de hortas e roçados exemplifica bem a tese, levantada no item anterior, de que a indisciplina (*unruliness*) e a resistência de certos entes aos dispositivos erigidos para controlá-los acabam produzindo controvérsias e desacordos entre os próprios seres humanos. Conforme o vívido relato de Lemmonier (2012, p. 23):

Pigs are nevertheless part of the Baruya universe. In particular, the damage a single pig can do in one night when roating for tubers is amazing. Most of the gardens are therefore enclosed to prevent pigs from getting in and ravaging the crops. Most pigs are domesticated, but feral males roam near the gardens. All domesticated pigs are castrated, and reproduction relies exclusively on encounters of the sows with feral boars wandering in the vicinity of the village and gardens. These animals do not like raw taros, but they love sweet potatoes and try to sneak in every garden, even though all Baruya gardens are fenced. As a result, together with adultery and pig stealing, damaging a garden or a fence is one of the main reasons for feuding. In the case of pig damage to a garden, the owner of the garden complains about the manners of a badly raised or unwatched pig, while the owner of the accused pig deplors the scandalous state of the fence.

O próprio termo “javeli”, em português, origina-se do árabe *djabali*, e quer dizer “porco montês”, isto é, aquele que vive nas aforas do ambiente cultivado. Ressonâncias deste termo podem ser encontradas ainda hoje no termo espanhol *montería* - ou *montaria*, em português

européu –, outra forma de designar a *caza mayor*. Quanto a este ponto, é interessante registrar que no Sul da Espanha e Portugal a caça ao javali se dá e nos mesmos ambientes habitados pelos porcos domesticados de vida semilivre empregados na produção de embutidos tradicionais, como o célebre *jamón ibérico*. Durante uma parte do ano, ambas as populações se alimentam do mesmo recurso alimentar, a *bellota* ou bolota, fruto das plantas do gênero *Quercus*.

Em *Par-delà Nature et Culture*, Philippe Descola (2005) relembra que estas franjas periféricas do meio agrícola e pastoril sempre fizeram parte do imaginário europeu (antigo e medieval) a respeito do selvagem; não só como domínio espacial oposto à segurança do *domus* e do *ager*, mas também como uma espécie de potência que atravessa os seres que nele vivem. Conforme Bertrand Hell (2001), esta potência seria simbolizada pelo tema do “sangue negro” no mundo da caça europeia, isto é, do caráter espesso, ao mesmo tempo atrativo e perigoso, do fluxo vital da caça maior, mormente cervos e javalis machos, cujo consumo teria a capacidade de asselvajar aqueles que o fazem.

Neste sentido, é interessante notar que um dos mecanismos mais frequentes de apascentamento dos suínos em sistemas criatórios de vida semilivre é, como relata Lemonnier (2012) a respeito dos Baruya, a castração dos machos que se deseja próximos, deixando os varrascos selvagens encarregados da reprodução. De um ponto de vista simbólico, percebe-se aí uma economia sexual da domesticação em que o “dentro” da cultura necessita ser periodicamente fecundado por um “fora” da natureza ou do selvagem, presente também, como relembra Hell (2001), na mística do “sangue negro” da caça europeia.

No Brasil, o termo “porco-monteiro” é empregado no Pantanal para se referir às populações de suínos asselvajados presentes na região desde o século XIX, feralizados, muito provavelmente, em decorrência dos movimentos demográficos causados pela Guerra do Paraguai (Desbiez et al., 2011). Em *O rastro da onça*, Sússekind (2014) descreve o porco-monteiro como um alvo muito frequente da caça de subsistência, mas também de uma série de agenciamentos técnicos análogos ao do pastoreio. De acordo com a percepção local, o porco-monteiro é um suíno doméstico que “alonga para o mato”, tornando-se selvagem (Sússekind, 2014, p. 57). Esta deriva desdomesticatória, no entanto, não exime os porcos de vida livre de passarem por procedimentos típicos do pastoreio, como a castração, a marcação e a engorda.

Em média, os javalis adultos possuem entre 90 e 120 quilos. No entanto, o cruzamento com porcos domésticos ou domésticos feralizados frequentemente produz animais

significativamente maiores, que podem superar a marca dos 200 quilos. Evidentemente, o porte dos suídeos também varia conforme uma série de fatores, como as condições de forrageio oferecidas pelo ambiente onde se encontram. Embora onívoros, existe uma prevalência vegetal na sua alimentação, que chega a corresponder a 80% do volume gástrico analisado (Albarella et. al., 2007). A parcela destinada à proteína animal na dieta do *Sus scrofa* também varia de acordo com a disponibilidade do meio, aumentando conforme a escassez de fontes vegetais.

O sentido mais desenvolvido na espécie é o olfato, que possui grande importância na constituição do seu mundo perceptual. Fenotipicamente, há duas marcas indefectíveis do javali dito “puro”: a presença de presas expostas²⁷ e a pelagem raiada quando nasce, que passa a escurecer e se unificar cromaticamente somente depois dos dezoito meses de vida. Estas características dominam geneticamente sobre aquelas típicas dos porcos domésticos, de modo que, dentre as diversas espécies de criação, o porco é aquele que apresenta a maior probabilidade de asselvajamento, tanto morfológico quanto etológico (Albarella et. al., 2007).

Apesar do recorrente emprego do termo “javali”, as populações de suídeos asselvajados que circulam na APA do Ibirapuitã e região são, como os porcos-monteiros do Pantanal, populações mescladas, formadas por sucessivos encontros entre javalis “puros”, porcos domésticos e porcos domésticos feralizados. Embora seja difícil precisar quando estes animais começaram a se espalhar com mais intensidade pela região, tem-se notícia de que os primeiros espécimes “puros” de javali europeu foram trazidos ao Cone Sul no início do século XX, para fins de criação e caça. Inicialmente, o animal foi introduzido na província argentina de La Pampa, tendo cruzado os Andes e adentrado o Chile por volta de 1958 (Skewes et. al., 2012)²⁸.

Para o contexto uruguaio, Lombardi et. al. (2007) mencionam o caso do aristocrata argentino Aarón Anchorena (1877-1965), responsável pela introdução deste e outros organismos exóticos naquele país, como o cervo indiano axis (*Axis axis*), o álamo branco (*Populus alba*) e mais de cinquenta variedades de eucalipto. Todas estas espécies foram reunidas por Anchorena em sua estância homônima, localizada no departamento de Colônia, que hoje serve de residência de verão da presidência daquele país. Ao longo do último século,

²⁷ O que o faz ser chamado também de *navalheiro*.

²⁸ Em meu estágio doutoral na Universidade de Aberdeen, entrei em contato com o pesquisador chileno Sebastián Benavidez Pelayo, que me forneceu informações valiosas sobre a situação do *Sus scrofa* em seu país. Embora não fossem o foco principal da sua pesquisa, os javalis acabaram sendo atores importantes na etnografia de Pelayo, realizada num Parque Nacional no sul do Chile, região da Araucanía. Ao contrário do Pampa, o ambiente onde Pelayo realizara sua investigação era florestal, de maneira que foi possível contrastar, em nossas conversas, as diferentes interações estabelecidas com o animal a partir das *affordances* (Gibson, 1979; Reed, 1988), ou possibilidades de ação, que cada tipo de ambiente oferece.

o *Sus scrofa* prosperou no Uruguai, tendo sido declarado praga nacional (1982) e espécie de livre caça (1996).

Ainda segundo Lombardi e seus colegas (2007), as prováveis subespécies introduzidas por Anchorena em sua estância seriam o *Sus scrofa scrofa* e o *Sus scrofa attila*, tomando-se por referência a distribuição autóctone da espécie na época de sua introdução. Todavia, como bem sugere Crosby (2011) a partir dos relatos de viagem de Charles Darwin e outras fontes, já existia certo contingente de porcos asselvajados vagando pelo Pampa desde antes do século XX, descendentes dos porcos trazidos pelos europeus durante a colonização. Descrições destes suínos ferais podem ser encontradas em relatos de viajantes como o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, decorrida entre 1820-1821, assim escreve o naturalista (2002, p. 225):

Os habitantes dessa cabana, conforme disse-me meu guia, não possuem animais; mas vivem da carne de porcos selvagens que apanham com o laço. Esses animais são os porcos domésticos que escaparam para os campos e aí se reproduzem prodigiosamente. Têm a mesma origem que os cachorros e os jumentos selvagens.

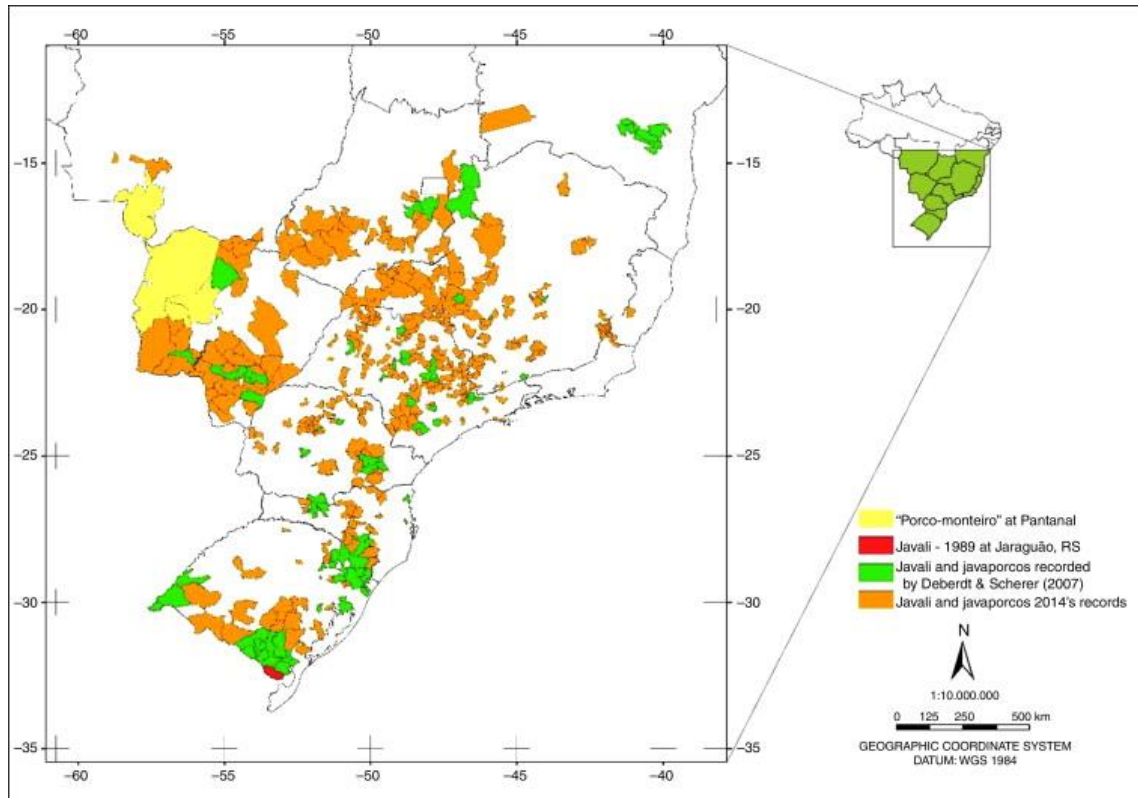
Conforme Pedrosa et al. (2015), no entanto, seriam identificáveis três grandes ondas de disseminação massiva do animal no Brasil, quantitativamente distintas destes casos particulares de feralização. A primeira onda, representada pelo porco-monteiro, remonta, como vimos, ao século XIX. A segunda onda, centrada na fronteira sul, teria sido desencadeada pelos descendentes dos espécimes importados por Anchorena, em finais da década de 1980. De acordo com Debert e Scherer (2007), uma grande seca em 1989 teria permitido que os javalis asselvajados do Uruguai cruzassem o Rio Jaguarão na altura da cidade homônima, iniciando o processo de invasão na Campanha gaúcha.

Apesar da relativa independência migratória dos suínos, os autores ressaltam “ser consenso que boa parte dos animais foi trazida clandestinamente do Uruguai em caminhões, por pessoas interessadas na sua criação ou mesmo introdução com propósitos cinegéticos” (Debert; Scherer, 2007, p. 33). De fato, ao longo do trabalho de campo, escutei diversas explicações contraditórias para o aparecimento dos javalis na região. Todas elas, no entanto, sempre envolviam em alguma medida a questão do contrabando e tentativas frustradas de criação confinada, que teriam resultado em solturas feitas à margem do conhecimento dos órgãos ambientais e sanitários.

A terceira onda de dispersão identificada por Pedrosa et al. (2015) por fim, teria origem na importação de javalis europeus e canadenses para fins de criação e abate, durante os anos 1990, em vários lugares do Brasil, não só o Rio Grande do Sul. Ao contrário das duas ondas precedentes, esta terceira onda teria conferido escala verdadeiramente “continental” ao problema (idem, p. 84), dado o caráter difuso e descentralizado da dispersão ecológica por ela desencadeada. Durante aquela década, diversos suinocultores do centro-sul do país foram seduzidos pela perspectiva de melhoramento genético dos seus lotes domésticos através do cruzamento com o “sangue azul” dos javalis. Restaurantes e açougues de grife passaram a comercializar sua carne, e o porco selvagem virou matéria de alta gastronomia.

Com o passar do tempo, no entanto, o negócio demonstrou-se pouco lucrativo, de maneira que os criadores passaram a selecionar animais cada vez maiores e mais gordos para compensar, com carne, o investimento perdido na importação. Este processo resultou no agigantamento da linhagem híbrida em relação ao estoque importado original, de menor porte. Em 1998, já sensibilizado pela invasão no extremo-sul, o Ibama proibiu a importação de novos lotes e suspendeu o licenciamento de novos criatórios (Portaria 102 de 15/07/1998), o que levou, segundo os autores, a uma grande leva de solturas de javalis e javaporcos em vários pontos do país.

Em seu mapeamento do atual estágio da invasão suína no Brasil (mapa 2), Pedrosa e seus colegas (2015) identificaram a presença do *Sus scrofa* em 472 municípios brasileiros, sendo 253 no Sudeste, 133 no Sul, 75 no Centro-oeste e 9 no Nordeste. São Paulo é o Estado com o maior número de municípios atingidos (156), seguido de Minas Gerais (91) e do Rio Grande do Sul (55). Entre os danos atribuídos ao javali e suas cruzas, enumera-se a destruição e o pisoteamento de lavouras, o assoreamento de veios d’água, a predação de espécies autóctones, danos e ataques à produção animal, transmissão de zoonoses aos animais domésticos e até mesmo ataques a seres humanos.



Mapa 2: Distribuição da população feral de *Sus scrofa* no território nacional por município (2015). (extraído de Pedrosa et al., 2015).

Além disso, Barrios-García e Ballari (2012) registram que animais como o *Sus scrofa* comportam-se como “engenheiros ambientais” (*environmental engineers*), posto serem capazes de alterar as próprias configurações físicas do ambiente que invadem. Estas alterações impactam na hidrologia, nos ciclos de nutrientes do solo e nos processos de sucessão ecológica de diversos habitats. Na região norte do Rio Grande do Sul, por exemplo, a atividade dos porcos ferais tem ameaçado o ciclo de reprodução da araucária, pois seu hábito de revirar o solo em busca de comida impede que as novas sementes da árvore floresçam (Debert; Scherer, 2007).

Quando se olham as principais queixas contra o javali em nível nacional, destacam-se, acima de tudo, os danos auferidos pela agricultura. Em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, oeste catarinense e mesmo no planalto do Rio Grande do Sul, as lavouras de milho, soja, sorgo, trigo, arroz e outras culturas parecem ser o principal alvo da sua atividade predatória. Na Campanha, entretanto, ganham relevo os assaltos à pecuária, mormente à ovinocultura, o que explica a saliência dos criadores de ovelha nas imprecizações contra o javali na audiência pública anteriormente descrita.

Este reconhecimento da proeminência da ovelha na região, todavia, não resolve ainda a questão de por que se confrontaram, de maneira tão acirrada naquela circunstância, ovinocultores e inspetores veterinários, tendo por epicentro de discórdia as Declarações Anuais de Rebanho. Também não nos revela muito sobre as diferenças de percepção representadas por militantes animalistas e proprietários rurais a respeito de quem é a verdadeira vítima, exceto que uns possuem contato direto e dramático, e outros mais indireto e imaginado, com os suínos ferais e sua maneira de habitar o ambiente. Por fim, passa ao largo de outras controvérsias importantes identificadas nos relatos do início do capítulo, como aquelas envolvendo atiradores, Ibama e Exército em relação à burocracia envolvida no manejo.

O confronto entre pecuaristas e veterinários evoca tensões bastante idiossincráticas da região que, por sua complexidade e relação com o universo pecuário e fronteiriço da Campanha, deixarei em aberto para ser mais bem examinado no capítulo 3. Cabe salientar por ora, todavia, que ela coloca uma questão importante, observada inúmeras vezes ao longo da etnografia. Qual seja o reiterado discurso, entre agentes públicos de diversos níveis administrativos, de que ainda “faltam dados oficiais” sobre o javali. Dentre outros fatores, acredito que isto nos incita a pensar sobre a qualidade e a eficácia dos mecanismos de tradução entre o impressionismo fenomenológico dos relatos de ataque suíno, de um lado, e a linguagem analítica dos “centros de cálculo”²⁹ (Latour, 2004) do Estado, de outro.

Já as outras duas controvérsias - entre animalistas e afetados pelo javali, e entre estes, o Ibama e o Exército – transcendem o contexto local e creio serem mais pertinentes para se pensar, por ora, de que maneira a questão do javali atualiza e manifesta disputas mais gerais sobre os animais e o manejo do meio ambiente hoje em curso na sociedade brasileira. Assim, as próximas páginas são dedicadas ao seu exame, o que o faço à luz dos efeitos produzidos no real pela liberação definitiva da captura e abate do *Sus scrofa* no Brasil.

1.3 – A querela dos urbanos e dos rurais

Iniciemos, pois, com a controvérsia entre defensores dos animais e querelantes contra o javali. Além do seu distanciamento socioespacial – os primeiros, na capital do Estado; os

²⁹ “Qualquer lugar onde as inscrições são combinadas, tornando possível algum tipo de cálculo. Pode ser um laboratório, um instituto de estatística, os arquivos de um geógrafo, um banco de dados etc.” (Latour, 2001, p. 346).

segundos, no interior -, o foco do seu desacordo é bastante obvio: para uns, o javali seria uma vítima da sociedade humana; para outros, uma ameaça à agricultura, à pecuária e, como bem defendeu um dos ovinocultores presentes à audiência pública em Livramento, à própria sobrevivência da “cultura gaúcha”, simbolizada pela ovelha “na fotografia”. Mas qual seria, como nos incita a pensar Venturini (2010), a concordância subjacente a este desacordo? Isto é, sobre que ponto os vários agentes concordam em discordar?

John Knight (2000, p. 17), na introdução à sua coletânea sobre conflitos entre sociedade e vida selvagem, assinala que enquanto a ideia do animal nocivo remete a uma ameaça natural sobre o mundo da cultura, “o simbolismo da conservação da vida selvagem é baseado numa ameaça cultural à natureza”. Não são poucos, neste sentido, os conflitos existentes entre o setor rural e iniciativas de conservação de espécies biológicas, principalmente aquelas que, muito embora carismáticas e elevadas à condição de espécie-bandeira³⁰, causam algum tipo de dano à produção agrícola e pecuária. É o caso, por exemplo, da onça-pintada e sua contraposição ao gado bovino no imaginário pantaneiro, tal como descrito por Sússekind (2014). Raphaël Larrère (1999), por sua vez, relata o conflito colocado entre iniciativas de reintrodução do lobo e criadores de ovelhas nas imediações do Parque Nacional de Mercantour, França.

Nestes dois casos, opõem-se animais nativos ou nativos reintroduzidos que, via de regra, gozam da simpatia dos ambientalistas e do grande público, apesar de serem vistos com reserva e até mesmo hostilidade pelo setor rural. Inversamente, há casos como o do búfalo no Amapá, bem querido e prestigiado pelo setor rural, mas encarado com desconfiança pelo ambientalismo por ser exótico e danoso ao meio (Stoekli, 2015). No caso do javali, um animal exótico, pouco carismático, odiado pelo setor rural e encarado como ameaça *também pelo ambientalismo*, o conflito parece configurar-se de maneira um tanto diferente, restando apenas a militância animalista para defendê-lo na esfera pública.

Como já examinei em outra oportunidade (Sordi, 2010), ambientalismo e direitos animais nem sempre convergem, sendo muitas as situações em que se colocam em campos opostos numa mesma discussão. De fato, as reticências do setor ambiental com a caça ao javali são ordem conjuntural e não se referem à defesa do animal em si. Em linhas gerais, instituições como o Ibama e o ICMBio entendem que ainda não existem dados suficientes para se afirmar que os melhores métodos de controle do animal são aqueles de natureza cinegética com o

³⁰ Espécies-bandeira são animais, normalmente vertebrados, escolhidos para simbolizar uma causa ambiental. Um bom exemplo é o urso polar como representante dos danos causados pelo aquecimento global no Ártico.

emprego de armas de fogo, embora os autorizem baseados no princípio de precaução. Temem, sobretudo, que a consolidação de uma cultura de caça ao javali no Brasil transborde para outras espécies, nativas e protegidas; à parte dos riscos sanitários decorrentes da circulação de carcaças, e de segurança pública envolvendo o extravio de armas de fogo para além do mundo da caça.

Quanto a este ponto, é relevante que o único agente público que vi esboçar algum tipo de advocacia em nome do javali ao longo da pesquisa foi a deputada estadual Regina Becker (Rede), identificada, justamente, com o universo da proteção animal urbana em Porto Alegre³¹. Isto ocorreu durante uma audiência pública sobre o javali realizada na Assembleia Legislativa gaúcha, em 25 de junho de 2015. Naquela ocasião, como em Livramento e Rosário do Sul³², uma série de vozes se levantara contra o animal e sua potência destrutiva, além das habituais queixas do setor rural em relação ao Ibama, à Secretaria Estadual da Agricultura e os órgãos de segurança pública. A Federação Gaúcha de Caça e Tiro (FGCT), tradicional entidade cinegética do Estado, se fazia presente; e um guarda-parque da Reserva Biológica da Serra Geral, localizada em Maquiné, classificou o *Sus scrofa* de “nosso maior inimigo”.

Em sua fala, Regina Becker alegou compreender as situações vividas pelos produtores rurais, mas afirmou que para além do dano ambiental e agropecuário, havia também no javali uma questão de natureza ética. Citou certo vazio legal em relação aos direitos dos animais no Brasil, e perguntou se os presentes não achavam que a prática de caça, assim como a circulação de armas de fogo, não acabaria por incutir ainda mais violência no campo, dado um contexto histórico de extrema agressividade das relações interpessoais no Rio Grande do Sul³³.

Em nível nacional, a principal arena de confronto entre amigos e inimigos do javali é a internet. Diversos trabalhos recentes têm apontado para a importância das redes sociais na consolidação da causa animal contemporânea (Lewgoy et al., 2015; Ferrigno, 2016; Sordi, 2010; 2013). É interessante notar, em contraponto, o quanto estes mesmos mecanismos têm sido fundamentais para o estabelecimento de intercâmbios entre caçadores e manejadores do

³¹ Sobre este universo, ver Lewgoy et al., 2015.

³² Trata-se de outra audiência pública de que participei, no dia 12/05/2015. Requerida pelo então vereador e criador de ovinos Eduardo Ustra Ribeiro (PDT), tem ligação direta com a audiência realizada treze dias depois em âmbito estadual: estava presente, nesta situação, um assessor parlamentar do deputado Gilmar Sossela, do mesmo partido de Eduardo e proponente da audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da ALRS. Nesta última, Eduardo foi um dos primeiros convidados a falar em nome dos pecuaristas familiares da Campanha.

³³ Nesta mesma época, Regina Becker conduzia uma disputa com as religiões de matriz africana a respeito de um projeto de lei de sua autoria que limitava e disciplinava o sacrifício religioso no espaço público. O projeto acabou arquivado.

javali no Brasil, sobretudo após a legalização dos abates. No Facebook, destaca-se a página *Aqui tem javali*, coordenada pelo engenheiro agrônomo Rafael Salerno e “curtida” por mais de cem mil usuários.

Formado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Salerno circula tanto no mundo acadêmico da pesquisa em ecologia sobre o javali, quanto no universo cinegético do seu manejo. Veremos mais adiante que não é o único, sendo relativamente frequente este duplo pertencimento social. É um dos autores do mapeamento da situação da espécie aqui citado (Pedrosa et al., 2015), e exerce um papel importante na animação e administração dos *posts* da página. As postagens são diárias e, na maior parte das vezes, mostram fotos de animais caçados junto com seus abatedores, em diversos estados brasileiros, nas mais diversas situações. Algumas vezes, animalistas visitam a página e deixam comentários desabonadores que evoluem para discussões acaloradas.

O principal argumento exposto na página contra as invectivas animalistas diz respeito à pouca familiaridade dos mesmos com o bicho em nome do qual advogam na esfera pública. Assinala-se, ademais, que o discurso por direitos animais é um fenômeno eminentemente urbano e elitizado, pertencente à nebulosa de significados hoje atribuídos ao que se convencionou chamar de “politicamente correto”. A caça ao javali, por outro lado, é tratada como atividade ao mesmo tempo necessária e prazerosa, própria de quem cultiva laços fortes, existenciais e duradouros com o universo rural e natural. Nestas postagens, há uma visível predominância masculina, embora imagens de caçadoras e manejadoras mulheres não sejam infrequentes.

A ideia de uma conexão profunda com a natureza e o selvagem fornecida pela caça³⁴ é uma constante em vasta literatura apologética sobre o assunto (Jones, 2001; Delibes, 2009, 2010). José Ortega y Gasset (2007), por exemplo, defende que a caça faz o homem moderno reencontrar-se com o homem paleolítico. Também é evocada por diversas etnografias a seu respeito. Heidi Dahles (1993), Garry Marvin (2000, 2006, 2007, 2010a, 2010b), Maxim Michaud (2010), Roberto Sánchez Garrido (2006, 2009), Sergio Dalla Bernardina (2009), entre outros, registram a recorrência de temas como tradição, autenticidade, rusticidade,

³⁴ Trato aqui, evidentemente, da caça desportiva, realizada em contextos modernos. As ressonâncias cosmológicas da caça de subsistência em contextos não ocidentais são bastante conhecidas, principalmente por meio da etnologia ameríndia e circumpolar (Bird-David, 1994; Fausto, 2001, 2002; Bechelany, 2012; Viveiros de Castro, 2011, 2015; Ingold, 1976, 1980, 2000, 2012; Anderson, 2015; Knight, 2012; Oma, 2010; Willerslev, 2012; entre outros).

companheirismo e bravura nos discursos ênicos sobre a caça, além de certo apelo melancólico envolvendo as transformações no campo acarretadas pela modernização.

De acordo com este imaginário, o encontro direto e violento com o animal instaura uma relação de implicação máxima com o ambiente e a paisagem - bem diferente, portanto, de uma relação meramente contemplativa e idealizada com a natureza e os animais. Conforme Hell (2001), essa experiência de implicação máxima é simbolizada na cultura venatória da Europa setentrional sob a figura da *Jagdfieber*, uma espécie de “furor cinegético” que acometeria os caçadores quando imersos no ambiente e em contato com o “sangue negro”, selvagem e indomável, das suas peças³⁵.

O tema da alimentação carnívora, naturalmente, também se faz notar nessas discussões. Nas reações dos caçadores às críticas dos animalistas, estes últimos são frequentemente referidos como “veganos”, o que se aplica a apenas uma parte do seu conjunto. De todo modo, aqueles que se colocam contra a caça, mas mantêm uma alimentação carnívora, são ainda mais reprochados, haja vista a contradição entre seu discurso e sua prática. Ao contrário do consumidor urbano, separado do animal pelas múltiplas etapas da cadeia produtiva, o caçador se vê como um sujeito que realmente “vai atrás” da carne que consome; como alguém que não delega esse trabalho e assume de forma visceral o princípio cosmológico segundo o qual a vida se alimenta da morte³⁶.

Do outro lado da controvérsia, a página *Ocupa Ibama – pare o massacre dos javalis no Brasil* conta com cerca de cinco mil “curtidas” e é abastecida de propaganda anticinegética com menos regularidade. Muitos dos materiais aí postados provêm justamente das redes virtuais de caçadores, sob a forma de denúncia. Além dos javalis, os animalistas alegam defender também os interesses dos cães empregados na captura dos suídeos asselvajados, ao que os caçadores rebatem contrastando a liberdade de seus cães de perseguição e agarre com o mundo

³⁵ Sobre as similaridades deste furor cinegético com o contexto ameríndio, ver Fausto (2001, 2002), Bechelany (2012).

³⁶ Em *Apologie du Carnivore*, (2011a) procura dar sustentação filosófica e etológica a um ponto semelhante. Segundo ele, o argumento de proximidade com os animais alegada pelo vegetarianismo ético implicaria, na verdade, em um afastamento humanista e ascético em relação à animalidade que habita o homem. Na crítica dos caçadores aos consumidores urbanos de carne, ademais, reluz a distinção proposta por Noelië Vialles (1987) entre *sarcofagia* e *zoofagia*.

claustrofóbico dos animais de estimação, confinados em seus apartamentos e antropomorfizados pelo universo urbano de classe média³⁷.

Em suma, do início ao fim, este debate tem como pano de fundo a contraposição entre dois regimes de implicação com o ambiente e os animais, isto é, o modo de habitar o mundo (Ingold, 2000) característico de caçadores e demais sujeitos do universo rural, de um lado, e aquele de indivíduos liberais de classe média urbana, de outro. Não por acaso, um autor bastante cético em relação às reivindicações animalistas, como Digard (2009, p. 98), sustenta que as relações estabelecidas por esta militância com os bichos que (“supostamente”) dão voz seriam de ordem “imaginária” (*fictif*), especulativa. Francis Wolff (2009), por sua vez, critica a própria categoria de “animal” empregada pelo animalismo, já que a considera genérica e indiferente às relações concretas estabelecidas entre humanos e bichos.

Outro aspecto que parece estruturar esta controvérsia – e do qual ela também é metonímica - tem a ver com o padrão de interações delineado pela cibercultura contemporânea, sobretudo nas discussões de cunho político nas redes sociais. De fato, creio ser um tanto difícil qualificar os enfrentamentos virtuais entre amigos e inimigos de javalis como um “debate”, se nos pautarmos aqui por uma perspectiva normativa sobre a opinião pública de tipo habermasiano, orientada pela busca de um consenso e modulada por diferentes níveis de mediação (Habermas, 1984). Ao contrário, tudo sugere a vigência de uma lógica de confronto imediato entre uns e outros, onde o *meme*, o *hoax* e a frase de efeito têm prevalência sobre outras formas de argumentação³⁸.

É preciso salientar também, por fim, o quanto toda esta discussão emerge dos paradoxos criados pela própria legislação ambiental brasileira, que não deixa suficientemente claro o papel da caça no manejo dos recursos naturais. Com isso, não quero dizer que militantes animalistas silenciariam ou se acomodariam frente ao fato da caça ser absolutamente liberada no Brasil, se assim o fosse. Prova disso é a importância da propaganda anticinegética para a causa animal em países nos quais a caça desportiva e sua regulação são mais bem estruturadas, como Espanha, Alemanha e Uruguai. No entanto, é visível que os vazios e paradoxos produzidos pela legislação sobre fauna no Brasil – ou melhor, pelo choque entre as categorias legais brasileiras

³⁷ Em 11/07/2016, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, veiculou uma reportagem sobre a caça do javali no Brasil com ênfase na questão dos maus-tratos sofridos pelos cães de agarre. A divulgação da reportagem resultou na cassação da licença dos caçadores acompanhados pela reportagem.

³⁸ *Meme* é o conteúdo virtual, normalmente uma imagem acompanhada de uma legenda, de reprodução rápida (“viral”) nas redes sociais. Já o *hoax* refere-se ao conteúdo falso postado na internet sob a forma de piada.

e a instabilidade ontológica do *Sus scrofa* entre o selvagem e o doméstico, o exótico e o nativo - cria janelas de oportunidade que ambos os grupos visam mobilizar a favor dos seus interesses.

Assim, contra o que classificam como “abusos” permitidos pelo Ibama, muitas das postagens da página *Ocupa Ibama* exortam o Ministério Público Federal (MPF) a interceder em favor dos javalis, a partir da legislação consolidada sobre maus-tratos aos animais selvagens. Por outro lado, na época em que a caça do javali estava expressamente suspensa pelo Ibama (entre 2010 e 2013, devido aos efeitos de outra Instrução Normativa que examinaremos a seguir), controladores e proprietários rurais albergavam-se em exceções criadas pelo próprio ordenamento jurídico, como a proteção do sistema agropecuário contra pragas, os tratados internacionais sobre invasões biológicas assinados pelo Brasil, a partilha de responsabilidades entre os entes federativos sobre o meio ambiente, e também interpretações diversas do direito de legítima defesa da propriedade.

Perguntávamos, no início deste item, qual seria o ponto de concordância subjacente às discordâncias que perpassam a controvérsia. Neste sentido, o descontentamento de *ambos os grupos* com os efeitos da IN 03/2013 parece-me bastante eloquente. Ao fim e ao cabo, como bem ilustram as queixas levadas à audiência pública em Livramento a defesa pública do javali em Porto Alegre, a resposta do Estado à questão do javali não agrada nem a uns nem a outros, e ambos situam o sistema nacional de proteção ao meio ambiente (legislação, Ibama, ICMBio, secretarias estaduais, etc.) no centro de suas críticas. Mas o que diz a legislação brasileira sobre caça? Como se posicionam os órgãos estatais de proteção ao meio ambiente a este respeito? Que janelas ela abre para amigos e inimigos de javalis?

1.4 – Configurações legais: “botar a mão no bicho”

Em seu preâmbulo de “considerandos”, a IN 03/2013 enumera nada mais, nada menos que treze normativas diferentes, entre artigos da Constituição Federal, leis complementares, decretos-leis e decretos presidenciais, resoluções, portarias administrativas e instruções técnicas de diferentes órgãos e autarquias da administração federal. Já de início, isto ilustra a arborescência e a pluralidade de respostas do Estado brasileiro à questão das EEIs, na esteira do que descrevem Oliveira e Machado (2009) sobre este ponto. No que concerne especificamente à caça, destacam-se as leis 5.197 de 3 de janeiro de 1967 (Lei de Proteção à Fauna) e 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

Esta primeira norma, instituída durante a ditadura militar (1964-1985) e curiosamente conhecida como “Código de caça”, reitera o caráter dos animais selvagens propriedade do Estado³⁹ ao mesmo tempo em que proíbe sua “utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha” (Art. 1º). O Artigo 2º proíbe expressamente a caça profissional no Brasil. Todavia, o inciso primeiro do Artigo 1º admite que “se peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal”. O Artigo 6º, por sua vez, determina que o Estado estimulará “a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoristas de caça e de tiro ao voo objetivando alcançar o espírito associativista para a prática desse esporte”.

Já a segunda lei, inserida no contexto da Nova República e da Constituição Federal de 1988, impõe pena de detenção de seis meses a um ano e multa para quem “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória”. Tudo isto, no entanto, “sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente” (Art. 26). O Artigo 37, por fim, determina que o abate de animal silvestre não será considerado crime ambiental se realizado:

I - em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;

II - para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;

(...)

IV - por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.

Cabe notar que o texto original da lei também citava os casos de “legítima defesa” envolvendo o ataque de animais ferozes (Art. 37, III). Este inciso, no entanto, foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso devido ao consenso, na doutrina jurídica brasileira, de que o instituto de legítima defesa pressupõe a reação a uma agressão *intencional*, o que, nos termos antropocêntricos da tradição romano-germânica, só poderia ser atribuído a seres humanos. Atinente a este ponto, Macedo et al. (2013) salientam que a questão da legítima defesa envolvendo ataques de animais selvagens é uma questão ainda controversa no direito

³⁹ Isto já havia sido feito por Getúlio Vargas no decreto-lei 24.645 de 10 de julho de 1934, primeira legislação em torno dos maus-tratos aos animais.

ambiental brasileiro, sobretudo em contextos rurais e/ou afastados dos centros urbanos onde existe coabitação com grandes felinos.

Outro documento citado nos “considerandos” da IN 03/2013 é a Instrução Normativa n. 141 de 19 de dezembro de 2006 do Ibama, que regula o controle e manejo de fauna sinantrópica nativa. Por “fauna sinantrópica nativa”, a norma entende:

populações animais de espécies silvestres nativas ou exóticas, que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanente, utilizando-as como área de vida (Art. 2º, IV).

Trata-se, em linhas gerais, de um bom exemplo de categoria científica transmutada em categoria legal, já que o conceito de sinantropia é largamente utilizado no contexto da ecologia e, particularmente, no contexto da biologia das invasões (Simberloff, 2013; Pearce, 2015). Em seu artigo 4º, a IN 141/2006 enumera uma série de seres vivos cujo controle pode ser feito sem a necessidade de autorização especial por parte do Ibama:

§1º - Observada a legislação e as demais regulamentações vigentes, são espécies passíveis de controle por órgãos de governo da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente, sem a necessidade de autorização por parte do Ibama:

a) invertebrados de interesse epidemiológico, previstos em programas e ações de governo, tal como: insetos hematófagos, (hemípteros e dípteros), ácaros, helmintos e moluscos de interesse epidemiológico, artrópodes peçonhentos e invertebrados classificados como pragas agrícolas pelo Ministério da Agricultura;

b) artrópodes nocivos: abelhas, cupins, formigas, pulgas, piolhos, mosquitos, moscas e demais espécies nocivas comuns ao ambiente antrópico, que impliquem transtornos sociais ambientais e econômicos significativos;

c) animais domésticos ou de produção, bem como quando estes se encontram em situação de abandono ou alçados (e.g. *Columba livia*, *Canis familiaris*, *Felis catus*) e roedores sinantrópicos comensais (e.g. *Rattus rattus*, *Rattus norvegicus* e *Mus musculus*);

d) quirópteros em áreas urbanas e peri-urbanas e quirópteros hematófagos da espécie *Desmodus rotundus* em regiões endêmicas para a raiva e em regiões consideradas de risco de ocorrência para a raiva, a serem caracterizadas e determinadas por órgãos de governo da Agricultura e da Saúde, de acordo com os respectivos planos e programas oficiais;

e) espécies exóticas invasoras comprovadamente nocivas à agricultura, pecuária, saúde pública e ao meio ambiente.

§2º - Para as demais espécies que não se enquadram nos critérios estabelecidos nos itens anteriores, o manejo e controle somente serão permitidos mediante aprovação e autorização expressa do Ibama.

Por tudo que foi dito até aqui, é forçoso reconhecer que o *Sus scrofa* pode ser incluído tanto no item “c” do §1º, sob o ponto de vista da feralização, quanto no item “e” deste mesmo parágrafo, sob o ponto de vista da introdução biológica. O Ibama indica entender, entretanto, que o javali configura um caso especial - incluído no §2º, portanto - já que o faz objeto de uma instrução normativa à parte, a IN 03/2013, e que especifica pormenores do manejo com mais detalhe que a IN 141/2006.

É possível elencar uma série de hipóteses para este entendimento. Uma delas talvez seja o próprio porte do animal, bem maior, mais feroz e de manipulação mais complexa que as espécies citadas no §1º (invertebrados e vertebrados de pequeno e médio porte como ratos, pombos, cães e gatos). Outra hipótese é a necessidade de se saldar os problemas criados pela IN n. 08 de 17 de outubro de 2010, que não só revogara a autorização do controle populacional da espécie por meio de captura e abate em todo estado do Rio Grande do Sul⁴⁰, como proibia, em todo o país, “quaisquer atos de caça de espécies consideradas pragas, que afetem a agricultura, a flora nativa ou coloquem em risco a integridade humana sem que estudos prévios e pesquisas assim o determinem” (Art. 3º).

Assinada pelo então presidente do Ibama Aberlardo Bayma, a IN 08/2010 é uma espécie de marco miliar no conflito entre amigos e inimigos do javali. Até então, o órgão ambiental vinha emitindo, desde 2005, uma série de autorizações temporárias para a captura e o abate do animal, a maior parte delas restritas ao Rio Grande do Sul. Com a IN 08/2010, entretanto, o Ibama suspendia expressamente a caça do javali - não só no extremo sul como em todo o Brasil, estendendo ainda esta proibição a todos os animais considerados “pragas”. Do ponto de vista dos manejadores, esta peça legal foi considerada um grande retrocesso, assim como uma recaída do Ibama frente à pressão da militância animalista.

Cerca de três anos antes, em 2007, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) havia emitido uma portaria regulamentando o abate de javalis e seus híbridos no Parque Estadual de Vila Velha. Por meio da organização não-governamental (ONG) Ecoforça, de Curitiba, esta autorização acabara repercutindo fortemente em redes animalistas do resto do país, como a revista eletrônica *O grito do bicho* e o portal de notícias sobre direitos dos animais *ANDA*. Em

⁴⁰ Esta autorização era efeito de uma Instrução Normativa precedente, a IN 71/2005.

um texto publicado em 17 de outubro de 2009, a diretora da Ecoforça Rosane Gniepper classificava a portaria do IAP como:

(...) a caça ao javali instalada de forma imoral em nosso estado, legalizada com a justificativa de conservação da biodiversidade local, apoiada por ambientalistas conservacionistas, para os quais a vida de uns não vale nada perante a vida de outros. Visão especista, antropocêntrica e interesseira. Quem se importa com a vida dos javalis? Nós nos importamos. E talvez nos importamos porque priorizamos a ética, além da técnica⁴¹.

É razoável supor que esta chamada de atenção para a questão do javali a partir do caso do Paraná tenha sido uma espécie de “momento inaugural” do *Sus scrofa* entre os objetos de preocupação do animalismo brasileiro. O período entre 2007 e 2010 assistiu a um enorme crescimento do tema “javalis” nas redes de direitos animais, de maneira que é bem possível se imaginar que os argumentos da militância tenham de fato influído na decisão do Ibama de se proibir os abates até que “estudos científicos” provassem sua real eficácia. Por outro lado, a rede *Aqui tem javali* também começou suas atividades nesta mesma época, estruturando-se inicialmente como um *pool* de interessados na liberação da caça.

Neste contexto, a partilha de responsabilidades entre os entes federados sobre o meio ambiente e a vigilância sanitária acabou produzindo efeitos no debate. Um mês após a promulgação da IN 08/2010, as Secretarias da Agricultura de Santa Catarina e Rio Grande do Sul reagiram à decisão do Ibama liberando o controle cinegético do animal em seus estados por tempo indeterminado. Em ambos os casos, evocava-se o disposto pela IN 141/2016 sobre animais exóticos nocivos à agricultura, pecuária, saúde pública e meio ambiente. Sob certos aspectos, o próprio surgimento de entidades como a Agaja durante este período, parece sintomático do umbral legal e da insegurança jurídica causada pela sobreposição de normativas contraditórias.

Todavia, um elemento bastante relevante para explicar a decisão do Ibama em promulgar a IN 03/2013, além de dar cabo da insegurança jurídica causada pela decisão de 2010, parece ser a condição de imobilidade que o próprio Estado brasileiro acabou se colocando frente ao animal ao suspender seu controle por meios cinegéticos. Esta imobilidade, que vários agentes públicos com os quais conversei qualificaram como uma situação que os deixava de “mãos atadas”, se dava em contraste às necessidades de acesso biopolítico ao animal

⁴¹Disponível em: <http://ps-artigos.blogspot.com.br/2009/10/quem-se-importa-com-vida-dos-javalis.html>, consultado em 27 nov. 2016.

demandadas por circunstâncias de outras ordens. Quanto a este ponto, é relevante a formulação proferida pela Dra. Virgínia Silva, a veterinária da divisão de suínos e aves da Embrapa citada na introdução. Segundo ela, foi somente após a promulgação da IN 03/2013 que “a gente pôde colocar a mão no bicho”. Mas o que isto quer dizer, exatamente?

No seu caso específico, viabilizar um projeto de estruturação do manejo sanitário de suínos de vida livre que vinha sendo demandado pelo Ministério da Agricultura desde 2010. Conforme Virgínia, **esta** demanda se inseria nos esforços da suinocultura brasileira tendo em vista a manutenção do status de zona livre de peste suína clássica (PSC) junto à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE). Por se tratar de uma doença comum a suínos domésticos e asselvajados, os protocolos da OIE sobre PSC passaram a exigir que o país apresentasse documentação comprobatória de monitoramento da situação sanitária de ambas as populações, o que só seria possível com o acesso legal do Estado aos animais para a realização de coletas, exames e outros procedimentos do tipo. Este acesso legal, por sua vez, só se efetivaria com a mudança do status do *Sus scrofa* de espécie protegida por lei para animal nocivo, capturável e matável.

Já no caso do ICMBio, “colocar a mão no bicho” significou incorporar em suas rotinas uma série de atividades de manejo que, não obstante o sombreamento jurídico a respeito da sua legalidade, acabava de qualquer modo ocorrendo nas unidades de conservação de uso sustentável, por conta e risco de seus habitantes. Na APA do Ibirapuitã, embora o monitoramento da circulação dos animais e o registro de seus avistamentos já viessem sendo feitos desde 2007 por Raul e Eridiane, a IN 03/2013 permitiu com que o órgão estabelecesse uma ponte de contato mais estável com os atiradores e proprietários rurais interessados no controle, além de fornecer um gabarito legal para sua atividade fiscalizatória.

1.5 – Domesticar a caça e o caçador

No tocante a este ponto, creio que do ponto de vista dos seus efeitos no real, a IN 03/2013 não se configura apenas como um instrumento jurídico que aclara o umbral anteriormente existente e estabiliza - no sentido de Latour (1994) - o estatuto do *Sus scrofa* como animal nocivo e ente matável perante a sociedade e o poder público. Sob outra perspectiva, ela se constitui também como dispositivo que incide sobre a própria agência dos controladores, ao torná-los parte de uma política pública que se dá no âmbito do próprio Estado.

Faço uso deste conceito de dispositivo à maneira de Giorgio Agamben (2009, p. 40), ou seja, como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Na ontologia proposta por este autor:

Temos assim duas grandes classes, os seres viventes (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos. Naturalmente as substâncias e os sujeitos, como na velha metafísica, parecem sobrepor-se, mas não completamente. Neste sentido, por exemplo, um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar de múltiplos processos de subjetivação (idem, p. 41).

É interessante notar que a categoria de *vivente*, mobilizada pelo autor em um sentido analítico, é também um termo do vocabulário êmico da Campanha, empregado, de ordinário, para se referir à pessoa, à criatura viva que estabelece relações. Ora, em relação às subjetivações que instaura nos viventes, talvez o principal ponto a ser notado na IN 03/2013 não seja tanto seu poder de tornar o javali matável aos olhos do Estado e da sociedade, mas sim *seu poder de obrigar os manejadores a matá-lo de um determinado modo*, matá-lo nos termos de sua economia governamental.

Assim considerada, a IN 03/2013 parece ter como objetivo internalizar e domesticar não apenas a feralidade dos javalis, mas também uma série de agenciamentos relacionados à aquisição violenta de outros seres vivos (Leroi-Gourhan, 1984b) que, de um ponto de vista metafórico ou concreto, são igualmente marcados por certa feralidade ou indisciplina (Hell, 2001; Jones, 2001; Marvin, 2000, 2006, 2007, 2010a, 2010b; Ortega y Gasset, 2007). Em outros termos, é como se o Estado procurasse capturar a *Jagdfieber* - o “furor cinegético” - dos manejadores (Hell, 2001) a seu favor; ou, como coloca Piero Leirner (2012, p. 39), “conjurar o devir selvagem” destas personagens à serviço de uma política pública⁴².

Em que medida os manejadores se veem contemplados por este enquadramento da sua atividade é algo que vale a pena ser discutido em pormenor. Em 17 de março de 2016, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizou uma audiência pública sobre o problema do javali no Brasil. A reunião havia sido solicitada pelo senador catarinense

⁴² Ou ainda, nos termos de Deleuze e Guattari (1997), poderíamos falar de uma captura da máquina de guerra “molecular” dos caçadores e suas matilhas pelo aparato de captura “molar” do Estado. Não coincidentemente, a figura da “matilha” é um dos tropos mais empregados por estes autores para falar do movimento de desterritorialização.

Dario Berger (PSDB), e contou com a presença de representantes do Ibama, secretarias estaduais da agricultura e meio-ambiente, entre outros órgãos oficiais. Presente no plenário, o também catarinense deputado federal Rogério Peninha Mendonça (PMDB) queixou-se da pressão anticinegética exercida por indivíduos do meio urbano, “mais acostumados com seus cachorros de apartamento” do que com as realidades vividas pelo setor rural. Rafael Salerno, sentado à mesa ao lado da senadora gaúcha Ana Amélia Lemos (PP), que presidia os trabalhos, concordou, afirmando que nos dias de hoje havia “um sério problema com ativistas da causa animal, sem compromisso nenhum com a sociedade”.

Citou, a título de ilustração, o trágico caso de um controlador que havia falecido recentemente, vitimado por um disparo acidental. O episódio havia sido publicado nas redes sociais de caçadores, e, como é de praxe nas guerras virtuais, acabou sendo divulgado também nos meios animalistas, em tom de desforra. Projetando as postagens destes últimos no telão, Salerno se disse chocado com o fato daquelas pessoas estarem comemorando a morte de um “cidadão de bem, pai de família”, que mal algum havia feito à sociedade⁴³. Em relação à IN 03/2013, classificou-a como um verdadeiro “fracasso”, já que, ao obrigar a prestação de contas trimestral de forma presencial nas sedes do Ibama, fugiria à realidade dos deslocamentos entre campo e cidade da maioria dos produtores rurais.

Da mesma maneira, questionou a destinação e o uso que o Ibama dava aos dados que os controladores eram obrigados a declarar, posto que, concretamente, as informações fornecidas em 2014 ainda não haviam sido sequer processadas em setembro de 2015. “Esses dados são para quem?”, perguntou retoricamente, emendando logo depois sua resposta: “para encher gaveta, basicamente”⁴⁴. Em sua interpretação, portanto, por meio da IN 03/2013, o Estado “havia passado ao proprietário rural uma responsabilidade que não é dele”, sendo mais fácil e

⁴³ O valor da vida humana é uma questão onipresente nas disputas ensejadas pelo animalismo. Neste sentido, o argumento segundo o qual os militantes da causa animal sobrevalorizam a vida dos animais em detrimento da dos humanos (ou de alguns humanos), é bastante frequente. Para Digard (2009), por exemplo, o animalismo ganha quase o caráter de um distúrbio moral produzido pelos paradoxos do sistema domesticatório contemporâneo. Ironicamente, chama-o de “animalitário”, num jogo de palavras entre “humanitário” e “totalitário”. Ortega y Gasset (2007), por sua vez, registra a insensibilidade de senhoras da alta sociedade britânica que, ao longo da Guerra Civil Espanhola, compadeciam-se publicamente apenas do sofrimento infligido pelo conflito sobre os cavalos, silenciando sobre e até mesmo aprovando o banho de sangue do povo ibérico, que consideravam inculto e bárbaro. Nos conflitos envolvendo animalistas e religiões africanas, o discurso da causa animal é acusado de racismo ambiental (Goldman, 2015; Lewgoy, 2016).

⁴⁴ Segundo o Ibama, desde 2013 foram registrados os abates de 4.600 javalis no Brasil. Há cerca de 12.000 controladores cadastrados em todo o país.

mais convergente com as necessidades do manejo a inclusão explícita do *Sus scrofa* junto aos animais nocivos citados no Art. 4º da IN 141/2006.

Naturalmente, a questão do armamento também fez parte do rol de assuntos discutidos nesta audiência. O deputado Peninha, por exemplo, queixou-se do Estatuto do Desarmamento, e solicitou apoio a seu projeto de lei (PL 3722/2012) que visa revogá-lo. Conforme o parlamentar, a população brasileira já havia se manifestado em referendo a favor da manutenção do direito de autodefesa, de maneira que a “vontade popular” deveria ser acolhida definitivamente pelo ordenamento jurídico federal.

Lembremos que o porte de armas no Brasil se divide em quatro categorias, reguladas pelo Exército e a Polícia Federal: atirador, caçador e colecionador, sob responsabilidade do Exército; e para defesa pessoal, sob a responsabilidade da PF. O registro junto ao Ibama como manejador de fauna exótica exige a emissão de Guia de Tráfego (GT) junto ao Exército, que, em abril de 2014, normatizou o tipo de armamento e munição que considera adequado para o abate do javali (Instrução Técnico-Normativa n. 1 de 30/04/2014). Esta norma não admite calibres inferiores a 6 mm (.240) para armas longas e 8,9 mm (.357) para armas curtas. No que tange ao poder de fogo, impõe energia mínima de 800 libras-pé (1.085 Joules) para armas longas e raiadas; 600 libras-pé (814 Joules) para longas de alma lisa; e 550 libras-pé (746 Joules) para armas curtas⁴⁵. São especificações técnicas que a DFPC considera seguras para o sacrifício dos animais sem maiores riscos, haja vista o grande porte e a dificuldade de se perfurar a couraça dos machos adultos.

Muitos interessados no manejo se queixam destas especificações, argumentando que elas não condizem com as situações verificadas no dia a dia do controle. Em 28 de maio de 2015, os gestores da APA do Ibirapuitã organizaram uma reunião técnica no Sindicato Rural de Rosário do Sul com o objetivo de constituir uma rede interinstitucional envolvendo vários agentes dos quatro municípios formadores da UC. Este projeto, denominado *Rede Javali Pampa*, tinha como principal meta ampliar o registro oficial e o monitoramento de ocorrência de javalis e seus híbridos, a partir da criação de uma base de dados comum. Embora o foco da reunião fosse o alinhamento de interesses e perspectivas em torno desta proposta, muitas reclamações habituais de controladores e proprietários vieram à baila, principalmente em

⁴⁵ A “alma” das armas diz respeito à presença ou não de estriamentos helicoidais no interior do seu cano que permitem uma maior precisão na hora do tiro. Possuem alma raiada as carabinas, os rifles (armas longas) e os revólveres (arma curta). As escopetas e espingardas, ambas longas, são de alma lisa.

relação às exigências do Ibama e do Exército. Para um dos presentes, por exemplo, o que o Exército dispunha em sua ITN não atendia às necessidades e condições da população afetada:

Hoje, o Exército permite um x de calibres com uma energia superior a tantos Joules. A maior parte das armas que nós temos aqui, como civis, não se enquadra nisso. Então o produtor não tem condições de se legalizar com o armamento que ele tem aqui, mesmo que ele queira (transcrição, maio de 2015).

De fato, as armas mais comuns entre os proprietários e controladores locais eram as espingardas de calibre .20 e os rifles de calibre .22, ambos inferiores ao recomendado pelo exército⁴⁶. Posteriormente, este mesmo personagem garantiu-me que os rifles .22LR já eram mais do que suficientes para o abate de javalis, desde que o atirador tivesse experiência com a arma, com o terreno e com o animal. O fato do javali estar parado ou em movimento, solto ou aprisionado (em uma gaiola, por exemplo), também influiria nessas avaliações de eficácia. Retornarei a estas questões sobre técnica e habilidade cinegética em momento apropriado.

Outro pecuarista presente recordou que, para se qualificar legalmente como manejador, a maioria dos proprietários não só teria de investir uma grande soma de dinheiro – dado o preço do equipamento recomendado pelo exército -, mas, também, converter seu registro de armas: da categoria defesa pessoal, junto à PF, para a de caçador desportivo, junto ao Exército. Ora, abater o javali por diversão não seria o interesse da maior parte dos afetados pela espécie, mas, justamente, defesa pessoal e patrimonial, de modo que não via sentido nesta troca de categorias. O fato é que, no final das contas, um dos grandes motivos gerais de desentendimento com o Estado, a subnotificação da presença e dos danos causados pelo javali, poderia estar sendo produzida pela própria normatização a respeito. Trocando em miúdos, talvez fosse o caso de que muitos proprietários estivessem deixando de procurar os órgãos oficiais pelo medo de serem punidos - fosse por não possuírem cadastro junto ao Ibama; fosse por não estarem em dia com a entrega dos relatórios de manejo; fosse por terem abatido os animais com armas não registradas; fosse pela atmosfera de insegurança jurídica geral ensejada por tantos regramentos superpostos.

A solução proposta pelo ICMBio na reunião técnica, e que constituía o cerne do projeto, era a criação de uma plataforma online, capaz de ser alimentada e acessada por qualquer uma das instituições formadoras da *Rede Javali no Pampa*, entre sindicatos rurais, inspetorias

⁴⁶ Esta norma se dá em convergência com a Lei de Proteção à Fauna (5.197/1967), que proíbe o abate de animais maiores que o tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*) com munição inferior ao .22.

veterinárias, secretarias municipais da agricultura e meio ambiente, órgãos de pesquisa, etc. As instituições ficariam responsáveis pelo preenchimento periódico de quatro formulários virtuais, a partir das informações fornecidas por quem as procurasse se queixando dos suínos ferais: um formulário sobre a *presença* de javalis na propriedade; outro sobre os *danos* causados pelos javalis à propriedade; e ainda mais dois formulários sobre os *abates* efetuados dentro da propriedade, sendo que um deles seria anônimo, de modo a não desencorajar o seu preenchimento por parte dos indivíduos receosos em se identificar.

Cerca de um mês depois, encontrei Eridiane na audiência pública da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. Ela apresentaria o trabalho de manejo do *Sus scrofa* realizado pelo ICMBio e seus parceiros na APA do Ibirapuitã. Ao final da reunião, perguntei-a sobre como andava o preenchimento dos formulários do projeto piloto da rede. Sua resposta não veio em tom de grande animação. Mesmo com o questionário anônimo, poucos formulários haviam sido entregues até então. Os dados continuavam fragmentados e dispersos.

1.6 – O javali na Grã-Bretanha: à guisa de comparação

Antes de passarmos para o próximo capítulo, creio ser interessante pontuar alguns elementos a respeito do manejo do *Sus scrofa* em outra realidade nacional. O caso do Reino Unido chama atenção porque ao contrário das nações americanas, este país tem seu território incluído na zona de distribuição natural da espécie. No entanto, sua população original de suínos selvagens foi extinta há mais de três séculos, primeiramente na Inglaterra e, logo depois, na Escócia. Ao retornarem à ilha no final do século XX, os javalis se depararam com um conjunto de ambientes que já haviam sido habitados por seus ancestrais, porém totalmente alterados em sua fisionomia e estrutura produtiva. Na Grã-Bretanha, portanto, o status controverso do javali não se deve à sua *introdução* pura e simples, mas à sua *reintrodução* em paisagens socioculturais que já não eram mais as mesmas.

Como vimos na introdução, a ambiguidade da distinção nativo/doméstico é um dos principais pilares do debate científico e político em torno da questão das EEIs. No Brasil, como em toda a América, o caráter exótico do javali é colocado fora de questão, já que o *Sus scrofa* é, por definição, uma espécie não-autóctone do hemisfério ocidental. Casos como o do porco-monteiro do Pantanal têm o potencial de relativizar este caráter, ainda que, de maneira geral, a dicotomia doméstico/selvagem se mantenha mais relevante nas controvérsias envolvendo o *Sus*

scrofa por aqui. No Reino Unido, ao contrário, a questão da exotividade ou natividade do javali ocupa o primeiro plano das preocupações.

Durante a Idade Média, o javali figurava entre as presas de caça mais valorizadas pela nobreza britânica, e muitos símbolos heráldicos ingleses, escoceses e galeses ostentam até hoje a sua imagem⁴⁷. De acordo com Martin Gouldin (2011), a extinção do contingente autóctone de javalis entre os séculos XV e XVIII se liga às mudanças vividas pela Grã-Bretanha na transição para a Idade Moderna, mormente a transformação de florestas em terras cultiváveis e a ampliação das suas áreas de pastagem. Como se sabe, este movimento confunde-se com a questão dos *enclousures* e *clearances* que transformaram a paisagem rural do Reino Unido e fizeram de si um país “quintessencialmente ovino” na formulação de Philip Walling (2015, p. xv). Também são conhecidas, neste sentido, as críticas feitas por Thomas Morus no século XVI à acelerada transformação das terras comuns em pastagens privadas, o que se liga ao próprio desenvolvimento do capitalismo de base têxtil naquelas ilhas. Em *O homem e o mundo natural*, por sua vez, Keith Thomas (2010) resgata as mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais ocorridas durante este período, destacando a forte associação entre o declínio da paisagem rural tradicional e o nascedouro daquilo que posteriormente viria a desaguar no ambientalismo e no animalismo contemporâneos.

Mais recentemente, o jornalista e divulgador ambiental George Monbiot tem publicado uma série de ensaios históricos em que responsabiliza a ovinocultura e a indústria têxtil pela homogeneização e o empobrecimento biológico da paisagem britânica, exortando à resselvagem (*rewilding*) do Reino Unido por meio da reintrodução de animais como o lobo e o javali (Monbiot, 2013). Por outro lado, autores como Walling (2015) tem procurado rebater estas exortações a partir da celebração do legado pastoril britânico. De qualquer modo, longe de ser tratar de uma idiossincrasia de Monbiot, o movimento *rewilding* é hoje uma das principais tendências da conservação ambiental no continente europeu, o que tem levado a uma onda de reintroduções biológicas em diversos países, principalmente de grandes carnívoros outrora pressionados pela expansão agrícola, pecuária e urbana (Larrère e Larrère, 1999; Pearce, 2015; Buller, 2013).

O javali, no entanto, se destaca neste contexto por ser o único entre grandes vertebrados extintos da ilha que a recolonizou por conta própria, independentemente de iniciativas de

⁴⁷ O escudo da Universidade de Aberdeen, fundada no século XV, conta, por exemplo, com a cabeça de três javalis em seu quadrante inferior esquerdo.

reintrodução ecológica (Pearce, 2015). Seu retorno ao Reino Unido se deu ao longo dos anos 1980 e 1990, por meio da importação de alguns espécimes desde o continente para fins de criação comercial, particularmente da França. Como no Brasil, Estados Unidos, Uruguai e outros países, o estabelecimento de populações de vida livre na Grã-Bretanha se deu em decorrência de solturas intencionais e não intencionais⁴⁸. Em 2008, o Departamento para o Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do governo britânico (Defra, na sigla em inglês) estimava uma população feral de cerca de mil animais em sua jurisdição imediata⁴⁹, sem contar os da Escócia e Irlanda do Norte (Defra, 2008).

Como de praxe, seu retorno catalisou controvérsias já existentes na sociedade britânica. Gouldin (2011) registra que no início dos anos 2000, a cobertura da imprensa sobre o assunto era predominantemente negativa, com 60% das reportagens enfatizando o temor de ataques a seres humanos e 54% delas tematizando a questão dos danos agropecuários. Fred Pearce (2015), por seu turno, relata que grande parte da sociedade britânica compreende o javali como uma espécie exótica que deveria ser erradicada. No entanto, relembra que a condição do animal é ambígua, já que, sob outro ponto de vista, ele pode ser considerado como um velho nativo de regresso à ilha. Esta seria uma dicotomia importante a ser resolvida no plano legal, já que o ordenamento ambiental britânico entende “que os exóticos devem ser expulsos, mas considera o retorno de espécies nativas como prioridade” (idem, p. 111).

De fato, alguns ambientalistas e propositores do *rewilding* passaram a ver o javali como estratégico na restauração de habitats florestais perdidos, ao passo que algumas comunidades rurais começaram a considera-lo como oportunidade de geração de renda através do turismo cinegético. É preciso notar, quanto a este ponto, que a caça possui um longo lastro na Grã-Bretanha, que remonta às reservas cinegéticas da Idade Média – os famosos *deer parks* (Wightman, 2004; Rotherham, 2007) - e à tradição, já mais moderna, da caça à raposa com o auxílio de cães (Marvin, 2000). Em 2004, sob a pressão do movimento animalista e de uma opinião pública sensível aos seus apelos, o Parlamento britânico banuiu a captura de mamíferos com auxílio de matilhas no resto país (Hunting Act, 2004), seguindo o exemplo do que já havia decidido o Parlamento escocês dois anos antes. Estas medidas colocaram a caça à raposa na

⁴⁸ “An especially expansive wild population was established in Southeast England after the Great Storm of 1987 destroyed the fences of a boar farm near Tenterden in Kent” (Pearce, 2015, p. 111).

⁴⁹ Devido à devolução (*devolution*) de determinados poderes e prerrogativas aos Paramentos da Escócia e Irlanda do Norte, o Defra responsabiliza-se mais diretamente pelos assuntos rurais ingleses e galeses.

ilegalidade, ao que se seguiu um intenso e polarizado debate na sociedade britânica. Bem mais generalizado, cabe notar, que a querela atualmente em voga no Brasil a respeito do javali.

De um lado, setores majoritariamente urbanos e alinhados ao discurso de direitos animais alegavam crueldade e falta de necessidade nas práticas cinegéticas com cães; de outro, indivíduos ligados ao meio rural defendiam a relevância da caça à raposa como forma de defesa contra a predação de animais domésticos (Marvin, 2007). O argumento da tradição também operou um papel crucial nesta controvérsia, principalmente devido à tomada de posição de intelectuais conservadores, como o filósofo Roger Scruton, em oposição à medida.

Em 2006, ainda no calor do debate sobre a caça à raposa, o Defra realizou uma consulta pública acerca do que fazer com os javalis. Deste processo, três opções foram levadas à mesa decisória de seu *Wild boar action plan*: (1) não realizar qualquer tipo de manejo; (2) estabelecer um grande plano de erradicação nacional; ou (3) fomentar iniciativas locais de contenção e manejo das populações já estabelecidas (Gouldin, 2011; Defra, 2008). Ao final, o órgão decidiu por delegar às autoridades locais e agentes privados a responsabilidade primária sobre o manejo da espécie, reservando-se apenas às atividades de aconselhamento e informação. Em outras palavras, o governo central transferiu para as administrações regionais e a sociedade civil o poder de decidir sobre a nocividade do animal, a se depender da situação da espécie em cada localidade do país.

Creio que isso coloca um contraste interessante com o caso brasileiro, em que se nota certa tendência de verticalização e unificação federal dos mecanismos de resposta oficial à invasão da espécie. Outro contraste interessante com o caso brasileiro é a menor importância que o Defra atribui ao javali reintroduzido como ameaça sanitária e/ou de hibridização aos suínos domésticos. Como veremos nos próximos capítulos, este é um ponto crucial, se não o principal, do interesse governamental em relação ao javali no Brasil, principalmente daqueles órgãos mais ligados à produção agropecuária. De acordo com o Defra:

Although wild boar are susceptible to and can transmit endemic diseases, the low likelihood of contact between feral wild boar and domestic pigs means that feral wild boar will not significantly impact on the ability to control endemic diseases nationally. Endemic disease control on a local basis may be influenced by wild boar but with the use of biosecurity measures and feral wild boar population control individual farmers can act to mitigate these risks on their holding (2008, p. 6).

Em grande parte, essa menor preocupação com o contato entre porcos domésticos e asselvajados se deve ao fato de a criação animal britânica possuir um grau de intensificação

muito elevado, principalmente nos campos da suinocultura e da criação de aves. Naturalmente, esse perfil altamente tecnificado produz suas próprias externalidades negativas, como bem demonstram as crises sanitárias da vaca louca e outros problemas derivados da extrema vulnerabilidade imunológica dos animais confinados (Lévi-Strauss, 2009; Milton, 2009; Hinchliffe, 2013; Keck, 2015). O javali, no entanto, não parece se constituir aos olhos do Estado britânico como uma ameaça zoonótica tão grave como é visto no Brasil, muito embora suas populações sejam monitoradas e eventualmente levantem preocupações de ordem sanitária. Em 2014, após relatos de danos causados por javalis nas imediações da floresta de Dean, em Gloucestershire, as autoridades locais e a *Forestry Commission* nacional decidiram autorizar o controle de uma manada de cerca de 800 suínos ferais, sob o argumento de que eles poderiam transmitir doenças (Pearce, 2015).

—

Este capítulo buscou situar, de forma preliminar, a questão do javali a partir das controvérsias mais gerais – isto é, de abrangência nacional – que seu estatuto ontológico incerto, e sua definição científico-estatal como EEI e animal nocivo, logram suscitar. À título de comparação, delineei também algumas considerações sobre o manejo do javali no Reino Unido, um país em que, não obstante sua localização na faixa de autoctonia da espécie, apresenta particularidades interessantes de serem contrastadas com o caso brasileiro, tanto em suas diferenças, quanto em suas similaridades.

No que se segue, recalibrarei o foco do exame em direção ao contexto da Campanha para nos aproximarmos um pouco mais das maneiras pelas quais os interlocutores entendem o que está acontecendo ao seu redor, sobretudo aqueles pertencentes ao grupo de maior saliência nas queixas contra os javalis, isto é, os ovinocultores. Esta aproximação será feita à luz de suas percepções sobre as transformações que a Campanha vem passando nas últimas décadas, tanto no plano ambiental, quanto nos planos socioeconômico e cultural. Compreenderemos estas transformações como uma espécie de pano de fundo frente ao qual a invasão biológica dos javalis se desenvolve, e que fornece aos interlocutores um conjunto de pressupostos pelos quais metabolizam a presença do *Sus scrofa* em suas vidas e rotinas produtivas.

Caderno de imagens – Capítulo 1



1. Como em todo o Brasil, o javali é alvo de queixas do setor rural da Campanha gaúcha. Nesta região, no entanto, destacam-se os danos causados à produção ovina. *Da esq. para a dir.:* representante da OAB; secretário municipal da agricultura; e vereador Gilbert Gisler (PDT), presidente do legislativo municipal. Em primeiro plano, o troféu de caça levado ao plenário da Câmara Municipal de Santana do Livramento pelos ovinocultores, maio de 2014 (Todas as fotos e ilustrações dos cadernos de imagens são de lavra do autor, exceto quando indicado).



3. A querela dos urbanos e dos rurais. Na Campanha, as relações estabelecidas com o javali são de caráter agonístico, resultando em uma objetivação do seu estatuto ontológico e moral como predador e inimigo. Para o animalismo urbano, inversamente, o javali se constitui como a vítima e parcela vulnerável da relação. O troféu de caça (*acima*) e o porquinho de pelúcia (*abaixo*) materializam estas sensibilidades distintas.



4. Prolíficos e onívoros, os javalis atacam lavouras com frequência. *Ao centro:* Raul, analista ambiental do ICMBio responsável pela gestão da APA do Ibirapuitã, durante atividade de vistoria. Maio de 2014.

2 – Javalis na Campanha: paisagem, ressonâncias e fricções

*De aquellos campos de antaño, poquito o nada quedó
Se fue mudando el paisaje, y no hallo que pa' mejor
Hoy ya no se ve un tropero, ni ruedas de pericón
La maquina mata al hombre, el invento al inventor
La soledad y la codicia, andan de brazo señor*

Larbanois y Carrero, *Peón Rural* (cancioneiro uruguaio)

Para muitos criadores da Campanha, a ovelha, animal rústico e sem grande valor, foi por muito tempo apenas o contraponto da criação de gado. Era uma atividade sem nobreza, típica de pequenas e médias propriedades, caixa da despesa miúda, que perdeu ainda mais o charme com a crise da lã natural, substituída a partir dos anos 80 pelos fios sintéticos.

“Os rebanhos encolhem”, *Zero Hora* (Porto Alegre, 12 fev. 2001)

[As ovelhas], dentre todos os animais ruminantes, são os mais eficientes extratores de energia da vegetação natural, mais até que as cabras e os cervídeos. Enquanto tiverem com o que forrar os seus estômagos, atravessarão os invernos mais severos, sobrevivendo na base do que, na maior parte dos casos, não passaria de mera grama morta.

Philip Walling, *Counting Sheep* (2015, p. 25)

Em uma fria manhã de junho de 2014, Raul e eu avançávamos por uma estrada de terra da APA do Ibirapuitã a bordo da Mitsubishi 4x4 do ICMBio. Em meio à bruma que se dissipava ao nosso redor, revelavam-se lentamente as onduladas linhas do relevo da Campanha. A estrada era ladeada por cercas ora de pedra, ora de arame, que a separavam dos campos onde pastavam bovinos e ovinos. Aquela era a terceira visita a uma propriedade rural da APA que eu fazia em sua companhia, com intuito de observar a situação do manejo do javali. Ao longo destes trajetos, era normal que conversássemos sobre uma série de assuntos que iam muito além dos suídeos ferais e seu impacto sobre o ambiente, derivando, muitas vezes, para questões de ordem filosófica.

Raul acreditava, por exemplo, que o ser humano possuía uma relação profunda com a biosfera, comprovada pela dificuldade de recuperação física e mental dos astronautas em seu regresso a Terra. Todos os organismos, ademais, seriam atravessados por forças “generativas e degenerativas”, cujo equilíbrio se daria em sua relação com o meio. Engenheiro agrônomo de formação e pós-graduado em ecologia, Raul propunha nestes termos uma visão de mundo que ia mais além daquilo que Philippe Descola (2005) classificaria como “ontologia naturalista moderna”, e Tim Ingold (2000, 2011, 2015), por sua vez, de uma perspectiva “explicada” com o ambiente. Próximo, portanto, do que Eric Dardel (2015) entende por “geograficidade original” do ser humano - seu vínculo de carne e sangue com aquilo que o cerca.

O mais exato seria dizer que Raul circulava com desenvoltura entre ambas as perspectivas, já que todo seu trabalho *in loco* de monitoramento do javali se baseava num acoplamento de vários elementos, dentre os quais um banco de dados cartográfico produzido a partir do *Google Earth*. Com efeito, muito antes de me levar “para dentro” da Campanha, ele já havia me apresentado, “desde cima”, a situação do animal na área protegida, assinalando na carta de satélite as várias propriedades nas quais o trabalho de manejo vinha sendo feito. Algumas delas, fora da área protegida, já que, para o animal, seus limites eram obviamente irrelevantes. Nestas apresentações cartográficas da Campanha, Raul também assinalava pontos relacionados com sua geografia mítica. O Cerro do Jarau, por exemplo, habitado pela princesa moura transformada em lagarto por Anhangá-Pitã, segundo a lenda narrada por Simões Lopes Neto.

Outro registro interessante mostrado por Raul já na minha primeira visita ao escritório do ICMBio era o do próprio avanço cronológico-espacial dos avistamentos do bicho, também assinalado com vários marcadores coloridos no mapa virtual. Naquela época, a sede do órgão ainda se localizava numa sala do antigo Lanifício Albornoz, planta industrial desativada e ocupada por consultórios médicos, escritórios de advocacia e contabilidade, entre outras destinações próprias do setor de serviços. Acompanhando o movimento impresso pelo cursor na tela, pude notar naquela ocasião que os primeiros relatos registrados por Raul e Eridiane junto aos produtores se acumulavam em torno da fronteira, próximos às zonas de monocultivo florestal no Uruguai, e logo avançavam por sobre o território brasileiro, seguindo o curso de rios e córregos através das matas ciliares. Vista de cima, a paisagem se assemelhava a uma colcha de retalhos composta por diversos tons de verde, sendo que os mais escuros correspondiam às áreas de mato e os mais claros, de campo nativo e uso agrícola. Quanto ao florestamento artificial no país vizinho, chamava a atenção um aspecto bastante interessante:

muito embora a fronteira fosse seca naquele trecho, era plenamente possível identificar seu serpenteio na imagem de satélite, já que o limite da área florestada do Departamento de Rivera acompanhava aquele definido pela divisa internacional.

De acordo com Raul, a configuração da paisagem como mosaico campo-floresta-lavoura derivava num padrão bastante específico de comportamento do javali, que qualificou de “crepuscular”. De dia, os animais permaneciam na mata, escondidos; de noite, saíam a campo para forragear. Por causa disso, a maior parte dos avistamentos registrados havia acontecido de manhã, no momento em que os produtores se deslocavam da cidade para as estâncias, ou de tardezinha, no momento que iam buscar o gado nas invernadas. Perguntei-lhe, então, de que maneira esses registros eram feitos. Quanto a isso, respondeu o seguinte:

Então, a gente entrevista no campo. Ou no escritório, quando eles vêm aqui. A gente tá andando, conversando com o produtor, e daí pergunta: “e aí, como está a situação do javali?”. Aí eles respondem: “ah, tá assim, tá assado”. Esse nosso registro foi todo feito assim (transcrição, maio de 2014).

Muito simples, portanto; e de certa forma contrastante com a retórica de dificuldade na obtenção de registros oficiais que eu havia notado durante a audiência pública. De fato, tudo parecia remeter também a uma questão de estilos de conduta na relação entre agentes públicos e população local. Segundo Raul, seria preciso “ter *trato* com nossos produtores”. Em grande parte:

[Porque] a atividade de extensão rural se baseia muito em confiança do produtor contigo. E como é que se faz a confiança? Confiança se constrói ao longo do tempo. Então não adianta eu chegar, conheci ele há dois meses, aí vou lá eu de novo... aí outra vez eu apareço, seis meses depois.. “oh, seu Joãozinho, vamos fazer assim, assim...”. Ele te escuta, claro, mas ele tá te estudando. Ainda mais nós, que temos atividade concomitante fiscalizatória. Eles ficam, assim, com pé atrás conosco, com algumas coisas (idem, ibidem).

E ainda:

Pra tu ver, são detalhes, mas são importantes nas relações humanas. Tem que chegar, lá [na propriedade] e dizer: “muito obrigado... obrigado por nos receber...”. É o mínimo de trato. Tem que ter trato com os nossos produtores. É o código, né? Cada civilização, cada sociedade, vai ter seus códigos de comportamento, e os nossos são estes: tu chega lá e diz: “com licença”, “boa tarde”, “boa noite”, “até logo”. Então, no mínimo, é isso que tem que ter. E é isso que nós temos que cuidar, dar uma conversada, saber como se relacionar com os produtores. O pessoal gosta que tu vá chegando aos poucos, e não entrando de sopetão (idem, ibidem).

Em outros termos, ao traçar estas considerações, Raul reconhecia a importância, para o contexto da Campanha, daquilo que Madeleine Reeves (2015, p. 174) conceituou como “personificações (*impersonations*) da autoridade do Estado”, ou seja, “como, em uma variedade de encontros fronteiriços, a autoridade estatal é investida em pessoas e objetos específicos – e o que ocorre quando esta adscrição colapsa”. Nascido e criado em Livramento, filho de um casal binacional (pai brasileiro e mãe uruguaia), Raul sabia manejar muito bem os códigos locais, e teve um papel crucial na minha familiarização com aquele universo.

Uma de suas estratégias para me inserir no cotidiano de Livramento e formar redes com os interlocutores foi um convite para praticar natação, hábito que cultivava semanalmente em um dos clubes da cidade. Percebendo meu baixo rendimento na piscina, Raul explicou-me certa feita o que eu devia fazer para me readaptar ao esporte depois de anos sem praticá-lo. Também isso, formulou nos termos de sua visão relacional de mundo, postulando que o controle consciente da respiração era o segredo para entrar “no ritmo”. Tudo no universo, dizia ele, baseava-se em ritmos. E, de fato, seu ritmo na piscina era verdadeiramente notável, cruzando-a diversas vezes no mesmo intervalo de tempo em que eu mal conseguia chegar à metade do seu desempenho.

—

Regressemos, pois, à descrição daquela manhã de junho, em que nos deslocávamos até uma estância situada numa região conhecida como Cerros Verdes. Em determinado ponto do percurso, chegamos a um assunto bastante recorrente no meio rural gaúcho: o alcoolismo que acomete boa parte de sua população masculina. De acordo com a interpretação de Raul, baseada em sua concepção de forças generativas e degenerativas que habitam os organismos:

Cada droga opera de um jeito diferente. O álcool serve para o espírito se esquecer, se desligar um pouco da realidade dele [trabalhador rural]. É o que eu vejo nessa Campanha aqui. O alcoolismo é um dos principais problemas da Campanha. O cara trabalha, trabalha, trabalha e não tem outra escapatória pra essa realidade dele. O que acaba acontecendo? Ele vai pro bolixo, bebe, se sente o tal, chega em casa, bate na mulher, bate nas crianças, é assim. Isso é infelizmente muito comum aqui (diário de campo, junho de 2014).

Um pouco mais a frente, estacionou a camionete porque queria me mostrar algo interessante, relacionado com o cancionero tradicionalista gaúcho. Tratava-se de um enorme cacto, que se erguia, solitário, junto à cerca que ladeava a estrada. Raul desceu e coletou um fruto, semidevorado pelos passarinhos. Manuseando-o, explicou-me: “essa aqui é a famosa

tuna, e este aqui é o fruto dela”. Lembrei então que a flor de tuna era mencionada num famoso verso do *Canto Alegretense*, espécie de hino não oficial do Rio Grande do Sul composto pelos músicos tradicionalistas Nico e Bagre Fagundes. Nesta mesma estrofe, a música fala ainda em “camoatim de mel campeiro” e nas “pedras mouras das quebradas do Ibicuí”. Este último, como se sabe, é o rio que coleta as águas do Ibirapuitã na altura de Alegrete e as leva até o rio Uruguai. Já “camoatim” é um tipo de vespa cujo mel era coletado pelos indígenas que habitavam o Pampa muito antes da chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis. Saint-Hillaire faz menção ao mel campeiro em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, contrastando o mal causado por ele causado ao trato digestivo dos europeus – ele próprio, vítima de seus “funestos efeitos” (2002, p. 300) - com o apetite dos índios pela iguaria, “que o ingeriam em grande quantidade” (idem, p. 301).

Embora a cerração já estivesse baixando, o clima continuava bastante úmido, o que tornava um tanto curiosa a presença daquele cacto coberto de gotículas em sua superfície. Raul esclareceu então que a tuna era um resquício, como muitos outros seres vivos do Pampa, “de épocas geológicas em que o clima daqui era mais seco”. Logo, aquela espécie estava ali desde antes do aparecimento dos colonizadores europeus e seu gado. Ela antecedia, da mesma forma, à própria chegada dos primeiros habitantes humanos cujos descendentes observados por Saint Hillaire consumiam o mel da vespa camoatim e sua prima lechiguana⁵⁰. Era testemunho vivo, portanto, de uma historicidade que se delineava em um plano algo incomensurável, para além da escala humana em que se apresentavam outros aspectos e elementos da paisagem. As cercas de pedra e arame, sobretudo, que aqui e ali ladeavam a estrada que percorríamos em lento passo. Em meio à planície cortada e esquadrinhada por linhas de contorno geométrico que a constituíam como paisagem humana, a ancestralidade⁵¹ da tuna parecia conferir certa solenidade à sua existência, como se ela nos olhasse com certa indiferença do alto de seus milênios de história evolutiva.

Um pouco antes de chegarmos à sede da estância, cruzamos na estrada com um bonito e aparentemente novo trator azul e branco, conduzido por um *campeiro* que nos acenou com a mão. Para darmos passagem um ao outro, tivemos de reduzir a velocidade de nossos respectivos veículos e direcioná-los levemente para os cantos da estrada, recuperando o ritmo de viagem logo em seguida. Esse tipo de situação era bastante comum em nossos trajetos no interior da

⁵⁰ Com efeito, o mel campeiro descrito por Saint Hillaire (2009) é o deste animal.

⁵¹ Emprego aqui este conceito à maneira de Quentin Meillassoux (2006): “any reality anterior to the the emergence of the human species”.

APA, já que as condições mesmas de suas estradas e *corredores* impunham um ritmo de deslocamento totalmente diferente daquele de uma rodovia asfaltada. Nesta hodologia vernacular⁵², nem sempre uma determinada distância assinalada em linha reta no mapa (digamos, dez quilômetros) fornecia uma ideia precisa do tempo necessário para cruzá-la⁵³. Além das condições das estradas em si (no geral, bastante precárias e sem abaulamento lateral), os deslocamentos na UC eram dependentes de uma miríade de outros fatores, dos quais o clima era um dos mais determinantes.

Poucos eram os caminhos, por exemplo, dotados de pontes para se cruzar córregos e arroios. A maior parte das estradas era entrecortada por *passos*, isto é, pelo próprio leito do curso hídrico e sua vazão. Muitas vezes, o ato de atravessá-los exigia manobras que excluíssem de seu escopo até os motoristas mais experientes, principalmente nos dias que se seguem a chuvas torrenciais. Em outras ocasiões, a operação obrigava que descêssemos do carro e que construíssemos, com pedras e outros materiais disponíveis ao redor, algum tipo de pavimentação mínima, sobre a qual o veículo pudesse passar. Mais importante que o *passo* em si, talvez fosse a expressão local “dar passo”, isto é, a possibilidade de continuação da viagem ditada pelas interações entre o solo e a atmosfera. Num outro plano, os *passos* também tinham uma função toponímica importante, já que designam diversos locais do interior da área protegida (Passo do Mineiro, Passo das Catacumbas, Passo do Chapéu, etc.).

Outra dimensão ditada por esta hodologia era a noção nativa de *vizinho*. Em linhas gerais, consideravam-se vizinhos indivíduos que se cruzavam com frequência em uma estrada. Logo, havia situações em que os sujeitos possuíam terras contíguas desde um ponto de vista cartográfico, mas não se consideravam vizinhos porque o acesso a elas se dava por caminhos diferentes. As propriedades, de modo geral, eram referenciadas e conhecidas sem maiores problemas por seus nomes, como *Estância São Marcos*, *Fazenda do Coqueiro*, *Fazenda São Leandro*, etc. No entanto, era normal que fossem indicadas ou evocadas pelo nome de seus proprietários, presentes ou passados, ou, em alguns casos, também de seus arrendatários. Assim, dizia-se “vou a tal fulano”, ou que tal lugar ficava “passando cicrano, mas antes de chegar no beltrano”.

⁵² Do grego *odos*: caminho, estrada. A este respeito, ver Jackson (1984). Também Ingold (2007, 2011, 2015). Madeleine Reeves (2014), em seu trabalho sobre deslocamentos fronteiriços na Ásia Central, também dá grande ênfase aos aspectos fenomenológicos suscitados pelas estradas, assim como Tatiana Argunova-Low (2012) a respeito da transumância na Sibéria.

⁵³ A Estância São Marcos, por exemplo, dista cerca de 51km do centro de Livramento em linha reta. Quando a visitei em maio de 2014, o deslocamento demorou cerca de 4h30min.

Naquele dia, iríamos “no Zeca”, pecuarista que enfrentava recorrentes problemas com suínos ferais nos campos que administrava. Ao chegarmos à sede da estância – ou *casas* -, fomos informados pelo próprio homem que o trator com o qual havíamos cruzado era a mais nova aquisição da propriedade, o que atribuiu à grande oferta de crédito então existente naquela época para os produtores rurais. Em sua avaliação, tal disponibilidade de financiamento era algo muito positivo, mas que deveria ser utilizado com prudência. Num contexto de incertezas crescentes, o retorno dos investimentos da produção estava a cada ano mais difícil de ser precisado. Os aportes feitos na aquisição de *matrizes* (ovelhas reprodutoras), por exemplo, estavam sendo literalmente perdidos “na boca do javali”. De acordo com a contabilidade de Zeca, seu prejuízo pessoal até aquele momento somava trezentos cordeiros mortos no acumulado dos anos e, num universo de 117 ovelhas *encarneiradas* na última temporada, um saldo de apenas dezenove animais para serem assinalados.

Nos meses anteriores, Zeca já havia chamado “um pessoal” para “correr com os bichos”, o que nos relatou da seguinte maneira:

“Tchê, de trás desse *cerrito* aqui”, disse ele, apontando para a pequena coxilha que se erguia logo atrás das casas da sede e sua mangueira de pedra, “a minha funcionária, andando *de a cavalo*, viu um enorme de um porco no meio do campo. Aí tinha uns que vieram naquele dia justamente para caçar. Trouxeram uma cachorrada e tal e coisa, e se mandaram pra lá. Aí o porco viu os cachorros deles e *deu combate*. Tchê, nem com um cavalo bom que eu tenho aqui consegui trazer o bicho aqui pra sede. De tão grande, de tão gordo que era” (diário de campo, junho de 2014).

Nossa visita naquele dia tinha o intuito de procurar as marcas e rastros deixados pelos animais na propriedade e estudar a viabilidade de se instalar por lá algum dos aparatos de captura que o ICMBio vinha preconizando junto aos produtores, isto é, os *postos de tiro* e as *jaulas-curral*. Ambos se baseavam na atração dos javalis com armadilhas alimentares, ou *cevas*. Os primeiros consistiam em estruturas de andaime sobre os quais se dispunha uma plataforma camuflada desde onde os controladores pudessem identificar e atirar com segurança nos animais. As segundas, em confinamentos erguidos com moirões de madeira ou metal, revestidos de tela de arame e munidos de portas de tipo alçapão ou *saloon*, fechadas a partir de mecanismos de acionamento automático. Retornarei às especificidades destes dispositivos em momento mais apropriado. Por ora, resta salientar que os gestores da unidade entendiam que estes mecanismos eram mais eficientes na captura de fêmeas e grandes varas, entre outras vantagens operacionais para os próprios produtores.

Zeca, por seu turno, parecia interessado em resolver o problema o mais rápido possível, qualquer que fosse o método. Faceiro e conversador, metido num *poncho* azul e vestindo um chapéu marrom, embarcou conosco na camionete e nos guiou até outro conjunto de casas, onde nos esperava um farto almoço “de campanha”, preparado com esmero pela cozinheira da propriedade. Comemos carreteiro de charque, feijão preto e costela de ovelha, tudo acompanhado por um suco de laranja aquoso e bastante doce. Durante este segundo deslocamento, feito em uma estrada reta e precisa, porém modulada pelas ondulações do terreno, Raul aproveitou para chamar minha atenção para outro processo de invasão biológica em curso no Pampa, particularmente notável naquele trecho do caminho.

Tratava-se da gramínea africana conhecida no Rio Grande do Sul como capim-anonni, nome este derivado do agropecuarista Ernesto José Annoni, um dos grandes responsáveis por sua dispersão na segunda metade do século XX. De nome científico *Eragrostis plana* Nees, o anonni era uma presença constante nas conversas que eu vinha travando na região a respeito do javali. Era frequente que os interlocutores mencionassem a vasta dispersão da gramínea como um exemplo do que poderia acontecer no futuro, caso o javali e sua expansão não fossem contidos a tempo. Alguns falavam que metade da superfície do Pampa rio-grandense já se encontrava coberta pela praga.

No declive que o corredor descrevia à nossa frente, o impacto da planta invasora era bastante visível, pois entre os aramados que acompanhavam a estrada e o caminho em si, predominavam suas opacas e cinzentas folhas em formato de agulha, ao passo que, das cercas em diante, imperava um tom de verde mais vivo e uma vegetação significativamente mais baixa. Com isso, a paisagem adquiria três domínios cromáticos bem definidos: uma imensidão verde muito viva, representada pelas pastagens além-cerca; o verde-cinzentado, cor de palha, do capim invasor junto ao corredor; e, por fim, o amarelo-terroso da estrada pela qual nós nos deslocávamos. “Tu tá vendo”, assinalou Raul, “que o anonni fica todo daqui pra cá, entre a cerca e a estrada. De lá pra dentro, não. A ovelha come, não deixa crescer”. Mesmo assim, Zeca lembrou que a gramínea era uma “desgraça” mesmo para as ovelhas, posto ser excessivamente fibrosa e, por isso mesmo, danosa para os dentes dos animais.

No entanto, ao contrário do tom de forte indignação com o suíno feral, as menções feitas pelos pecuaristas ao capim-anonni sempre me pareciam revestidas de maior resignação. Isto se explicava pela maior antiguidade do problema, por certo; mas, talvez, pelas próprias diferenças

de percepção entre a natureza da ameaça representada por seres do mundo animal, de um lado, e do mundo vegetal, de outro. Quanto a este ponto, escreve Dominique Lestel (2011b, p. 42):

Uma verdadeira interatividade vem com um homem que pode coordenar suas ações, através de *encadeamentos complexos e significantes*, com as do animal, pelo viés do amansamento, da domesticação, da caça, do ritual de combate etc. Esse não é o caso do vegetal. (...) A temporalidade das ações vegetais, cuja existência não se coloca em dúvida, é por demais lenta para representar qualquer significado para o homem. Concorde-se ou não, a mobilidade interativa com o homem é um atributo maior de inteligência. Sob essa ótica é interessante notar que a ameaça vegetal, por exemplo, é sempre percebida em termos de “massa” ou de “coletivo” e vivenciada sob o modo da “propagação”, como uma epidemia, mais do que sob o da “estratégia”, como pelo animal.

Creio que esta diferença de temporalidades entre o animal e o vegetal é um mote interessante para darmos início a discussão deste capítulo. Qual seja, em que medida o javali se associa, na percepção e nos modos de habitar o mundo dos interlocutores, a outros processos de transformação socioeconômica e ambiental vividos pela Campanha nas últimas décadas.

A descrição precedente indica que várias escalas temporais e regimes cronológicos se entrecruzam na experiência da Campanha: escala *geológica* de formação do relevo e da sobrevivência ancestral da tuna; escala *mítica* ou *onírica* das lendas e agências sobrenaturais; escala *histórica* da ocupação ameríndia, ibérica e pastoril; escala *poética* que transmuta as qualidades sensíveis da paisagem em temas musicais, épicos e líricos; escala *técnica* que demarca os ritmos de trabalho, deslocamento e as subjetivações produzidas por ambos; escala *econômica* que transforma a planta industrial desativada em salas comerciais; escala *animal* que torna a temporalidade do javali assimilável à do humano e, portanto, simetrizável a ele enquanto agente intencional; escala *vegetal* que configura, por outro lado, o capim-annoni como “ameaça silenciosa” de intenções inescrutáveis; e assim por diante.

Desta maneira, este capítulo nos coloca os seguintes questionamentos: em que escalas temporais de seus modos de habitar a Campanha os interlocutores situam o problema do javali? De que maneira a temporalidade do próprio javali é pensada em relação àquela dos seres vivos e atividades que afeta, em especial a ovelha e a ovinocultura? De que forma os afetados pelo javali encontram e estabelecem conexões entre o seu modo de habitar o mundo e o de outras espécies exóticas controversas que grassam no Pampa, como o capim-annoni, o pínus e o eucalipto? E por fim, mas não menos importante, como os ovinocultores da região enxergam o javali em um contexto mais geral de declínio da pecuária extensiva como pilar estruturador da

ruralidade gaúcha? Para respondê-los, é preciso explicitar primeiramente desde que ponto de vista teórico e metodológico estas múltiplas temporalidades da Campanha serão analisadas.

2.1 – A temporalidade da paisagem I: ritmo e ressonância

O capítulo precedente examinou as querelas suscitadas pelo *Sus scrofa* no Brasil a partir de um paradigma emergentista das ameaças de biossegurança, formulado no que Jasanoff (2006) chama de idioma da coprodução, e da análise de controvérsias proposta pela teoria do ator-rede (Venturini, 2010; Latour, 2004). No presente capítulo, estas inspirações permanecem importantes, na medida em que buscarei considerar a paisagem não só como um processo em permanente desdobramento, mas, também, como pontuado pelo aparecimento e desaparecimento de entes que poderíamos classificar como ontologicamente “vulcânicos” (Harman, 2015). Isto é, seres de estatuto indisciplinado e incerto, sempre na iminência de serem domesticados, capturados ou estabilizados de tal ou tal modo.

Uma defesa mais explícita do caráter temporal da paisagem, todavia, pode ser encontrada ao longo da obra de Ingold. Esta defesa é mais pronunciada em seus trabalhos intermediários, como a coletânea *The perception of the environment* (2000), e também nos mais recentes, como *Lines* (2007), *Being Alive* (2011), *The life of lines* (2015) e *Biossocial becomings* (Ingold; Pálsson, 2013). Por outro lado, mesmo em seus trabalhos mais antigos, é possível se antever elementos de uma abordagem processual e temporal do meio. Em *The Skolts lapps today* (1976) e *Hunters, herders and ranchers* (1980), livros fortemente articulados à sua experiência de campo junto aos Saami da Finlândia, Ingold examina a transição da caça para o pastoralismo tradicional, e deste para uma economia de tipo pecuário [*ranching*], tendo como pano de fundo uma série de agenciamentos técnicos e econômicos que alteraram o padrão relacional entre os seres, assim como produziram inúmeras instabilidades ecológicas.

É, contudo, no décimo primeiro capítulo de *The perception of the environment*, que Ingold desenvolve com mais detalhe sua interpretação da paisagem como fenômeno temporal, animado pelos diferentes modos de engajamento mútuo entre os seres que habitam. Entre as principais referências mobilizadas neste esforço argumentativo, destacam-se a fenomenologia de Martin Heidegger (2008a, 2008b) e Maurice Merleau-Ponty (2006, 2015), e a psicologia ecológica de autores como James Gibson (1979) e Edward Reed (1988). Em ambas as matrizes intelectuais, Ingold identifica possibilidades concretas de se pensar a paisagem para além da

sua definição clássica como *land-scape* ou *Land-schaft*, definição esta derivada do desenvolvimento da perspectiva na arte acadêmica: “porção da superfície da terra capaz de ser apreendida pelo olhar” (Jackson, 1984, p. 8).

Esta concepção, argumenta Ingold, possuiria um viés demasiado óptico-espacializante, desvalorizando, portanto, outras modalidades de percepção e experiência⁵⁴. Em seu argumento, reluz uma forte crítica de natureza fenomenológica ao primado da visão na tradição ocidental, bem como de seu caráter ontificante dos processos e dos seres, no sentido defendido por Heidegger (2006)⁵⁵. Formulando de outra maneira, a definição óptica de paisagem, muito embora calcada em certo efeito de totalidade⁵⁶, teria como corolário uma limitação dos seus elementos ao seu aspecto ôntico, desprezando seus aspectos *ontogénéticos*, seu vir-a-ser no tempo. Para Ingold, a ideia mesma de uma natureza objetiva e atemporal, em contraste com a historicidade e a intersubjetividade da cultura, estaria contida nesta definição estática e desengajada de paisagem, própria de uma civilização que vê no ambiente apenas uma fonte de recursos a serem apropriados pela economia.

A etnografia de diversos povos não ocidentais, por outro lado, revela que nem sempre a visão distanciada e contemplativa é o sentido mais privilegiado na interação com o ambiente. Entre coletivos caçadores, por exemplo, a audição e o olfato possuem papel pronunciado. Nestes contextos, a visão é sempre situada numa configuração maior de implicação com o meio, sendo jamais considerada de maneira isolada e separada dos demais sentidos⁵⁷. Mesmo no mundo moderno da indústria e da manufatura, com suas múltiplas próteses e dispositivos técnicos de distanciamento homem-matéria, a concatenação de diversos sujeitos realizando uma tarefa (*task*) em comum exige habilidades (*skills*) que se desenvolvem muito além da mera contemplação visual⁵⁸.

⁵⁴ Em *Being Alive*, Ingold (2011) defende que esta desvalorização tem também uma raiz etimológica, baseada em uma confusão entre os radicais *skopos* (alvo visual), no grego, e *sceppan* (dar forma), no inglês antigo.

⁵⁵ Sobre o caráter objetificador da percepção visual desde uma perspectiva fenomenológica, ver Jonas (2000).

⁵⁶ A paisagem, mesmo em sua definição tradicional, é sempre pensada como configuração relacional: os elementos fazem parte de um conjunto, cuja apreciação enquanto tal sobrepõe-se à consideração isolada dos termos individuais (Jackson, 1984; Dardel, 2015).

⁵⁷ Em *Being Alive* (2011), no capítulo em que critica seu próprio conceito de paisagem, Ingold diferecia um tipo de visão engajado e outro desengajado com o meio, a partir das categorias de óptico e háptico em Gilles Deleuze e Félix Guattari.

⁵⁸ Estes aspectos são mais bem trabalhados na terceira parte da coletânea, dedicada à questão das habilidades [*skills*]. Sobre as concatenações perceptuais na indústria, ver os capítulos 16 e 17.

Ato contínuo, a relação dos seres com o meio em que estão inseridos sempre possui uma modulação *rítmica*, produzida pelas múltiplas *ressonâncias* entre a atenção de uns e outros⁵⁹. Perceber, agir e pensar não são momentos diferentes da temporalidade de um agente, mas sim processos que se dão coetaneamente dentro de um mesmo fluxo do *habitar*. De um ponto de vista da paisagem, isto implica em reconhecer que suas transformações se dão a partir do contato e da concatenação entre diversas temporalidades, posto que as ações, percepções e movimentos de crescimento (*growth*) dos diversos seres que a habitam não se efetuam no mesmo esquadro de cronicidade.

Para ilustrar este argumento, basta pensarmos aqui na sensação de estranhamento produzido pelos vídeos que mostram o brotamento e o crescimento das plantas, na velocidade de vários *frames* por minuto. De fato, uma série de atividades vitais da sociedade humana se baseia no processo de crescimento, desenvolvimento e morte dos vegetais - o calendário das colheitas, sobretudo, dos quais depende nossa própria segurança alimentar. Por meio de nosso aparato sociotécnico, buscamos estabelecer uma ressonância entre nossas atividades vitais e o processo de desenvolvimento das plantas.

Todavia, como bem ilustra Lestel (2011b) no trecho que reproduzi anteriormente, a temporalidade do mundo vegetal se desdobra numa velocidade muito abaixo do que nosso aparato perceptual-motor necessitaria para estabelecer com ele o mesmo tipo de ressonância que estabelecemos com os animais⁶⁰. Em suma, tendemos a considerar que ambos os tipos de seres fazem parte da paisagem, embora encaremos a parcela vegetal do meio como sua parcela fixa, ou dotada de maior perenidade. Assim, ver as plantas se desenvolvendo numa escala humana de temporalidade, parece dotá-las de uma agência semelhante a dos animais, aos quais atribuímos intencionalidade e pessoalidade com maior frequência.

Um bom exemplo de aplicação etnográfica deste princípio da ressonância pode ser encontrado em dois trabalhos produzidos no âmbito do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (LACT) da Universidade de Brasília (UnB). Em sua tese sobre a cultura do búfalo

⁵⁹ De certo modo, isso poderia nos fazer crer que a temporalidade da paisagem depende apenas dos seres vivos dotados de percepção. No entanto, Ingold salienta mais à frente (2000, p. 200) que a ritmicidade é a base da vida, mas não está limitada à vida em si. Seus trabalhos mais recentes desenvolvem esta ideia com mais detalhe (2007, 2011, 2015).

⁶⁰ Não é por outro motivo, me parece, que Ingold faz questão de diferenciar, em *Hunters, herders and ranchers* (1980) o processo de domesticação das plantas e dos animais. O caráter interativo e social dos animais domesticados impede que consideramos sua aproximação conosco sob o prisma de uma grande colheita. Haudricourt (1962), por outro lado, entende que há ressonâncias, num outro plano, entre os modos que cada civilização domestica as plantas, os animais e organiza também as relações de poder.

no Amapá, Pedro Stoeckli (2015) descreve os modos pelos quais vaqueiros e animais entram em sintonia uns com os outros através da mediação do que chama de “laços brutos”. Estes laços não se referem apenas ao objeto técnico empregado de forma violenta no pastoreio, mas ao próprio caráter que a interação ganha na interface entre os modos rústicos do búfalo habitar o mundo – poderíamos dizer, sua temporalidade “bruta” – e como isso ressoa na “memória muscular” (Ingold 2000) dos vaqueiros e sua constituição como pessoas.

Carlos Sautchuk (2007), por sua vez, analisa em seu trabalho as maneiras com que os habitantes da Vila Sucuriju, também no Amapá, delineiam seu modo de vida e suas atividades de subsistência pesqueira em relação a dois regimes hídricos distintos: o do *lago* e o da *costa*. A respeito destes dois tipos de meio, assinala que:

[suas] temporalidades também marcam domínios específicos. Nas estórias sobre o lago, os eventos significativos estão nos encontros entre os seres e suas (inter)ações, que configuram as propriedades do espaço, e inclusive os nomeiam (...). Na costa, é a relação com a maré que ordena o tempo, já que ela tem ciclos inexoráveis, mas com intensidades até certo ponto imprevisíveis, compondo o ritmo da atividade costeira, desde os momentos propícios aos movimentos do barco até o equilíbrio do pescador sobre o convés (idem, p. 3).

Em suas atividades de pesca, os habitantes da vila não só estabelecem ressonâncias entre a temporalidade da vida social e os ritmos característicos destes dois meios, como também concatenam suas percepções e ações àquelas dos seres que os habitam, mormente os que lhes servem de presa. O arpão e o anzol, objetos técnicos enfocados com mais detalhe por Sautchuk, ganham sentido neste jogo a partir das ressonâncias que cada um instaura com os seres e o meio em que são utilizados. O argumento se fecha com a proposição de que os próprios habitantes da vila se constituem como pessoas - no sentido de Mauss (2003) - a partir dessas ressonâncias múltiplas que os atravessam.

Para dar conta deste caráter constituidor – ou instaurador, nos termos de Sautchuk (2007) - das ressonâncias entre os seres e o meio, Ingold propõe o conceito de *taskscape*, alternativamente ao de *landscape*. Ao mudar o prefixo do conceito, substituindo *land* (terra) por *task* (atividade), o autor visa chamar atenção para o fato de que a paisagem é constituída pelo processo vital dos seres que a habitam, muito mais que por seus aspectos (*features*) no plano visual:

It is to the entire ensemble of tasks, in their mutual interlocking, that I refer by the concept of *taskscape*. Just as the *landscape* is an array of related features, so – by analogy – the *taskscape* is an array of related activities. As with the *landscape*, it is

qualitative and heterogeneous: we can ask of a taskscape, as of a landscape, what it is like, but not how much of it there is it. In a short, the taskscape is to labour what the landscape is to land (2000, p. 195).

Por este ângulo, mais do que um substrato material para a sociedade e a cultura, a paisagem é pensada por Ingold como um campo generativo (*generative field*) (2000, p. 200). Ela é um fenômeno que emerge a partir das relações estabelecidas entre organismos e seu ambiente, ao mesmo tempo em que se constitui como o meio que abriga e possibilita estas relações⁶¹. Este é um primado importante, uma vez que implica afirmar que “nossas ações não transformam o mundo apenas, mas são parte e parcela do próprio mundo transformando-se a si mesmo” (idem, ibidem).

2.2 – A temporalidade da paisagem II: tensão e fricção

Outro autor que tem se dedicado a pensar a paisagem como fenômeno temporal é o filósofo da geografia Gary Backhaus (2003, p. xiii), que a define como “a manifestação geográfica (espacial) de processos tensionais”. Esta tensionalidade, por sua vez, é entendida por Backhaus como sendo constituída pelas “funções de balanceamento, ordenação e medida que permitem a relativa perdurância no tempo de entidades vivas e não vivas” (idem, ibidem). Sob esta perspectiva, as entidades que compõem uma paisagem se encontram em permanente negociação de sua permanência com o meio, num contexto marcado por distintos desequilíbrios tensionais que ameaçam sua perenidade. Ora, se a paisagem pode ser pensada como *ressonância*, o que sugere certa ideia de continuidade, ela também pode ser pensada como pautada por momentos de *dissonância*, o que sugere as imagens contrastivas da ruptura e do choque.

⁶¹ O conceito de *taskscape* ilustra bem a influência do pensamento de Heidegger sobre Ingold. De acordo com o filósofo, a relação do *Dasein* (ser-aí) com o mundo se dá a partir de dois modos de doação dos entes: sua presença (*Vorhandensein*) e sua disponibilidade (*Zuhandensein*). O primeiro modo de doação remete à atitude teórica e distanciada da metafísica tradicional. O segundo, a um envolvimento prático ou ativo que instaura o objeto em sua relação com ele. Trata-se da diferença, grosso modo, entre pensar um martelo como objeto portador de uma essência, ou de pensá-lo desde o ponto de vista do que se dá ou do que se abre a partir do martelar. Heidegger (2008a) entende que o segundo modo de doação dos entes tem um caráter mais originário que o primeiro. Ele corresponderia, neste sentido, ao nosso modo mais cotidiano de lidar com as coisas. Usando-as, nos esquecemos delas. Mas é justamente por esquecê-las que elas acabam se tornando familiares e próximas. O conceito heideggeriano de *mundo* (*Welt*) remete a este envolvimento primordial, sendo pensado como “concatenação de todas as concatenações” [*Zusammenhang aller Zusammenhänge*]. Creio que “concatenação entre várias concatenações” é uma boa formulação alternativa do conceito ingoldiano de *taskscape*.

Em um contexto de aceleração das transformações socioambientais globais, pensar o desequilíbrio causado por fluxos de naturezas diversas sobre as paisagens tradicionais impõe desafios epistemológicos vários, principalmente aqueles relacionados à questão da sua escala. Na ecologia e no ambientalismo contemporâneos, um dos efeitos causados por esta aceleração parece ter sido um deslocamento do “mantra da sustentabilidade” (Zhourri; Oliveira, 2012) para o “mantra da resiliência”, isto é, a capacidade que paisagens têm de absorver e processar distúrbios que lhes afetam sem perder sua capacidade de auto-organização, sua identidade e *feedbacks* fundamentais (Cumming, 2011; Walker et al., 2004). Se a ideia de resiliência aponta para uma revisão interessante do paradigma da estabilidade, acolhendo conceitualmente a dinamicidade dos sistemas socioecológicos ao longo do tempo, por outro lado ela coloca duas questões pertinentes para serem analisadas: em primeiro lugar, o que constituiria para cada ambiente uma identidade a ser perdida; e em segundo, o que qualificaria um distúrbio *como* distúrbio, isto é, em que medida ele depende do conhecimento - “científico e anticientífico”, como registra Beck (2010, p. 27) – que se tem dele.

Conforme Backhaus, desequilíbrios e tensões que formatam uma paisagem devem ser distinguidos das suas manifestações positivas no que chama de “ontologia superficial (*surface ontology*) dos mundos vividos (*lifeworlds*)” (idem, p. xi). Sob esta perspectiva, fenômenos como o recente aparecimento súbito de enormes crateras no solo da Sibéria podem ser sintomas localizados de tensionamentos mais amplos, como o aquecimento da atmosfera da Terra que descongela o *permafrost* e libera o gás metano aprisionado no subsolo. Da mesma maneira, a formação de imensas paisagens urbanas deterioradas no *rust belt* norte-americano, ou no vale do Ruhr alemão, manifestaria tensionalidades constituintes do atual estágio do processo de globalização, marcado pela desindustrialização do mundo euro-atlântico e o deslocamento de seu setor secundário para a periferia global.

No que tange ao problema das EEIs, sua relação com processos mais gerais de transformação socioeconômica e ambiental tem sido frequentemente assinalado pela literatura. Este é um ponto que tem sido sublinhado por autores como Fred Pearce (2015), Suzanna Lidström e seus colegas (2015), para os quais processos de invasão biológica só ganham sentido se articulados na análise aos demais distúrbios que lhes são associados. Mesmo um autor bastante ortodoxo da biologia das invasões como Daniel Simberloff (2011, 2013) reconhece que, na maior parte das vezes, as janelas de oportunidade abertas para a proliferação de EEIs advêm de processos ambientais de degradação mais antigos, como a acidificação de rios, o desmatamento, a poluição atmosférica, entre outros.

Por todos estes motivos, em complemento a uma abordagem do caráter temporal da paisagem como atualização de *ritmos*, acredito ser importante pensá-lo também como um conjunto de *fricções*, empregando aqui este conceito tal como desenvolvido por Anna L. Tsing (2005). De acordo com esta autora, “como metáfora, a ideia de fricção nos recorda que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos culturais e de poder” (idem, p. 5). Em seu trabalho, este caráter transformador das fricções e resistências sobre a paisagem é bem exemplificado pelo que qualifica de “confusão criada pelo capitalismo na floresta tropical indonésia” (idem, p. 4). Na configuração de forças que a analisa, o alinhamento de interesses entre companhias madeireiras japonesas e políticos locais teria criado um novo modo de se enxergar e se constituir a floresta, modo este em que tudo o que não pertencesse à família dos dipterocarpos – isto é, as árvores visadas pelas madeireiras - “era simplesmente desconsiderado como refugio” (idem, p. 15).

Por outro lado, a fricção entre a atividade das madeireiras e os modos locais de se agenciar a floresta, forneceu a oportunidade para que as populações nativas pudessem articular suas formas de habitá-la no idioma global da biodiversidade. Para Tsing (2005, p. 6), casos como este demonstram que a globalização e seus processos de homogeneização paisagística não funcionam como uma “máquina bem lubrificada”, mas se desdobram num jogo instável de resistências e fricções. É bem frequente, nestes processos, que se abra o que Marisol de la Cadena (2009, p. 163) qualifica de uma “disputa ontológica entre os seres sensíveis locais e a Natureza universal”, aqui entendida não só como o ponto de vista dos especialistas, mas também como o efeito uniformizante sobre o ambiente produzido por políticas públicas verticalizadas e grandes projetos de desenvolvimento⁶².

O modo com que estas fricções e choques reverberam na percepção e imaginação dos sujeitos é particularmente interessante de ser investigado de um ponto de vista etnográfico. Em um artigo denominado *Le gibier de l'apocalypse*, Sergio Dalla Bernardina (2009) relata que a escassez de presas de caça na Córsega era percebida pelos habitantes do meio rural nos quadros de uma “fenomenologia apocalíptica”. A sensação de perda de controle sobre o meio ambiente da ilha, afetado por dinâmicas modernizadoras de diversas naturezas, resolvia-se no plano imaginário da população através de uma difusa teoria do complô externo, que opunha o ambientalismo “autêntico” do caçador e do lavrador nativo, ao ambientalismo urbano via de

⁶² Esta visão dos conflitos ambientais como conflitos entre ontologias tem inspirado inúmeros trabalhos nas ciências sociais. Vários deles, em diálogo com o perspectivismo ameríndio. A este respeito, ver Fleury (2013) e Almeida (2013).

regra contrário à caça. Ao fim e ao cabo, esta oposição repercutia em dimensões outras, como a própria história de dominação externa da ilha e uma reinvenção do nacionalismo corso a partir do orgulho cinegético⁶³.

Em suma, o principal aspecto a ser salientado aqui é que, nas fricções produzidas por linhas de força que incidem sobre uma mesma paisagem, não se produzem apenas controvérsias discursivas sobre os modos mais adequados de se explorar seus recursos naturais. Analisar estas fricções sob este ponto de vista seria adotar, a priori, o entendimento utilitário do mundo segundo o qual a “natureza”, como bem sintetiza Merleau-Ponty (2006, p. 9), é considerada “um ser inteiramente exterior, feito de partes exteriores, exterior ao homem e a si mesmo, como puro objeto”⁶⁴. A abordagem da paisagem como conjunto de ressonâncias, por outro lado, demonstra que os ambientes são percebidos e vividos pelos seus habitantes de modo animado, o que os reveste de colorações afetivas e existenciais.

Ato contínuo, não causa nenhuma surpresa que autores como Jean e John Comaroff (2003, p. 155) assinalem que “muitos daqueles com quem nós, antropólogos, trabalhamos, estão de fato *muito* ansiosos com o efeito destas forças globais; forças estas que *eles próprios* nos alegam estarem colocando em risco sua sobrevivência”. Ora, estas ansiedades só existem por que são os próprios *mundos vividos* das pessoas que se veem ameaçados, e não apenas suas formas de extração de riqueza da natureza.

Uma das repercussões mais frequentes destes processos de “aniquilamento do mundo conhecido” (Das, 2007, p. 7), é aquilo que alguns psicanalistas e filósofos ambientais têm chamado contemporaneamente de *solastalgia* (Albrecht, 2005), isto é, o sentimento melancólico de impotência, individual ou social, acarretado por mudanças socioambientais de difícil identificação ou para além do controle dos sujeitos afetados. Creio que este é um conceito bastante interessante para se pensar o conjunto de impressões suscitadas pela presença do javali, sobretudo nas ponderações dos agentes locais sobre o futuro da região e da sua própria atividade.

⁶³ Sob este aspecto, é interessante evocar aqui o caso do partido político *Chasse, pesse et traditions*, que se apresenta como representante da agenda ambiental “autêntica” do mundo rural francês. Sua principal bandeira é a defesa dos direitos tradicionais à caça. Sobre esse mesmo debate na Grã-Bretanha, ver Marvin (2000, 2007).

⁶⁴ Maurice Godelier (2011, p. 28) reconhece o etnocentrismo deste tipo de abordagem: “it is crucial to bear in mind that the main obstacle encountered by the theoretical thinking of economists and sociologists has been – and still is – the ethnocentrism implicit in their conception of the relations between economy and society. (...) This theoretical representation more or less corresponds to the structure of industrial and market capitalists societies, wherein the economy appears as an autonomous or quasi-autonomous subsystem with its own laws of operation, while the other levels of society appears to be ‘exogenous’ variables which intervene from the outside”.

No que resta deste capítulo, procurarei responder as questões anteriormente colocadas desde as duas perspectivas apresentadas. Isto é, procurarei investigar que ritmos e ressonâncias constituem o mundo dos criadores da APA do Ibirapuitã; mas, também, quais as fricções e tensões acionadas pela presença do javali em seus ambientes, num contexto mais geral de mutações da paisagem sulina. Retorno, portanto, à etnografia, de maneira a identificar estes elementos desde as questões suscitadas pelo trabalho de campo.

2.3 – “Falta gente que saiba tosquiar”

No final de julho de 2014, acompanhei um seminário denominado *Ovinos da Campanha*, organizado pelo Sindicato Rural de Livramento em parceria com o programa *Juntos para competir*⁶⁵. Durante dois dias, o encontro reuniu produtores, técnicos e especialistas de diversas áreas para discutir questões concernentes à criação de ovelhas. O evento ocorreu no parque de exposições do Sindicato, em uma espécie de ginásio adaptado para feiras e congressos. As comunicações do seminário estavam orientadas num sentido fortemente normativo, procurando instigar os produtores a “profissionalizarem” a produção de ovelhas. Uma das palestrantes, vinculada ao Sistema S, defendera ser necessária uma “mudança de atitude” entre os ovinocultores gaúchos, algo que os dispusesse “no sentido do empreendedorismo”. Segundo ela, o principal desafio do pecuarista era conseguir enxergar a criação de ovelhas “como um negócio, mesmo em propriedades pequenas, dedicadas à subsistência”.

Neste sentido, haveria uma série de “preconceitos históricos” a serem vencidos e práticas a serem transformadas no “caminho da eficiência e da produtividade”. Primeiramente, os pecuaristas deveriam deixar de encarar a ovelha apenas como um produto de consumo interno, mas pensá-lo, sobretudo, como “investimento”. Em segundo lugar, a circulação de carneiros reprodutores entre vizinhos e parentes, prática frequente no campo rio-grandense, deveria ser coibida, de modo a preservar a integridade genética e sanitária do rebanho. Por fim, se houvesse a impossibilidade de se investir em um trabalho de melhoramento genético positivo – o que classifiquei como o “fetiche da raça” - a palestrante sugeria a efetuação de uma seleção artificial negativa dentro das próprias fazendas, através do descarte de ovelhas inférteis,

⁶⁵ Trata-se de uma iniciativa entre a Farsul e o Sistema S (Sebrae/RS, Senar/RS) com o objetivo de profissionalizar o campo gaúcho, de modo a dinamizar a relação entre criadores, agricultores e os demais elos do agronegócio.

subférteis e dos indivíduos portadores de caracteres indesejados (agressividade excessiva, por exemplo). Em sua formulação, “ovelha que não pare, não pode ficar comendo de graça”.

Outras apresentações versavam sobre exemplos internacionais de sucesso pecuário, como as ovinoculturas australiana e neozelandesa. Alguns pesquisadores vinculados a UFRGS haviam realizado uma visita técnica a estes países - “os mais avançados do mundo no campo da produção de ovinos” - e dividiram com a audiência do seminário suas impressões e prognósticos. Em suas falas, os especialistas projetaram uma tabela comparativa entre as ovinoculturas gaúcha e da Oceania, ponderando similaridades e diferenças, vantagens e desvantagens, de cada um dos sistemas produtivos. O alto nível de tecnificação e a proximidade com mercados consumidores asiáticos eram pontos a favor da ovinocultura australiana e neozelandesa; o clima árido, com precipitações incertas e insegurança hídrica, a sua desvantagem. Em contrapartida, a prevalência da alimentação a campo nativo seria o ponto forte da pecuária ovina na campanha gaúcha, constituindo-se como um fator mercadológico que deveria, na opinião dos especialistas, ser mais bem aproveitado.

Ademais, era interessante notar que os exemplos positivos trazidos pelos especialistas e organizadores do seminário não eram necessariamente oriundos de países distantes: uma das comunicações mais apreciadas pelo público fora a da *Central Lanera Uruguay*, instituição que, desde 1967, coordena as ações de beneficiamento e exportação da lã produzida pelas cooperativas do país vizinho. Espécie de federação nacional da indústria laneira, a instituição congrega mais de quarenta cooperativas e dois mil produtores, cuja voz seria “ouvida diretamente”, através da sua participação no conselho diretivo. Por meio de um inteligente sistema de financiamentos e “rígidos padrões de qualidade”, o representante da *Lanera* presente ao seminário se orgulhava de ter conquistado mercados tão exigentes quanto o japonês, o norte-americano e o da Europa ocidental.

Em determinado momento da sua apresentação, os técnicos da companhia passaram o vídeo promocional de uma máquina, possuída por vários de seus cooperativados, que facilitava os procedimentos tradicionais de casqueamento e tosquia. Pela demonstração, os animais eram atados e mantidos em decúbito dorsal pelo aparato, permitindo total controle sobre seus movimentos. Ao meu lado, uma produtora da região de Itaqui confidenciou-me de soslaio que adoraria ter o aparato em sua propriedade, pois aquilo “pouparia a trabalhadeira com as ovelhas”, sua e de seus funcionários.

De fato, este comentário se incluía como mais um exemplo de certa tendência curiosa que eu vinha notando já há algum tempo nas falas dos interlocutores a respeito daqueles animais. Em outros termos, as pessoas da região pareciam possuir sentimentos contraditórios em relação às ovelhas, o que me remetia constantemente à relação de amor e ódio entre os Nuer e seu gado, conforme descrito por Evans-Pritchard (2008) em sua etnografia. Por um lado, os criadores pareciam reputá-las como animais preciosos, verdadeiros emblemas da cultura gaúcha e da identidade daquele setor específico da Campanha. Por outro, como motivo de consternação e exaustão constantes, dada a intensidade de trabalho exigido em seu manejo e o conjunto de fatores circunstanciais que tornavam sua manutenção cada vez menos atraente como atividade econômica.

Obviamente, a predação de cordeiros por javalis inseria-se dentro destes fatores. Como bem havia dito um dos vereadores presentes à audiência pública, tudo levava a crer que um dia o suíno feral “ainda comeria todas as ovelhas de Santana do Livramento”. Todavia, tão logo os proprietários começavam a falar sobre o javali, outros problemas locais sempre acabavam aflorando à superfície do discurso, como o abigeato, o capim-annoni, o descaso do Estado e da população urbana com os problemas e necessidades do campo, assim como certa percepção melancólica do ocaso da pecuária sulina, seus ofícios e formas de vida a ela associadas.

A falta de mão de obra especializada para as lidas nas estâncias, por exemplo, era uma preocupação constante. Eis o que registro em meu diário de campo a este respeito, no dia em que fazíamos a visita a Zeca:

A casa, bastante modesta, consistia nuns poucos cômodos decorados com simplicidade. Junto a ela, erguia-se um galpão, de dimensões similares à residência, onde se estocavam fardos de lã e onde estava estacionado o trator azul com o qual havíamos cruzado na estrada. Um peão de sobranceira grossa, cuia e térmica em mãos, veio nos cumprimentar, seguido de seu filho pequeno e outro peão mais jovem, cujo sorriso ostentava um aparelho ortodôntico. O mais velho, com ar sóbrio e grave, mirava-nos com certo ar de respeito e desconfiança, o que Raul atribuiu mais tarde à presença do seu revólver. A criança guiava uma bicicleta. (...)

Durante o almoço, Zeca abordou-me com a temida questão: “e tu que está pesquisando isso, acha que nós vamos conseguir controlar o javali?”. Respondi com certo ar contemporizador, afirmando que “se adotamos os procedimentos mais adequados, teremos chance de controlar, sim”. Resposta anódina, que pareceu não sensibilizar nem impressionar meu interlocutor. A prosa em torno do meu papel naquela visita prosseguiu mais alguns minutos, até que um peão entrou na sala e ligou a televisão para assistir Argentina e Nigéria pela fase de grupos da Copa do Mundo.

Já na sobremesa, Raul puxou conversa com a cozinheira, perguntando de onde vinham – estava pressuposto que ela era a esposa do peão mais velho – e o que fariam quando “o guri ficasse grande”. A mulher respondeu que, felizmente, o ônibus escolar passava ali por perto, de modo que Raul aproveitou a situação para me explicar que havia um grande e crônico déficit de mão de obra na região: “Às vezes não se consegue pessoal

porque o ônibus do colégio não passa perto, e o pessoal daqui prefere contratar casal”. Mais tarde, Zeca me explicou que, quando há peão solteiro, “periga virar bacanal”. Além disso, um casal supriria mão de obra de dois tipos, isto é, campeira e doméstica. (diário de campo, junho de 2014).

Outro relato similar a este vem do dia em que visitáramos a Estância São Marcos, localizada na divisa municipal de Livramento e Rosário do Sul. Durante o trajeto, Raul, o proprietário e eu paramos em uma pequena casa habitada por um *posteiro*⁶⁶ conhecido como “Pirãozinho”. Naquele dia, escrevi:

Em seu relato, “Pirãozinho” disse-nos que ocupava aquela casa tão somente pelo fato de que ali, naquela estrada, passava o ônibus da escola rural, de modo que o acesso à educação da sua filhinha ficava mais facilitado. Antes de partirmos, pudemos ver o tal ônibus chegando e a criança descendo, sendo saudada alegremente pelo pai. O aspecto do veículo era o pior possível. Fiquei ponderando que tomá-lo diariamente deveria fazer do simples ato de ir à escola uma tarefa algo heroica (diário de campo, maio de 2014).

Este mesmo proprietário, aliás, trazia frequentemente outras dimensões à baila quando se queixava do javali. Chamado Alexandre, tratava-se do criador que, durante a audiência pública, lera em voz alta a carta de seu próprio punho para a presidência da república. Na primeira vez em que o entrevistei, fez o seguinte prognóstico do que poderia acontecer no futuro:

Daqui a cem anos, toda essa reserva não vai ter mais criação de ovinos e nem de bovinos. Ela vai ser só mato, e só javali. As áreas pastoris vão diminuindo a cada dez anos cerca de 10%. Então, eu te diria o seguinte: o meu neto não vai sobreviver de lá [propriedade da família]. Pode ser que a minha filha sobreviva. Mas meu neto, só de árvores, não vai sobreviver (transcrição, junho de 2014).

Com efeito, ao entrevistá-lo novamente cerca de um ano depois, fui comunicado de que ele e sua família haviam decidido “passar a terra para frente”, isto é, colocá-la a venda. Religioso, atribuiu a inviabilização da ovinocultura aos desígnios da providência, já que “Deus quis” que o javali comesse os seus cordeiros. No entanto, criticou também o governo federal, que, segundo sua interpretação, havia relaxado no monitoramento da espécie permitindo que a praga se alastrasse. Ao ser questionado sobre as perspectivas de futuro para atividade na região, ofereceu um panorama sombrio, marcado, dentre outras coisas, pela acentuação da concentração

⁶⁶ Empregado de estância que vive nos campos desta e se encarrega de funções de zeladoria.

fundiária, no plano agrário, e a corporificação do sofrimento social, no plano somático e pessoal:

Nós sobrevivíamos só de lá, toda a família. O meu irmão, com quatro filhos. Eu, com uma filha. A minha irmã, com outro filho. O nosso pai, a nossa mãe. Então, o que aconteceu? Todo mundo vivia de lá. Só que agora não deu. Não deu pra todo mundo viver de lá. Então, se nós, não conseguimos viver de lá por causa que a ovinocultura ficou inviável, o que tu me diz destas famílias que tem menos 100 hectares, 200 hectares, que tem a ovinocultura só como subsistência? Pro seu consumo e pra manter a estrutura? O que acontece, Caetano: hoje, um filho que nasceu em 200 hectares, concorre com o filho de quem tem 2.000 hectares e concorre com o filho de 20.000 hectares, tu me entende? Então, quem é que vai permanecer na atividade? O maior. Por quê? Porque pra ti pagar um colégio particular aqui, os mais baratos custam mil reais por mês. Aí tu pega um cara de 200 hectares, mil por mês... o outro de 2.000 hectares e o outro de 20.000 hectares... qual é o que vai pagar mais tranquilo isso? Então, o pequeno não se mantém numa estrutura dessas. Porque o governo chegou tarde com esses incentivos [para o pequeno e médio produtor]. Tarde demais. E nós temos ainda o javali, dá nisso aí. Foi escancarado, sempre foi escancarado pra todo mundo ver, a nossa história. Entendesse? Dando as tripas coração. E só hoje eu consegui um atendimento por causa da tendinite. Tendinite de tanto lidar com ovelha e tudo e tal, to me curando da tendinite (transcrição, maio de 2015).

É interessante notar que Alexandre atribuía sua tendinite, doença ocupacional por excelência, ao trato continuado e intensivo junto às ovelhas; bichos que, em outra conversa informal que tivemos, classificara como suas “companheiras de trabalho”. De fato, não seria a primeira vez que eu ouviria falar de bichos “trabalhando”. Tratarei melhor desta ideia no próximo capítulo. No que diz respeito à questão por ora colocada, é importante registrar que a ovelha, mesmo em sistemas de produção extensivo de baixa tecnificação, é um animal que demanda cuidados permanentes⁶⁷. Não apenas por ser um alvo mais fácil de predação e roubo, mas, também, por ser um animal bastante acometido por verminoses, doenças dermatológicas e oftálmicas. Sua pelagem é um verdadeiro convite para problemas como a *piolheira*, o carrapato e a sarna. A raça criada por Alexandre, o Merino Australiano⁶⁸, impunha ainda o desafio de ser uma linhagem desenvolvida em ambientes secos, porém inserida em uma região de notória pluviosidade sazonal.

Ovinos exigem intensa manipulação, de modo que não me parece aleatório o fato de Alexandre sofrer justamente de uma doença dos tendões. Já Zeca, relatara que havia sofrido muitos problemas de saúde decorrentes do manuseio de produtos químicos agropecuários. A maior parte dos criadores me parecia mais velha do que realmente era, o que um deles atribuiu

⁶⁷ Haudricourt (1962, p. 41) cita a criação ovina como principal do modelo domesticatório de “ação direta positiva”.

⁶⁸ O Merino australiano descende dos ovinos da linhagem merina, de origem Ibérica. Seu desenvolvimento como raça se deu na Austrália ao longo do século XIX.

à categoria de *intempérie*. Este é um termo, cabe notar, aplicado com mais frequência ao impacto das mudanças atmosféricas na condição dos animais, como bem exemplifica esta fala de outro proprietário rural⁶⁹:

Só pra tu ter uma ideia, uma volta eu falava com um colega meu, veterinário, produtor rural também. Nós envolvidos num trabalho lá, e tal e coisa... aí, de repente, meio-dia! Almoçamos. Depois do almoço, pegamos na bergamoteira ali, na planta mesmo, umas bergamotas, sentamos no olho do céu, era um período friozinho... uma bergamota fresquinha, aquela história... e começamos a falar, né? O irmão dele, que é dentista em Porto Alegre, é dois anos mais velho que ele. Tem dois sobrinhos também. Aí ele me disse: “bah, eu tive esses dias lá [Porto Alegre] e os guris me acharam velho”. Por que que acharam ele velho? Eu creio que é a tal de intempérie, que como a gente chama. Que é o efeito climático. É o sol, é o vento. Diferente do cara, o irmão dele, que é dentista, um trabalho leve. Nós aqui carregando saco, levando coice de vaca. É uma vida mais rude. (transcrição, junho de 2014).

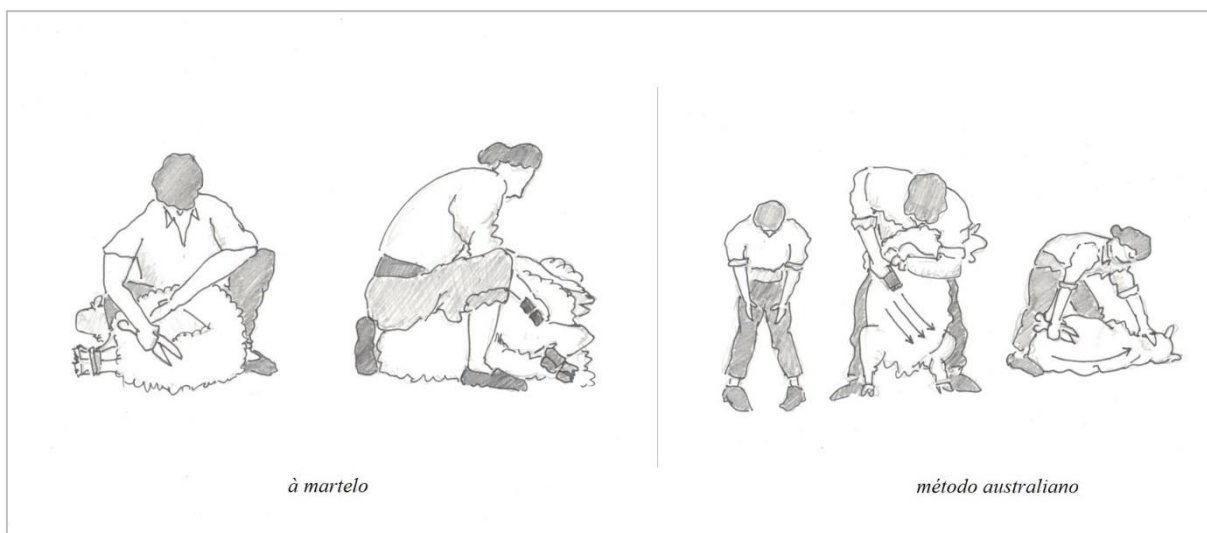
Em suas falas e corpos, percebia-se sua imersão na paisagem a partir de uma “memória muscular” (Ingold, 2000) das lidas no campo. Algumas delas, em processo de declínio. Consideremos, por exemplo, uma rotina emblemática da ovinocultura, como a tosquia. Há várias maneiras de se tosar uma ovelha. A tosquia tradicional pampeana, também chamada de *esquila à martelo*⁷⁰ devido ao som produzido pelo encontro das lâminas das tesouras que são empregadas, envolve um uso cuidadoso do objeto e um esforço de controle das reações dos animais. O mais comum é que se *maneie* o bicho, isto é, se lhe amarrem as patas para permitir a extração do velo. A partir dos anos 1970, no entanto, introduziu-se no Brasil o método australiano conhecido como tosquia *Tally-hi*, baseado na contenção no animal entre as pernas do tosador (quadro 1).

No período áureo da cultura laneira no Rio Grande do Sul, quando a ovelha sozinha garantia a sobrevivência de muitas estâncias, a *esquila* tradicional tinha por unidade produtiva a *comparsa*, isto é, equipes de dez a vinte homens que recorriam as estâncias da Campanha vendendo seu serviço e oferecendo suas habilidades para os criadores de rebanhos. Como nos dias atuais, a tosa ocorria entre meados de novembro e o final de janeiro, sendo contratada verbalmente entre os criadores e os chefes (*empreiteiros*) das *comparsas*. Durante o período em que ficavam nas estâncias, os trabalhadores recebiam abrigo e lenha para o fogo, sendo os custos da alimentação descontados do seu pagamento. Cada *esquilador* chegava a tosar de trinta a cinquenta animais por dia, fazendo da *esquila* um trabalho demorado e árduo. Era comum que

⁶⁹ Há uma ressonância entre esta noção nativa de *intempérie* e o conceito de *weathering* em Ingold (2015, p. 71): “Weathering is what things and persons undergo on exposure to the elements (...) weathering is formative (...) in which unending deterioration is also perpetual beginning”.

⁷⁰ Por vezes, também é chamada de *esquila criolla*, principalmente no Uruguai e Argentina.

muitas estâncias remunerassem parte do trabalho das *comparsas* sob a forma de *lata*, isto é, pequenas fichas deste material que serviam de unidade de troca dentro das propriedades e arredores.



Quadro 1: Métodos de tosquia de ovelhas. Desenho do autor.

Além do *empreiteiro* e dos *esquiladores*, também chamados de *tesouras*, cada *comparsa* contava com a força dos *agarradores* (que conduziam as ovelhas até a tosa), a agilidade dos *maneadores* (que amarravam as patas dos animais) e a sincronia dos *embolsadores* (que transformavam os velos em fardos de lã para serem transportados). Uma categoria importante da sua operacionalidade era a noção de *compasso*. À maneira de Gilbert Simondon (2005), poderíamos considerar que as tesouras de tosquia eram, ao mesmo tempo, *instrumentos* e *ferramentas*. Como *instrumentos*, elas prolongavam a sensibilidade do *esquilador*, permitindo-lhe entrar no *compasso*, tanto dos colegas de serviço, quanto do próprio animal. Como *ferramentas*, elas exerciam uma ação transformadora da matéria (a extração do velo). Assim, a percepção do *compasso*, através da tesoura-instrumento, permitia o uso habilidoso da tesoura-ferramenta.

Não obstante seu caráter penoso e exaustivo, a *esquila à martelo* era um trabalho de grande rentabilidade para os habitantes da Campanha durante o auge da cultura laneira, maior até que muitos ofícios permanentes oferecidos nas estâncias. Raymond Pebayle (1971) registra que na primeira metade do século XX, muitos operários das charqueadas se empregavam nas

comparsas durante a entressafra da matança bovina, cujo ponto máximo decorria entre fevereiro e junho. É importante notar que a natureza sazonal e ambulante do ofício de *esquilador* é compartilhada por outras lidas campeiras, o que coaduna com o lastro histórico de mobilidade dos ofícios ligados à pecuária da região (Farinatti, 2007; Pereira et al., 2016).

Além de uma técnica de aquisição (Leroi-Gourhan, 1984b), a *esquila* é também uma técnica do corpo (Mauss, 2003), produtora de pessoas e subjetividades de um determinado tipo. Naturalmente, a introdução de máquinas elétricas nas estâncias, seguida da crise da ovinocultura a partir da década de 1980, acabou por alterar sua rotina produtiva, bem como as subjetividades a ela relacionadas. Em sua canção *Esquilador* (1979), o são-borjense Telmo de Lima Freitas elege justamente o ocaso da tosquia *a martelo* para cantar as dores do trabalhador que deixa o campo, num contexto de transformações estruturais do meio rural gaúcho. Esta música é interessante porque mistura elementos da cadeia operatória da *esquila* (*descascarrear*⁷¹, *manear*, etc.) com os estados emocionais e as circunstâncias sociais envolvidas no ritual, oferecendo um quadro deveras complexo do ato de extrair o velo dos ovinos. A própria cadência dos versos evoca, de certa maneira, a ritmicidade das tesouradas desferidas pelo *esquilador*⁷²:

*Quando é tempo de tosquia
já clareia o dia com outro sabor.*

*As tesouras cortam em um só compasso
enrijecendo o braço do esquilador.*

*Um descascarreia outro já maneia
e vai levantando para o tosador*

*Avental de estopa
e faixa na cintura
e um gole de pura
pra espanta o calor.*

Em certo momento da música, a personagem principal - assustado com o “compasso tocado a motor” e perdido em “ilusões povoeiras” depois de vender suas tesouras - se pergunta melancólico “p’ronde foi a lida que ele conheceu”. Hoje em dia, não é o caso da *esquila à martelo* ter sido totalmente abandonada. Nas propriedades, ela continua ocorrendo à parte da

⁷¹ Tirar as bolotas de excremento que grudam na lã.

⁷² Para Ingold (2000), esta ressonância poética entre a música e a cadeia operatória da *esquila* não seria de modo algum aleatória. Assim como a paisagem (*landscape*) possui uma relação essencial com a visão, a *taskscape* possuiria com a audição.

tosquia elétrica. É significativo, entretanto, que tenha se tornado matéria de curiosidade com o passar dos anos, figurando como objeto de competições de habilidade em eventos rurais e feiras agropecuárias. Muitas tesouras, da mesma forma, tornaram-se emblemas familiares ou relíquias de antiquário. Outras foram totalmente transformadas: cutelarias ao redor do Estado se especializaram em aproveitar suas lâminas para a confecção de facas, hoje vendidas na internet ou casas de indumentária campeira com preços que podem superar os trezentos reais.

A melancolia da canção sobre a tosquia é semelhante, me parece, àquela manifestada pelo criador segundo o qual o javali ameaçava a cultura gaúcha como um todo, a partir da ausência futura do ovino “na fotografia”. Quando tivemos a oportunidade de conversar diretamente, pouco mais de um mês depois da audiência pública, perguntei-lhe o que tinha passado em sua mente quando afirmara aquilo. Isto é, de que maneira enxergava o javali como potencial destruidor da cultura gaúcha. Sua resposta, articulada em vários planos sociais e temporais, dava a entender que o suíno feral era uma espécie de catalisador de outros processos. Algo como o grão de sal que faltava para desencadear a reação em uma mistura supersaturada.

Segundo Marco – este era seu nome -, o desaparecimento da cultura gaúcha talvez fosse um processo irreversível. Afinal de contas, nenhuma cultura seria eterna, quanto menos a sua. Eu, como antropólogo - e, portanto, pessoa que pesquisava a matéria - “deveria ter ciência disso”. Conforme seu exemplo, até alguns anos atrás, a eletricidade não chegava a muitas partes da Campanha, o que fazia com que o consumo cotidiano de carne bovina, exceto sob a forma de charque, fosse uma raridade. Hoje, a coisa não seria mais assim. O *freezer* tomara o lugar do charque, e o papel da ovelha como carne do cotidiano já não era tão proeminente. No andar da evolução técnica, mudanças daquele tipo suceder-se-iam naturalmente: cinquenta anos atrás, quem imaginaria que o Pampa estaria forrado de capim-annoni, repleto de florestas de eucalipto e pontuado aqui e ali pelas imensas torres de energia eólica?

O problema com o javali, no entanto, é que tudo estava acontecendo rápido demais. Nos termos de Marco, o ovino estava sendo empurrado para fora da fotografia futura numa velocidade um tanto difícil de ser assimilada. O impacto estaria sendo sentido no “aqui e agora” da produção:

Claro, existem coisas inevitáveis no processo. Mas o fato é o seguinte: muitos de nós já estão considerando parar definitivamente de criar ovelha. Ao que vai levar isso aí? Bom, tu não vai mais fazer a tua cerca com sete fios, só com cinco, quatro fios. Por que é que tu vai botar sete fios se dois a mais eram pra segurar o ovino, entende? Tu começa a entrar numa série de situações muito rápido. Hoje em dia, se tu vai a campo, tu já sente dificuldade de encontrar gente que saiba limpar olho de ovelha, que saiba tosar a ovelha, eles tem dificuldade com tudo isso. Não tem mais, entende? Na nossa

propriedade, nós lidamos hoje com menos da metade das ovelhas que a gente costumava ter. E já não era muito. Já era pouco. Isso quando ainda nem existia o 'seu' javali te dizendo: "tchê, eu tô te proibindo de criar". (transcrição, junho de 2014).

Os dados demográficos dos municípios formadores da APA do Ibirapuitã atestam a impressão de esvaziamento populacional alegada pelos ovinocultores. No censo do IBGE de 2000, o município contava com 90.849 habitantes; no de 2010, 82.464. Este é um dos maiores índices de evasão populacional do Rio Grande do Sul. O mesmo vem ocorrendo com os outros municípios formadores da APA do Ibirapuitã, como se verifica no gráfico a seguir (gráfico 1):

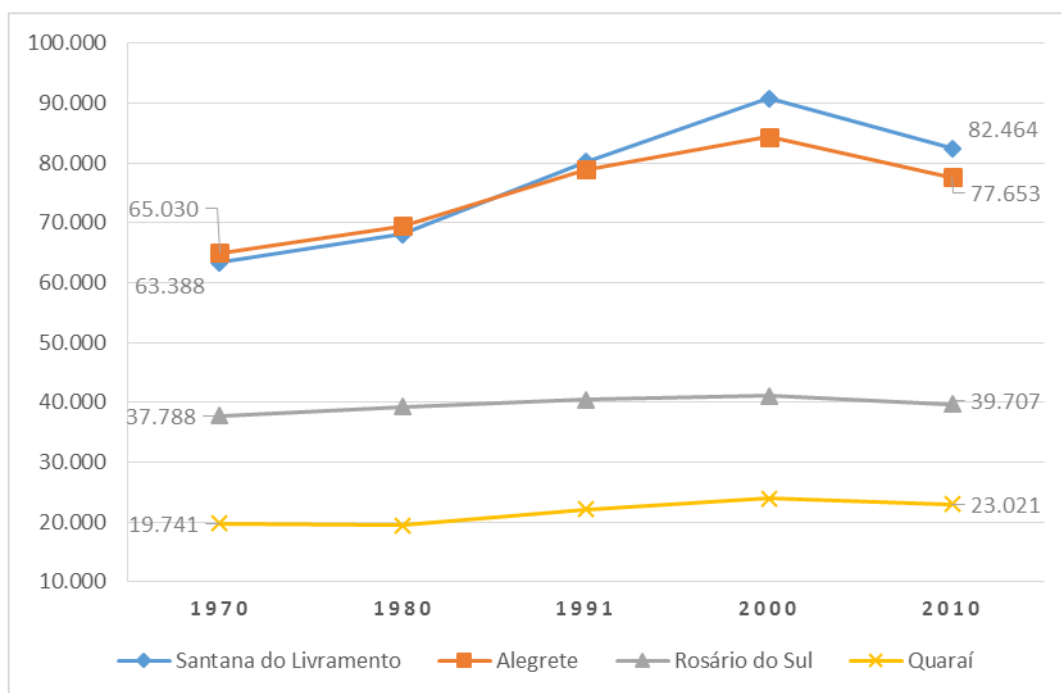


Gráfico 1: Evolução da população total dos municípios formadores da APA do Ibirapuitã (1970-2010). Fonte: IBGE

Da mesma maneira, observa-se uma redução da quantidade relativa de jovens (população de 15 a 29 anos) ao longo dos últimos quatro censos em Livramento (gráfico 2), assim como um afunilamento em torno desta faixa etária em sua pirâmide demográfica (ver apêndice 2). Cabe notar que o mesmo ocorre nos demais municípios da APA do Ibirapuitã também no departamento de Rivera, no Uruguai (idem):

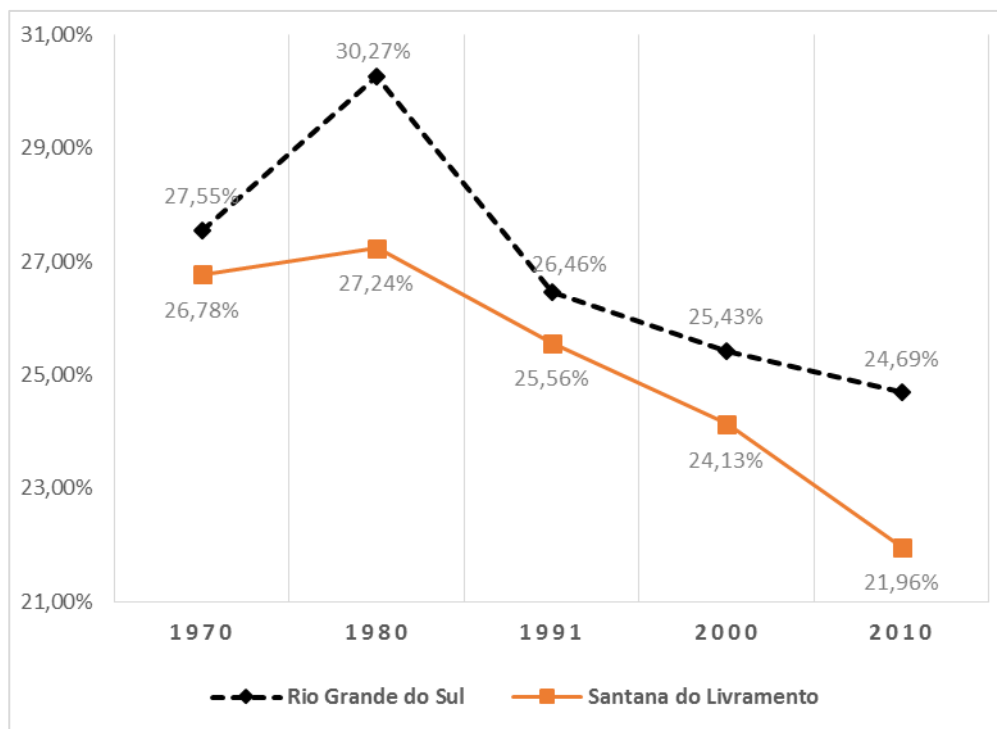


Gráfico 2: Evolução da porcentagem de jovens (15-29 anos) na população total de Santana do Livramento e do Rio Grande do Sul (1970-2010). Fonte: IBGE.

Além disso, mesmo sendo o segundo maior município do Estado em termos territoriais, Livramento possui apenas 9,78% da sua população vivendo no campo, taxa similar às de Rosário do Sul (12,11%), Alegrete (10,38%) e Quaraí (7,43%). Em todos estes municípios, o percentual de habitantes da zona rural é inferior à média estadual (14,9%). O gráfico a seguir (gráfico 3) assinala a evolução da taxa de urbanização das quatro municipalidades, em contraste com a média gaúcha ao longo do mesmo período (1970-2010):

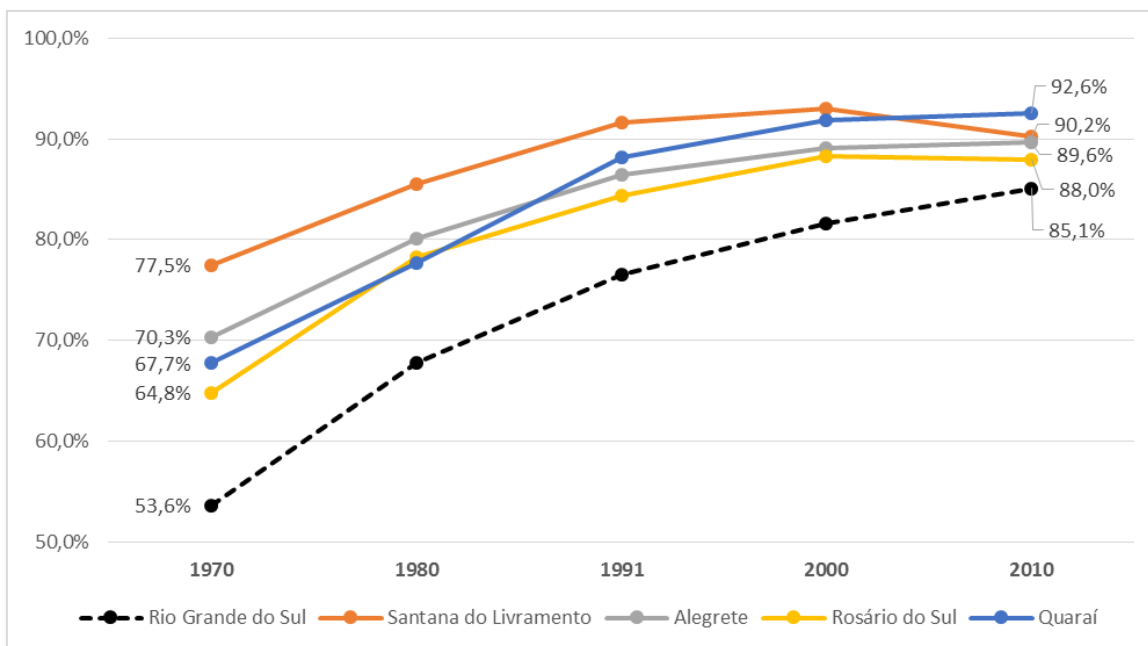


Gráfico 3: Evolução da taxa de urbanização dos quatro municípios formadores da APA do Ibirapuitã e do Rio Grande do Sul (1970-2010). Fonte: IBGE.

É relevante notar que no censo de 1970, momento em que o contingente urbano do Rio Grande do Sul recém havia ultrapassado o rural, os quatro municípios formadores da APA do Ibirapuitã já haviam consolidado o perfil majoritariamente citadino da sua população. Mais adiante, veremos de que maneira isso se articula com as transformações socioeconômicas vividas pela região fronteira na primeira metade do século XX.

Outro dado demográfico interessante é o descompasso entre as populações feminina e masculina nos meios urbano e rural. Como em todo o Rio Grande do Sul e também no Departamento de Rivera (ver apêndice 2), há uma predominância contemporânea de mulheres no meio urbano de Livramento, ao passo que os homens constituem a maior parte dos habitantes do campo (gráfico 4):

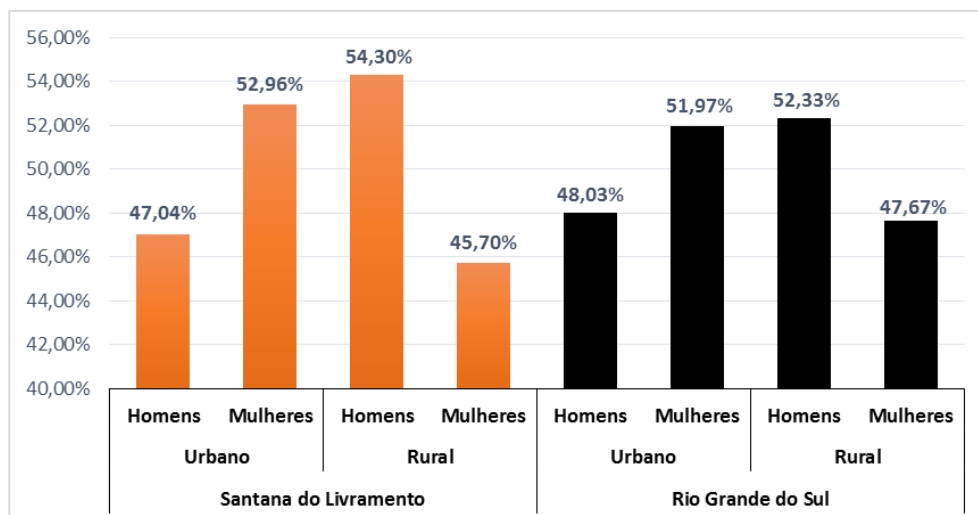


Gráfico 4: Porcentagem de homens e mulheres na população urbana e rural de Santana do Livramento e do Rio Grande do Sul (2010). Fonte: IBGE.

Esse descompasso converge com a percepção dos interlocutores de que “é difícil encontrar peão com família”. Há de se salientar, ademais, que ao contrário da agricultura colonial e familiar preponderante em outras regiões do estado, as lidas da pecuária extensiva na Campanha são ofícios tradicionalmente – e em muitos casos, exclusivamente - masculinos, em cujo sistema técnico as mulheres se inserem principalmente como cozinheiras e na consecução de outras tarefas domésticas.

Nas cidades da fronteira, por outro lado, percebe-se uma grande quantidade de lares chefiados por mulheres empregadas no setor de serviços. Segundo Adriana Dorfman (2009), há também um destacado protagonismo feminino no contrabando de pequena escala, atividade esta que corresponde à principal fonte de renda de alguns núcleos domésticos da linha fronteira. Trataremos deste aspecto com mais detalhe no próximo capítulo.

2.4 – Ideologia pastoril, questão meridional e panaceias do desenvolvimento

Voltemos a Alexandre. O trecho a seguir, retirado da transcrição da última entrevista que realizamos, ilustra de que maneira ele relacionava o esgotamento da força de trabalho *campeira* com mudanças sociais mais gerais, de um lado, e a questão do javali, de outro:

A nossa juventude, é a juventude Wi Fi, entendesse? É a juventude Bluetooth. A geração coca-cola ainda ia pro campo. Hoje não. É a geração Wi Fi-Bluetooth. O pessoal só fica na cidade. Todo peão rural tem Facebook. Entendeste? Então, o comportamento deste rural é um comportamento urbano, e ele tende a não ficar mais

no campo. Ele não fica mais trinta dias. Ele tem a moto... e fim de semana ele tá aí, ele quer a noitada, ele quer sair, entendesse?

E isso prejudica as atividades da estância?

Onera. Tu tem que botar um cara pro fim de semana, e tu não consegue. Aí tem que ir o dono lá ficar, se não vai por água abaixo. Como eu. Peguei esta tendinite de ficar trabalhando além da conta.

Fazendo um trabalho que não seria, normalmente, do administrador?

Claro, nem do administrador e nem do veterinário. É a mesma coisa que um médico sem enfermeiro. O enfermeiro é aquele cara de pronto atendimento. O médico decide: tu vai dar tal produto, tu vai fazer tal coisa. O médico vai suturar. O médico trabalha pontualmente, e o veterinário também. Mas ele não faz no dia a dia o que faz um enfermeiro.

E a equipe que vocês tinham lá era de quantas pessoas, mais ou menos?

Nós tínhamos na equipe, ano passado, oito. Era eu, meu irmão, depois mais seis funcionários.

Responsáveis pela lida de tudo?

Trato do gado e ovelha. Exatamente. E aí não adianta, porque o que acontece: tu tem que folgar esse pessoal, né? Esse pessoal sai de folga, e como é muito longe, eles tem que vir que pernoitar aqui [cidade], e tudo. Se fosse uma propriedade dentro da cidade, não teria problema nenhum. Mas como é longe, tem que pernoitar. Então, destes oito, sempre trabalhando, nós tínhamos só cinco, seis.

E como tu disseste antes, deslocar um só pra cuidar só do javali já prejudica outras atividades...

Ah, sim. E às vezes não dava pra deslocar porque morria de vermes, as ovelhas. Entendesse? Um ano chuvoso, também, muito trabalho. Eu só sei que, infelizmente, eu saí [da ovinocultura]. Nós acreditamos na ovinocultura. Mas aí apareceu o javali. É tudo a vontade de Deus, né? (transcrição, maio de 2015).

Já La Hire, primo de Alexandre e um dos voluntários mais dedicados da rede de manejo do ICMBio, caracterizara para mim o problema do javali como verdadeira “tragédia”, posto que o animal estaria “pressionando muita gente a parar de criar ovelha”, sobretudo os pequenos proprietários⁷³. Como consequência, o campo nativo corria o risco de ser abandonado, abrindo espaço para que, no futuro, “tudo aqui se transforme em florestamento de eucalipto”. Além de remeter às previsões de Alexandre sobre os próximos cem anos da APA, esta leitura do javali

⁷³ Ribeiro (2003, apud Poli et al., 2009) caracteriza os ovinocultores do bioma Pampa em dois grupos: de um lado, os *produtores patronais*, que compõem a produção em conjunto com a bovinocultura de corte e alguma agricultura; de outro, os *produtores familiares*, para os quais a criação de ovelhas se destina principalmente à subsistência proteica. Todavia, como destacam Pereira et al. (2016, p. 191): “é difícil precisar em números a diferença entre estancieiro e pequeno proprietário, pois estas categorias variam conforme diferentes fatores, como o histórico da propriedade, suas instalações e capacidade de produção”.

como “índice de um apocalipse iminente” (Dalla Bernardina, 2009, p. 91) ecoava também aquilo que eu havia escutado anteriormente de outro produtor rural, sediado às margens do Arroio Funchal. Disse-me ele:

Tchê, eu tenho um amigo que estudou nos Estados Unidos e ele me disse o seguinte. Talvez tu não tenha nunca ouvido isso aí. Mas o cara é uma pessoa, assim, de alta cultura, ele teve estudando na Europa, estudou nos Estados Unidos, e me disse o seguinte: os americanos têm um levantamento, que diz que, no Rio Grande do Sul, nas próximas décadas, fica só reflorestamento, leite e soja. Pecuária de corte? Isso termina. Ele já me disse isso há uns catorze anos atrás, e eu acho que nós estamos realmente indo por este caminho. A pecuária tá encolhendo cada vez mais. Tá ficando em áreas marginais, em áreas de campo mais barato, tá entrando o reflorestamento, tá entrando a soja, principalmente a soja, e o gado de leite (transcrição, junho de 2014).

No entanto, até mesmo a pecuária leiteira local parecia ameaçada pelo javali. Para Lorena, uma analista de sistemas que explorava parte da propriedade do pai na criação de vacas de leite, os suínos ferais também representavam um problema muito grave. Como registrei na primeira vez em que a visitei na companhia de Raul, em maio de 2014:

Nesta propriedade, a tragédia do javali incide sobre a lavoura de sorgo. Utilizado na silagem para alimentar as vacas leiteiras, este cereal é um dos alimentos mais apreciados pelo bicho. A grande preocupação de Lorena é que, com a chegada do inverno, suas vacas não tenham o que forragear.

(...)

De volta ao primeiro campo de sorgo que havíamos atravessado, foi possível documentar melhor os terríveis estragos cometidos pelo javali. Tudo estava revirado e quebrado, num cenário de imensa desolação. Em seu trabalho depredativo, os bichos haviam aberto verdadeiras clareiras em meio a lavoura, que pareciam mesmo obra de uma intencionalidade maligna. Os círculos formados pelos javalis me remeteram, além disso, aos supostos sinais deixados por extraterrestres em campos cultivados (diário de campo, maio de 2014).

Com o intuito de isolar definitivamente os javalis da plantação, Lorena contou-me em outra oportunidade que mandaria erguer uma cerca elétrica por todo o perímetro da área cultivada, conforme as recomendações de um conhecido. Todavia, se nem aquilo funcionasse, avaliou que, a partir daí, “teria que começar a pensar em fazer outra coisa da vida”. Obviamente, seria algo difícil e doloroso. Mas, se as circunstâncias assim exigissem, não haveria outra saída a seguir. Por outro lado, não seria a primeira vez a mudar de vida, já que seu próprio retorno ao campo havia ocorrido depois de alguns anos trabalhando no comércio. Conforme seu relato:

E eu tava muito cansada do comércio, sabe? Do contato permanente com o público. Tem que ter sempre muito jogo de cintura, ser muito flexível. Então pensei que a campanha era mais esforço físico, mais doação, neste sentido. Tu não lida com o público. No campo, eu vou competir comigo mesma. Eu tenho que produzir mais, eu tenho que produzir melhor, eu tenho que me superar, eu tenho que aprender mais. Eu não tenho rival ali. É diferente da cidade, em que tu tá sempre competindo com alguém pra ganhar alguma coisa. Até mesmo no comércio, que tu pra ganhar alguma coisa tu precisa ser melhor que o teu vizinho. No campo, não. No campo é produção mesmo. Ali, o que vale é tu. É tua capacidade de fazer, de fazer acontecer e, pra mim, pra minha modalidade, isso é melhor (transcrição, junho de 2014).

Na história de vida dos proprietários da região, esta oscilação entre o universo da Campanha e o da cidade é bastante frequente. Luiz Cláudio, o presidente do Sindicato Rural, contou-me durante uma carona que, quando era *guri*, fora mandado pela família para estudar num colégio da capital. Entretanto, o que mais gostava de fazer, na verdade, era voltar à Campanha e “ir pra fora”: acompanhar a *peonada* nas *lidas*, *camperear*, tratar com ovinos, bovinos e cavalos. Já Zeca, trabalhara como professor de educação física antes de se voltar inteiramente para o campo, num processo que envolvera o reavivamento de um patrimônio familiar declinante:

Eu tinha casado e recebido um gado. E o vô me deu um pedaço do campo aqui, para eu criar. Aí comecei a me meter na pecuária, né? Durante a semana, eu trabalhava na cidade. Aí no final de semana eu vinha cuidar do que é meu aqui. E aí peguei veterinário, que não tinha... comecei a mudar as coisas. Com os meus bichos, não com os dele, mas eu mudava. E aí o vô: “ah, mas isso aí que tu tá fazendo tá muito bom! Vou fazer isso com o meu gado também!”. E aí, quando eu vi, eu já tava administrando tudo do velho. Do meu avô, né? E a coisa foi dando certo, foi indo, foi indo. Depois eu tive uns contratemplos com a família. Sempre tem. Eu arrendei tudo. Aí o velho foi pra cidade. Teve uma época em que ele vinha se dando mal com um negócio, tinha quatro cavalos de carreira... no fim me arrendou tudo. Com gado, com ovelha e tudo. Mas tava tudo atirado. Eu que comecei a botar em ordem. Larguei a educação física e me vim pra fora (transcrição, junho de 2014).

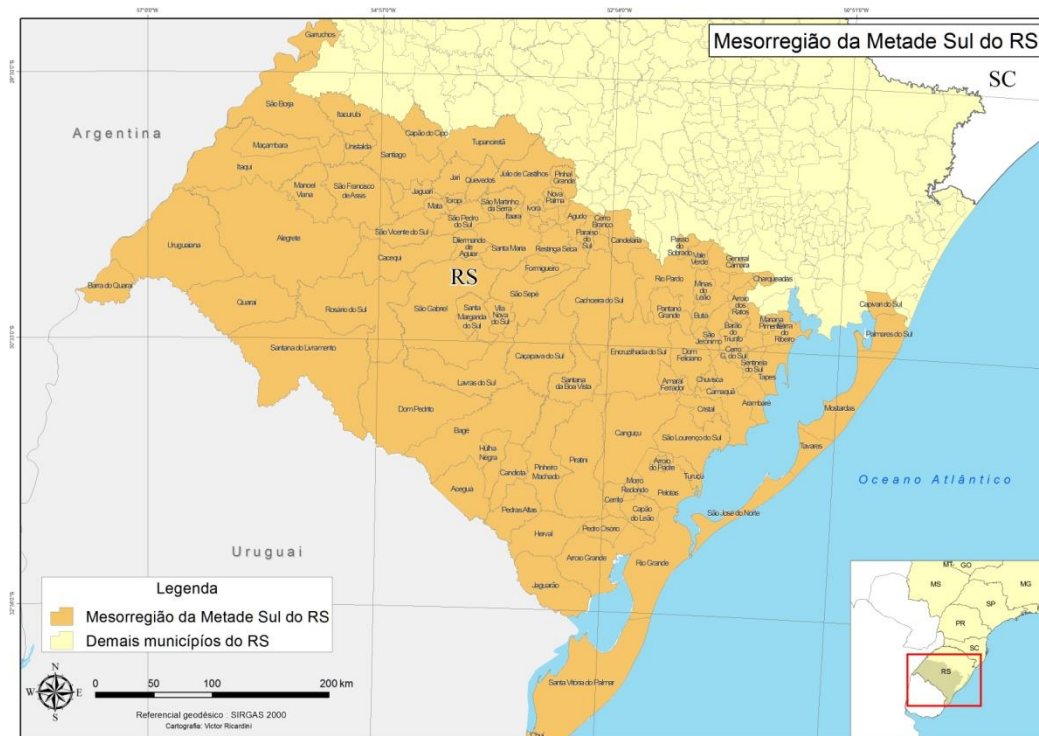
Em *Hunters, Pastoralists and Ranchers*, Ingold (1980, p. 239) nos lembra de que “o pecuarista é sempre um capitalista”. Isso significa que se outras formas de uso da terra lhe parecerem mais interessantes ou rentáveis, ele poderá reorientar seu capital na direção destas alternativas. A etnografia nos sugere, entretanto, que não são apenas considerações de caráter econômico e utilitário que ditam estas avaliações. Sair da pecuária em definitivo é uma alternativa narrada sempre sob o ponto de vista de uma solução última, a ser acionada quando todas as formas possíveis de contorno dos problemas já tiverem sido esgotadas. Para Alexandre:

[vender a propriedade] *causa dor, mas o que é que nós vamos fazer? Nós somos homens, não somos crianças, nem nada. Nós temos que nos governar pela razão. A emoção chora, esperneia, mas pela razão, não. Pela razão é: “olha, sinto muito, não deu deu, nós vamos ter que fechar as portas, porque o javali nos liquidou”. O nosso projeto era ovinocultura, mas não deu. E aí causou todo um passivo, e dentro desse passivo, também, a gente viu que estávamos pagando para trabalhar. Aí não dá. Tu estava com um capital de mil... daqui um pouco tu já tem capital de 950... daqui um pouco teu capital tá 900... daqui um pouco teu capital tá 850... desse jeito tu é forçado a trocar de atividade* (transcrição, maio de 2015).

Antes de ser forçado a sair da atividade pecuária, convém, todavia, que se persista até o limite. Como prega outra música muito conhecida do regionalismo gaúcho, “não tá morto quem luta e quem *peleia*, e lutar é a marca do *campeiro*”. De acordo com John Galaty e Douglas Johnson (1990, p. 18): “a efetivação do pastoralismo implica num comprometimento ao mesmo tempo individual e social, codificado numa ética pastoril ou código pastoril de honra, frequentemente elevado ao status de um *ethos*”. Nesta mesma linha, Jere L. Gilles e Jerome Gefu (1990, p. 104) assinalam que:

a common trait of the pastoral *ethos* founded in many ethnographic contexts is that of the pastoralist, rancher or herder as being proud, self-sufficient and somehow convinced of the superiority of his way of life.

É sob o aspecto deste *ethos*, acredito, que muitos ovinocultores entendem o conceito de *criação*. Ele envolve relações com os animais e seu ciclo de desenvolvimento que, muito embora orientadas para fins econômicos, não se reduzem a um tratamento dos mesmos apenas do ponto de vista da sua comodificação. Voltarei a este ponto no próximo capítulo. Quanto ao sentimento de superioridade do modo de vida pecuário, destaca-se, sobretudo, uma profunda desconfiança dos criadores com as panaceias que, de tempos em tempos, surgem na Campanha como alternativas de desenvolvimento da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul (mapa 3).



Mapa 3: Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, cf. Ministério da Integração Nacional. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

Área historicamente ocupada pela pecuária extensiva, a Metade Sul do estado vem sendo tratada nos discursos oficiais e políticas públicas como uma espécie de *mezzogiorno*⁷⁴ estagnado e abandonado, demandante de novos investimentos que levem à diversificação da sua matriz produtiva. Os monocultivos florestais, várias vezes mencionados neste capítulo, inserem-se nesta lógica (Pereira, 2010). Segundo Bertê (2012, p. 73), “enquanto em 1990 restava somente 2% de área de mata nativa no estado, já havia o dobro (cerca de 4%) de área florestada com acácia, eucalipto e pínus”. Atividade de grande impacto ambiental, a silvicultura tem sido alvo de crítica por ecólogos e organizações ambientalistas, sendo causadora de erosão, degradação do solo e alterações no regime hídrico dos aquíferos superficiais e subsuperficiais. Tudo isso sem contar aspectos sociais como o abandono do campo e a intensificação da concentração fundiária.

Do outro lado da fronteira, a fricção dos monocultivos florestais sobre a paisagem vernacular se destaca ainda mais, assim como a percepção de que há uma associação causal

⁷⁴ Termo pelo qual a região meridional da Itália é conhecida. Como no caso do Rio Grande do Sul, em que a metade norte tomou as rédeas do desenvolvimento econômico ao longo do século XX, contrasta com a região setentrional, mais desenvolvida e industrializada. Este contraste foi analisado por Antônio Gramsci em “A questão meridional” (1987).

entre florestamento e javalis. Vitor Bacchetta (2009) atribui a expansão da silvicultura no Uruguai a uma lógica de migração da indústria do cloro e do papel para o hemisfério sul. A instalação de fábricas de beneficiamento de celulose em países como da América do Sul teria gerado uma demanda por matéria-prima nas imediações destas mesmas fábricas, o que levou à expansão dos monocultivos florestais em zonas “carentes” de investimento, como o sul chileno, o norte uruguaio, a parcela meridional do Rio Grande do Sul e o Vale do Jequitinhonha (MG). Entre 2005 e 2010, a questão das *papeleiras* chegou a opor Uruguai e Argentina na esfera política e diplomática, tendo como objeto de controvérsia uma planta de beneficiamento às margens do rio Uruguai, na fronteira entre Fray Bentos e Gualeguaychu.

De maneira semelhante ao que ocorre no Brasil, Bacchetta revela que muitos habitantes da Campanha uruguaia associam a expansão do javali à expansão da silvicultura, pois “todos os vizinhos dos plantios coincidem em afirmar que esse animal se multiplicou e ampliou seus deslocamentos favorecidos por estas condições” (idem, p. 57). Mas que condições, exatamente? Conforme o autor, “tradicionalmente⁷⁵ o javali se abrigava na mata ciliar dos rios e arroios. Hoje, os plantios lhe dão proteção porque não há vigilância para evitar isso” (idem, *ibidem*).

Lembremos que, para Tsing (2005), a introdução das madeiras japonesas na Indonésia levou a floresta daquele país a ser considerada e manejada tendo em vista a reprodução de apenas um de seus habitantes, os dipterocarpos. Analogamente, poderíamos supor, a partir do que sugere Bacchetta, que há certa cegueira deliberada das companhias papeleiras instaladas no Pampa uruguaio sobre os efeitos produzidos por seus monocultivos na paisagem. Além do javali, a expansão de outros predadores da fauna doméstica lhes é associada na percepção nativa, como o graxaim (*sorro*) e o mão-pelada. Por outro lado, “a perdiz e o perdigão, que até não muito tempo eram comuns nesses campos, praticamente já não são vistas, porque são presas do graxaim” (Bacchetta, 2009, p. 58). Esta menção à avifauna é relevante, já que, entre os criadores brasileiros, um dos impactos ambientais do javali mais ressaltados é a diminuição de ovos de ema.

Há, contudo, um aspecto das percepções sobre a associação javali-florestamento no lado uruguaio ainda mais relevante de ser destacado, tendo em vista a discussão que será travada no próximo capítulo em torno do abigeato. Segundo Bacchetta (2009, p. 58):

Alguns apontam que cresceu o número de “javalis de duas patas”, aludindo ao aumento do roubo de gado pelos humanos. “Aparece gente de todos os lugares, que

⁷⁵ Bacchetta diz “tradicionalmente” porque, como vimos, o javali está presente no Uruguai há bastante tempo. Entende-se na República Oriental, por outro lado, que o eucalipto catalisou sua expansão.

não conhecemos. Primeiro é uma, logo são três, depois são cinco ovelhas por dia. Quando você se dá conta, não fica mais nenhuma”, lamenta-se um estancieiro do Cerro Chato, que atribui isso também aos plantios de exóticas.

Trata-se de uma questão extremamente interessante, que deixarei por ora em aberto na medida em que se relaciona com o tópico a ser desenvolvido no próximo capítulo. Segundo La Hire, “já tentaram de tudo” para dinamizar a Campanha. Dentre as várias panaceias econômicas experienciadas pela região de Livramento, destacou as peras, o eucalipto, os “olivais do Pampa”, a vitivinicultura e a energia eólica. “Mas a gente acaba sempre voltando para a ovelha”, postulou. Nesta dinâmica temporal, as “modas” produtivas seriam cíclicas e passageiras, ao passo que a ovelha representaria uma espécie de refúgio permanente, uma vocação quase natural daquele setor da Campanha. Não por outro motivo, era comum ouvir La Hire se apresentar em circunstâncias públicas, como audiências e reuniões técnicas, nos seguintes termos: “manejador de javali e criador de ovelha por teimosia”.

Na reunião técnica organizada pelo ICMBio para discutir a formação da *Rede Javali Pampa*, Tiago, um biólogo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Livramento (Sema) e membro, com La Hire, da rede de manejo da APA, fez a seguinte observação:

Muita gente não se dá conta que não é apenas um simples cordeiro que tá sendo prejudicado. É toda uma rede laneira, que a gente tem forte lá em Santana do Livramento. Tem a parte de genética que tá sendo perdida, porque tem muitas cabanhas fortes que estão desistindo da produção. O tosqueador também está perdendo, porque o rebanho tá diminuindo. Mas muita gente se foca só no cordeiro porque, “bah, a gente perdeu mil cordeiros lá em casa!”. Mas com esses mil cordeiros, também perdeu o caminhoneiro, que começa a ter prejuízo. É o da esquila, que também teve prejuízo. Antigamente, tu contratava cinco, mas agora tu contrata só dois para fazer a tosquia. E a parte genética, nem se fala. Tem toda uma rede que envolve o produtor, a lã, o caminhoneiro, o próprio peão, que está dentro da propriedade... antigamente, tu chegava dentro de uma propriedade e tinha cinco, mas hoje tem um... às vezes tem só o produtor, nos finais de semana. Então, é importante que não se dimensione isso só pelo cordeiro, mas é toda uma cultura nossa... de um rebanho que ficou anos e anos cultivando uma genética. São coisas muito mais graves, e que o pessoal de gravata, em Brasília, muitas vezes não enxerga (transcrição, maio de 2015).

Esta é uma fala muito significativa, que me parece sintetizar muito bem a dimensão de catástrofe sistêmica evocada nas narrativas sobre o javali. Ao suprimir o cordeiro, o javali friccionaria toda a “concatenação de concatenações” - para usar uma expressão de Heidegger (2008a) - que sustenta o mundo da ovinocultura gaúcha. Nos termos de Ingold (2000), ele abortaria *ab ovo* a continuidade da sua *taskscape*, isto é, a reprodução de suas atividades características e habituais. Não coincidentemente, quando os próprios interlocutores evocam o

conceito de “cultura”, indicam ter em mente algo muito próximo da ideia de *taskscape*. Em outros termos, uma concatenação de ritmos e atividades muito mais que um conjunto de representações sobre o real. É neste sentido, por exemplo, que Marco se permite ilustrar a destruição da cultura gaúcha pelo javali através do iminente fim do *alambramento*⁷⁶ de sete fios; e que La Hire, como veremos em um capítulo posterior, entende por “cultura de caça” a posse e o desenvolvimento de habilidades cinegéticas adequadas.

2.5 – O campo basáltico e a resistência do liso

A constância age de modo absoluto na pedra, no rochedo, na escarpa: antes de tudo, a pedra é. Ela é o existente por excelência, aquilo que resiste e subsiste, aquilo em que se tropeça e que nos suporta. É uma qualidade diretamente experimentada, à qual se entendem todos os seres pelo endurecimento. *A pedra é um acontecimento em si própria e uma possibilidade para todos os outros seres.*

Eric Dardel, *O homem e a terra* (2015, p. 56, grifo meu)

Em um dos almoços oferecidos aos participantes do seminário *Ovinos da Campanha*, dividi mesa com La Hire e sua esposa, chamada Anahí. Formavam um casal binacional, ou, conforme o vocabulário êmico da fronteira, um casal *doble chapa*⁷⁷. Sabendo-me interessado nos aspectos históricos e culturais da região, La Hire versou longamente sobre o assunto, relacionando o desenvolvimento da ovinocultura naquele setor da Campanha às vicissitudes de se habitar o *basalto*.

“A ovelha”, afirmou, “é um animal que garante a permanência do criador nesses campos de pedra. Ela entra onde o gado não entra e come o que o gado não come”. No verão, quando o campo seca e o tempo estia, e mais ainda nos períodos de seca prolongada, que aconteceriam em ciclos periódicos bem demarcados, a ovelha representaria para o produtor uma importante reserva de subsistência, principalmente para aquele de pequeno porte⁷⁸. No *basalto*, ademais, o entendimento do que é um grande, um médio e um pequeno proprietário se alteraria, já que, “se

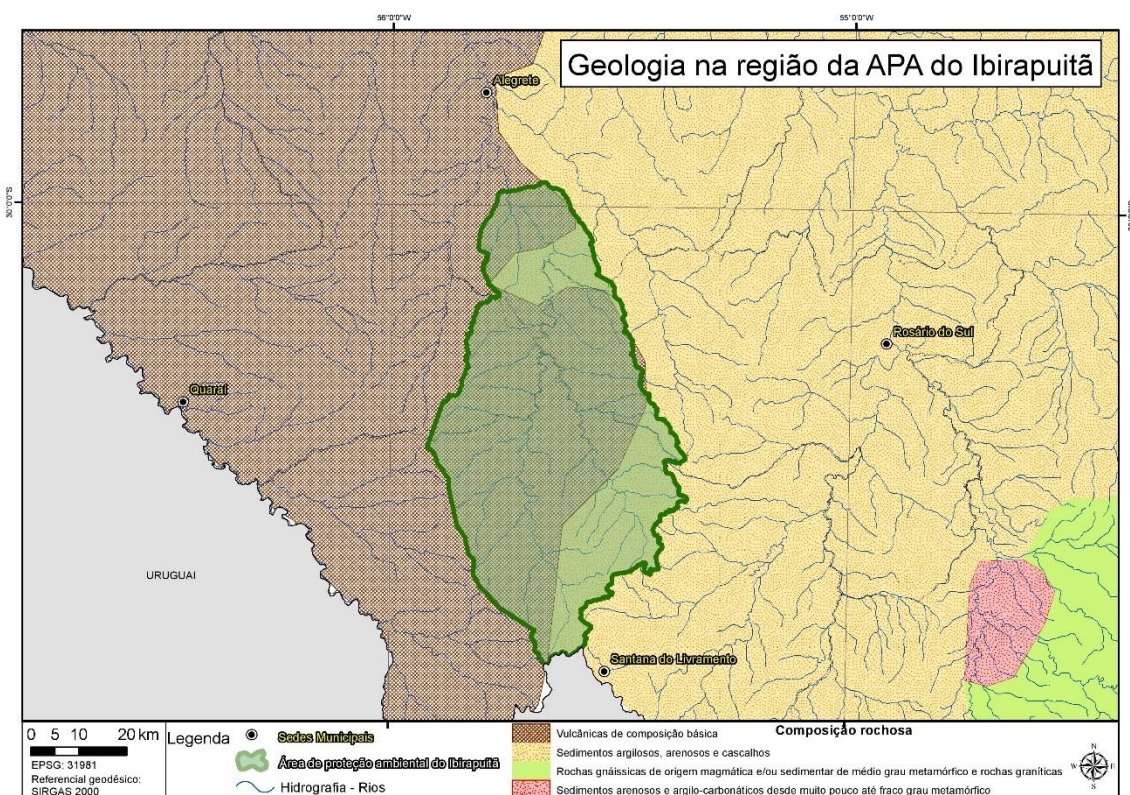
⁷⁶ Ofício de construir cercas, aramar.

⁷⁷ Uma metáfora oriunda do emplacamento de automóveis em ambos os países (Dorfman, 2009).

⁷⁸ Sobre esse aspecto da criação de ovinos e caprinos, Ingold (1980, p. 137) assinala: “the rapid increase of ovine and caprine herds would permit their exploitation as a supplementary meat resource, particularly in times of drought”.

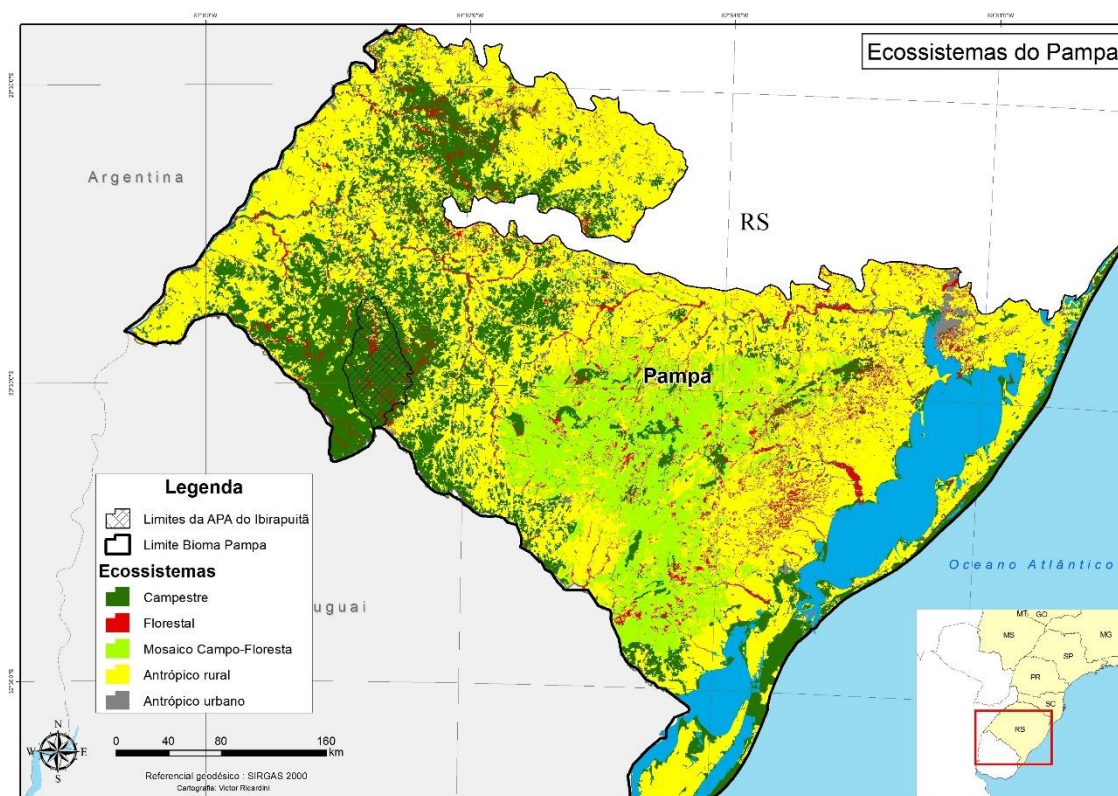
o sujeito tem um campo de quatrocentos hectares que é só pedra, é bem diferente do sujeito que tem esses mesmos quatrocentos hectares na *areia*”.

Ao citar o *basalto* e a *areia*, La Hire evocava uma classificaçãoêmica da geomorfologia local bastante importante, crucial para se entender a resistência da ovinocultura como atividade na zona da APA do Ibirapuitã. Com efeito, observando-se os solos da região de Santana do Livramento, percebe-se que a UC está localizada num ponto de transição entre dois domínios geológicos diferentes (mapa 4): em sua porção oeste, a composição dos solos é predominantemente basáltica, própria da unidade geomorfológica conhecida como *Cuesta de Haedo* (Suertegaray; Fujimoto, 2012). Nela, predomina uma cobertura de campos limpos sobre solos rasos, entremeados de matas de encosta e galeria. Já na porção leste, a composição dos solos é sedimentar e arenosa, com uma cobertura de gramíneas associada à mata de galeria ao longo dos rios e cursos d'água.



Mapa 4: Composição rochosa do solo na região da APA do Ibirapuitã. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

Referidos pela população local como o *basalto* e a *areia* (ou *areias*), estas duas metades conformam sistemas produtivos distintos: enquanto a maior parte da criação de gado e ovelha se encontra na zona do *basalto*, os cultivos de arroz e soja, por sua vez, espalham-se sobre as coxilhas e várzeas da porção leste, onde também se situam alguns assentamentos da reforma agrária, instalados nos anos 2000, e algumas propriedades dedicadas à vitivinicultura, ali estabelecidas por volta dos anos 1970. De relevo menos acentuado que na metade oeste, a zona das *areias* é marcada por planícies de várzea e coxilhas onduladas, o que facilitou, a partir da segunda metade do século XX, a expansão das lavouras modernas mecanizadas. O *basalto*, em contrapartida, é percebido pelos agentes locais como território avesso à agricultura e uma espécie de reduto natural do pastoreio e suas formas de vida associadas. Nesta geografia vernacular, o *campo de pedra* estabelece com a ovelha um vínculo bastante especial, que transcende seus condicionamentos geológicos em sentido mais estrito. Repare-se no mapa abaixo (mapa 5) a prevalências dos ecossistemas campestres remanescentes na zona da APA:



Mapa 5: Ecosistemas do bioma Pampa brasileiro. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

Esta imaginação “telúrica” (Bachelard, 2001; Dardel, 2015) sobre o *basalto* une a Campanha brasileira à uruguaia naquilo que Maria Fernanda Álvarez (2011) chamou de a “resistência do liso”. A propósito da história agrária do Uruguai, esta autora escreve que o contraponto que caracterizou a questão rural ao longo do século XX naquele país foi aquele entre agricultura e pecuária, percebido também como um confronto entre modernidade e tradição. De um lado, impunha-se “a imaginação dos netos do século das luzes para sonhar o futuro do agro moldado pela ciência e a razão organizada na engenharia agrônômica” (idem, p.153); de outro, “a experiência alimentada pela perspectiva de habitar a extensa campanha” (idem, *ibidem*), ligada, por sua vez, aos ritmos e rotinas do pastoreio sobre campos naturais. Conforme Álvarez:

O conhecimento da pradaria natural, especialmente na zona norte, onde o basalto superficial campeia, permitia-lhes um uso produtivo para fazer crescer o gado, e era resultado de uma relação íntima decorrente do fato de habitar esse lugar. Nessa região do país, o tempo do movimento é mais longo e grave, quer dizer, os extensos campos parecidos com eles mesmos durante mais de uma centúria tinham ensinado processos lentos de variações e conservação de lugares de memória da fazanha nacional. (...) Habitar o campo natural é estar submerso nos incessantes movimentos do vento e do tempo, sob a superfície lisa que abraça o céu, reflete a luz e responde à seca e à umidade do ar, dependendo do calor e da chuva (idem, p. 157-160).

Na esteira de Ingold (2011), Deleuze e Guattari (1997), a autora caracteriza este contraste a partir de uma oposição entre espaço liso e espaço estriado: “a pecuária extensiva desenvolve uma cosmologia do liso: os campos são a superfície onde o olhar atravessa as coisas” (Álvarez, 2011, p. 160). Esta cosmologia se desenvolve num tempo “lento e solene”, em que “os seres humanos vivenciam o seu amplo horizonte a céu aberto” (idem, p.160). A agricultura, por outro lado, se efetiva a partir de um estriamento do espaço em que se realiza; seu esquadramento como campo cultivado. Ela implica em um repartimento, como escrevem Deleuze e Guattari (1997, p. 188), “segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados”. O espaço estriado da agricultura *civiliza* o campo: recorta-o em unidades domiciliares contíguas próximas, sedentariza os homens, exorciza a paisagem das derivas características do nomadismo. As *areias*, como vimos, se deixam estriar. O *basalto*, em contrapartida, é refratário ao arado: não é apenas La Hire que continua ovinocultor “por teimosia”, mas talvez a própria rocha basáltica, também seja “teimosa” em seus próprios ritmos.

Em seu libelo antifederal⁷⁹ *Facundo, ou civilização e barbárie* (1845), o escritor – e posteriormente presidente – argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) exorta a uma reforma do Pampa “bárbaro” a partir das virtudes da agricultura, construtora de civilizações. “O mal que aflige a República Argentina”, escreve, “é a *extensão*: o deserto a rodeia por todos os lados e se *insinua por suas entranhas*” (2010, p. 68, grifo meu). Extensão do liso, por certo, que incutiria nos habitantes da Campanha “certa tintura asiática” (idem, p. 77) próxima à do beduíno e do turco-mongol. Estas afinidades com a horda oriental imprimiriam no caráter argentino uma propensão ao despotismo político, além “certa resignação quanto à morte violenta” (idem, p. 71), derivada da sua brutalidade no trato com os animais.

Esta tradição de se pensar o Pampa como espaço liso, habitado por devires nômades, nem sempre acompanhou o pessimismo civilizatório de Sarmiento. Na poesia de um José Hernandez (2006) e na historiografia de um Manoelito de Ornellas (1956), a “tintura asiática” do gaúcho ganha ares laudatórios. Em *Populações Meridionais do Brasil* (2005), Oliveira Vianna enxerga na estância gaúcha até mesmo um modelo de democracia pastoril, marcada por certa simetria de condições entre o modo de vida de patrões e empregados. Imagem ideal e fantasiosa, por certo, denunciada por Décio Freitas (1980) e outros historiadores em sua crítica ao “mito da produção sem trabalho” e ao ocultamento intelectual da escravidão no extremo sul.

No plano da crítica literária, Sergius Gonzaga (1980) fala das “mentiras” produzidas sobre o gaúcho, “centauro dos pampas” imaginário, enredado por uma trama espessa de servidão e exploração. Já no plano literário em sentido estrito, Jorge Luis Borges (2001) ironiza a imagem idealizada que a cidade faz do Pampa e seus habitantes no conto *O sul*, ao passo que Cyro Martins (2010) apeia o gaúcho mítico do seu cavalo heroico e o faz migrar para a cidade totalmente a pé. A resistência do liso como “gabarito de inteligibilidade” (Foucault, 1999) a respeito da planície sulina e suas vicissitudes, derivou também em uma tradição ecopolítica de se pensá-la como *espaço a ser estriado*, a ser fecundado e dinamizado por atividades outras que o pastoreio extensivo.

⁷⁹ Ao longo do século XIX, a luta política na Argentina foi travada entre as facções centralista e federal: a primeira, identificada com os interesses da capital, Buenos Aires; a segunda, com os caudilhos e chefes pastoris-militares das províncias do interior. Longe de se tratar de um confronto restrito às fronteiras daquele país, a disputa entre *federales* e *unitários* transbordava para as nações lindeiras, fazendo parte de conjunto de instabilidades geopolíticas que constituiu a conturbada história da bacia platina no período posterior aos processos de independência (Fausto; Devoto, 2004). São tensões que, no caso do Uruguai, reverberavam nas disputas entre os partidos *blanco* e *colorado*. Já no Brasil, entre farroupilhas e imperiais, durante a guerra civil homônima (1835-1845), e, posteriormente, entre *chimangos* e *maragatos*, nos conflitos armados de 1893-1895 e 1923 (Pesavento, 1980, 1994).

No que tange ao Uruguai, Álvarez (2011, p. 154-158) registra que:

A expansão da agricultura de soja e o reflorestamento durante a última década atualizou o confronto com a pecuária. No parlamento, na presidência e no seu gabinete, foi reforçada a parceria entre agricultura e o progresso, em particular, em favor da transformação da pecuária para uma versão radical de si mesma motivada pela concorrência (...). Renovados os sonhos progressistas, o governo e a agronomia voltam a exigir dos pecuaristas a sua intensificação e virada de direção para uma pecuária empresarial.

Afinado com esta leitura, Bacchetta (2009, p. 61) registra a percepção, entre os pecuaristas do norte uruguaio, de que as monoculturas florestais ocuparam as melhores pastagens disponíveis, o que teria desencadeado “sem aviso prévio, a substituição acelerada de uma cultura produtiva por outra”. De acordo consigo:

Na estrada que vem de Paysandú, ao mesmo tempo em que começa a aproximar-se uma muralha gigantesca formada pelas matas de eucaliptos dos plantios, chama a atenção a quantidade de gado pastando junto à estrada, ou melhor, na estreita faixa de terra que existe entre a estrada e o alambrado dos campos vizinhos. Às vezes estão amarrados ou cuidados por seus donos, mas, para conter muitos animais ao longo de uma estrada de tráfego intenso como essa, chegou-se a colocar um alambrado paralelo comum e às vezes eletrificado, algo que obviamente contradiz todas as regras de utilização da via pública e de segurança da estrada. (...) Isso explica como os agricultores e criadores de gado da região começam a se sentir encurralados, rodeados ameaçadoramente pelos plantios. A proximidade da muralha de eucaliptos e pínus não é um fato pacífico e complementar à sua atividade, mas pelo contrário, é uma fonte de problemas que pode alterar suas vidas profundamente (idem, p. 56-58).

O emprego da metáfora da muralha para se referir ao efeito dos monocultivos sobre a paisagem pampeana é bastante significativo. Como vimos, esta é uma paisagem que se constituiu ao longo do tempo através do entrecruzamento de vários fluxos; ligados, em maior ou menor medida, à *taskscape* do pastoreio. A muralha é algo que interrompe o fluxo, impede a circulação. Não precisamos pensar aqui somente desde o ponto de vista do encurralamento do gado em campos cada vez piores ou, como relata Bacchetta (2009), até mesmo na estreita faixa de pastagem que sobra entre o alambrado e a estrada (lembramos, ademais, da tendência do indigesto capim-annoni se afixar justamente nestes locais). O monocultivo florestal impõe também uma muralha aos próprios fluxos da biodiversidade nativa, já que suprime o campo natural e sua imensa variedade de espécies.

Entre ecólogos e ambientalistas brasileiros, os monocultivos de eucaliptos e pínus são referidos por outra metáfora significativa: “desertos verdes”. Desde a cidade, Sarmiento (2010) enxergava o próprio Pampa nativo como um deserto: imensidão verde e bárbara a ser

domesticada pelos atributos civilizatórios do estriamento. Quem habita a Campanha, todavia, sabe que as coisas não se procedem exatamente assim. O Pampa é um ambiente vivo, animado por diversos ritmos e ressonâncias, humanas e não humanas, que o constituem. Como afirmam Pillar e Vélez (2010, p. 84), os campos sulinos⁸⁰ são ecossistemas bastante particulares, cuja dinâmica:

Está associada à ocorrência de distúrbios naturais, como a herbivoria por pastadores e as queimadas. Grandes herbívoros pastadores, que constituíam a extinta megafauna, co-evoluíram com as espécies de gramíneas na América do Sul desde o início do Mioceno. Além disso, adaptações de muitas herbáceas aos efeitos do fogo indicam uma história evolutiva de convivência com este distúrbio. Há evidências, cobrindo os últimos 40 mil anos, de que as queimadas têm ocorrido desde o início do Holoceno, provavelmente de origem antrópica e facilitadas pela extinção dos grandes pastadores nesse período.

Não cabe aqui reproduzir em pormenor a história ambiental do bioma Pampa e dos campos sulinos em geral. Paulo Zarth e Marcos Gehhardt (2009) identificam ao menos quatro grandes fases de sua formação: (1) a constituição do seu perfil campestre no contato com animais pastadores pré-históricos (megafauna); (2) a ocupação humana originária e a introdução da caça e do fogo pelos ameríndios; (3) colonização europeia e introdução do gado a partir do século XVI; e, por fim, (4) a constituição dos agroecossistemas cultivados, baseados na expansão recente dos monocultivos agrícolas e florestais.

Já Rafael Cruz e Demétrio Guadagnin (2010), enfocando a história do bioma a partir da chegada dos distúrbios antrópicos, propõem outra periodização, atentando para a diferença de escala em cada uma delas: (1) chegada das primeiras populações humanas e respostas adaptativas da biota, numa escala de milhares de anos; (2) chegada dos europeus, seu gado, e formação da paisagem em sua configuração atual, numa escala de centenas de anos; (3) introdução da agricultura industrial, perda e fragmentação de habitats naturais, numa escala de dezenas de anos; e, por fim, (4) savanização do clima pela mudança climática e desaparecimento dos campos tal como conhecidos, também numa escala de dezenas de anos. Quanto a este último aspecto, os autores destacam que o aumento da temperatura global pode

⁸⁰ É importante destacar que quando os autores se referem aos campos sulinos, não estão se referindo apenas ao bioma pampa, mas também aos ecossistemas campestres da região norte do Estado (*campos de cima da serra*), associados às matas de araucária. Os autores definem os campos sulinos como “ecossistemas típicos da região sul do Brasil [que] se desenvolvem sob clima temperado e úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano” (Pillar; Vélez, 2010, p. 84).

levar o Pampa a apresentar, no futuro, um perfil climático mais próximo dos ecossistemas de savana tropical. Isto é, com um clima mais quente e chuvas mais sazonais do que ocorre hoje.

Ao longo de todo o processo, destaca-se a influência de fatores antropogênicos sobre a paisagem, como a extinção da megafauna pastejadora, a ação do fogo e o pastoreio:

Alguns distúrbios antrópicos parecem ter equivalência com distúrbios naturais que foram suprimidos. A herbivoria pelo gado doméstico, presente desde sua introdução no século XVII, pode ser considerada a reintrodução de um processo ecossistêmico antes desempenhado pela megafauna pastadora, mantidas as devidas proporções. A ação de pastejo modifica a estrutura da vegetação pela seleção entre plantas palatáveis e não palatáveis e influencia na microvariação topográfica, incrementando a heterogeneidade espacial dos habitats (Villar; Velez, 2010, p. 85).

Não por acaso, iniciativas recentes de conservação dos campos nativos da América do Sul, como a *Alianza del Pastizal*⁸¹, têm enfatizado o papel das atividades pastoris de baixa intensidade para a preservação e a resiliência destes ecossistemas, em contraste ao torniquete representado por formas de apropriação econômica que geram um passivo ambiental mais agressivo, como a silvicultura papeleira e a monocultura de grãos. Todas elas, formas contemporâneas de se estriar o Pampa, no compasso das modernas narrativas sobre desenvolvimento e recuperação de regiões economicamente deprimidas.

2.6 – Frigoríficos, lanifícios e outras ruínas na cidade do “já teve”

No lado brasileiro da fronteira, as iniciativas de se estriar o Pampa têm como pano de fundo histórico o discurso de crise crônica da Metade Sul do Rio Grande do Sul, na esteira do declínio econômico e político da grande propriedade pastoril. Como no Uruguai, este declínio remete a conflitos e processos incubados desde longa data, entrecruzados pelo tema da agricultura e da pecuária como figurações antitéticas da modernização e da tradição. Com efeito, elementos de uma crise estrutural da pecuária sulina são identificados desde antes da República Velha (1889-1930), quando o compasso do poder no território gaúcho deixa de

⁸¹ A *Alianza del Pastizal* é uma rede conservacionista internacional destinada à preservação dos ecossistemas campestres da América do Sul e à difusão de métodos sustentáveis para o pastoreio. Uma de suas mantenedoras é a organização *Bird Life international*, que vê na preservação dos campos sul-americanos uma forma de conservação das aves migratórias que também habitam as pradarias da América do Norte.

apontar para a Campanha e sua classe patronal e passa a se orientar em direção ao planalto e os grupos médios urbanos.

Sandra Pesavento (1994) descreve esta mutação no eixo do poder a partir do ocaso das velhas elites estancieira e charqueadora, e o advento do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), inspirado pela agenda modernizadora do positivismo comteano e articulado com os grupos emergentes do meio urbano, da zona colonial alemã e italiana e do Exército. Antes disso, no entanto, a transformação dos *saladeros* platinos em empresas capitalistas no sentido estrito do termo - isto é, “mediante o emprego da mão de obra assalariada, do aprofundamento da divisão do trabalho técnico e do uso de máquinas a vapor” (Da Ros, 2012, p. 63) – já vinha impondo desde a década de 1860 significativas dificuldades para o charque gaúcho, seu competidor, assim como a política fiscal desfavorável ao charque promovida pelo governo central brasileiro.

Da mesma maneira, a consolidação das fronteiras nacionais ao longo do II Reinado (1840-1889) e a Lei de Terras de 1850, já haviam conduzido ao progressivo cercamento dos campos na Campanha, o que alterara sua dinâmica social e produtiva (Farinatti, 2007; Da Ros, 2012). O limite da propriedade, que no contexto anterior praticamente se confundia com a capacidade deslocamento do gado marcado, passou a ser disciplinado por barreiras físicas inscritas na paisagem⁸². Com o esgotamento da fronteira pecuária⁸³, uma das maneiras habituais de a elite local aumentar a produtividade - isto é, o conflito armado com seus vizinhos platinos pela “posse de terra e gados” (Freitas, 1980, p. 24) - também arrefecera, de maneira que a estância foi descaracterizando-se como unidade ao mesmo tempo militar e pastoril.

Assim, tradicionalmente limitada à expansão do fator de produção terra, e baseada em uma exploração pouco tecnificada dos animais e do campo natural, a pecuária sulina chegara ao final do século XIX já estagnada, sendo encarada por parte da elite urbana como um entrave à modernização. Seu histórico de sublevações armadas contra o poder central, ademais, permanecia como motivo de constante desconfiança pelas demais elites do resto do país, o que resultou num forte incentivo do poder central à imigração europeia e à colonização do planalto

⁸² O processo de cercamento dos campos talvez tenha sido o fenômeno fundiário de maior significância para a pecuária sulina na segunda metade do século XIX. Baretta e Markoff (1978) registram a ocorrência de revoltas de bandos armados de gaúchos na Argentina, na década de 1880, contra a introdução do arame farpado. Há certa semelhança entre este processo e aquele descrito por Ingold (1976, 1980) a propósito da transformação do pastoreio em pecuária [*ranching*] propriamente dita.

⁸³ Segundo Da Ros (2012, p. 64), a ocupação das áreas pastoris no RS já estava praticamente concluída na segunda metade do século XIX. “As únicas áreas devolutas localizavam-se nas Serras do Uruguai e na Serra Geral, as quais eram totalmente cobertas por florestas”.

rio-grandense por atividades outras que a pecuária extensiva. Em especial, a agricultura, cujo baixo desenvolvimento na província sempre havia sido um motivo de crítica de seus presidentes imperiais contra o predomínio da pecuária⁸⁴.

Assumindo o poder num momento de ocaso da criação e da charqueada, a ditadura castilhistaborgista do PRR (1891-1927) procurou estabelecer uma aliança pragmática com os setores ligados à pecuária, cedendo a algumas de suas pressões e reivindicações, ao mesmo tempo em que buscava modernizar e diversificar a produção rural do estado (Pesavento, 1980, 1994). É nesta época, por exemplo, que um dos próceres do positivismo gaúcho⁸⁵, o jurista, político e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), estabelece em sua propriedade, na região de Pedras Altas, próxima a Bagé, uma granja modelo, destinada à difusão de novos cultivos agrícolas e variedades animais. Coube a Assis Brasil, por exemplo, a introdução do gado Jersey e Devon no Brasil, assim como da ovelha Karakul e do cavalo árabe⁸⁶. O grupo positivista também procurou dinamizar a infraestrutura de transportes. Além da rede ferroviária, o melhoramento da barra de Rio Grande, único porto viável do litoral gaúcho, tornara-se um projeto prioritário da ditadura castilhistaborgista, tendo em vista o escoamento da produção.

Por fim, o surgimento técnico da refrigeração e o crescimento da demanda internacional por proteína animal desencadeada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) criaram a oportunidade para que os frigoríficos estrangeiros se inserissem nas estratégias de modernização da pecuária sulina (Pesavento, 1980). Em 1882, já havia sido instalada a primeira planta frigorífica na Argentina. De acordo com Boris Fausto e Fernando J. Devoto (2004), foi somente após este momento que o consumo de carne bovina ultrapassou o de ovina naquele país. No Brasil, o primeiro frigorífico a abrir suas portas foi a planta da Companhia Frigorífica

⁸⁴ Esta crítica se confunde com aquela, representada por Sarmiento na Argentina, do Pampa como deserto demográfico, vastidão rural dominada pelo latifúndio e a subordinação “asiática” dos peões pelos caudilhos. Recentes pesquisas históricas demonstram que a real estrutura demográfica e fundiária da pradaria não era tão dicotômica assim, com a existência de inúmeros agentes intermediários (pequenos e médios criadores, agricultores de subsistência) e estratégias múltiplas de ascensão social (ver Farinatti, 2007).

⁸⁵ Inicialmente vinculado ao PRR, Assis Brasil rompeu com a ditadura castilhistaborgista na década de 1920, tornando-se um dos líderes da conflagração armada contra o PRR desencadeada em 1923.

⁸⁶ No que se refere à pecuária bovina, Assis Brasil era um defensor do melhoramento genético do rebanho nacional a partir da introdução de raças europeias, e se opunha, no debate agrônomo da época, às iniciativas de introdução do zebu (*Bos taurus indicus*) promovidas pelos criadores do Triângulo Mineiro. Sobre esta querela, ver Medrado (2013) e Leal (2016). Há certa semelhança entre a experiência da granja de Pedras Altas e a estância Anchorena, descrita no capítulo 1. Ambas se inserem numa lógica mais geral de “aclimatações” bastante comum em finais do século XIX e início do XX. Dentre as variadas marcas deixadas por Assis Brasil no ruralismo gaúcho, destaca-se a Expointer, um dos maiores eventos agropecuários do mundo, realizado anualmente na cidade de Esteio, região metropolitana de Porto Alegre. O parque onde a exposição ocorre é batizado em sua homenagem. Logo na entrada, lê-se uma máxima que resume seu projeto: “a lavoura e a criação devem andar juntas”.

Pastoril, na cidade de Barretos (SP), em 1913. Sua criação se relaciona com o processo de modernização da bovinocultura do Brasil Central (Medrado, 2013; Leal, 2016), ao passo que as indústrias que se instalarão em Livramento e região terão como pano de fundo a integração do criatório gaúcho com a rede produtiva articulada desde o Prata. De acordo com Marcelo Chelotti (2005, p. 56-57):

As empresas [norte-americanas] Armour e Wilson, percebendo que no pampa gaúcho havia oferta de rebanhos encontrou nessa região uma possibilidade para realizar a reprodução ampliada do capital internacional que representavam. A localização geográfica de Sant’Ana do Livramento também representou mais um elemento de expansão para os capitais internacionais no pampa gaúcho. A proximidade com os países do Prata possibilitava, entre outros fatores, a aglutinação de um rebanho bovino que, no decorrer dos anos, desenvolveu-se nessa região. (...) Já instalados na Argentina desde 1907, juntamente com a Swift e Morris, os americanos consideraram o Rio Grande do Sul uma extensão para seus negócios, instalando em Sant’Ana do Livramento dois frigoríficos: o Armour e o Wilson.

De fato, a implantação destas duas plantas frigoríficas em Livramento - o Armour em 1917, e o Wilson em 1918 - foi um marco na história econômica e política da cidade, alçando-a ao posto de uma das mais dinâmicas e industrializadas do Rio Grande do Sul. Ambas as companhias adquiriram instalações outrora ocupadas por charqueadas: o Armour, na área antes ocupada pela Charqueada Santana, pertencente à firma Anaya-Irigoyen; o Wilson, na antiga planta da Sociedade Industrial e Pastoril. Através da ligação ferroviária com Rivera, o complexo produtivo de Livramento pôde se conectar com facilidade ao porto de Montevidéu, evitando os problemas técnicos impostos pela frequente obstrução da barra do porto de Rio Grande. Posteriormente, o parque industrial conectou-se também à malha brasileira, através do ramal Livramento-Cacequi da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) (Pesavento, 1980).

Os frigoríficos da fronteira não beneficiavam apenas os pecuaristas brasileiros. Para contornar as questões fiscais e alfandegárias, os criadores uruguaios se valiam de duas estratégias para entregar seu gado às plantas: o contrabando, através do acionamento de seus vínculos com proprietários brasileiros (não raro, vínculos de parentesco), ou a aquisição de terras no Brasil, “para que seu gado tivesse procedência legal” (Chelotti, 2005, p. 57)⁸⁷. Vera Albornoz (1998) e Sandra Pesavento (1980) assinalam que a própria força de trabalho

⁸⁷ Sobre isto, afirma Pebayle (1971, p. 42); “Ao capricho do desenvolvimento de trocas ou dos mercados de carne e de lã, organizaram-se verdadeiras correntes de contrabando entre os dois países. Seria vão procurar quantificar a verdadeira produção da Campanha, pois basta um ano de alta da lã no lado brasileiro para que uma parte da produção do Uruguai passe clandestinamente ao Brasil. Registradas como produção da Campanha, essas “importações” explicam verdadeiros milagres estatísticos. Observamos assim, num determinado ano, a lã do carneiro rio-grandense se dar ao luxo de uma produção que pulverizou todos os recordes mundiais”.

empregada no Armour possuía composição diversa, sendo formada metade por brasileiros, metade por uruguaiois, com os cargos de chefia sendo ocupados por norte-americanos e britânicos.

Em seu auge, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a planta do Armour chegou a gerar mais de 6.000 empregos diretos. Também durante este período, Livramento tornou-se a quinta cidade mais populosa do Estado, com 47.414 habitantes. Assim, “somando-se em conurbação a Rivera, que também tinha crescido muito, com comércio e vida noturna pujantes, formava um dos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul e do Uruguai” (Monteblanco. 2013). Em 1939, ano do início do conflito, Livramento possuía a sexta maior renda interna entre os municípios gaúchos, respondendo por 2,13% de toda economia estadual (tabela 1). Para atender a demanda de lazer de seus diretores estrangeiros, a companhia criou junto à fábrica um dos primeiros campos de golfe do Brasil, que logo passou a ser frequentado pela elite pecuarista e comercial de Livramento e Rivera.

Tabela 1: Ranking de municípios de acordo com a renda interna municipal e participação na renda interna estadual (1939). Fonte: FEE.

1939			
Posição	Município	Renda Interna (CR\$)	Participação na renda do estado
	Rio Grande do Sul	3.769.249	100%
1	Porto Alegre	662.193	17,56%
2	Pelotas	180.157	4,78%
3	Rio Grande	141.614	3,75%
4	Cachoeira do Sul	83.449	2,2%
5	Bagé	81.143	2,15%
6	Santana do Livramento	80.287	2,13%
7	São Leopoldo	79.365	2,11%
8	Santa Maria	75.030	1,99%
9	Palmeira das Missões	64.847	1,72%
...
21	Alegrete	50.718	1,34%

No interior das propriedades, a presença mais próxima dos frigoríficos acarretou mudanças nas rotinas produtivas. O ritmo imposto pela indústria exigia que os novilhos fossem abatidos antes da época em que costumavam ser terminados: dos sete aos oito anos de idade, no contexto anterior das charqueadas, para os quatro anos e meio, após a frigorificação (Monteblanco, 2013). Esta aceleração da produção só foi possível, dentre outros motivos, pela

introdução de raças europeias de maior precocidade, que passaram a tomar o lugar na paisagem outrora ocupado pelo *gado vacum*⁸⁸. Inovações no campo da sanidade, como as banheiras carrapaticidas, também contribuíram nesse sentido. A presença de veterinários e zootecnistas começou a ser mais frequente no campo gaúcho, assim como a criação de escolas técnicas e superiores de agronomia e veterinária⁸⁹.

Monteblanco (2013) destaca, no entanto, que diversos elementos oriundos da antiga lógica criatória ainda se faziam presentes, como a tônica patriarcal nas relações entre patrões e empregados e certa falta de sistematicidade nas rotinas e lidas sanitárias. Além disso, o costume de se investir o lucro das vendas de gado na aquisição de mais terra e mais animais - à revelia, por exemplo, de melhoramentos técnicos e de manejo - também é ressaltado por este autor, em consonância com Pesavento (1980).

Em outro plano, Pesavento (1980), Chelotti (2005), Albornoz (1998) e Monteblanco (2013) são unânimes em ressaltar a importância que o frigorífico Armour exerceu sobre a política de Livramento, já que se tratava do principal empregador do município e sua maior fonte de impostos. Segundo Chelotti, a predominância da multinacional norte-americana sobre a economia da cidade engendrou uma relação de dependência e subserviência de tal monta com o poder público, que este acabou perdendo as condições de fiscalizá-la e regulamentá-la. Além disso, a companhia tornara-se credora da prefeitura, pois lhe fornecia empréstimos para serem usados na construção de obras públicas.

Esta configuração socioeconômica se manteve até meados da década de 1950, quando a indústria frigorífica na Campanha derivou para uma trajetória de declínio definitivo. Com efeito, como bem relembra Da Ros (2012), o período imediatamente posterior à Primeira Guerra já havia ilustrado um pouco do que estaria por vir, devido à drástica diminuição da demanda internacional por carne causada pelo fim do conflito. Conforme este autor, naquela ocasião:

(...) os pecuaristas gaúchos defrontaram-se com um ambiente de acirramento da concorrência interna com outros estados brasileiros e de retração de crédito, o que levou a pecuária a entrar numa profunda crise, estando na raiz explicativa da eclosão da Revolução de 1923 (idem, p. 104).

⁸⁸ A literatura histórica usa o termo *gado vacum* para se referir ao gado bovino descendente dos primeiros animais introduzidos durante a colonização ibérica (Pesavento, 1994; Da Ros, 2012).

⁸⁹ De acordo com Ingold (1980, p. 135): “there is a relation between breeding and market pressures. Once the focus of the pastoral community changes from subsistence to provision of commercial chains, then the result of such trade is to alter the relative weighting attached to the very qualities of the pastoral resource”.

Quanto a este conflito, que voltou a opor as facções *chimanga* e *maragata* da elite rio-grandense após quase três décadas de domínio absoluto do PRR, é importante registrar que sua memória se encontra bastante viva na zona estudada. A figura quase mítica de Honório Lemes da Silva (1864-1930), um dos principais líderes *maragatos*, confunde-se com a geografia afetiva da Serra do Caverá, cujas agrestes *quebradas* serviram-lhe de base e esconderijo durante o confronto. Por este motivo, Honório Lemes tornou-se conhecido em todo o Rio Grande do Sul pela alcunha de “leão do caverá”, dada à resistência imposta pelo seu bando às tropas legalistas. Em nossa visita a Zeca, cruzamos com a ruína de um rancho de pedra que, segundo ele, servira de moradia a uma família cujos integrantes teriam sido mortos por um dos bandos conflagrados. Devido a isso, o local era conhecido como “campo das cruzes”.

A eclosão da Segunda Guerra, como vimos, reativou momentaneamente a demanda internacional por carne. Da mesma maneira, a pacificação do estado costurada pelas lideranças das duas facções – dentre as quais Getúlio Vargas, que se tornaria presidente do estado em 1927 – “levou à adoção de medidas de incentivo à modernização da pecuária pelo governo estadual” (Da Ros, 2012, p. 104)⁹⁰. O fim do conflito, entretanto, colocou a indústria frigorífica gaúcha novamente na rota da crise, e o capital estrangeiro que a sustentava passou a procurar lugares onde a produção fosse mais barata. Pesavento (1980, 1994) destaca que uma das formas dos frigoríficos se manterem durante este período era a derrubada do preço do gado, o que afetou profundamente os pecuaristas gaúchos. Muitos optaram por reorientar sua produção novamente para as charqueadas, que ainda persistiam. Estas, no entanto, praticavam o mesmo tipo de transferência de prejuízo para os criadores, o que nulificava a estratégia de retornar ao comércio com o setor saladeril.

Em finais da década de 1960, os grupos Armour e Swift instalados em Livramento e Rosário do Sul se fundiram, formando a empresa Swift-Armour S.A. Indústria e Comércio. No entanto, já em 1972, o controle acionário da companhia já havia sido praticamente liquidado de seu componente norte-americano, sendo assumido por firmas relacionadas ao setor financeiro e à mineração. Em 1982, a antiga planta da Swift em Rosário fechou as portas. Em 1989, o Swift-Armour de Livramento foi vendido para uma empresa chamada Bordon, que entrou em concordata em 1994. Por fim, a planta acabou sendo adquirida pela companhia bajeense Cicade,

⁹⁰ Criado por Vargas em sua gestão como presidente estadual, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atual Banrisul, era basicamente um instrumento de financiamento estatal da pecuária (Da Ros, 2012, p. 104).

que a fechou definitivamente após uma malsucedida negociação mediada pelo governo de Alceu Collares (PDT, 1991-1994).

Monteblanco (2013, p. 158) também registra que a quebraadeira dos frigoríficos afetou a própria trajetória de melhoramento técnico das estâncias, remetendo-as um “patamar anterior” de modernização. De fato, Da Ros (2012, p. 104) caracteriza o processo de modernização da pecuária que vinha ocorrendo desde o final do século XIX como “parcial e tardio”, em um contexto no qual “a supremacia da zona colonial já estava consolidada no estado”. A melhoria do padrão genético do rebanho não fora acompanhada de “melhorias técnicas de vulto, o que acabou por garantir a preservação do caráter extensivo da criação” (idem, ibidem). Com a limitação física do fator de produção terra, surgiram dois problemas ambientais associados: o sobrepastoreio, derivado da lotação dos campos acima da capacidade regenerativa da sua cobertura nativa, e a introdução de forrageiras invasoras com o intuito de aumentar a produtividade por hectare, como o capim-annoni.

A gramínea fora introduzida inicialmente nos anos 1950, mas permanecera restrita a algumas estações experimentais do norte do estado. Na década de 1970, passou a ser comercializada pelo Grupo Rural Annoni, da cidade de Sarandi, que a comercializava com o nome de capim-annoni 2. A planta era apresentada aos pecuaristas como forrageira excepcional, verdadeira panaceia da criação. De acordo com Borges de Medeiros e Focht (2007), em seu processo de expansão, a planta estabeleceu uma relação simbiótica com o sobrepastoreio, vicejando de maneira particularmente bem sucedida em campos já degradados pela lotação animal excessiva. Os autores salientam também sua associação com as laterais de rodovias e estradas vicinais, como bem ilustra o relato do início deste capítulo⁹¹.

Outro aspecto a ser considerado neste processo de modernização parcial da pecuária sulina é a própria resistência da mão de obra *campeira* aos métodos mais intensivos de criação, como o pastoreio rotativo. A propósito da etnografia realizada por Pereira et al. (2016, p. 195) no contexto do INRC das *lidas campeiras* na região de Bagé, estas autoras destacam que:

O manejo com as vacas e as ovelhas é tradicionalmente feito a cavalo, o peão “toca” (por diante) os animais. Mas existem casos, como os do pastoreio rotativo de bovinos, em que o uso do cavalo é dispensado, graças ao trato diário com os animais, que acaba domesticando-os e fazendo-os andar atrás do pastor, seguindo-o. Este tipo de pastoreio sofre escassez de mão de obra para lidar com o gado, já que os trabalhadores

⁹¹ A associação entre EEIs, rodovias e outros meios de transporte é ressaltada pela literatura da área (Simberloff, 2013; Warren, 2007, 2011; entre outros).

campeiros relutam em deixar o cavalo, o laço, o cachorro e a emoção de dominar vacas brabas.

Creio que esta aderência limitada e seletiva dos peões campeiros aos métodos mais intensivos de criação pode ser interpretada à luz das “resistências do liso” de que tratamos no item anterior. Isto porque, em paralelo à modernização zootécnica do campo sulino, ainda ressoam na Campanha modos mais ancestrais de habitá-la, articulados a certa “memória muscular” (Ingold, 2000) do trato com animais e o ambiente próximo do que Stoeckli (2015) qualifica de “laços brutos” para o caso do búfalo no Amapá.

Estes modos de habitar o Pampa remetem a um passado de ocupação da pradaria em que o gado, asselvajado após o fim do ciclo missioneiro (séculos XVII-XIX), era antes *preado* do que criado, tendo em vista a comercialização do seu couro nos postos avançados da colonização ibérica (Pesavento, 1994; Da Ros, 2012). A ocupação fundiária mediante a distribuição de sesmarias, a partir do século XVIII, não alterou substancialmente esta dinâmica produtiva, já que a imensidão do território de criação, associada à ausência de cercas, fazia com que a relação de propriedade se materializasse muito mais sobre o arrebanho e a marcação do gado solto do que sobre linhas de contenção do movimento na paisagem. De acordo com Luiz Augusto Farinatti (2010, p. 75-76):

As tarefas atinentes ao manejo do gado estavam, naquele sistema extensivo e dependente das boas condições das pastagens naturais, fortemente ligadas ao ciclo das estações. As grandes atividades das estâncias eram os rodeios. Essa palavra assumia um duplo significado. Por um lado, designava os locais específicos, dentro das estâncias, onde eram reunidos os gados que estavam aquerenciados em suas redondezas. Ao mesmo tempo, fazer ou parar “rodeio” queria dizer partir com um número suficiente de trabalhadores e reunir, no lugar de mesmo nome, todo o gado que pastava nos arredores daquele local. Nessas ocasiões, o gado era reconhecido, contado e podiam-se realizar curas em feridas e bicheiras.

Em *Hunters, Pastoralists and Herders*, Ingold (1980) classifica este tipo de engajamento com o gado e a paisagem como característico do universo pecuário (*ranching*), em que rebanhos e pastagens já se encontram submetidos ao regime da propriedade. No entanto, a prática do arrebanho (*herding*) e do rodeio para marcação (*roundup*), são elementos já presentes no modo de produção anterior - o pastoralismo em sentido estrito (*pastoralism*) - em que apenas os animais são incluídos no escopo da propriedade.

Sob este ponto de vista, acredito que as transformações vividas pelo campo gaúcho a partir da segunda metade do século XIX, como o cercamento dos campos e a adoção de métodos

criatórios mais intensivos, podem ser pensadas como dispositivos de domesticação não apenas do devir feral dos animais; mas, também, dos próprios homens e seus modos de habitar a Campanha. Na fala a seguir, percebe-se a tensão acionada ainda hoje nas relações entre patrões e *campeiros* envolvendo a brutalidade de algumas lidas:

Então é assim, tu diz: ‘trazer aquele gado pra lá’. Aí vai o gauchinho no cavalo, pá, pá, pá! E tu diz: ‘mas calma, não faz assim, vai mais devagar’. E ele: pá, pá, pá... E tu diz: ‘mas não, fulano, não precisa ir desse jeito, vai mais devagar’... E ele: tchaf, tchaf, tchaf, campo afora... Aí tu não aguenta mais e diz: ‘mas vem cá, chega! Vai devagar!’.. e ele te responde: ‘por que o senhor tá falando assim comigo? Eu não sou seu filho’. (transcrição, julho de 2014).

Em sua análise sobre a relação entre patrões e empregados de estância, Luciano Bornholdt (2010, p. 519) destaca:

Frente à tendência dos estancieiros de promoverem uma lógica administrativa, racionalista e com ares modernizadores na organização do trabalho em suas estâncias, a escala de valores dos peões baseia-se numa lógica na qual a proficiência em certas habilidades ocupa um papel central. Ao invés de números e índices de produtividade, os peões, privilegiando certos tipos de tarefas, valorizam um determinado ritmo de trabalho e a possibilidade de executarem os serviços fazendo uso de suas habilidades. O exemplo mais marcante é o valor diferenciado atribuído às atividades em função delas serem realizadas a pé ou a cavalo. (...) É comum entre os peões a queixa de que o capataz está disposto apenas a dar ordens, sem envolver-se, ele próprio, em outro trabalho que não a doma de animais ou as atividades que envolvam laçar ou cavalgar. Essas tarefas são consideradas, *tanto por peões quanto por capatazes*, as mais prazerosas, nobres e adequadas a um gaúcho. (...) Qualquer trabalho levado a cabo a pé, tal como o reparo de cercas e o corte de madeira, é considerado inferior, tanto em termos de status, quanto do prazer que é capaz de proporcionar, sendo, na medida do possível, evitado (grifo meu).

Entre os anos 1960 e 1980, a pecuária da Campanha assistiu, por fim, ao avanço da agricultura mecanizada sobre suas terras. O principal agente desta transformação foi o arroz, embora a soja também tenha contribuído na substituição do ecossistema campestre pelo agroecossistema (Zarth; Gehardt, 2009; Cruz; Guadagnin, 2010; Montebianco, 2013). Em Livramento e região, como vimos, este processo incidiu com mais força sobre a zona das *areias*, aproveitando-se da sua maior propensão ao estriamento agrícola. De acordo com Da Ros (2012, p. 106), a moderna orizicultura mecanizada expandiu-se na região sul do estado amalgamando capitais “acumulados pelos industriais do charque e pelos profissionais liberais que passaram a apostar no arroz como uma alternativa para obterem maiores lucros”.

Nas falas dos criadores, suas diferenças (de origem, de propósitos, de modo de vida, etc.) em relação aos *lavoueiros* é frequentemente tematizada; não raro, a partir do contraste entre *gaúcho* e *gringo*, dada a origem colonial de muitos dos arrendatários do arroz. Mesmo

nas reações de cada grupo ao javali, Raul e Eridiane apontaram diferenças. Os *lavoueiros* teriam sido mais rápidos na percepção do e no desenvolvimento de respostas individuais ao problema, como a contratação de controladores, a aquisição de armas e a montagem das armadilhas. Os criadores, por outro lado, teriam despertado mais tardiamente para a questão, isto é, apenas quando o animal começara a “bater forte nos cordeiros”.

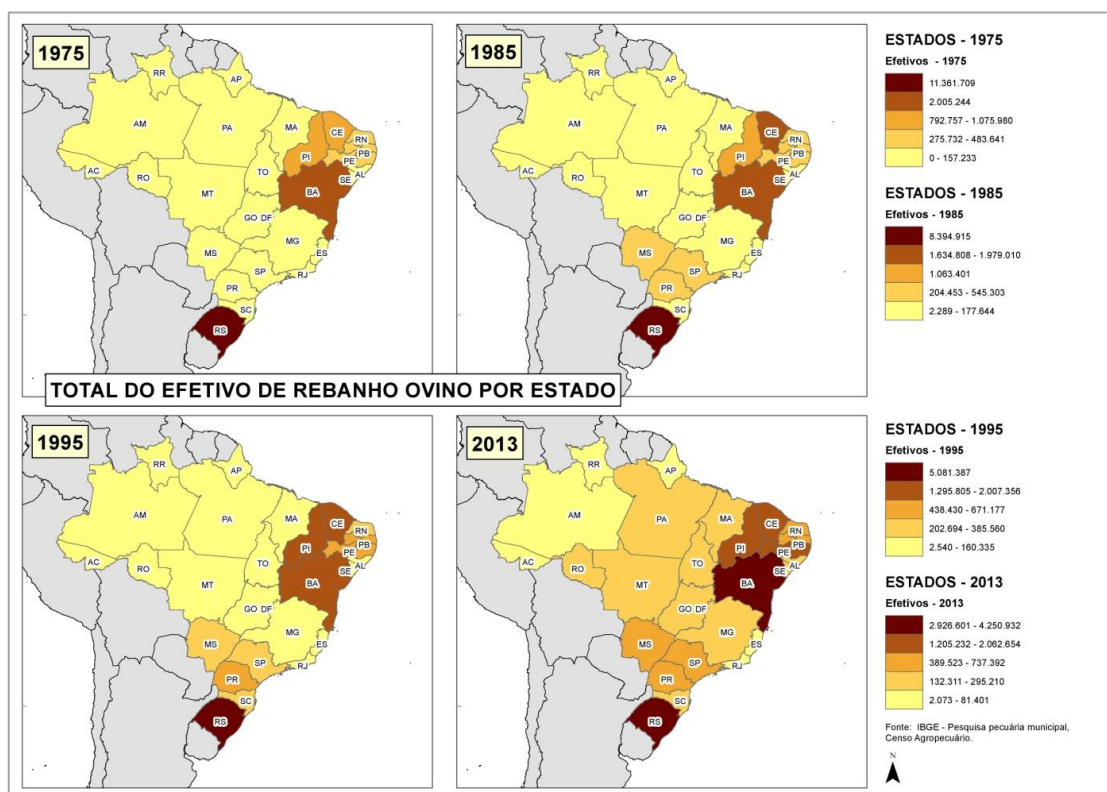
Cabe destacar aqui, também, a questão de escala envolvida na comparação entre a pecuária bovina gaúcha e a bovinocultura de outras regiões, principalmente a do Brasil Central. Como bem assinalam Da Ros (2012), Pesavento (1994), Farinatti (2007) e outros, o processo de expansão da fronteira pastoril no extremo-sul concluíra-se já no século XIX; muito antes, portanto, da projeção territorial do gado zebuino sobre o Cerrado e, mais recentemente, a Amazônia. Assim, é geral a percepção entre os criadores de que não existem condições de concorrer numericamente com o gado do Brasil central, apenas, talvez, no quesito da qualidade da carne. Neste contexto, muitos proprietários passaram a adotar o sistema de *cabanha*, isto é, de alta especialização técnica na reprodução de linhagens selecionadas.

Por outro lado, tudo indica que a indústria laneira possuía vínculos mais estreitos e orgânicos com o capital e o tecido social da Campanha, o que aumentou sua sobrevida em comparação à frigorífica. Como no caso da carne, as condições para o seu desenvolvimento na fronteira meridional remetem ao crescimento da demanda por fibras têxteis decorrente dos grandes conflitos mundiais do século XX (Nocchi, 2000). O Lanifício Albornoz, referido no início deste capítulo, abriu suas portas em Livramento já em 1908. Nos seus primórdios, a lã era remetida ainda crua por via férrea até o porto de Montevideu, de onde era exportado para a Europa e os Estados Unidos. Na década de 1940, formou-se a Cooperativa Santanense de Lãs, importante marco na estruturação da cadeia ovina na região. De acordo com Nocchi (2000), a cooperativa reunia entre seus associados tanto os grandes, quanto os pequenos proprietários. Por meio dela, os próprios fornecedores de lã acabaram se tornando sócios acionistas do lanifício.

Assim, enquanto a indústria frigorífica se encaminhava para o seu declínio, a cadeia da lã continuou a representar uma importante fonte de renda para a cidade e a região; e o Lanifício Albornoz, por sua vez, uma instituição de particular significado para os habitantes de Livramento. Na década de 1960, o lanifício inseriu em sua rotina o processo de lavagem e cardamento da lã, tornando-se a primeira fábrica a industrializá-la integralmente na região (Monteblanco 2013). Em paralelo a este processo, a empresa passou a adquirir terras e rebanhos

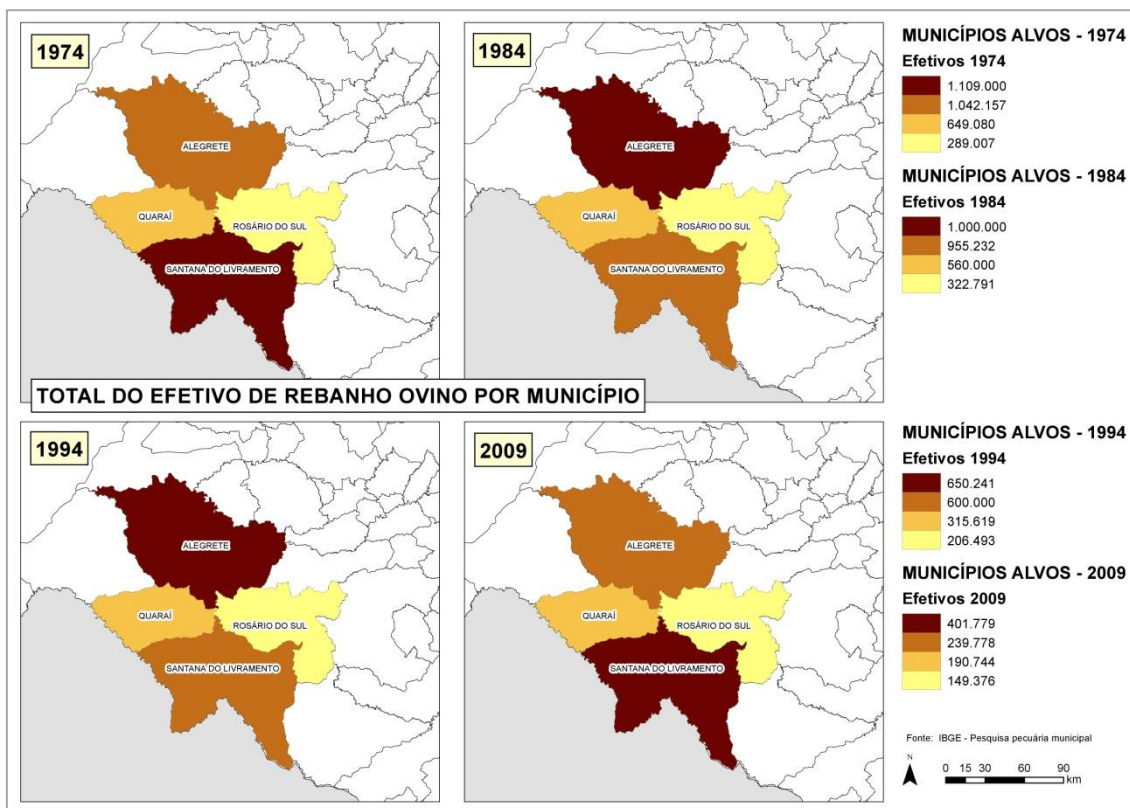
dos dois lados da fronteira, revertendo o capital industrial em rural. Nestas e nas demais propriedades fornecedoras, os períodos de aquecimento da demanda internacional por fibras acarretava na geração constante de novos empregos, sobretudo na tosquia.

A prosperidade gerada pela indústria laneira consolidou o rebanho dos municípios formadores da APA do Ibirapuitã (e de Livramento, em particular) na dianteira da produção ovina gaúcha e brasileira. Em termos gerais, este quadro de liderança se mantém até os dias de hoje, ainda que bem distante do que um dia já foi. O quadro a seguir ilustra o processo de declínio do rebanho gaúcho entre 1975 e 2013, caindo de um pico de onze milhões de cabeças para um patamar de cerca de quatro milhões na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) daquele ano (IBGE 2013). Também ilustra o crescimento do rebanho ovino em outras regiões do Brasil, particularmente o Nordeste:



Quadro 2: Total do efetivo de rebanho ovino por estado (1975-2013). Fonte: Censo Agropecuário e PPM, IBGE. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

O próximo quadro, por sua vez, ilustra a oscilação do rebanho ovino nos quatro municípios formadores da APA do Ibirapuitã, entre 1974 e 2009:



Quadro 3: Total do efetivo de rebanho ovino por município (1974-2009). Fonte: PPM, IBGE. Elaboração cartográfica: Victor Ricardini.

Como se depreende do quadro, este movimento de refluxo da ovinocultura se deu particularmente entre os anos 1980 e 1990, influenciado por um contexto internacional de derrubada do preço da lã e de substituição de parte da sua demanda pelas fibras sintéticas (Nocchi, 2000). Como atesta a própria continuidade da ovinocultura entre os interlocutores desta pesquisa, o declínio do preço e da demanda por lã não levou à desestruturação absoluta da sua cadeia produtiva no Rio Grande do Sul. Ainda hoje, o produto e seu animal fornecedor são considerados elementos estratégicos no meio rural gaúcho. Contudo, sua importância como fonte de renda para grande parte das propriedades diminuiu, o que levou uma parcela significativa do grupo patronal a reorientar a produção para o setor dos ovinos de corte. Outra parcela decidiu remeter novamente a ovelha à condição de animal secundário do sistema

criatório (Poli et al., 2009), condição esta que a prosperidade engendrada pelo ciclo laneiro havia temporariamente invertido em seu *momentum* histórico⁹².

Nos últimos anos, o governo do estado e outros agentes têm procurado reativar a ovinocultura gaúcha através de programas como o *Mais Ovinos no Campo*, que tem por objetivo principal fomentar a retenção e a aquisição de fêmeas ovinas (*matrizes*) através da abertura de linhas de crédito rural. Outras iniciativas, como o programa *Juntos para Competir*, já citado aqui, visam profissionalizar o manejo dos animais, a partir de atividades de extensão rural e intercâmbio zootécnico. Além de tentar estancar o declínio da produção de ovinos, estes programas partem do diagnóstico de que, apesar da tradição do Rio Grande do Sul na produção de ovelhas, “grande parte das propriedades apresentam animais de baixo padrão zootécnico e baixíssimo nível tecnológico”, subestimando, portanto, “o campo natural como fonte de nutrientes” e “favorecendo a ocorrência de infecções parasitárias” (Poli et al., 2009, p. 229).

Este diagnóstico oficial, me parece, explica o tom de certa forma disciplinar e pedagógico das palestras proferidas no Seminário *Ovinos na Campanha*. Era preciso, como vimos, estimular os produtores a se orientarem na direção da “produtividade”, da “competitividade”. Como bem relembra Jocelyne Porcher (2011), a razão zootécnica é um dispositivo que visa formatar não apenas os corpos e as reações dos animais, mas, também, as condutas dos próprios humanos que os manejam. A resistência do liso de que tratamos anteriormente imiscui-se também neste sentido: lado a lado com a inovação técnica, desenrolam-se outros modos de se habitar a Campanha e sincronizar seus ritmos, derivados dos saberes empíricos desenvolvidos pelo contato de seguidas gerações com os fluxos que atravessam o campo natural, o basalto, a areia, as intempéries.

O gráfico a seguir (gráfico 5) ilustra o processo de declínio do setor industrial em Livramento desde seu auge na primeira metade do século XX até os dias atuais. Vocacionada para o comércio devido à sua localização fronteiriça, a cidade sempre teve um setor de serviços robusto. Contudo, é perceptível que o súbito crescimento de sua participação na economia municipal, passando de cerca de 50% para quase 80% do valor agregado, espelha a e coincide

⁹² Conforme Galaty e Johnson (1990), sistemas pastoris se baseiam normalmente na exploração de diversas espécies associadas, sendo que uma delas sempre faz as vezes de espécie dominante. O que não quer dizer que seja necessariamente a mais numerosa. Via de regra, a cabra é o animal quintessencialmente subordinado.

com a brusca queda da indústria. Não por acaso, exatamente no período em que a lã entrou em crise e em que os frigoríficos fecharam definitivamente suas portas (1980-1990).

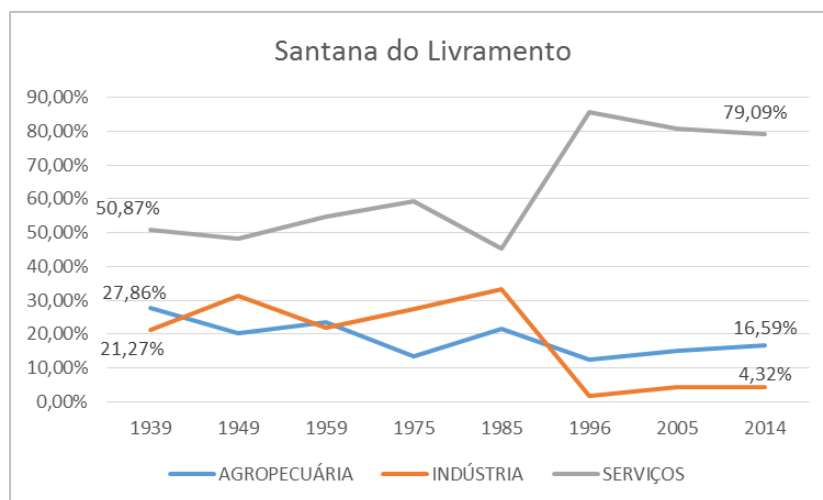


Gráfico 5: Evolução da participação na economia de Santana do Livramento por setor (1939-2014). Fonte: FEE.

Outrora a sexta maior economia do estado, Livramento ocupa hoje o 46º lugar entre os municípios gaúchos. A diferença entre os *rankings* de 1939 (tabela 1) e 2014 (tabela 2) indica, ademais, que toda Metade Sul do estado perdeu importância econômica ao longo deste período, e não apenas Livramento. Cidades como Bagé e Pelotas também se deslocaram para baixo na lista, cujas primeiras posições são hoje ocupadas por cidades serranas e da Região Metropolitana da capital.

Tabela 2: Ranking de municípios gaúchos de acordo com Produto Interno Municipal (PIB) e participação no PIB estadual (2014). Fonte: FEE.

2014			
Posição	Município	PIB (em mil reais)	Participação no
	Rio Grande do Sul	357.816.424	100,00%
1	Porto Alegre	63.990.644	17,88%
2	Caxias do Sul	22.376.338	6,25%
3	Gravataí	10.863.524	3,04%
4	Canoas	9.995.408	2,79%
5	Santa Cruz do Sul	7.984.043	2,23%
6	Novo Hamburgo	7.805.986	2,18%
...
30	Bagé	2.230.936	0,62%
33	Cachoeira do Sul	2.042.377	0,57%
39	Alegrete	1.670.106	0,47%
46	Santana do Livramento	1.458.989	0,41%

Em Livramento, inúmeras são as marcas deixadas por seus ciclos de pujança na paisagem urbana. Uma destas marcas é o próprio bairro conhecido como Armour, localizado a leste do centro da cidade e do seu ponto de contato máximo com Rivera, o Parque Internacional. Situado nas imediações da planta frigorífica homônima, hoje desativada, o bairro Armour se apresenta como verdadeira borda entre o campo e a cidade. Nos quintais de muitas das suas casas, pastam ovelhas e cavalos, que dividem este espaço restrito com cachorros, gatos, galinhas e outros animais. É um lugar onde os universos urbano e rural se tocam e se interpenetram. Da mesma maneira, a cidade de Livramento como um todo pode ser pensada como o amálgama de múltiplos atravessamentos, a maior parte deles derivados de sua relação simbiótica com a municipalidade uruguaia.

No passado, o Frigorífico Armour e o Lanifício Albornoz também se constituíam como pontos de contato entre vários universos. Cada qual a sua maneira, as duas plantas industriais ditavam ritmos que colocavam a cidade e o campo num mesmo compasso produtivo. Mudanças e tensionalidades no panorama internacional acabaram por friccionar esta concertação, legando à paisagem de Livramento dois imensos monumentos pós-industriais de concreto e ferro. Muito mais que no lanifício - bem ou mal, ocupado contemporaneamente por atividades outras que reconfiguram seu sentido na tessitura da cidade -, há algo de brutal na arquitetura do Armour. Seu silêncio solene em meio ao bairro homônimo materializa uma melancolia difusa, espelho do que Marco conceituou como a lógica da cidade do “já teve”:

Se tu te remonta lá pro século passado, as fortunas do Rio Grande estavam na fronteira, e hoje foram embora. (...) Nós temos uma realidade oscilante de cidades médias que trilham por aquele caminho, é a cidade do “já teve”: já teve frigorífico, já teve lanifício, já teve tal mercado, já teve tal indústria... As coisas são superadas com o tempo. Afundam. (transcrição, junho de 2014).

Um passeio pela região do Parque Internacional, no entanto, demonstra que Livramento e Rivera, não obstante o declínio de seu perfil industrial, são animadas contemporaneamente por múltiplos outros fluxos, próprios da sua configuração territorial como fronteira seca. O presente capítulo mapeou as ressonâncias e fricções que se imprimem sobre a Campanha como paisagem em transformação. Este mapeamento se deu a partir do exame de como suas mutações contextualizam e reverberam sobre a presença do javali. O próximo capítulo analisa em pormenor as maneiras pelas quais a *territorialização fronteiriça* da Campanha incide sobre a

presença do animal e seu manejo, tendo por mote sua analogia com o ladrão de gado ou abigeatário.

Caderno de imagens – Capítulo 2



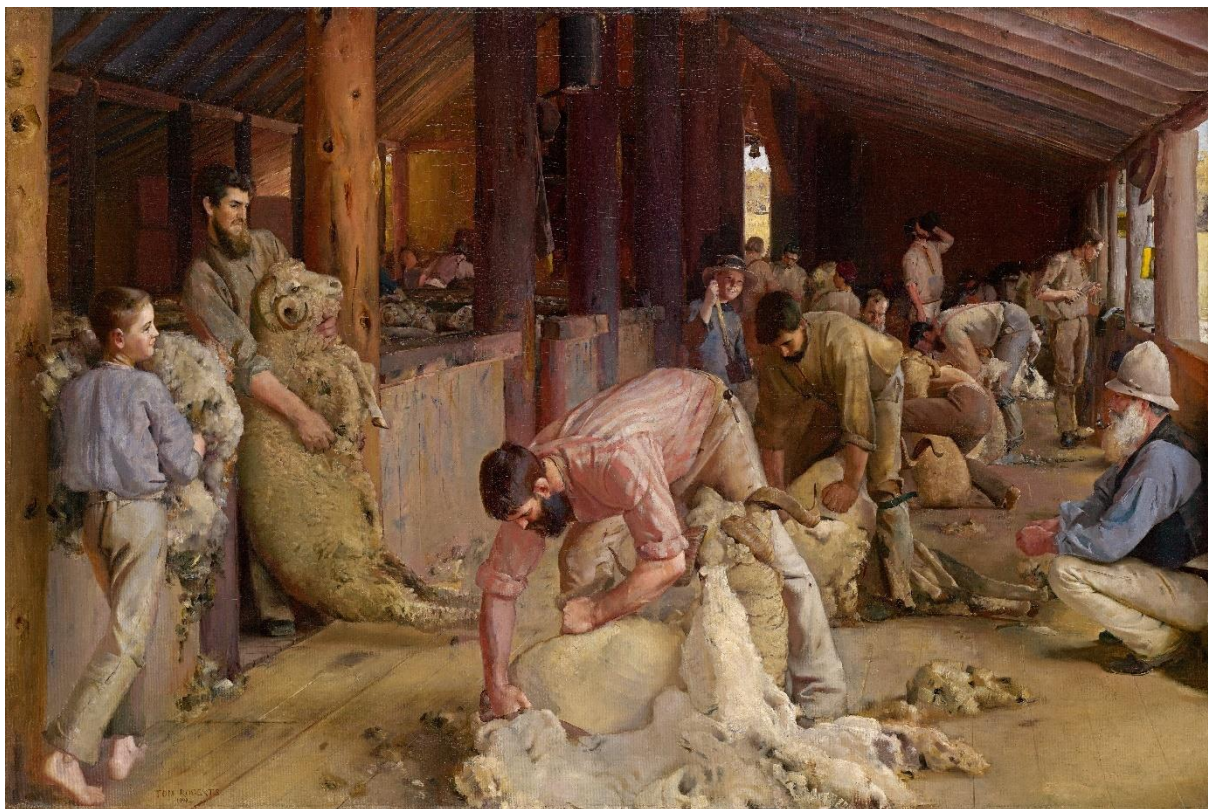
1. Hodologia vernacular: Os caminhos da APA do Ibirapuitã são cortados de quando em quando por cursos d'água, os chamados *passos*. Sua travessia é condicionada pelas condições atmosférica e de vazão hídrica. Além disso, os *passos* servem como pontos de referência na unidade de conservação. Maio de 2014.



2. Coabitação entre fauna nativa e fauna exótica. A história ambiental do Pampa confunde-se com a história dos seus processos de intervenção antrópica e de introduções biológicas. Introduzido pelos colonizadores europeus, o gado pode exercer pressões negativas e positivas sobre o campo natural, dependendo do modo com que é criado. Os ovos da ema, por sua vez, incluem-se nas preferências dietéticas dos javalis. Maio de 2014.



3. Pecuária. A ovinocultura é uma das atividades mais importantes da Campanha gaúcha. Desenvolvida tradicionalmente à margem da bovinocultura, considerada de maior prestígio, a criação de ovelhas passou por um período de grande desenvolvimento durante o século XX na esteira do crescimento da demanda internacional por lã. Desde a década de 1980, o rebanho ovino enfrenta uma baixa histórica, ainda que se mantenha como principal plantel da espécie no Brasil. *Em segundo plano*: cerca de sete fios, adaptada ao porte destes animais. Dezembro de 2014.



4. Pecuária. Pelos liames do mercado internacional, suas oscilações e flutuações, a ovinocultura pampeana e a criação de ovelhas na Oceania (Austrália e Nova Zelândia) sempre estiveram conectadas. Até hoje, os métodos empregados nestes países são considerados modelos a serem seguidos pela produção ovina gaúcha.

Pintura: *Shearing the rams* (óleo sobre tela, 1890), Tom Roberts (1856-1931). Acervo da *National Gallery of Victoria*, Melbourne, Austrália.



1. Administrar uma área de mais de 316 mil hectares impõe desafios aos analistas do ICMBio. Na interação com os produtores rurais, faz-se necessária uma constante tradução entre perspectivas explicadas e implicadas sobre o meio. Como afirma Raul (*à esq.*), “é preciso ter trato” com os proprietários e conhecer os códigos locais de conduta e hospitalidade. *À dir.*: Zeca. Junho de 2014.



2. Campeiros da APA do Ibirapuitã. Embora tenham sua identidade cultural vinculada à ideia do *campeirismo*, os municípios formadores da UC possuem uma taxa de urbanização superior até mesmo à média estadual. Daí decorre a percepção de um esvaziamento demográfico, bem como de falta de mão de obra para o trabalho nas estâncias. Há também um descompasso entre homens e mulheres, sendo elas maioria no meio urbano e minoria no meio rural. *Acima*: “Pirãozinho”. *Abaixo*: cozinheira da Estância São Marcos. Maio de 2014.



3. A resistência do liso. Ao contrário da zona das areias, onde a agricultura mecanizada penetrou com força, os campos rasos e limpos da zona do basalto, como na foto, preservam com mais constância as formas de vida ligadas à pecuária extensiva e à criação de ovinos, sobretudo. Estância São Marcos, Rosário do Sul. Maio de 2014.



4. Transformações produtivas do Pampa. *Acima*: área florestada próxima à BR 290, em São Gabriel. *Abaixo*: cataventos da usina eólica do Cerro Chato vistos desde a Estância Renascença, Livramento. Julho de 2015 e Maio de 2016.



5. A memória do desenvolvimento industrial de Livramento se confunde com a instalação dos frigoríficos Armour (foto) e Wilson, respectivamente em 1917 e 1918. O refluxo da demanda internacional por carne e a crise crônica da pecuária gaúcha acabaram por fechá-los na segunda metade do século XX. Maio de 2015.



6. Como o ciclo dos frigoríficos, a indústria da lã representou outro momento de desenvolvimento econômico para Livramento e região. Depois da crise dos anos 1980 e 1990, a antiga sede do Lanificio Albornoz (foto) passou a ser ocupada por lojas e escritórios, dentre os quais a própria sede local do ICMBio. Maio de 2014.

3 – Javalis abigeatários: fronteira, predação e captura

O roubo de gado deve ter sido uma das primeiras consequências da guerra numa região em que o povo só se alimenta de carne e onde os rebanhos constituem a maior riqueza.

Saint-Hillaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821* (2002, p. 61).

Os rebanhos [ovinos] contam com uma série de inimigos, como os carniceiros das matas, guarás, cães selvagens, contra os quais os peões devem estar prevenidos. Daí uma série de medidas para zelar por um rebanho. Assim adota-se, na estância, deixar o rebanho tranqüilo quando come e bebe, revisá-lo quando há desconfiança de extravio, etc.

Dante de Laytano, *A Estância Gaúcha* (1952, p. 33).

Na manhã desta quinta-feira, o Pelotão Ambiental da Brigada Militar de Livramento capturou em flagrante, três homens que caçavam capivaras na região do Passo do Cerrito, dentro da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã. Foram encontradas junto aos homens 11 capivaras mortas. Os animais foram encaminhados para destruição, pois não tem condições sanitárias de consumo, conforme declarado pela gestora ambiental da APA do Ibirapuitã. A ação foi realizada através de uma denúncia anônima. Segundo os caçadores, “sabemos quem nos denunciou e no nosso depoimento vamos declarar as ilegalidades que são praticadas pelo denunciante e que são de nosso conhecimento”, declararam os envolvidos.

A Plateia (Santana do Livramento, 30 abr. 2015).

No primeiro ano de assinalação anormal na propriedade, a providência tomada por Alexandre foi “dar parte” do ocorrido na polícia. De fato, o desaparecimento súbito de novecentos cordeiros, num universo de mil e oitocentas gestações “diagnosticados no ultrassom”, só podia ser caso de abigeato. Localizada numa região distante, em meio a Serra do Caverá, a estância havia se especializado ao longo dos anos na criação de Merino Australiano, raça ovina muito reputada no mercado internacional pela qualidade da sua lã. Em grande parte, esta especialização da produção se devia às características do solo, “composto 90% por afloramentos do basalto e apenas 10% por terras aráveis”, segundo sua explicação. Além do

abigeato, levantara-se a hipótese da predação. Afinal de contas, como assevera Dante de Laytano em *A estância gaúcha* (1952), muitos são os inimigos com os quais os criadores de rebanhos teriam de lidar, como o *sorro* (graxaim), os cães alçados e outros “carniceiros das matas”.

Mas que bicho teria realizado a proeza de consumir novecentos cordeiros em pouco mais de dois meses? Era alimento demais para os pequenos, embora insolentes, carniceiros das matas ou os cachorros rebeldes. Logo, se fosse mesmo caso de predação, haveria de ser obra de um animal de maior envergadura; uma onça, por exemplo, ou quiçá um *leão-baio*, como o portentoso *Puma concolor* é conhecido na região. Fazia muito tempo, entretanto, que não se via um leão naquelas paragens da Serra do Caverá. Em verdade, o último a passar por lá nem felino era, posto se tratar do famoso líder *maragato* Honório Lemes, a quem nos referimos no capítulo anterior. A respeito da obstinada caçada humana infligida pelas tropas legalistas sobre o “leão do Caverá” e seu bando, assim escreve Arthur Ferreira Filho, em sua *História geral do Rio Grande do Sul* (1965, p. 161-162):

O caudilho Honório Lemes, o mais popular dos chefes revolucionários de 23, tendo-se levantado em armas no seu pago de Vacaquá, foi dias após aclamado general pelos rebeldes reunidos na cidade de Alegrete, donde se haviam retirado as autoridades. (...) Desanimado em face dos resultados obtidos, e inquietado pelas divergências surgidas com os irmãos Saldanha, influentes próceres oposicionistas da Fronteira, Honório (...) retraiu-se para a serra do Caverá, onde manobrou durante alguns dias, evitando combate com o Cel. Claudino Pereira, que o procurava. Travou ligeiros combates no Passo da Cruz, Passo do Guedes e Cêrro das Palomas com fôrças de Flores da Cunha. (...) Daí por diante a luta no oeste traduziu-se numa perseguição empreendida por Flores da Cunha contra Honório, que procurava evitar combate, apenas lutando nas ocasiões favoráveis ou quando o ímpeto ofensivo do perseguidor não lhe permitia subtrair-se a luta.

Logo, na ausência de leões reais ou metafóricos, tudo levava a crer que se tratava mesmo de abigeato ou morte natural, já que o ano havia sido chuvoso e a intempérie costumava cobrar seu preço em novilhos e cordeiros. Pelo sim ou pelo não, Alexandre e seu irmão decidiram compensar o prejuízo na safra seguinte, adquirindo mais quatrocentas matrizes para repor a perda do ano anterior. “Com duas mil e duzentas ovelhas, se a gente assinalasse mil e oitocentas, por piores que fossem as condições, já sairíamos no lucro”, asseverou.

No entanto, quando chegara o momento da assinalação, a frustração se abateu novamente sobre o Caverá: das duas mil e duzentas parições previstas, haviam sobrevivido pouco mais de mil cordeiros, repetindo a trágica taxa de 50% de assinalação do ano anterior. Isto conduziu as contas da estância, que já não estavam boas, ao limite do insustentável.

“Ficamos muito tristes”, afirmou Alexandre, “porque tiramos dinheiro da rede bancária para fazer esse negócio”. Sem saber o que fazer ou a quem recorrer, Alexandre acabou dando ouvidos a um de seus funcionários, o qual, tendo trabalhado em outras propriedades da região, “já tinha dado conhecimento desse problema de javalis”.

Com o tempo, Alexandre, seu irmão Olímpio e o resto da *peonada* começaram a notar que o suíno, de fato, deixava inúmeros indícios de sua presença na paisagem, como pastagens fuçadas, pedras reviradas, cercas danificadas, trilhas, dejetos, pegadas e raízes carcomidas. Nos termos de Ingold (2000), poderíamos dizer que Alexandre e sua equipe começaram a *educar sua atenção* para estes indícios, articulando-os em um conjunto evidencial cada vez mais sólido da presença do animal. Não tardou para que os próprios bichos começassem a ser avistados em seus deslocamentos crepusculares, para empregarmos aqui os termos de Raul: algumas vezes, grandes machos solitários ou *cachaços*; em outras, varas compostas por dezenas, talvez centenas, de animais de distintos tamanhos, provavelmente fêmeas com seus leitões.

Além dos cordeiros predados e dos rastros deixados pelos suínos em suas movimentações, os trabalhadores da estância também começaram a notar uma sensível diminuição nos ovos de ema, outrora tão frequentes em seus campos. Da mesma forma, perceberam que se iniciara uma curiosa concorrência entre ovinos e suínos pelo sal e pela comida dispostos nos cochos. Conforme Alexandre, “a gente começou a ver que estava comprando *Ovinofos*⁹³ para as ovelhas e para os javalis”.

Enquanto isso, em outra propriedade da APA do Ibirapuitã, José Luiz vivenciava uma situação semelhante. A pedido de um amigo, que estava de mudança, hospedara em sua propriedade duzentas ovelhas da raça leiteira Lacaune. Ao reparar que um dos animais provavelmente teria problemas no parto, resolveu monitorá-la mais diretamente, visitando-a toda manhã na mangueira onde havia confinado as ovelhas do conhecido. Em uma destas conferências, deparou-se com uma cena bizarra, que descreveu nos seguintes termos:

No outro dia fui lá olhar a ovelha e tava só a pele dela por cima do cadáver, e a placenta. Eles oqueram, eles comeram a ovelha toda por dentro. De fora pra dentro. Ficou parte dos ossos e da lã por cima da ovelha. O cordeiro eles comeram inteiro. Do cordeiro não ficou nada, só a placenta. Na noite! Incrível, né? Incrível, incrível... eles oquearam a ovelha! E por baixo, pela barriga assim... murchou a ovelha. Tchê, uma ovelha pura, uma ovelha de cabanha... Bah! Me deu uma dor de ver o bicho! Não só pelo lado econômico, mas pelo lado da vida de um animal. Deve ser uma coisa terrível, aqueles bichos te comendo, te mordendo, te oqueando de fora pra dentro...
(transcrição, julho de 2014).

⁹³ Suplemento proteico para ovinos.

Como Alexandre, José Luiz começou a perceber outras transformações na paisagem da estância. Em especial, a diminuição de ninhos sobre o solo. Isto sem falar nos “hectares e mais hectares” de campo lavrado pelas fuçadas do javali, “até mesmo dentro dos poteiros de choque”, isto é, os eletrificados:

É terrível... e isso aí tu imagina no meio ambiente. No meio das emas, dos próprios sorros, que eu acho que tá diminuído. Se via mais sorro antes, entende? Bom, seriema não se vê praticamente. Quero-quero diminuiu uma barbaridade. Perdiz, perdigão não se vê mais. Porque claro, ele encontra o ovo, das aves que fazem ninho no chão, e comem. Encontra o bichinho pequeninho, o filhotinho, e come. Aí fica uma situação... tchê, eu acho que ele deve comer os ovos das emas. Porque eu tinha uma produção tão grande de emas, coisa mais linda, e hoje não se vê ema. Não se acha ninho de ema, não se acha mais (transcrição, julho de 2014).

Apesar da abundância de rastros e indícios de suas andanças, considerou ser difícil dar de cara com os animais, uma vez que, para vê-los, seria preciso “sair de madrugada, antes de clarear o dia, que é quando eles *trabalham*”. Nestes momentos, pontuou, “tu te assustas com o que tu vês”. Mas o que se via?

Eu cheguei a contar uma vez trinta e seis em um lote, sessenta e seis noutro, cinquenta e dois noutro, quarenta e três, dezesseis... de vários tamanhos. Inclusive javali e javaporco, ou seja, cruzado com o porco nosso aqui... o porco doméstico. É grande a quantidade. E considerando que cada porca dá, sei eu, oito, dez, bichos... procria. Eles sempre fogem, né? Eu encontrei com quatro. Olha, muito grandes. Animal pra uns duzentos quilos. Foi agora no verão passado, no início do verão. Quatro que tiveram a uns dez metros de mim. Mas é claro que eu fiquei cuidando e a cavalo, né. Eles me olharam, vieram assim, e não fugiram. Sempre devagarinho... ao passo, como a gente diz. Mas nós não temos condição de enfrentar. Nem pensar. Tem uns enormes (transcrição, julho de 2014).

Com efeito, a maior parte do contato dos criadores e peões com os javalis era indireta, através dos indícios deixados por estes últimos como recordação das suas movimentações. Para muitos, a presença do javali era atestada muito mais pela correlação entre estes índices evidenciais e sua existência, do que por encontros fáticos com o bicho, o que abria margem para estórias de porco sempre formuladas no idioma do espanto e da surpresa. Algumas dessas estórias versavam sobre a interação entre javalis, cachorros e cavalos. De Zeca, ouvimos no capítulo anterior a estória de um “porco imenso”, muito bravo e muito gordo, que havia “dado combate” a vários cachorros trazidos pelos caçadores. Uma vez abatido, teria sido difícil carregá-lo até as *casas*. Nem mesmo um “cavalo bom” conseguira transportá-lo com facilidade. Lembremos também do produtor que, durante a audiência pública, fizera um relato muito

expressivo sobre a astúcia do javali, que conseguira distinguir cavalo e cavaleiro numa situação de encontro súbito.

Assim, excetuando-se as situações de caça e captura, em que o encontro era desejado e planejado, era possível notar duas situações arquetípicas de interação repentina com o javali, que fundamentavam a maior parte das histórias de porco. A primeira ocorria quando o sujeito humano, imerso e absorvido por suas lidas, dava de cara com uma vara inteira de suínos ferais. Nestas situações, a figura da fêmea ganhava proeminência na narrativa. Conforme outro produtor rural:

Na minha propriedade já aconteceu, por uma casualidade, de um técnico estar medindo o campo contra a minha propriedade. Ele estava medindo o campo do meu vizinho. Ele tava passando à margem da minha cerca, e ele teve que se atirar pra dentro d'água porque ia ser atacado por uma javalina. Eu imagino que ela estava de filhote. Ela tava protegendo o território dela, digamos assim. (transcrição, agosto de 2014).

A segunda ocorria quando o sujeito do encontro era o temido *cachaço*. Durante a visita a Zeca, presenciei um destes encontros. Reproduzo sua descrição a seguir, tal como registrado em meu diário de campo:

De volta à camionete, seguimos mais alguns quilômetros até um descampado de maior altitude, e de onde era possível divisar parte da frondosa mata ciliar do Ibirapuitã Chico. Neste local, encontramos sinais mais ostensivos da presença de javalis, principalmente fuçadas e pedras reviradas. (...) Baixando pela encosta, pontuada aqui e ali de afloramentos rochosos cobertos de pequenos cactos e flores de diversos tipos, fomos dar em um campo de mato mais sujo, onde os indícios eram ainda mais evidentes. Mais a frente, erguia-se uma portentosa massa de capim Santa Fé, alta e espessa o suficiente para esconder um homem de dois metros de altura.

Conhecedor dos hábitos furtivos da espécie, Raul achou por bem averiguar o que o Santa Fé escondia o seu interior. 38 em punho, avançou devagarinho em direção ao matagal, enquanto Zeca e eu observávamos tudo desde uma distância segura. Notei que o homem, apesar de parecer tranquilo, segurava firmemente o cabo de seu facão preso à cintura.

Não tardou muito até que o mato se agitasse num estrondo, que fez com que Zeca se precipitasse para trás gritando: “Ali, Raul! Um porco, um baita de um porco!”. Assustado com a nossa presença, o animal disparou como uma flecha para fora do capim Santa Fé, acabando por desaparecer incólume em meio à mata do Ibirapuitã Chico. Pelos cálculos de Zeca, que havia vislumbrado com mais detalhe o bicho, tratava-se de um cachaço “novo e liviano”, que deveria pesar entre 50 e 100 quilos. Mesmo sem abatê-lo, o estancieiro parecia satisfeito em ter descoberto um dos covis em que se escondiam os devoradores dos seus cordeiros (diário de campo, junho de 2014).

Em outra oportunidade vistoriávamos os aparatos de captura instalados por La Hire em sua chácara quando ele, muito prontamente, alertou-me que era melhor “dar no pé”, já que farejara “cheiro de porco” no ar. Eu, naturalmente, não havia percebido nada de especial. Ao retornarmos para o local onde havíamos nos dividido em duas duplas, Raul e Márcio – este, um funcionário *doble chapa* de La Hire – nos disseram que tinham percebido o mesmo “cheiro de porco”, o que assinalava ainda mais minha vulnerabilidade. Caçador experiente, La Hire gostava de fazer troça da falta de familiaridade do público urbano com os animais do mundo rural. Habitantes de apartamento e proprietários de *pets* teriam pouca noção dos perigos e emoções envolvidos num encontro cara a cara com o javali. Certa feita, afirmara que defender a espécie, como fizeram os animalistas em frente ao Ibama, era “coisa de quem acha que ovelha já nasce sem *cola*⁹⁴”.

De resto, tudo se passava como se imperasse uma lógica de evitação mútua entre homens e javalis, baseada em temporalidades simétricas e inversas: enquanto proprietários e peões circulavam na Campanha durante o dia, os javalis o faziam pela noite. Para Lorena, isto teria afetado a própria rotina da sua propriedade, já que ninguém queria mais “sair de noitinha pra juntar o gado, por medo de se topar com o javali”. Para Alexandre, a ação predatória do javali se constituiria como verdadeiro delito animal, comprovado justamente por este comportamento noturno, esquivo e, sob muitos aspectos, covarde. Ao longo de nossas conversas, não foram poucas as oportunidades em que arrolara as acusações criminais que, em sua opinião, poderiam ser imputadas ao suíno feral: ocultação de cadáver, invasão de propriedade e, claro, abigeato – ainda que de um tipo muito específico de furto de gado, que classificou como *estatal*:

Sim, é um abigeato estatal. Tem o abigeato que não é estatal, que é o João Alexandre ou o fulano de tal, por exemplo, que roubou as ovelhas e levou pro Uruguai. E tem o abigeato estatal, em que o Estado é o responsável. Através do javali, que ele, Estado, deixou disseminar. E isso está a recém começando. Nós fomos os primeiros... a primeira propriedade a deixar... mas isso vai... é claro, nós vamos vender, outro vai entrar, chegar lá, ovelha já não vai poder criar... os caras vão dizer: “é, eles tinham aqui cinco mil ovelhas, mas não deu”... (transcrição, maio de 2015).

Longe de se tratar de uma peculiaridade de Alexandre, esta analogia entre o ladrão de gado e o javali era bastante recorrente, principalmente nas ocasiões públicas de impreciação contra a espécie. Recordemos que um dos algozes do *cachaço* exposto na audiência pública asseverara que seu abate havia sido uma questão de justiça, uma contrapartida. Em outro

⁹⁴ Do espanhol, cauda. A fala de La Hire, como de muitos na região, era pontuada de castelhanismos.

momento da reunião, alguém formulara o problema do javali em um idioma penal bastante semelhante, ponderando, contudo, que apesar da natureza criminosa dos atos animais, não seria possível fazer uma “acareação entre o produtor e o javali”. A Agaja, por sua vez, afirmava em seu site que, com a liberação da caça ao javali, homem e animal finalmente “quitavam-se”. Por fim, em finais de 2013, o jornal *A Plateia*, principal diário de Livramento, trazia a seguinte colocação de um produtor rural, em uma reportagem sobre o *Sus scrofa*:

A exemplo da maioria dos produtores rurais, [o produtor João Gonçalves] defende que o governo gaúcho tome providências mais ostensivas para promover soluções ao abigeato. Tanto no que se refere às questões do abigeato em si, quanto no que se refere às pragas exóticas inseridas no Estado (*A Plateia*, 14/12/2013).

Ora, além de uma evidente analogia entre predação e furto, o que mais poderia estar em jogo nesta recorrente aproximação entre javalis e abigeatários? O que esta metáfora nos revela sobre as maneiras pelas quais a presença do animal é encarada e manejada na Campanha? Como esta analogia se relaciona com os modos locais de se habitar o mundo e se lidar com agências perigosas, humanas ou animais?

Em linhas gerais, a hipótese que sustenta este capítulo é a de que as escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo da APA do Ibirapuitã são metonímicas da territorialização da Campanha como zona fronteira. Neste sentido, considero que a analogia entre o ladrão de gado e o suíno feral é um ponto de partida etnográfico interessante para rastreamos as circunstâncias que, no contexto específico desta UC, levam à adoção de determinados métodos de captura e abate do javali em detrimento de outros. À maneira de autores como Pierre Lemmonier (2006a, 2006b, 2012) e Robert Cresswell (2010), entendo que estas escolhas não se resumem às avaliações de eficácia utilitária de tal ou tal estratégia de manejo, como a perseguição com cães ou a construção de aparatos fixos de captura. Ao contrário, compreendo que elas emergem de constantes negociações travadas entre os sujeitos, seus interesses e modos de habitar o mundo, tendo como pano de fundo uma configuração socio-ecológico-territorial (Mura, 2011) complexa.

No primeiro capítulo, defendi que as controvérsias suscitadas pela presença do javali no Brasil decorrem da sua própria instabilidade ontológica. Isto é, da sua resistência, como ente “vulcânico” (Harman 2015), às tentativas de captura e determinação de seu estatuto por uma única definição legal, zootécnica ou ética. A partir disso, defini a IN 03/2013 como um dispositivo de incorporação da feralidade do *Sus scrofa* às categorias de pensamento e ação do Estado.

Defendi, ademais, que esta incorporação não se restringia apenas à domesticação legal do animal, isto é, sua retirada do umbral jurídico que antes habitava. Na linha de Agamben (2009), argumentei que a IN 03/2013 se constituía como dispositivo de domesticação dos próprios manejadores, a partir da conjuração do seu furor cinegético (Hell, 2011) em prol de uma política pública.

Agora, retorno a este argumento para ilustrar como esta domesticação conjunta de homens e animais se plasma também no âmbito técnico, ou seja, das estratégias de controle do javali desenvolvidas pela rede de manejo da APA do Ibirapuitã. Como pretendo demonstrar, além das prescrições mais gerais derivadas da norma, outros aspectos são levados em conta nestas escolhas, sobretudo aqueles derivados do fato de a paisagem local ser atravessada por um limite, uma fronteira. Imaginária e invisível, por certo, mas, ainda assim *inevitável* para quem habita às suas margens (Sánchez, 2002). Mais do que uma simples divisa entre espaços soberanos, a *linha*, como é chamada na região, apresenta-se como verdadeiro fato social total, que perpassa e condiciona a existência de pessoas, coisas e animais. De acordo com a célebre definição de Marcel Mauss (2003, p. 187) nos fatos sociais totais:

(...) exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosos, jurídicos e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam.

Ente híbrido por excelência, não me parece que seria diferente em relação ao javali, mais uma personagem *double chapa* a habitar certa zona de indeterminação moral e ontológica criada pela própria linha fronteira. Primeiramente, explorarei com mais detalhe os conceitos de dispositivo e escolha técnica de modo a esclarecer melhor de que maneira os utilizo aqui. Em seguida, examinarei a metáfora do suíno feral como ladrão de gado para, a partir dela, elencarmos que aspectos da territorialização fronteira da Campanha incidem com mais força sobre a questão do javali. Por fim, abordarei as escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo sob o prisma destas incidências.

3.1 – Dispositivos e escolhas técnicas

Já vimos no capítulo 1 que Agamben entende por dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (2009, p. 40). Desta interação entre dispositivos e seres viventes (ou substâncias), produzem-se os sujeitos, de maneira que todo dispositivo parece se constituir, ao fim e ao cabo, como o indutor ou facilitador de um processo de subjetivação. Embora interessante e analiticamente frutífera, esta é uma definição um tanto genérica de dispositivo, que merece ser mais bem escrutinada em seus pressupostos ontológicos e epistemológicos.

Segundo a genealogia do conceito proposta pelo próprio autor, sua principal inspiração para pensar os dispositivos vem da obra de Michel Foucault (1990, 1999, 2008a, 2008b, 2011), muito embora o lastro de suas investigações filosóficas abranja uma dimensão temporal mais ampla, que remete à transmutação de conceitos teológicos medievais em conceitos políticos modernos. Assim, para além das tecnologias disciplinares e estratégias de “governo dos homens” do início da Modernidade descritas por Foucault, Agamben (2011) identifica já no “árido latim dos padres da Igreja” os elementos embrionários daquilo que, do século XVIII em diante, viria a se constituir como bio-política, ou seja, a transformação da “vida nua” (*zoé*) dos indivíduos como principal locus de incidência e eficácia do poder soberano. Em especial, certa noção de *dispositio* (daí, dis-positivo) enquanto técnica de ordenação adequada e imanente dos viventes tendo em vista uma economia da salvação.

Esta noção de economia, por sua vez, é entendida por Agamben (2011) no sentido grego de uma *oiko-nomia*, ou seja, uma regulação (*nomos*) do espaço habitado, uma organização do lar (*oikos*). *Grosso modo*, tratar-se ia de um conjunto de técnicas destinadas a colocar, a instaurar, cada coisa em seu lugar. Nos termos do próprio autor: “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (2009, p. 39).

Inicialmente pensada em termos teológicos, Agamben defende que esta concepção “econômica” da salvação acabou por secularizar-se com o tempo, perpassando todas as mitologias políticas do contemporâneo. Esta é uma tese de veras polêmica, que não cabe aqui desenvolver em mais detalhes. De todo modo, é possível se identificar já neste legado medieval as três dimensões pelas quais o conceito de dispositivo se apresenta no pensamento de Foucault, isto é:

- a) Um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é rede que se estabelece entre esses elementos;
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder;
- c) Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e relações de saber (Agamben, 2009, p. 29).

Assim, foi mais ou menos neste sentido de continuidade entre práticas linguísticas e não linguísticas que propus, já no primeiro capítulo, que entendêssemos como dispositivos de domesticação do javali tanto os discursos contrastantes emitidos a seu respeito, quanto os instrumentos legais e técnicos erigidos para lidar com a sua presença. De acordo com Agamben (2009, p. 34), funde-se na noção mesma de dispositivo um sentido *jurídico* (parte da sentença ou da lei que decide, dispõe e define), um sentido *tecnológico* (a organização das partes de uma máquina ou mecanismo) e um sentido *militar* (o conjunto dos meios dispostos em conformidade com um plano):

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato (idem, p. 34-35).

Ao remeterem o conceito de dispositivo à ideia de um efeito, de uma positividade ou transformação a ser produzida nos e sobre os sujeitos, Foucault e Agamben o aproximam da definição de técnica tal como conceituada por Marcel Mauss (2003, p. 407), ou seja, como “ato tradicional eficaz”. Com efeito, em seu aspecto não linguístico, os dispositivos foucaultianos e agambeanos se aproximam daquilo que Mauss chama de técnicas corporais, isto é, “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se do seu corpo” (idem, p. 401).

Como bem ressalta Sautchuk (2007, p. 8), é preciso notar que em seu ensaio sobre as técnicas corporais, Mauss “assinala, mas põe de lado, tanto a relação corpo-artefato” quanto as técnicas do corpo relacionadas a profissões e ofícios. Por outro lado, ao descrever uma série de atos prosaicos como técnicas (caminhar, comer, cuspir, correr, etc.), Mauss flerta com o mesmo plano de ubiquidade dos dispositivos foucaultianos-agambeanos, cuja presença se faz notar em todos os âmbitos da vida. Da mesma maneira, o pensamento de Mauss permite considerar o próprio humano, seus gestos e condutas, como matéria sobre a qual opera o agenciamento

técnico, evocando a própria tradição helênica e medieval de se pensar o governo dos homens como técnica, que muito inspirou Foucault e Agamgen em suas filosofias do dispositivo.

Assim, entendo que a aproximação entre dispositivos e técnicas, longe de ser eventual ou matéria de mera coincidência, é uma ponte que nos permite estabelecer um diálogo entre a filosofia dos dispositivos, de um lado, e alguns desdobramentos da obra de Mauss na antropologia posterior, de outro. Em especial, a vertente conhecida na França como *technologie culturelle*, reunida em torno da revista *Techniques & Culture*.

Em sua tese de doutorado, Sautchuk (2007, p. 9) relembra que a apreensão do legado maussiano por esta vertente passa primeiro pela vasta obra de André Leroi-Gourhan e seu projeto de se compreender antropologicamente a “ligação intrínseca entre a técnica e os homens”. Entre as inovações propostas por este autor, Sautchuk destaca uma mudança importante no critério de classificação e compreensão das técnicas. Assim, ao contrário de Mauss, que as ordenava de acordo com seus produtos finais (o pote pela cerâmica, o tecido pela tecelagem, etc.), Leroi-Gourhan, em *Evolução e técnicas* (1984a, 1984b), propõe inventariá-las a partir dos seus processos, ou seja, tomado como baliza os meios de ação sobre a matéria que cada uma delas envolve.

Entendo que esta é uma torção importante, uma vez que resgata a importância da relação estabelecida entre sujeito e objeto técnico e a articulação co-constitutiva que se abre entre um e outro a partir da sua produção e uso. Posteriormente, em *O gesto e a palavra* (1987a, 1987b), Leroi-Gourhan acentua a importância desta relação através dos conceitos de *gesto* e *ritmo*. De acordo com Sautchuk (2007, p. 11, grifo meu), “em sua visão, o gesto humano e a operação dos artefatos são inseparáveis, e nisso reside seu argumento de fundo, que considera a *importância da técnica na própria instituição do humano*”.

A partir deste foco processual, autores como Pierre Lemmonier (2006a, 2006b, 2012), Robert Cresswell (2010) buscaram desenvolver métodos de se apreender etnograficamente a articulação entre fenômenos técnicos e manifestações socioculturais. Um conceito bastante importante no desdobramento etnográfico da agenda de Leroi-Gourhan por estes autores é o de *cadeia operatória*, isto é, a descrição da sequência de ações sobre a matéria que cada técnica implica, bem como sua articulação sistemática. Nas palavras de Cresswell (2010, p. 23), o pensamento da tecnologia cultural entende que:

Le maniement gestuel d'un outil, l'agencement d'une chaîne opératoire, l'intégration de différentes chaînes opératoires au sein d'un groupe humain, le rendement d'une technique de transformation, pour ne parler que de cert⁹⁵ains aspects ne sont pas des phénomènes à finalité limitée, interne, mais des phénomènes qui *influencent de façon directe ou indirecte, ponctuelle ou diffuse, les comportements sociaux et individuels des membres d'un groupe* (grifo meu).

Ou seja, estes autores entendem que o universo técnico não se constitui isoladamente dos contextos socioculturais e simbólicos em que está inserido, mas estabelece com eles uma relação de influência recíproca. De fato, a experiência histórica e etnográfica demonstra que a utilidade e a eficiência pura e simples não são critérios suficientes para a explicação dos fenômenos técnicos de cada sociedade, assim como também não o são as limitações físicas impostas pelo mundo natural. No primeiro volume de *Evolução e técnicas*, Leroi-Gourhan (1984a) já havia desenvolvido esta ideia a partir da distinção entre *tendência técnica* e *fato técnico*. Conforme este autor:

A tendência tem um caráter inevitável, previsível, retilíneo: é ela que leva o sílex seguro na mão a adquirir um cabo, o fardo arrastado sobre duas varas a munir-se de rodas. (...) Ao contrário da tendência, o fato é imprevisível e particular. Tanto é o encontro da tendência com as mil coincidências do meio – isto é, a invenção – como é a adoção pura e simples de um outro povo. É único, inextensível, *é um compromisso instável que se estabelece entre as tendências e o meio* (idem, p. 24, grifo meu).

Na constituição dos fatos técnicos, Leroi-Gourhan fala de um *compromisso* entre tendência e meio, ou seja, haveria algo como um balanceamento dialético entre estes dois aspectos. De fato, em seu desenvolvimento do conceito de tendência, Leroi-Gourhan adota um viés evolucionário e teleológico posteriormente questionado e denunciado como anacrônico por alguns comentaristas (Sautchuk, 2007, p. 10). Por outro lado, é interessante notar que a sua ideia de meio não se aplica apenas ao ambiente natural e seus constrangimentos físicos, mas é empregada por Leroi-Gourhan (1984b, p. 255) no sentido de um meio “interno” que contém as “tradições mentais de cada unidade étnica”. Destarte, os fatos técnicos se produziriam no encontro entre constrangimentos tanto naturais, quanto socioculturais, o que conduz ao conceito de *escolha técnica* tal como desenvolvido pelos seus sucessores da tecnologia cultural.

Para Lemonnier (2006a), a ideia de escolha nos permite examinar etnograficamente os processos de mudança, transformação, modificação, retenção, aquisição e empréstimo de

⁹⁵ Conforme Sautchuk (2007, p. 221), estes autores entendem que “um determinado processo de produção, um objeto, um gesto técnico, constituem a uma só vez aspectos eficientes de um ponto de vista técnico e significantes no âmbito social”.

técnicas em seus contextos socioculturais. Em diálogo com esta noção, Descola (2005, p. 641) comenta:

(...) toute innovation technique relevant d'un choix, c'est-à-dire de l'opportunité de retenir ou d'exclure certaines options selon qu'elles paraissent compatibles ou non avec les autres éléments du système au sein duquel la technique doit s'intégrer.

Em um escrito mais antigo, este mesmo autor argumenta que não se deve encarar a ideia de “escolha” num sentido puramente consciente ou utilitário, e tampouco nos termos adaptacionistas da ecologia cultural (Descola, 2002). Ao contrário, na linha do arbitrário lévi-straussiano, entende que toda técnica envolve um processo de objetivação, isto é, de assimilação da relação “original” entre homem e matéria que instaura nos termos do sistema sociocosmológico que lhe precede. Em outros termos, antes de ser adotada, qualquer técnica precisa ser “representável a partir do estoque preexistente de relações consideradas como possíveis no interior do conjunto cultural considerado” (idem, p. 93). Para ilustrar seu ponto, Descola evoca o clássico tema da rejeição da domesticação em sentido clássico - isto é, como reprodução controlada - dos animais entre os povos da Amazônia.

Na antropologia e na arqueologia, esta rejeição já foi explicada de diversas formas, todas elas apresentando inúmeras aporias e tautologias. Um dos pontos mais polêmicos desta discussão é o fato de a maior parte dos povos da região terem por hábito o amansamento de inúmeras espécies de animais, via de regra, os filhotes órfãos dos bichos que caçam. Uma vez capturados, estes animais são mantidos junto ao núcleo familiar humano como verdadeiros animais de estimação, ou *xerimbabos* (Erikson, 2012). Este amansamento, no entanto, jamais se converteu num exercício de reprodução controlada dos mesmos, mesmo que alguns destes animais possuíssem as condições necessárias e suficientes para serem domesticados⁹⁶.

De um ponto de vista teórico, a exceção amazônica sempre representou um desafio para as explicações genéticas da domesticação, para as quais a manutenção em cativeiro e o amansamento seriam uma espécie de precedente lógico da reprodução controlada (Clutton-Brock, 1989; Bökönyi, 1989; Ducos, 1989). Para Descola (2002, p. 105-106), entretanto:

Se o amansamento jamais se converteu em uma "proto-domesticação" é pois, antes de tudo, em razão da maneira pela qual a relação do homem ao animal está representada praticamente em toda a América do Sul não-andina. Os animais passíveis de ser caçados são vistos tanto como um *alter ego* em posição de exterioridade absoluta

⁹⁶ Sobre a discussão a respeito da propensão de alguns animais à domesticação, ver Ingold (1980), Digard (1988, 1995, 2012a), Bökönyi (1989), Diamond (2005), Wilkie (2010). Este é um assunto controverso, que leva necessariamente à discussão da própria definição do que significa domesticar (Sigaut, 1988).

quando eles são caçados como demasiadamente idênticos a *ego* para serem comidos, uma vez amansados. Exterioridade absoluta porque a sociedade dos animais é concebida à imagem da dos homens, independente e obedecendo a suas próprias regras, e que as relações entre os dois mundos são governadas por uma lógica de troca na qual os participantes são de direito, senão de fato, equivalentes. Esta equiparação exprime-se principalmente na prática muito comum de negociar com um espírito, o Senhor dos Animais, ou com um ser representando a figura prototípica da espécie, a autorização de empreender uma caçada em contrapartida de almas humanas, de tabaco, ou mais simplesmente, às vezes, da perpetuação de uma afinidade ideal.

Assim, muito além das restrições impostas pelo meio natural, pela etologia, ou pelo suposto estágio de desenvolvimento técnico destas sociedades, a negação da domesticação dos animais entre os povos da Amazônia derivaria de constrangimentos propriamente cosmológicos, como a necessidade de se negociar o direito à captura com os “donos dos animais”. Contudo, não podemos falar aqui em um determinismo cultural absoluto, já que o estatuto dos animais como pessoas autônomas, em diversos contextos culturais, parece ser uma espécie de corolário do dispositivo cinegético que os vincula aos seres humanos (Bird-David, 1994; Fausto, 2001, 2002; Ingold, 2000; Viveiros de Castro, 2011; Garcia, 2012; Willerslev, 2012).

Evidentemente, há diferenças no modo com que este dispositivo é objetivado em cada cosmologia. Conforme Fausto (2001), na esteira de Bird-David (1994), Ingold (2000) e outros, as cosmologias circumpolares tenderiam a ver as relações entre caça e caçador sob o prisma da dádiva, ao passo que as amazônicas se orientariam pelo paradigma agonístico da predação. Em sua obra mais recente, Descola (2005) parece tentar resolver estas diferenças a partir da distinção entre *modos de identificação* e *modos de relação*. De todo modo, o importante a ser retido aqui é que, muitas vezes, na decifração de por que motivos uma técnica ou conjunto de técnicas foi adotado, o mais interessante não é se pautar pela pergunta, de todo modo tautológica, sobre como a técnica *x* se impôs por sua eficiência e utilidade, mas sim: “o que levou à adoção de *x* quando *y*, *z*, e muitas outras técnicas também seriam possíveis?”.

No contexto do manejo do javali na APA do Ibirapuitã, é visível que gestores ambientais e seus aliados desenvolveram uma predileção bastante forte por métodos de controle do *Sus scrofa* que poderíamos classificar, por ora, como indiretos e negativos, à maneira de Haudricourt (1962). Classifico-os dessa forma porque, em contraste com os métodos localmente chamados de *busca ativa* - isto é, calcados na perseguição dos animais com o auxílio ou não de matilhas treinadas - as estratégias preconizadas pela rede envolvem a construção de estruturas fixas como jaulas e gaiolas, destinadas a atrair os suínos ferais por meio de engodos

alimentares. Habitualmente, esta preferência é explicada em termos utilitários: ao contrário das longas perseguições a campo aberto, de ordinário focadas no confronto com *cachaços* solitários, os aparatos fixos de captura permitiram a apreensão de um número mais expressivo de animais, mormente fêmeas e leitões, cujo deslocamento se dá em grandes coletivos (*varas*).

Todavia, entendo que dimensões menos aparentes, relacionadas ao contexto sociocultural da Campanha como fronteira, contribuem para esta preferência. Em verdade, muito embora a opção por aparatos fixos pareça ser uma constante entre gestores ambientais de todo o Brasil, esta percepção de utilidade não é consenso entre todos os agentes interessados no manejo do javali, e me arrisco a afirmar que, no contexto mais geral, ela seja até mesmo minoritária. Segundo uma carta pública enviada pela Agaja para a DFPC, “a experiência mostra que o *único* método de localização, captura e abate que é *realmente eficaz* para redução e controle da população de javalis asselvajados é a caça assessorada por matilhas de cães treinados”⁹⁷. Já Rafael Salerno, da rede *Aqui tem javali*, afirmou categoricamente durante a audiência pública no Senado que a maior parte do manejo atualmente realizado no Brasil envolvia o uso de matilhas⁹⁸. Logo, proibir ou restringir seu uso, como exigido por organizações animalistas e ambientalistas, levaria apenas ao aumento populacional do javali.

No caso que nos interessa aqui, julgo ser importante modular esta discussão a partir dos sentidos que a caça já ocupava tradicionalmente na *taskscape* da Campanha, antes mesmo do javali chegar. No esquema de Descola, entendo que estes sentidos conformam o horizonte de possibilidades contra o qual a captura do *Sus scrofa* é localmente objetivada. Para além do argumento utilitário, as preferências técnicas dos gestores parecem se mover também no sentido de uma percepção dos riscos que a caça envolve – ou pode envolver – quando efetuada num contexto de fronteira política e pastoril.

Ora, é exatamente neste ponto, acredito, que a questão das escolhas técnicas se encontra com a questão dos dispositivos. Em outros termos, parece-me claro que a insistência dos gestores ambientais sobre a construção de jaulas, gaiolas e outros métodos indiretos negativos, configura, acima de tudo, uma preferência destes agentes pelos *processos de subjetivação* de humanos e animais que estes métodos instauram, em contraste com aqueles derivados das estratégias de busca ativa. Inversamente, a predileção de outros agentes por estas estratégias, revela um interesse na manutenção de certas subjetivações derivadas das cadeias operatórias da

⁹⁷ Disponível em: <http://provedoraws.net/agaja/>, consultado em 31 mar. 2015.

⁹⁸ De fato, a maior parte dos abates divulgados pela rede são feitos com auxílio de matilhas. Neste sentido, a página da rede no *Facebook* é também um *hub* de adestradores de cães de caça e canis especializados.

caça desportiva. Assim, no que resta deste capítulo, procurarei demonstrar como aparatos fixos de captura acabam por *dis-por* humanos e animais de acordo com uma economia das interações com o ambiente bastante específica, cuja manutenção enquanto tal interessa aos agentes do Estado em uma zona de fronteira, habitada por personagens híbridas, ambíguas e ingovernáveis como o próprio javali.

3.2 – Seguindo a metáfora I: “o javali trabalha com o dente”

Retornemos, de início, à questão do abigeato e sua analogia com a agência dos suínos ferais. O que ela nos revela sobre o modo com que o javali é percebido na Campanha? De um ponto de vista puramente simbólico, a metáfora se explica com facilidade. Através dela, um fato recorrente da vida social local (o furto de gado) serviria para se tornar pensável, no plano da cultura, um fenômeno novo e até então impensável que se daria no plano natural – a predação de cordeiros e outros animais domésticos por javalis. Esta perspectiva, por si só, já traz consigo uma série de desdobramentos interessantes, posto que, como bem reconhece Marilyn Strathern, “a cultura consiste nos modos pelos quais as pessoas estabelecem analogias entre diferentes domínios de seus mundos” (idem, 1992, p. 42). Lembremos que Claude Lévi-Strauss (1988, 1989), ao longo da sua vasta obra sobre o “pensamento selvagem”, arrola uma série de metáforas humano-animais para sustentar sua tese segundo a qual aspectos salientes do mundo empírico incitam a formulação de categorias do entendimento.

No entanto, acredito que esta interpretação, apesar de frutífera, esbarra em pelo menos dois problemas que gostaria de evitar. Num plano teórico, ela se limita pela dicotomia entre natureza e cultura, mental e material, pela qual opera, relegando os animais à condição de símbolos naturais. Já num plano etnográfico, ela esbarra com percepção dos próprios interlocutores da pesquisa de que o javali não preda os cordeiros *como se* abigeatário fosse, mas que ele comete um abigeato *real* - um delito concreto que demanda punição igualmente efetiva. Trocando em miúdos, para os criadores da Campanha, o javali é insolente e ignominioso *em si*, e não em função da sua representação, sua ideação. Citando Lestel (2011b, p. 41) mais uma vez, ele é percebido de fato como “força vívida, móvel, imprevisível e dotada de finalidade”.

É bem possível que sua relação antitética com o porco doméstico exerça um papel crucial nesta percepção. Isto porque, ao contrário do que Dante de Laytano (1952) chama de “carniceiros das matas”, o suíno feral não é um frequentador externo e episódico do *domus*,

mas sim uma presença que se estabelece em continuidade com o porco, membro de fato e de direito da sua espécie. Logo, além de um criminoso em si, o javali também é encarado como potencial aliciador para o crime, sobretudo das porcas domésticas, a quem se entende que pode seduzir, fecundar e feralizar. Quanto a este ponto, é preciso notar que o comércio sexual entre machos selvagens e fêmeas domésticas é motivo frequente de piada na região, o que é bastante sugestivo das maneiras pelas quais o problema do javali também é encarado sob o ponto de vista do gênero. Retornaremos a isso mais adiante.

Por ora, cabe apontar que o suíno feral perturba a fronteira do *domus* de três maneiras diferentes: (1) ao suprimir o cordeiro, através da predação; (2) ao incitar a feralização dos suínos domésticos; e, por fim, (3) ao introduzir um elemento de poluição exógena no conjunto doméstico, seja como vetor de zoonoses, seja como introdutor de caracteres asselvajados no perfil genético do rebanho doméstico. No que tange mais especificamente à predação, os sentimentos de vingança e castigo nutridos em relação ao javali se aproximam muito daqueles que se abatem sobre os criadores quando suas ovelhas são atacadas por cães domésticos, algo que ocorre com certa frequência no mundo da ovinocultura.

Como bem demonstra Eric Barreto (2015) em sua dissertação, o cão rural, ao contrário do urbano, é encarado na Campanha como um trabalhador, inserido na *taskscape* das lidas campeiras tal qual o homem que lhe acompanha. Ato contínuo, não se encara sua deriva para a predação como um fato da natureza, algo próprio da caninidade⁹⁹, mas como uma traição e um desvio de caráter, coisa de “animal bandido”. Da mesma forma que entre os Baruya em relação aos porcos (Lemonnier, 2006b), entende-se na Campanha que o dono de um animal violento é o responsável moral pela resolução dos inconvenientes causados por ele. Isto ocorre porque, no mais das vezes, o ovelheiro rebelde mata no rebanho vizinho, tornando-se uma potencial fonte de conflito entre duas unidades domésticas. O mais comum é que se abandone o cão em um local distante da vizinhança, muito embora o seu sacrifício também seja um expediente de punição bastante utilizado.

Assim, nos queixumes contra a predação, suína ou canina, a dicotomia natureza/cultura parece ser irrelevante para os próprios agentes ou, na melhor das hipóteses, diluída em um

⁹⁹ Sobre a contemporânea tendência naturalizante na interpretação do comportamento de animais de companhia, ver Lewgoy (2016).

continuum pragmático ditado pelos ritmos e rotinas do pastoreio¹⁰⁰. É claro que Alexandre, ao listar os vários crimes que julgava serem imputáveis ao javali, não acreditava ser de fato possível levar o suíno ao tribunal. O homem que dissera na audiência pública ser impossível fazer uma “acareação entre o produtor e o javali”, da mesma maneira. No entanto, é relevante o fato de que ambos vocalizavam suas imprecizações contra o javali numa gramática da justiça e da injustiça, e que tanto um quanto o outro não se eximiam de exigir do Estado algum tipo de reparação¹⁰¹.

Quanto a isso, creio que se impõe outro paralelo interessante entre o caso dos cães e o caso dos suínos. Assim como o dono de um cachorro bandido se responsabiliza por sua punição, caberia ao Estado, por analogia, dar cabo das inconveniências causadas pelos javalis. Sob um determinado aspecto, poderiam se aventar razões legais para isso, afinal de contas, desde a Era Vargas a fauna selvagem se encontra sob a tutela do Estado. Por outro lado, a ideia de que o poder público é o “dono dos javalis” evoca dimensões antropológicas interessantes, que parecem simetrizar a percepção da Campanha com outros casos etnográficos.

Entre muitos povos amazônicos, por exemplo, o mundo da floresta, oposto ao da aldeia, não é concebido como o domínio de uma natureza neutra e impessoal, mas como o ambiente doméstico de agências outras, sobrenaturais (Descola, 2002, 2006; Erikson, 2012). Isso faz com que a relação entre estas agências e os animais que habitam a floresta seja pensada à luz da relação que os próprios indígenas estabelecem com os animais amansados, ou *xerimbabos*. Já os pantaneiros estudados por Süsserkind (2014) entendiam que a coleira telemétrica instalada nas onças monitoradas por um projeto de conservação as tornava propriedade dos cientistas, à exemplo da marcação do gado que tornava as reses uma parte do patrimônio das fazendas.

Em junho de 2016, durante uma atividade de campo coordenada pela Embrapa e o ICMBio em uma propriedade de Livramento, dispunham-se sobre um estrado vários suínos abatidos para serem necropsiados. Enquanto os cientistas faziam seus exames e coletavam amostras, alguns dos criadores e campeiros presentes faziam menções jocosas a supostas marcas identificadas nas orelhas dos animais, aludindo a possíveis donos e, portanto,

¹⁰⁰ Quanto a esta pragmática, creio que cabe aqui o que Descola (2006, p. 106) afirma sobre os Achuar: “Costumes, habitats, cheiros, utilidade pragmática, modos de defesa conjugam-se assim numa teia de indícios para ordenar o mundo animal segundo uma lógica do concreto na qual não faltam atributos imaginários”.

¹⁰¹ No entanto, durante a Idade Média e os primeiros séculos da modernidade, eram comuns o julgamento e a execução de porcos e outros animais domésticos e selvagens (Thomas, 2010). Conforme Mizelle (2011, p. 38), “there were at least 37 prosecutions of swine between the ninth and the nineteenth centuries, with pigs accounting for half of all recorded animal executions in medieval Europe”.

responsáveis pelos mesmos. Também nesta ocasião, faziam-se presentes alguns técnicos do Ministério da Agricultura e Pecuária uruguaio, o MGAP. Um deles, chamado Gustavo, fora perguntado por um dos criadores brasileiros sobre a situação do controle do animal no país vizinho, ao que respondera em tom chistoso e um tanto malicioso: “allá se puede matar a todos, solo no se puede matar a un tipo de chanco jabalí que tenemos que es el jabalí con lana, que tiene una marca en la oreja”. Esta alusão à ovelha, seu roubo e abate clandestino levou todos às gargalhadas.

Na Campanha, o termo *orelhano* (ou *orellano*, no Uruguai) refere-se tanto ao animal que não possui marca de propriedade, quanto ao *campeiro* que não depende de patrão, o que pode ser verbalizado ora em tom depreciativo, ora elogioso. Juntamente com as piadas sobre o javali sedutor e a porca doméstica seduzida, estes comentários jocosos sobre a presença e ausência de marcas nos animais e nas pessoas, eram bastante frequentes, sugerindo uma forte intersecção entre a questão do javali e as onipresentes temáticas do contrabando e do abigeato. No capítulo anterior, mencionamos a alusão feita por Bacchetta (2010) à expansão de “javalis de duas patas”. Esta é uma expressão corriqueira na região para sugerir que um alegado caso de predação pode, na verdade, esconder um caso de furto ou extravio intencional de animais, e vice-versa. Nesta mesma tônica, ouvi certa vez de um taxista de Livramento que os animais haviam cruzado a fronteira com Uruguai sobre suas quatro patas, obviamente, mas que muitos teriam atravessado a divisa com o auxílio de “quatro rodas” – ou seja, teriam sido trazidos por contrabandistas.

Não creio haver qualquer aleatoriedade nestas associações. No primeiro capítulo, vimos que Debert e Scherer (2007) atribuem ao contrabando parte da responsabilidade pela dispersão do javali no Pampa brasileiro. Durante a etnografia, este fato era tomado como dado por muitos interlocutores, que, não raro, apontavam aqui e ali possíveis responsáveis individuais pela dispersão dos animais. Noutro plano, o da pragmática cotidiana, ladrões de gado, suínos ferais e contrabandistas pareciam se associar devido a uma etologia similar, derivada da partilha de um ambiente perceptivo comum (Gibson, 1979; Reed, 1988; Lescureux, 2006). Eis o que ponderou um produtor, certa feita, sobre os “métodos de trabalho” comuns entre o abigeatário e o javali:

Só pra tu ter uma ideia, eu tô em zona de abigeato, de roubo de gado. E os ladrões de gado, assim como os javalis, usam o mesmo expediente: eles procuram não se exhibir pra nós, né? Eles trabalham no horário de em que tu tá mais recolhido, de noite ou no clarear do dia. Se bem que o ladrão de gado é racional, e o bicho é irracional:

ele erra o cálculo dele – se é que ele faz o cálculo –, e aí a gente vê eles. Mas normalmente a gente não vê o javali, só sente o efeito (transcrição, junho de 2014).

Formulando de outra maneira, poderíamos dizer que, na percepção dos criadores, todas estas personagens compartilham um mesmo *ethos* furtivo, uma maneira de habitar a paisagem da Campanha simétrica e inversa àquela das lidas lícitas. Seu horário de trabalho é à noite, no horário em que os criadores e seus peões estão “mais recolhidos”. Na teoria do contrato domesticatório, a proteção contra a predação seria uma espécie de contrapartida humana ao trabalho que os animais lhe oferecem durante o dia (Oma, 2010; Larrère e Larrère 2010; Porcher, 2011). Também Ingold (1976, 1980), em seus trabalhos iniciais, defende que a proteção contra predadores é uma característica importante da domesticação e da transição de uma economia de caça para outra de pastoreio, conformando uma associação ecológica de características únicas em todo o mundo vivo.

Por outro lado, chama atenção que o produtor qualifique de “trabalho” a ação nociva de ladrões de gado e suínos abigeatários. A princípio, isto parece contradizer certa representação do senso comum segundo a qual o universo do crime e o universo do trabalho seriam realidades absolutamente antitéticas. De fato, os criadores possuem uma ética do trabalho bastante forte, que articulam, como vimos no capítulo anterior, a partir de elementos ligados ao vínculo entre sangue e solo, à honra pessoal, e à certa percepção fisiocrática daquele setor da Campanha como particularmente vocacionado para a ovinocultura.

Mas talvez “trabalho”, no sentido empregado por este produtor, tenha a ver com a ideia mais geral de atividade, de *task*, tal como formulado por Ingold (2000). Em outros termos, trabalho como o modo particular de cada ser se relacionar com o mundo e de incorporar seus elementos “em um padrão regular de atividade vital” (idem, p. 153). No retorno da vistoria às cevas e armadilhas de La Hire, deu-se a seguinte conversa na camionete do ICMBio, que considero elucidativa desta noção de trabalho transversal a humanos e animais:

La Hire - *É o rufus, o tal de rufus...*

Raul - *O rufus é o João-de-barro.*

Caetano - *Furnarius rufus, não é?*

La Hire – *Viu só, Márcio? Já deram até apelido¹⁰² para o João-de-barro!*

Márcio – *Mas ele merece. É engenheiro que se vira, constrói casa pra ele, trabalha com a terra...*

La Hire – *Se vira com aquilo que ele tem. Imagina se tivesse mais ferramental!*

Márcio – *E o javali trabalha com o dente.*

(Diário de campo, dezembro de 2014).

A percepção das presas do javali como lâminas possui ressonâncias interessantes com o costume de povos caçadores entenderem os atributos corporais dos animais como objetos técnicos (Fausto, 2001, 2002; Descola, 2006; Viveiros de Castro, 2011). Na Campanha, abundam exemplos destas relações. Certa feita, Tiago relatou o caso de um produtor rural que o havia procurado para dizer que avistara um lobo guará em sua propriedade. Questionado por Tiago se tinha certeza de que se tratava de um indivíduo daquela espécie, o homem teria lhe dito que sim, pois o animal estava vestido com suas “botinas vermelhas”. Manuais de caça mais antigos também são pródigos nestas analogias. Em seu tratado *La aviceptología*, publicado na Espanha em 1815, José María Cenorio (2001, p. 208) define as armas do javali como “dos colmillos en las quijadas de la parte inferior con otros dos dientes redondos en la parte superior llamados remolones”.

Também na Campanha, o hábito de o animal raspar as presas inferiores nas superiores, é compreendido em paralelo ao ato de se afiar uma faca, o que não deixa de evocar, por outro lado, o significado deste objeto na constituição do *ethos* gaúcho e fronteiriço (Leal, 1989). Nas vistorias a campo, a faca era uma companhia constante na cintura dos proprietários e *campeiros*, assim como o revólver trazido por Raul devido às suas funções de fiscalização. Em sua carta à DFPC, a Agaja descrevia o animal nos seguintes termos:

Estes animais tem presas longas e intercruzadas, o que mantém arestas afiadas e pontiagudas, tornando-as verdadeiras lâminas que o javali habitualmente usa para perfurar e dilacerar carne e ossos de oponentes em seus ataques. Além dessas presas, o javali é dotado de musculatura robusta, o que lhe confere expressiva resistência e força, bem como de uma couraça natural (sequência de camadas consolidadas e compactas de couro, cartilagem e gordura com espessura superior a 5 centímetros em machos adultos) que envolve a região anterior do tronco, recobrando a coluna vertebral, pescoço e costelas até a região lateral do peito¹⁰³.

¹⁰² Neste caso, empregado por La Hire como no espanhol *apellido*, sobrenome.

¹⁰³ Disponível em: <http://provedoraws.net/agaja/>, consultado em 31 mar. 2015.

Verdadeira máquina de guerra, portanto, cujo controle demandaria o acesso de seus combatentes a equipamento de maior envergadura:

Esta couraça é conhecida pelo termo “colete” e consegue parar projéteis de calibres como o .38 Special e +P+, .44-40, 12 com chumbo SG disparados a queima-roupa. É muito frequente abatermos animais com este colete e extrair dele, no ato da carneação, projéteis destes calibres decorrentes de disparos progressos realizados por terceiros. Via de regra, estes projéteis apresentam-se encapsulados neste colete, envoltos por fina camada de tecido devidamente cicatrizado, não mais causando dano ao javali, como na realidade nunca chegaram a causar¹⁰⁴.

Outro aspecto importante da analogia entre o javali e o ladrão de gado é a afirmação do produtor anteriormente citado sobre habitar uma “zona de abigeato”. De fato, na zona rural de Livramento, vigora uma percepção de que certas regiões do município são mais vulneráveis ao furto de reses. Não por acaso, aquelas mais próximas da divisa internacional, como as áreas conhecidas como Coxilha Negra, Espinilho e Upamaroti. Esta concepção da *linha* como atratora do abigeato se cruza, obviamente, com a questão do contrabando, dado que o furto de gado na região tem a ver com a comercialização de carne ilegal, ou *faena clandestina*, em ambos os lados da fronteira.

Marlene Spaniol (2015) registra que o abigeato é a ocorrência policial mais frequente nos municípios da fronteira brasileiro-uruguaia, respondendo a 60,16% dos crimes registrados entre 2012 e 2013 em Livramento (444 ocorrências) e 67,4% em Quaraí (122 ocorrências). Já José Luiz Bica de Mélo (2004, p. 141), afirma que por trás do que chama de “usos políticos do abigeato”, existiriam “interesses de diversos setores: dos consumidores, dos comerciantes de carne clandestina e também dos próprios proprietários dos animais”.

Neste contexto, destaca-se a tradicional desconfiança dos órgãos de vigilância sanitária quanto à mobilidade dos rebanhos para além dos limites das propriedades em que estão registrados. Recordemos que durante o seminário *Ovinos da Campanha*, o costume de fazer carneiros reprodutores circularem entre várias propriedades fora citado como um mau hábito a ser coibido. Em verdade, este é um tópico bastante sensível na relação entre inspetores veterinários e proprietários rurais, que joga luz sobre a querela envolvendo uns e outros narrada no início desta tese. Como no caso da predação, há sempre o risco de uma alegação de abigeato ocultar o extravio intencional de animais para outra propriedade, ou mesmo para o outro lado da fronteira, sem que isso seja notificado. Ao longo do chamado *corredor internacional*,

¹⁰⁴ Idem.

extenso caminho de terra que corre junto à divisa, é comum que se abaixe a cerca com o intuito de que o gado atravessasse a *linha* por conta própria.

Com efeito, neste tipo de descaminho de reses, não é o ser humano que arrebanha e conduz forçosamente o gado para fora da propriedade, mas são as próprias reses que, percebendo a possibilidade de ação (Gibson, 1979; Reed, 1988) oferecida pela cerca abaixada, efetuam por si mesmas o traslado desejado. Sob certo aspecto, portanto, o gado se torna, ele próprio, o agente do seu furto ou extravio, cabendo ao ser humano proporcionar tão somente as condições ambientais para que isso ocorra. Logo, assim como no caso dos aparatos fixos para a captura do javali, creio se tratar aqui de uma estratégia indireta negativa de relação com os animais, em contraste com aquelas mais diretas e positivas – Stoeckli (2015) diria brutas - relacionadas a outras rotinas do pastoreio extensivo, como a doma, o apartamento e a marcação.

Em verdade, em consonância com o que afirma David Anderson (2014) sobre o pastoreio de renas na zona circumpolar, acredito que as habilidades requeridas pelas lidas campeiras da pecuária sulina oscilam permanentemente entre “culturas da reciprocidade” e “culturas da dominação”. Em outros termos, quem lida com os bichos na Campanha, desenvolve saberes práticos relacionados tanto à sua doma e controle diretos, quanto ao seu manejo indireto, isto é, à manipulação das *affordances* (Gibson, 1979; Reed, 1988) do ambiente para que tal ou tal comportamento e padrão de movimentação seja favorecido. Na arquitetura de relações (Anderson, 2014) das estâncias, as cercas - *aramados* ou *alambrados* - são o exemplo mais evidente da materialização deste saber. Mas também há outros, como a disposição de cochos nos poteiros para a suplementação alimentar dos animais com sal, a construção de abrigos contra a intempérie, entre outros. Na etologia êmica da Campanha, entende-se que os animais se *aquerenciam* a determinados lugares, isto é, se acostumam e se afeiçoam a determinados locais, assim como às próprias pessoas.

Aqui, cabe uma rápida observação quanto ao papel do eucalipto na *taskscape* pecuária. Muito antes da sua expansão como monocultivo, esta espécie exótica já era empregada nas propriedades para a construção de abrigos aos animais, apartamento e delimitação dos campos, assim como reserva de madeira. Na paisagem das estâncias, é interessante notar o contraste entre o formato esguio das árvores australianas e a compleição frondosa de figueiras e umbus, frequentemente localizadas junto aos galpões e sedes.

De todo modo, trago tudo isso para ressaltar que há um *continuum* entre as habilidades requeridas pelas lidas campeiras “lícitas”, por assim dizer, e suas contrapartidas “ilícitas”, como

o furto direto positivo, ou o extravio indireto negativo, de reses para o outro lado da fronteira. Em um contexto de múltiplas tensões envolvendo proprietários e trabalhadores rurais (Bornholt, 2010; Bica de Mélo, 2009), isto faz com que os próprios peões de estância sejam encarados, muitas vezes, como ladrões de gado em potencial. Creio haver uma simetria entre esta desconfiança e aquela desenvolvida frente aos cães do pastoreio, igualmente compreendidos como predadores em potencial. Quanto a este ponto, é relevante registrar que um manual da Brigada Militar publicado em 2002 sobre “como evitar o abigeato”, assim recomendava:

Confira seus rebanhos periodicamente, em especial o de ovinos, no mínimo de 15 em 15 dias, para apurar se está sofrendo a ação de abigeatários;

Exija, quando for empregar alguém, referências, por escrito, do emprego anterior; informações da Brigada Militar e, se possível, folha corrida de antecedentes junto à Polícia Civil;

Cuidado quando despedir um empregado e o mesmo responder com frases irônicas do tipo: - Pense bem no que o senhor vai fazer...; - O senhor não deveria me despedir...; - Isso não vai ficar assim...; Nestes casos, avise a Brigada Militar, dando o nome do elemento, endereço e se possível, o motivo da dispensa. (Brigada Militar apud Bica de Mélo, 2004, p.142-143).

Em suma, a analogia entre o javali e o ladrão de gado se nutre da percepção de que ambos compartilham uma *etologia da ilicitude*, que aproxima o furto à predação, num sentido ecológico das práticas, e a feralização à traição, num sentido moral. Mas quais seriam as similitudes técnicas entre furto e predação? A propósito da sua etnografia sobre a relação entre lobos e pastores no Quirguistão, Nicolas Lescureux (2006, p. 470) aponta que, “para os olhos dos criadores (...), certos comportamentos lupinos seriam diretamente relacionados a práticas humanas”. A longa coabitação entre uns e outros teria levado a uma percepção do lobo não como objeto ou simples elemento do mundo natural, mas como “um vizinho, um competidor, e até mesmo como um predador antropófago; em suma, um *alter ego*” (idem, p. 472).

Já vimos com Descola (2002, 2005) que certo modo de identificação dos animais como pessoas, como *alter egos*, teria uma relação bastante forte com os dispositivos relacionais da caça. Seja como parceiros de dádiva no contexto circumpolar (Bird-David, 1994; Ingold, 2000), seja como inimigos “fiéis” no contexto amazônico (Fausto, 2000, 2001), humanos e animais parecem vincular-se como sujeitos simétricos sob o signo da predação em muitos contextos etnográficos nos quais a caça ganha relevância. Por outro lado, muitas interpretações

antropológicas da domesticação e - em especial, da domesticação dos animais de rebanho - tendem a assinalar o componente de assimetria subjetiva entre humanos e animais sob o signo do *domus*, cujo horizonte de realização máxima consistiria na reificação absoluta dos animais de produção na pecuária intensiva moderna, convertendo-os em objetos (Wilkie, 2010; Porcher, 2011) ou mesmo puros processos (Sordi, 2013).

No ensaio *From trust to domination*, por exemplo, Ingold (2000) argumenta que a passagem de uma economia de caça para outra de pastoreio se pautaria por uma mudança nos termos do engajamento mútuo entre humanos e animais: de um contexto baseado na confiança (*trust*), passar-se-ia para um contexto baseado na dominação (*domination*). Com efeito, o estatuto subjetivo de animais persistiria, já que objetos técnicos como o laço, o arreo, o jugo, etc., seriam índices de uma resistência às tentativas de controle por parte dos próprios animais. “Somente com o advento da pecuária industrial”, assinala Ingold (2000, p. 75), “os animais teriam sido reduzidos na prática, e não só na teoria, aos ‘meros’ objetos que os teóricos da tradição ocidental (...) sempre os supuseram ser”. De todo modo, o autor compreende haver uma espécie de redução da subjetividade dos animais no pastoreio, não mais encarados como pessoas autônomas como nas economias de caça, mas como sujeitos de um estatuto inferior, meio-termo entre as pessoas e os objetos¹⁰⁵.

Mais recentemente, entretanto, alguns autores têm levantado críticas a este modelo antitético da confiança e da dominação. David Anderson (2014), como vimos, assinala a vigência simultânea de culturas de controle e reciprocidade na relação entre humanos e renas. Kristin Oma (2010), por sua vez, acusa Ingold de negligenciar as relações de confiança entre humanos e animais que perpassam o contrato domesticatório, baseadas na convivência próxima e diária. Já John Knight (2015), levanta dúvidas quanto à própria pertinência da ideia de confiança para tratar das relações produzidas pelo dispositivo cinegético, haja vista o contato repentino e episódico entre humanos e animais envolvido nas situações de caça. De acordo com este autor, as relações de confiança a que se refere Ingold seriam estabelecidas antes como figurações genéricas do animal e seu grupo – normalmente, as entidades tutelares “donas dos animais” – do que com os animais em si, de carne e osso. Logo, faltar-lhes-ia a relação de intimidade característica da criação animal, na qual a confiança se constituiria de maneira mais tangível e concreta.

¹⁰⁵ No ensaio, Ingold (2000) relembra a distinção romana entre *Instrumentum genus vocale* (escravos) e *Instrumentum genus non vocale* (animais). A categoria jurídica de “bens semoventes” é herdeira desta classificação.

De minha parte, não acredito que o modelo da dominação proposto por Ingold (2000) esteja equivocado, muito embora concorde com as ponderações de seus críticos quanto à obnublação das relações de confiança domesticatória. Por outro lado, entendo que o conjunto de engajamentos advindos da interação com animais de rebanho não se resume às relações estabelecidas com os animais do *domus*, mas envolve as relações dos seres humanos com os predadores destes. O próprio Ingold (1980) salienta este “outro lado” da domesticação ao definir o pastoreio como relação ecológica de proteção contra a predação, e ao identificar como, em cada contexto domesticatório, as reações humanas aos predadores de rebanhos são pensadas e agenciadas.

Assim, no caso da economia de tipo *ranching*, Ingold (1980, p. 238) registra que o pecuarista extensivo (*rancher*), “uma vez confrontado com uma ameaça de predação ao seu rebanho, se empenhará em campanhas ofensivas dirigidas diretamente ao extermínio dos agentes de predação”. Ora, no mais das vezes, estas campanhas ofensivas são encaradas sob o signo da guerra, de modo que não me parece aleatório a frequência com que a expressão “guerra ao javali” é evocada na Campanha para qualificar os esforços de manejo. Mas que guerra é esta? Quem são os seus combatentes? Como ela se articula como contrapartida humana à predação pensada como furto?

De acordo com Piero Leirner (2005), o imaginário moderno da guerra confere ao inimigo um estatuto de matabilidade schmitteana¹⁰⁶, que o aproxima do não humano. Neste modelo, a guerra se torna um dispositivo de dessubjetivação, de redução a zero da intensidade subjetiva do inimigo. A guerra ameríndia, em contrapartida, teria como pressuposto a incorporação das propriedades subjetivas do inimigo e a manutenção de sua intensividade qualitativa no interior do grupo, através do dispositivo da predação familiarizante. A este respeito, Carlos Fausto (2001, 2002) relembra que há critérios na sociedade indígena para se discernir entre caça (incorporação alimentar cotidiana) e guerra (incorporação intensiva das virtudes do inimigo), muito embora esta fronteira seja tênue e sempre baseada por uma tensão agonística entre presa e predador. Já Sautchuk (2007), assinala que as relações de predação estabelecidas com o pirarucu no contexto do *lago* se pautam por certo espírito de beligerância, que subjetiva o arpoeiro de maneira muito similar ao caçador nos contextos ameríndios.

¹⁰⁶ Referência ao jurista alemão Carl Schmitt, formulador da teoria do direito penal do inimigo (*Recht des Feindes*) e do conceito de estado de exceção (*Ausnahmezustand*). A discussão de Giorgio Agamben sobre o “estado de exceção” também se baseia em uma análise das reverberações biopolíticas do legado doutrinário de Schmitt.

Não coincidentemente, em *Evolução e técnicas*, Leroi-Gourhan (1984b, p. 55) qualifica a caça, a pesca e a guerra como “formas de aquisição violenta dos seres vivos”. Assim, para fins de inteligibilidade da metáfora entre javalis e abigeatários, acredito que o furto de gado também poderia ser inserido como técnica de aquisição violenta, bastante próximo à caça, pelas perícias etológicas e ecológicas que exige, mas também à guerra, pelo componente de pilhagem que evoca.

A bem da verdade, em um sentido histórico, estas atividades não estão muito distantes umas das outras no caso da Campanha. Sua constituição como fronteira pastoril remete a um passado no qual o gado era mais caçado (*preado*) do que criado, e mesmo após a consolidação da propriedade sobre a terra e os animais, modos de apreensão positiva dos rebanhos continuaram persistindo, como a doma, a *campereada*, a marcação e o rodeio. Já sua constituição como fronteira política, forjou-se através do constante enfrentamento entre luso-brasileiros e *castelhanos* pela “posse de terra e gados” (Freitas, 1980, p. 24). Neste confronto, o abigeato e o extravio de reses era um dos dispositivos bélicos mais frequentes, como bem relata Saint-Hillaire em várias passagens de sua *Viagem ao Rio Grande do Sul* (2002, p. 102):

Os portugueses, após a guerra, tomaram dos espanhóis um número considerável de animais; são acusados por estes de terem iniciado estes roubos, antes mesmo de começadas as hostilidades. Por seu turno, os portugueses acusam os espanhóis de terem sido os primeiros a dar exemplo desses furtos (...). Segundo o caráter bem conhecido dos gaúchos, é lícito crer que, logo proclamada a independência, aproveitaram eles os primeiros momentos de desordem a fim de pilhar o gado nas estâncias dos portugueses e que estes, por sua vez, também o roubavam das estâncias espanholas.

Assim, na história técnica e social do Pampa, as *taskscape*s pastoril e política se confundem. É difícil dissociá-las, quanto mais os limites técnicos entre guerra, preia e furto. Como bem aponta José Pedro Barrán (2012) em sua *Historia de la sensibilidad en Uruguay*, os mesmos meios empregados pela pecuária tradicional da Campanha – a faca, o laço, a boleadeira¹⁰⁷, a garrocha, etc. – também serviram, classicamente, para fazer a guerra. E a guerra, como vimos, sempre teve na região um componente de roubo, de extravio, de pilhagem¹⁰⁸.

¹⁰⁷ A boleadeira constitui um caso interessante por ser um instrumento originalmente empregado na caça e na guerra indígenas, e posteriormente apropriado pela pecuária nas lidas pastoris.

¹⁰⁸ No furto de ovelhas e reses, é frequente que se deixem apenas as cabeças dos animais, como desafio ao proprietário. Nos levantes armados do século XIX e início do século XX, a degola dos inimigos, abatidos à maneira dos animais, era um expediente usual de punição ostensiva. Dante de Moraes (1959, p. 144), por outro lado, nota que antes do cercamento dos campos, “matar e comer a rês alheia” era prática relativamente tolerada, tornando-se “abigeato” a partir do momento em que as relações de propriedade sobre a terra se sobrepuseram ao anterior modelo de errância pastoril.

Destarte, não é por pura coincidência que as reações sociais ao javali na região se desdobrem em um idioma da beligerância, um idioma da guerra. Como vimos na fala de Márcio, as presas do javali são entendidas como suas armas: “ele trabalha com o dente”. Para a imprensa local, a sociedade declara “guerra ao javali” (*A Plateia*, 13/12/2013). A estadual, por sua vez, afirma que o dano causado pelos javalis “é pior que o abigeato”, e que os caçadores, como bravos soldados, não hesitam em se colocar “frente a frente com o predador” (*Zero Hora*, 28/09/2014). A uma forma de aquisição violenta, opõe-se outra forma de aquisição violenta. Por meio da caça, homem e javali se quitam. Como espólio, ademais, pode-se consumir a sua carne, com todas as reverberações de uma “predação familiarizante” da sua potência ameaçadora, no sentido proposto por Carlos Fausto (2001, 2002) e outros etnólogos amazonistas (Bechelany, 2012).

3.3 – Seguindo a metáfora II: a *linha* e seus entes *doble chapa*

Afirmo anteriormente que a categoria de “trabalho” aplicada à predação e ao abigeato não causa estranheza se entendida como atividade (*task*), isto é, como maneira de cada ser se relacionar com o meio, seus elementos e suas possibilidades de ação. Outra forma de compreendê-la remete ao próprio entendimento local do contrabando, nem sempre declinado no pejorativo. A respeito de sua efetivação na fronteira meridional, Adriana Dorfman (2007, 2009) descreve o descaminho alfandegário como uma prática que se articula em várias escalas, tanto geográficas quanto de legitimação. Segundo a autora, o próprio uso do termo contrabando para qualificá-lo já seria indicativo de não pertencimento ao *ethos* fronteiriço, uma vez que esta designação manifestaria “parâmetros extralocais de legalidade, trazendo em si uma condenação velada” (2009, p. 82).

Nos municípios da divisa brasileiro-uruguaia, o contrabando é uma atividade “disseminada e normalizada” (*idem, ibidem*), constituinte da sua tessitura econômica e social. Segundo Dorfman (2009), essa normalização se efetiva tanto como estratégia de abastecimento cotidiano, quanto como alternativa de ocupação e geração de renda. Em Livramento-Rivera, a presença do descaminho é de fato muito marcante, embora seja preciso desenvolver certa “educação da atenção” (Ingold, 2000) para conseguir notar seus indícios na paisagem. De acordo com Dorfman (2007, p. 83): “apesar de o contrabando ser totalmente legítimo, isso não quer dizer que possa ser comentado de qualquer forma e em qualquer situação, menos ainda com aqueles que não fazem parte desta rede comercial de caráter ilegal”.

Logo, aqueles que o praticam precisam desenvolver um *savoir passer* (Dorfman, 2008), isto é, habilidades de dissimulação que revestem o descaminho alfandegário com as cores de deslocamentos triviais. É preciso conhecer os locais mais e menos permeáveis da linha divisória, assim como os momentos do dia mais propícios para fazer com que as coisas contrabandeadas cheguem com segurança ao outro lado da fronteira. A seguir, reproduzo um trecho do diário de campo em que relato, para o meu próprio caso, como se deu este aprendizado perceptivo da presença do contrabando, a partir de um deslocamento acidental para longe do centro da conurbação internacional:

Durante a manhã, percorri a [Avenida] Tamandaré na direção oeste, até encontrar a via que corre rente à *linha*. Aparentemente, este é o epicentro da atividade contrabandista, e uma paisagem bastante distinta daquela existente em torno do Parque Internacional, para onde conflui o comércio de *free shops*. Ao longo do canteiro central da avenida, entre um marco fronteiro e outro, é possível identificar vários “módulos” – assim os denominarei na falta de um termo melhor -, que se repetem com incrível regularidade até o fim da cidade e o início da zona periurbana. Estes “módulos” são estruturados a partir de uma mesa desmontável, sobre a qual se dispõem apetrechos para mate e as mercadorias a serem vendidas. Na maior parte, cigarros, mas também eletrônicos, cosméticos, *lingeries* e outras bugigangas. Junto às mesas, há sempre estacionado um veículo, que pode ser uma bicicleta ou uma moto, mas também uma carroça ou mesmo um cavalo já selado para o leva e traz. Além disso, há um intenso fluxo de motocicletas e bicicletas cruzando a avenida de um lado para o outro, muitas delas carregadas de sacolas até o ponto do desequilíbrio iminente, o que denota a incorporação de habilidades motoras muito refinadas para o exercício do contrabando. Destaque para as motos e bicicletas adaptadas para o frete de botijões de gás, verdadeiras obras primas de serralheria. Operando os “módulos”, há homens e mulheres de todas as idades, mas principalmente mulheres de meia idade, acompanhadas de crianças e cachorros. Nota-se, ademais, a presença de muitas lojas de autopeças do lado uruguaio. Seguramente aquelas em que, como afirmam todos por aqui, é possível comprar e instalar um pneu por preço muito mais em conta que no Brasil, com o bônus de uma “raspadinha” na borracha para despistar a atenção da Polícia Federal (Diário de Campo, maio de 2015).

Creio que poderíamos considerar a tributação e o controle alfandegário como uma forma de domesticação estatal destas mercadorias, dispositivos que visam incluí-las no escopo da legalidade. Por outro lado, pelo que relata Dorfman (2007, 2009), o contrabando é encarado na fronteira como uma técnica vernacular de internalização e domesticação destes mesmos bens à margem e mesmo *contra* o Estado, por parte das pessoas comuns. Assim, se do ponto de vista do Estado se visa *esconjurar* a potência ilícita das mercadorias, do ponto de vista de quem o pratica, o pequeno contrabando envolve técnicas de *conjurar* esta potência em prol do seu *domus*, sua unidade familiar. É relevante, neste sentido, que outra metáfora animal seja acionada para este caso: a da formiga, com cujo padrão pendular de movimentação incessante o leva e traz dos pequenos contrabandistas é comparado.

Esta prevalência do contrabando como atividade de subsistência nas cidades da *linha se* relaciona, ademais, às mutações socioeconômicas da região descritas no capítulo anterior. Por muito tempo, a pujança econômica de Livramento/Rivera sustentou-se exatamente por sua condição fronteiriça, haja vista a conexão do parque frigorífico e laneiro com as malhas rodoferroviárias dos dois países. Durante a ditadura militar, entretanto, as zonas fronteiriças brasileiras acabaram sendo alvo de uma série de restrições que dificultaram seu desenvolvimento, devido à sua definição como zona de segurança nacional. A partir dos anos 1990, a instalação dos *free shops* nas metades uruguaias das cidades-gêmeas (mapa 6) dinamizou muito o setor de serviços de ambos os lados da *linha*, muito embora vigore entre os locais uma percepção de que há assimetrias estruturais entre as municipalidades. Basta notar, neste sentido, que Rivera é muito mais importante econômica e politicamente para o Uruguai do que Livramento para o Brasil e até mesmo para o Rio Grande do Sul (ver apêndice 2).



Mapa 6: Linha de fronteira Brasil/Uruguai com suas cidades-gêmeas assinaladas. Elaboração cartográfica: Ciência em Mapas, Victor Ricardini.

De acordo com Marco, quando a economia brasileira vai bem, Livramento vai mal, já que o Real se fortalece e o comércio se translada todo para Rivera. Inversamente, quando o Real se desvaloriza, Livramento se recupera, e aí é Rivera que passa a sofrer as agruras do Peso valorizado. Ambas as moedas são aceitas na maior parte dos estabelecimentos comerciais, de maneira que é comum pagar uma conta em uma e receber o troco na outra. Na prática, nem poderia ser de outro modo, já que os habitantes de Rivera e Livramento cruzam a fronteira o tempo todo, o dia inteiro. A simbiose entre as municipalidades é de tal monta, que muitos autores as consideram uma mesma cidade, dividida entre duas soberanias (Pebayle, 1971; Dorfman, 2009). Para as autoridades, torna-se complicado, para não dizer impossível, manter a fronteira entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, fazendo com que entre em cena “a discricionariedade, a convivência, a conivência e a caridade” (Dorfman; De Bem, 2008, p. 42).
Ato contínuo:

A honra do aduaneiro é testada constantemente, pois se ele coíbe o contrabando pequeno é visto como um insensível aliado das lógicas externas, do Estado-nação; se confisca grandes cargas é pressionado pelos influentes do lugar. Se, por outro lado, ele facilita o contrabando volumoso, é considerado hipócrita, por receber um salário por uma função que não exerce (idem, ibidem).

“Hecha la ley, hecha la trampa” foi uma expressão que ouvi algumas vezes durante o trabalho de campo na zona urbana do município. A categoria de *trampa*, tal como empregada e positivada em Livramento/Rivera, cruza-se com os modos locais de se apropriar das potências e se manejar as circunstâncias engendradas pela presença cotidiana da *linha*. Em outros termos, é reveladora dos modos pelos quais os sujeitos estabelecem estratégias que os facultam a acessar bens e serviços disponíveis dos dois lados da fronteira. O duplo emplacamento de automóveis, frequente até algumas décadas atrás, é emblemático desse tipo de situação, de tal maneira que se tornou a metáfora mais corrente para se referir ao pertencimento dúplice de pessoas e objetos, isto é, a condição de *doble chapa*.

O *continuum* prático entre atividades lícitas e ilícitas também se faz notar na percepção sobre os riscos envolvidos na atividade de cinegética. Tal como o abigeato, entende-se que a caça de animais silvestres é um dos principais meios de abastecimento da *faena clandestina* dos dois lados da fronteira. Raul e Eridiane comentaram muitas vezes que um dos principais problemas enfrentados em seu cotidiano fiscalizatório era a caça de *capinchos* ou capivaras,

espécie bastante apreciada na Campanha como carne eventual¹⁰⁹. Em abril de 2015, a partir de uma denúncia anônima, a Brigada Militar capturara onze capivaras mortas no interior da UC, cujas carcaças acabaram sendo descartadas. Questionados pelo jornal *A Plateia*, os abatedores dos animais alegaram saber quem os havia entregado, e afirmaram que denunciariam supostos delitos cometidos pelo delator à título de retaliação. À parte da verdade ou do blefe contidos nestas alegações dos caçadores, elas sugerem que a caça clandestina se articula como rede na região, o que é corroborado pela observação de Raul de que “sempre os mesmos” são pegos nas operações de fiscalização ambiental.

Neste contexto, a *faena clandestina* figura como nó que entrelaça as cadeias associadas da caça ilegal e do abigeato. Durante uma conversa sobre o tema, um criador sediado próximo à linha divisória me explicou por que tinha receio em deixar que desconhecidos caçassem em sua propriedade. Para ilustrar sua preocupação, pediu que eu imaginasse a seguinte situação: três homens chegavam à estância para caçar javalis acompanhados de cachorros. Ao final do dia, nenhum suíno era localizado, mas, por outro lado, um dos cães se perdia do grupo e acabava atacando uma ovelha. “O que tu acha que eles fariam”, perguntou-me o homem, dando a entender que os caçadores não gostariam de “voltar pra casa com as mãos abanando”.

Segundo Raul, o aparecimento do javali na APA fizera com que a *Jagdfieber* dos caçadores furtivos se deslocasse da capivara para os suínos ferais, o que, sob certo aspecto, teria até “aliviado seu lado” no tocante à proteção dos *capinchos*¹¹⁰. De qualquer forma, os problemas envolvendo a *faena clandestina* persistiriam, uma que a IN 03/2013 proíbe o transporte e a comercialização das carcaças dos javalis. A reincidência também contribuiria para que o combate à caça ilegal fosse uma espécie de trabalho de sísifo na UC. Isto porque, no mais das vezes, os autuados arrecadariam o dinheiro da multa ambiental vendendo mais peças de caça para os açougues clandestinos. Nas conversas que mantive com várias pessoas da zona urbana de Livramento/Rivera, a menção a indivíduos e estabelecimentos que vendiam carne de javali ou de *capincho* era deveras recorrente e de certo modo normalizada, à parte da consciência de sua ilegalidade.

¹⁰⁹ As demais infrações mais recorrentes eram a pesca irregular, a extração mineral sem carta de lavra (ágatas, principalmente) e o despejo de produtos químicos no ambiente.

¹¹⁰ Em consonância com esta percepção de Raul, Desbiez et al. (2011) argumentam que a caça tradicional ao porco-monteiro do Pantanal auxilia na preservação de espécies nativas como a queixada e o porco-cateto ou catitu, ao desviar o desejo cinegético da população local para a espécie introduzida.

Neste sentido, havia uma concepção mais ou menos geral de que linguíça, naquela região, “podia conter de tudo”, como certa vez afirmou-me uma lojista da metade uruguaia. Já o dono de uma pousada onde eu frequentemente ficava, contou-me a história de um sujeito que deixara o comércio de capivaras para se dedicar exclusivamente ao comércio de javalis. Também relatou o *causo* de um morador de Rosário do Sul que, segundo boatos, mantinha um javaporco amarrado em pleno quintal, engordando-o para ser abatido. Nesta mesma lógica, um pequeno pecuarista dos Campos de Cima da Serra, região do estado bastante similar à Campanha devido ao seu histórico de ocupação pastoril, relatou que, no passado, era bastante comum o *aquerenciamento* de porcos do mato através da disposição de armadilhas alimentares no interior de encerras. Este é um sistema de semicriação muito similar ao desenvolvido na Melanésia (Lemonnier, 2006b) e também àquele descrito por Sússekind (2014) a respeito do porco-monteiro do Pantanal. Sob outro aspecto, também se assemelha aos métodos de manejo recomendados pelo ICMBio, igualmente baseados na familiarização dos animais com engodos alimentares.

Todavia, as semelhanças entre estas técnicas de *aquerenciamento* nativo e os métodos de manejo preconizados por gestores ambientais esbarram quanto às suas finalidades. Para muitos habitantes da zona rural, a atração de porcos selvagens para dentro das propriedades tem como objetivo não só a sua engorda, mas, justamente, a promoção do encontro sexual entre *cachaços* e porcas domésticas. Acredita-se, neste sentido, que o “sangue selvagem” dos javalis possa infundir certas propriedades fortificantes nos leitões advindos deste encontro.

Assim, em paralelo aos esforços de controle cinegético do animal, as autoridades locais buscam coibir estas práticas vernaculares de hibridização entre lotes selvagens e domésticos. Em maio de 2015, fiscais do Ibama de Bagé flagraram uma criação clandestina de javalis em uma granja da cidade de Dom Petrito, resultando na captura de dez leitões. O ICMBio, por sua vez, lançara em 2014 uma campanha denominada “Javali no Pampa: não faça parte deste problema”. A iniciativa visava esclarecer os criadores da APA sobre os riscos e a ilegalidade da hibridização, exortando-os a manterem seus suínos confinados.

Ainda sobre este tema, creio que cabe mencionar uma conversa de que participei no escritório da UC, em julho de 2014. Além de Raul e Eridiane, participava deste diálogo a Dra. Virgínia Silva, parceira do projeto de manejo local e responsável pelo plano de vigilância sanitária de suídeos asselvajados da Embrapa. Entre outros pontos, discutíamos os detalhes de uma saída a campo que ocorreria nos dias seguintes, com o objetivo de realizar exames e

coletas, além da instalação de uma coleira telemétrica emprestada pela Embrapa Pantanal em um dos animais¹¹¹.

Como havia chovido muito, a expedição estava condicionada ao estado das estradas do interior da APA, assim como à sorte dos abatedores. Em outras palavras, era preciso que um bom número de javalis e javaporcos tivessem adentrado a jaula-curral construída na estância para capturá-los. Caso contrário, o plano alternativo era instalar o colar telemétrico em uma javaporca previamente capturada pelo proprietário e seus peões, liberando-a no mato. No entanto, esta não parecia ser a alternativa que mais entusiasmava meus interlocutores, pois depois de tanto tempo confinada, a javaporca poderia estar demasiadamente *aquerenciada*, e talvez tivesse dificuldade em se juntar a uma vara feral. De todo modo, era preciso dar uma destinação ao animal, já que havia sido capturada e estava sendo mantida até então com o intuito de servir de isca sexual para os temíveis *cachaços*.

Eridiane então brincou que, em suas investidas, o *cachaço* chegaria prometendo à fêmea doméstica “um mundo de liberdade e aventuras”, galanteando-a. Virgínia complementou no mesmo espírito jocoso, afirmando que “pior ainda é quando o próprio dono da porca deixa isso acontecer, porque quer ver os filhotes todos listradinhos”. Por fim, Raul, lembrou que além de comida farta e porcas domésticas, o caráter notívago dos *cachaços* era corroborado por sua atração pelo odor de cachaça e óleo diesel, elementos algumas vezes empregados nas armadilhas de captura.

Cruzando a barreira das espécies, a noite é percebida como problemática pelos pecuaristas não somente devido à ação predatória e furtiva de javalis e abigeatários, mas também no que concerne às suas relações de disciplina e confiança com a mão de obra. Já mencionei as reservas de Zeca quanto à contratação de funcionários solteiros, assim como as observações de Raul sobre a importância do ônibus escolar nas estratégias laborais dos próprios peões e suas famílias. Entre muitos criadores, entende-se que a presença da família na estância doméstica o *campeiro*, tornando-o *aquerenciado* e menos propenso à impetuosidade. A questão do alcoolismo, naturalmente, entrecruza-se com estas preocupações, pois a bebida é encarada como algo que pode desviá-lo do prumo correto. Entre os proprietários, teme-se a circulação de “gente estranha” dentro da propriedade, assim como o envolvimento da sua força de trabalho

¹¹¹ A IN 03/2013 autoriza explicitamente este tipo de procedimento.

em *entreveros* violentos e desnecessários. Não é preciso mencionar o quanto isso se associa, no limite, a ideia de uma continuidade técnica entre lidas pastoris, abigeato e caça ilegal.

Por fim, antes de passarmos para a análise de como tudo isso influi sobre as escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo, creio ser necessário pontuar uma diferença que considero importante em relação ao caso aqui estudado em contraste com o que registram outros trabalhos sobre reações sociais à EEIs ao redor do mundo. Via de regra, autores de origem anglo-saxônica salientam o quanto processos de bioinvasão tornam-se “bons para odiar” coletividades humanas com as quais os organismos exóticos são comparados, normalmente imigrantes e vizinhos de outros grupos étnicos e nacionais.

Este é o caso, por exemplo, da África do Sul, onde, segundo Peretti (1998), haveria uma proporção muito grande de biólogos das invasões em comparação com a comunidade científica de outros países. De acordo com o autor, isto seria sintomático do legado do *Apartheid* e seu gabarito de inteligibilidade racalista. Também em relação ao contexto sul-africano, Jean e John Comaroff (2001) defendem que a comoção pública com o problema das espécies exóticas neste país teria afinidades com as ansiedades geradas pelo fim do regime segregacionista, sobretudo aquelas decorrentes do crescente ingresso de imigrantes estrangeiros. Já na Nova Zelândia, Potts (2009) registra a vigência de metáforas xenófobas para se referir ao gambá-australiano, ao passo que, nos Estados Unidos, o modo de vida das abelhas africanas suscitou analogias raciais nada amigáveis ao longo dos anos 1990 (Tsing, 1995). Por fim, Coates (2011) relembra que muitos animais norte-americanos introduzidos na Grã-Bretanha eram referidos pela expressão “oversexed and over here”, também aplicada ao comportamento das tropas estadunidenses estacionadas na ilha durante a guerra.

Tudo leva a crer que este modelo xenófobo não se aplica ao caso local do javali. Com efeito, pelo que narrei até aqui, sua presença não parece suscitar metáforas de pertencimento nacional ou étnico. A princípio, isto poderia parecer contrassensual, já que se trata de uma zona de fronteira, constituída e delimitada ao longo de três séculos de confrontos militares envolvendo “a posse de terra e gados” (Freitas, 1980, p. 24). Entretanto, me parece que é justamente esta proeminência do gado na região platina o que coloca em marcha outro conjunto de metáforas para se referir o javali, de ordem mais *criminal* do que propriamente *étnico-nacional*. De fato, é com o *abigeatário* – e não com o *estrangeiro* – que o javali é comparado na Campanha brasileira e também na uruguaia, o que diz muito sobre a vigência de uma sociabilidade transfronteiriça modulada pela pecuária e o pastoreio.

3.4 – Negociar a captura: questões preliminares

Por tudo que foi dito até agora, creio que já é possível ter alguma ideia de como esta configuração contextual complexa, baseada na territorialização fronteiriça da Campanha, faz com que as estratégias de manejo oficial do javali na APA do Ibirapuitã levem em conta dimensões que vão além da sua eficácia mais imediata. Outra dimensão levada em conta por gestores estatais e seus aliados e ainda não citada aqui, é o estado da arte do controle do *Sus scrofa* no Uruguai, muito mais antigo de um ponto de vista legal e organizado em torno de um caráter desportivo bastante acentuado. Em algumas cidades do país vizinho, organizam-se festivais de caça ao javali que duram vários dias, contando com a presença de caçadores, suas famílias, amigos e cães. Estes eventos se incluem no calendário turístico do próprio governo uruguaio, que os insere em suas estratégias de promoção do país.

Um simples passeio pelo centro comercial de Rivera já explicita estas diferenças entre os dois países, como pude notar logo no início da etnografia. A seguir, reproduzo um trecho um tanto longo do diário de campo, mas que considero relevante reproduzir em sua integralidade:

Ao longo do percurso [pelas ruas de Livramento], Raul contou-me um pouco sobre a natureza do seu trabalho, o impacto do *Sus scrofa* na região e traçou algumas considerações sobre como aquele setor da fronteira, que, por ser predominantemente seco, era propício para trocas e invasões biológicas de toda sorte. A fim de introduzir o tema da caça, contei da minha experiência com caçadores andaluzes, frente à qual Raul delimitou alguns comentários sobre a ineficácia de se caçar javalis “*a perro y cuchillo*, como os uruguaiois”. Isto porque, se o objetivo dos abates era mesmo o controle populacional de javalis e javaporcos, valeria muito mais a pena centrar-se nas fêmeas e filhotes do que nos grandes machos solitários ou *cachaços*. Pelo seu impacto demográfico, “uma fêmea vale por mil machos”, disse. Na APA do Ibirapuitã, portanto, o ICMBio estaria incentivando o manejo através da construção de jaulas-currais, mais eficientes na captura de varas inteiras.

Aproveitei a deixa e perguntei a Raul o que era caçar *a perro y cuchillo*. Ele respondeu, então, se tratar de um tipo muito singular de aventura cinegética, que eu já havia conhecido na Espanha como uma modalidade específica de *caza mayor*. Como na *montería* espanhola, a caça a *perro y cuchillo* dos uruguaiois consistiria em uma perseguição aos ditos *cachaços* em campo aberto, com o auxílio de cães treinados. Acossado nas zonas de mata de encosta ou galeria, o suíno travaria uma luta de vida e morte com as matilhas, que se encarregariam de imobilizá-lo até a chegada dos abatedores. A cavalo ou a pé, estes últimos se aproximariam do animal encurralado e desfeririam golpes de faca ou lança em seu dorso, completando o trabalho. Tratar-se-ia, segundo Raul, de uma prática bastante comum no país vizinho, onde a cultura de caça ao javali era mais bem desenvolvida que deste lado da linha fronteiriça.

Cabe notar que, do lugar onde estávamos, conseguíamos divisar a *linha* bem próxima de nós, no final da rua onde estávamos parados. Posteriormente, reparei que a poucas quadras dali, em meio ao núcleo comercial de Rivera, dispunham-se várias lojas de caça e pesca, numa das quais a porta de entrada era adornada por duas expressivas cabeças empalhadas de javali. Neste estabelecimento, colocava-se à venda uma

imensa pletora de instrumentos cinegéticos, como espingardas, revólveres, cartuchos, lanternas, barracas, facas de todo tipo e de todos os tamanhos; assim como bonés, chapéus, coletes em estilo “safári”, bússolas, fogareiros e impermeáveis; botas de plástico, borracha e couro. Ao transpor uma pequena porta, localizada ao lado do balcão principal, o visitante era inserido em outro universo de objetos, marcados pela tônica *campeira* e *gauchesca*. Neste departamento contíguo, eram vendidas boinas, palas, *ponchos*, chapéus, mantas, meias e coletes; tudo de lã, algodão, feltro ou couro; bem como cuias e bombas para chimarrão, *mateiras*, alpargatas, facas e outros utensílios produzidos com cabo de osso. No primeiro ambiente, o atendimento era feito por um homem. No segundo, por uma mulher (diário de campo, maio de 2014).

Considero significativo o fato de Raul ter mencionado a caça *a perro y cuchillo*, assim como sua preferência por jaulas e outros aparatos fixos, logo em um de nossos primeiros encontros. Ao longo da pesquisa fui percebendo que tais métodos diretos e positivos de perseguição dos animais, com uso de armas brancas ou armas de fogo, não eram exclusividade dos caçadores uruguaios, e, por se tratar de uma fronteira seca, tampouco uma exclusividade de caçadores uruguaios *em território uruaio*. Muitos o faziam em ambos os países, da mesma forma que caçadores oriundos de outras partes do Rio Grande do Sul, também entusiastas da caça de perseguição e agarre¹¹².

Quanto a isso, cabe notar que a cultura de caça desportiva do norte e nordeste do estado sempre foi mais estruturada que a da Campanha, também do ponto de vista do associativismo. Em grande parte, isto se funde com certa mítica do colono italiano no Rio Grande do Sul – ou *gringo* – como pioneiro, sendo a caça uma espécie de sobrevivência lúdica da época em que as matas da encosta gaúcha ainda estavam sendo desbravadas pelos imigrantes. Dedicada, sobretudo, à apreensão de aves como perdizes e marrecos, esta cultura cinegética do norte do estado possui inúmeros vínculos com aquela do Uruguai e da Argentina, fazendo da Campanha uma zona de contato e intercâmbio entre ambas.

De qualquer forma, isto não quer dizer que a caça seja uma atividade estranha à *taskscape* da própria Campanha e seus habitantes, cujas lidas *pastoris* sempre conviveram com lidas cinegéticas secundárias. Já tratamos do apetite local por carne de tatu e *capincho*. Também já abordamos a questão da defesa dos rebanhos contra predadores como cães ferais, “carniceiros das matas” e, mais recentemente, javalis. Outros usos domésticos da caça na região se articulam com a produção de artefatos tradicionais, como cabos de faca, instrumentos musicais, amuletos, objetos de decoração e espanadores (a partir de plumas de ema, por exemplo), entre outros

¹¹² Da mesma maneira que em outras regiões do Brasil. Alguns dos abates divulgados pela rede *Aqui tem javali* são feitos com o uso de zagaias.

exemplos. Da mesma maneira, há todo um folclore de estórias envolvendo bichos silvestres e sua caça, muitas delas cômicas e baseadas nas trapaças mútuas infligidas por presas e caçadores¹¹³.

Em linhas gerais, a caça de subsistência na Campanha poderia se organizar em dois registros distintos, que coincidem com a distinção comestível/não-comestível: de um lado, a proteção de rebanhos, que incide sobre carnívoros silvestres como *sorros* e cachorros asselvajados; de outro, a captura de bichos como o tatu-mulita, a capivara e a ema, tendo em vista seu aproveitamento alimentar ou pela manufatura doméstica. Os primeiros não são comestíveis, já que sua carne tem certo *ranço* próprio de animais que se alimentam de outros animais¹¹⁴. Da mesma maneira, os cães ferais são incluídos no escopo do canibalismo metafórico, e sequer se imagina a possibilidade de comê-los. Mais uma vez, o javali aparece como um caso híbrido entre os dois registros, já que é tanto um predador do rebanho, quanto um bicho comestível, sobre o qual não incide o tabu alimentar¹¹⁵.

A esta altura, creio que cabe pontuar uma questão classificatória importante, da qual tratei apenas lateralmente até aqui. De fato, o que configura a caça *como caça*? Já vimos que, para Leroi-Gourhan (1984b, p. 55), esta atividade alinha-se com a pesca e guerra dentro do que chama de “formas de aquisição violenta”. No inventário técnico que sucede a esta definição, o autor classifica “o ato de apanhar seres vivos para os matar” a partir dos seus processos (com armas, com armadilhas, com auxílio de outros animais, etc.) e instrumentos (isca, rede, fosso, cão, laçada, etc.), bem como dos objetos a que se direcionam (animais aquáticos, terrestres, o próprio homem no caso da guerra, etc.). Todavia, Leroi-Gourhan não abre espaço neste recorrido para uma discussão das motivações ou dos sentidos da caça em cada contexto cultural, e nem poderia ser de outro modo, já que, em *Evolução e técnicas*, seu interesse se dirige prioritariamente para as ações sobre a matéria e o jogo de limitações (*contraintes*) envolvido na dialética entre tendência e fato.

Uma discussão sobre os sentidos culturais da caça, obviamente, perpassa o lugar desta atividade na cosmologia dos povos que a praticam como forma de subsistência (Fausto, 2001, 2002; Viveiros de Castro, 2011; Bird-David, 1994; Ingold, 2000). No ocidente moderno,

¹¹³ Algumas dessas histórias inspiraram Simões Lopes Neto (1973) a escrever os *Causos do Romualdo*, personagem que estabelece uma espécie de contraponto cômico ao mito do “centauro dos pampas”.

¹¹⁴ A ideia de *ranço* aproxima-se da categoria de *reima* em outras partes do Brasil, estudada por Woortman (2008). Tratarei melhor deste ponto no próximo capítulo.

¹¹⁵ Sobre a caça como estratégia de subsistência entre populações rurais brasileiras, ver Cândido (2010) e Fernandez et al. (2016).

entretanto, esta discussão é em grande medida pautada pela vigência, em suas sociedades, da caça como atividade lúdica ou ritual, ou seja, liberada de seus fins de subsistência mais imediatos. Evidentemente, é preciso fazer uma ressalva quanto ao possível etnocentrismo contido nesta noção de subsistência como baliza entre o tradicional e o moderno. Como bem discutem Sahlins (2007), Godelier (2011), Ingold (2000) e outros, é um equívoco encarar o caçador “primitivo” como forrageiro ótimo, movido tão somente pela satisfação de suas necessidades alimentares.

De todo modo, não deixa de ser uma questão intrigante, de um ponto de vista antropológico, a permanência da caça em sociedades cujo abastecimento proteico provém em sua quase totalidade de relações de domesticação, cada vez mais intensivas e delegadas para sistemas sociotécnicos complexos (Vialles, 1987; Bulliet, 2005; Sordi, 2013a, 2013b). Ao contrário de outros tipos de agenciamento da morte dos animais nas sociedades modernas, a caça desportiva envolve a uma fruição das cadeias operatórias do ato de matar *per se*, o que nos remete, necessariamente, à questão de que subjetivações estas cadeias proporcionam, como dispositivos, para quem as pratica. No que se segue, portanto, procurarei descrever sob esta óptica as escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo do javali na APA do Ibirapuitã, bem como as negociações entabuladas por seus agentes entre as dimensões conceituadas por Garry Marvin (2010a) como *projeto* e *processo* cinegético.

Por *projeto cinegético*, Marvin entende a *finalidade* do ato de caçar, o que muito raramente se reduz à morte do animal e tão somente a isto. Ao contrário, inspirando-se em farta literatura êmica sobre caça desportiva (Ortega y Gasset 2007, acima de tudo), o autor enquadra aqui todo o amplo rol de aspectos éticos, políticos e morais envolvidos no ato cinegético. Em seu prefácio ao manual de *caza mayor* do Conde de Yebes, Ortega y Gasset (2007) argumenta que um dos atrativos da caça para quem a pratica é justamente o fato de ser problemática e ambígua, incitando o homem moderno a deparar-se com contradições viscerais sobre a vida e a morte, o sofrimento e a misericórdia, o risco e a segurança, raramente encontrados no conforto de sua vida urbana e domesticada¹¹⁶. Mais do que isso, Marvin busca suprir o déficit etnográfico que ele mesmo reconhece haver sobre “as relações particulares entre humanos e animais que constituem este evento e criam o seu sentido cultural para os participantes” (Marvin, 2007, p. 340). Em outras palavras, a dimensão do projeto responderia a questão de *por que* se caça, ao passo que a dimensão do *processo* responderia a pergunta de *como* se caça. Neste segundo

¹¹⁶ Argumento semelhante ao desenvolvido por Francis Wolff (2010) a respeito do sentido cultural da tauromaquia.

registro, estariam contidas todas as formas, etnograficamente apreensíveis, de como os caçadores se orientam técnica, operacional e sensorialmente em relação ao animal visado e o ambiente ao redor.

Pergunta-se: que habilidades sensoriais e motoras são requeridas em cada modalidade de caça? Qual o papel delegado aos cães, cavalos e outros animais empregados nas caçadas? Qual o tipo de interação e colaboração exercido entre estes bichos e seus companheiros humanos? Como se dá a relação entre as capacidades perceptivas da presa, interessada em escapar, e as do caçador e seus animais, interessados em capturá-la? Como o ambiente e seus elementos são apreendidos e mobilizados por todos os agentes intencionais envolvidos na faina venatória? O que acontece antes e depois de se partir para a caçada? Qual a relação entre eficácia técnica e simbólica implicada nas cadeias operatórias desencadeadas numa caçada?

Assim, num contexto de caça defensiva ou de controle populacional, tem-se como *projeto* a defesa de rebanhos e lavouras ou o manejo de uma determinada espécie, de maneira que os meios de captura e abate (isto é, os *processos* desencadeados) são estruturados a partir da boa consecução deste fim. No entanto, a questão muda de figura em contextos de caça desportiva ou ritual, nos quais o que move a caçada é o aproveitamento do processo cinegético em si. Evocando uma célebre afirmação de Ortega y Gasset (2007) para ilustrar o seu ponto, Marvin afirma que na caçada desportiva não se caça para matar, mas, ao contrário, se mata por haver caçado. Acredito que esta seja uma dimensão bastante importante das negociações travadas no contexto da rede de manejo, já que há uma tensão constante entre foco no *projeto* e foco no *processo*, emicamente plasmada na distinção difusa entre *caça* e *controle populacional*.

3.5 – Tecer e animar a rede: confiança e negociações

Na manhã de 17 de dezembro de 2014, o ICMBio organizou uma cerimônia solene na Câmara Municipal de Livramento, destinada a homenagear alguns indivíduos que, ao longo daquele ano, haviam contribuído para os esforços de controle do javali na APA do Ibirapuitã. Esta cerimônia denotava a importância da questão do *Sus scrofa* para os gestores da área, já que se tratava do tema selecionado para celebrar publicamente o dia nacional do Pampa no âmbito da única UC federal deste bioma. Ao todo, foram homenageadas dezesseis pessoas, entre proprietários rurais, atiradores voluntários e representantes de outras instituições. Segundo Raul

e Eridiane, o principal objetivo da cerimônia era fazer com que os membros da rede se sentissem prestigiados pelo poder público, de modo a mantê-los engajados e envolvidos no projeto.

Até então, o ICMBio havia emitido quinze licenças de controle cinegético do javali para o interior da UC, e, segundo a contagem dos gestores, teriam sido reportados ao longo daquele ano 127 abates, dentre os quais 74 fêmeas, 46 machos e sete indivíduos de sexo desconhecido. Obviamente, o número total de animais derrubados deveria ser muito maior, posto que os abates notificados representavam apenas “a parcela visível do *iceberg*”. Em todo caso, a retirada de circulação de 74 fêmeas, por si só, já representava um ganho importante para os esforços de manejo, uma vez que cada porca costumava ter duas parições por ano, chegando a dez leitões por ninhada. Normalmente, quando a mãe está se encaminhando para a segunda parição, as filhas da primeira já estão em idade reprodutiva, de modo que no intervalo de um ano, o “estrago” causado por uma só javalina-mãe era considerável.

Entre os homenageados, destacavam-se: Nelson, um dos mais experientes atiradores da região; La Hire, sobre quem já tratamos; Tiago, o biólogo da SEMA; e Marcelo, um jovem engenheiro agrônomo com quem estes dois últimos vieram a formar, posteriormente, a equipe de manejo e difusão técnica *Javali no Pampa*. Entre as iniciativas desta equipe, sublinham-se a publicação de um livro (Mendina Filho et al., 2015), a criação de um site e um boletim de rádio sobre a questão do javali, além da organização de uma série de publicações denominada *Cadernos técnicos javali no Brasil*. Até dezembro de 2016, a coleção já contava com cinco edições: “segurança na atividade de caça”; “criação de porcos domésticos soltos”; “javali: qual o tamanho do problema”; “o uso de jaulas no controle do javali”; “os riscos do manuseio e consumo de carne de porcos asselvajados”.

Alexandre também havia sido homenageado, já que a jaula que erguera em sua propriedade fora muito importante na obtenção de imagens noturnas da movimentação dos animais, através de uma armadilha fotográfica (*camera trap*) nela instalada. Em um dos curtos vídeos produzidos pelo dispositivo, percebia-se que alguns ovinos haviam sido capturados acidentalmente pela jaula, ficando presos do lado de dentro e, curiosamente, a salvo dos ataques de javalis. Em determinado momento da gravação, um enorme *cachaço* aparecia forçando a porta, em visível tentativa de acessar o interior do aparato como muito provavelmente vinha fazendo nos dias anteriores. Em seu perfil no *Facebook*, Alexandre publicara este vídeo como uma espécie de prova do abigeato cometido pelos suínos ferais, e também como desforra moral contra aqueles que duvidavam do apetite dos javalis pelos cordeiros. Apesar da sua imensa

dedicação ao manejo, acabou ficando impossibilitado de participar da homenagem, sendo representado por seu pai Arnol.

Ao final da cerimônia, formou-se uma pequena roda de conversa entre alguns dos participantes, dentre os quais Eridiane, o pai de Alexandre, La Hire, e um grande proprietário da região chamado Cláudio. Estes dois últimos lembraram a tumultuada audiência pública de maio e ainda uma outra, de anos e anos antes, a respeito da febre aftosa. Neste sentido, La Hire reiterou seus protestos contra as dificuldades erigidas pelo estado em relação ao manejo do javali e queixou-se da má informação da população urbana sobre o drama dos afetados pelo animal. Segundo ele, era preciso que os habitantes da cidade tivessem a noção de que não se estava caçando javalis “por diversão”, mas como controle de uma praga que estaria “acabando com o pequeno produtor”. Salientou que a maior parte das propriedades da APA tinham duzentos hectares ou menos, no que Eridiane completou que com duzentos hectares “no solo raso, em basalto, não produz nada, só ovelha”.

Mais tarde, acompanhei Raul até a Sema, onde entabulamos uma conversa com Tiago. O diálogo girou em torno dos abates realizados nos dias anteriores. Exatamente naquela noite, Tiago ficara até as três horas da madrugada à espreita dos javalis, em um local que julgou adequado para a instalação posterior de outras armadilhas fotográficas. Outro ponto tratado na conversa eram as melhores formas de se preservar as amostras de sangue coletadas em alguns dos animais abatidos, de modo que não coagulassem ou apodrecessem. Estas coletas vinham sendo realizadas em vista da parceria da rede de manejo da APA com duas instituições de pesquisa: a Embrapa Suínos e Aves, sediada em Concórdia (SC), e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), sediada em Porto Alegre. Havia uma curiosa divisão de gênero nisso, pois enquanto os abates eram realizados por homens, a parte laboratorial do manejo parecia ser protagonizado por mulheres, isto é, a Dra. Virgínia Silva no caso da Embrapa, e as “gurias de Porto Alegre”, no caso da Fepagro.

A questão da integridade das amostras era um problema que se colocava desde o início da coleta, já que deviam ser apanhadas no momento imediatamente posterior ao abate, para serem úteis laboratorialmente. Todavia, as circunstâncias envolvidas nos abates eram sempre problemáticas, dado seu caráter noturno e a atmosfera de excitação habitual envolvida na faina cinegética. Não raro, os controladores esqueciam de realizar as coletas, ou as acondicionavam mal, inutilizando-as já no percurso de volta às sedes ou à cidade. Na lógica de bricolagem que permeava as estratégias do manejo, uma alternativa aventada por Tiago e Raul era requisitar

um *freezer* a favor do ICMBio junto às autoridades aduaneiras – uma vantagem de realizar este trabalho numa zona de fronteira. De fato, a rede sociotécnica do javali vinha se montando na UC como podia: redes de pesca apreendidas, mangueiras e poteiros transformadas em jaulas, aporte de capital e material de construção dos próprios produtores, câmeras e armadilhas cedidas pela Embrapa e particulares, etc.

Mas por que a insistência na construção de aparatos fixos e o uso de armadilhas alimentares? De acordo com a explicação frequentemente dada por Raul, além das vantagens de controle populacional, a manutenção de jaulas e armadilhas era uma boa estratégia de “envolvimento” do proprietário com o manejo, em comparação com a simples delegação do controle da espécie para outros, muitas vezes desconhecidos e até mesmo com intenções duvidosas. Desnecessário reafirmar o quanto isto se cruza com os riscos atribuídos à afinidade entre caça ilegal e abigeato na região, tal como discutimos anteriormente. Assim, sob certo aspecto, o trabalho de assessoramento técnico efetuado pela rede se incluiria nas suas estratégias de ganho de confiança paulatino junto aos produtores rurais. Conforme Eridiane, este assessoramento auxiliava na consolidação da imagem do ICMBio como parceiro, e não como adversário na resolução do problema do javali.

Quanto a isso, me parece relevante o contraste entre esta configuração relacional e a reação dos órgãos locais de inspetoria veterinária às alegações de predação do javali. Como vimos no início desta tese, uma das principais queixas verbalizadas na audiência pública pelos produtores referia-se à dificuldade destes órgãos em “reconhecerem a realidade” do problema. Esta queixa produzia uma série de indisposições mútuas que, ao fim e ao cabo, acabavam por alimentar ainda mais a subnotificação dos casos de predação e avistamento, à parte dos conflitos históricos envolvendo os dois grupos. No que tange ao ICMBio, Eridiane relatou que antes da promulgação da IN 03/2013, havia um grau de desconfiança muito grande dos produtores em relação à administração da APA, já que, não obstante o monitoramento e o georeferenciamento dos relatos que vinha sendo feito há alguns anos, a proibição dos abates os deixava “de mãos atadas” quanto ao oferecimento de soluções concretas.

Neste sentido, entendo que uma das funções sociais exercidas pelas jaulas e outros aparatos fixos é a de “ressonadores perissológicos”, no plano não-verbal, do compromisso firmado entre ICMBio e proprietários rurais, tal como proposto por Lemonnier (2012). De acordo com este autor, objetos técnicos tem a propriedade de condensar os processos sociais

envolvidos em sua produção e uso, reiterando¹¹⁷ ou comunicando de forma não-proposicional, os valores e ideias que perpassam sua alocação e sentido no sistema sociotécnico da coletividade estudada.

Uma das ideias e valores condensados nos aparatos fixos seria o da paciência. Um manejo eficiente, de acordo com os gestores e seus aliados, se pautaria por um aprendizado lento e gradual de como lidar com o javali. Seria preciso desconfiar das soluções imediatistas, principalmente aquelas calcadas na produção de troféus, já que muito embora o impacto visual e moral da captura de um *cachaço* fosse grande, muitos caçadores eventuais simplesmente se contentariam com este confronto e simplesmente desapareceriam, deixando o proprietário à mercê da proliferação dos animais deixados de lado. O trecho abaixo, extraído do diário de campo, ilustra este processo de educação da atenção (Ingold, 2000), na interface entre proprietários, trabalhadores rurais e aparatos fixos de captura:

Tudo deveria ser feito com muita paciência. Nos dias seguintes àquela visita, Eli e os demais homens da estância deveriam “estudar o javali”, isto é, registrar os horários aproximados de entrada e saída dos mesmos nas internadas, os melhores locais para se dispor os postos de tiro, entre outros detalhes. Seria de absoluta importância minimizar os indícios de presença humana no terreno, introduzindo de maneira lenta e ordenada novos elementos no teatro de operações. Isto seria necessário para que os bichos se acostumassem gradativamente a eles, sem estranhá-los: primeiro, se disporiam apenas as cevas, para atraí-los e aquerenciá-los. Em seguida, a tela de arame em volta dos moirões; depois, a rede de pesca sobre a tela. Aproximando-se do dia do abate, os postos de tiro, etc., etc. Tudo isso de maneira discreta e pouco ostensiva, cuidando também da parte olfativa do animal, muito sensível e aguçada. Quando chegasse o momento certo, Raul deveria ser contatado para que os atiradores do projeto pudessem ser chamados. Tudo deveria ser feito com método, sem pressa, para um maior ganho de eficiência. O mais importante a ser evitado, segundo Raul, seria abater os bichos já no primeiro avistamento. Era preciso, ao contrário, que os porcos ganhassem confiança e familiaridade com o terreno e seus elementos, se aquerenciassem, de maneira que outros porcos fossem atraídos e um maior número de bichos pudesse ser abatido conjuntamente. Segundo Raul, aí residiria a diferença entre controle populacional racional e a caça ao javali pura e simples. (diário de campo, maio de 2014)

Até maio de 2016, o ICMBio monitorava a situação de aparatos de captura situados em dezesseis propriedades da região, sendo dez no interior da unidade e outras duas nas suas proximidades. Todos estes dispositivos funcionavam em associação com o que Leroi-Gourhan

¹¹⁷ O termo “perissológico” carrega justamente este sentido de redundância e reiteração. Lemonnier (2012) extrai esta ideia da análise do papel dos elementos não linguísticos nos rituais, cujo agenciamento reiteraria de maneira não verbal os valores cultivados ao longo do rito.

(1984b, p. 61) chama de engodos, ou seja, “todos os processos, objetos ou partes de objetos que, criando na mente do animal cobiçado a imagem de uma presa ou uma impressão de segurança, o atraem a um dispositivo de captura”. Já Marvin (2006) os classifica como métodos de caça por disfarce [*disguise*]. Segundo esse autor:

Although each form of hunting has its own unique social and cultural shape and can be distinguished by its particular hunting practices, I would like to suggest that all forms of hunting can be divided in one of the two types according to the ways in which their practitioners are present in the countryside. These I will define as hunting by *disturbance* and hunting by *disguise*, and in each category the relationships between the hunters and the prey are fundamentally different. [In] hunting by *disturbance* (...), the human presence in the natural world is clearly signaled and is openly intrusive. In the case of hunting by *disguise*, the distinction between the human and the animal becomes blurred; the hunter attempts to become animal; the physical, behavioral, and emotional distance is closed (2006, p. 22).

Nesta classificação, métodos como a caçada *a perro y cuchillo* seriam formas de caça por distúrbio (*disturbance*), na medida em que se caracterizariam “pela geração de ruído, ruptura e movimento na área em que acontecem, de modo a forçar a fuga dos animais” (idem, p. 22). Por outro lado, a atração dos animais com cevas, bem como o uso de estruturas fixas como jaulas, poderiam ser classificados como formas de caça por disfarce (*disguise*), já que buscam reduzir ao mínimo a exposição humana ao animal e tentam fazê-lo acessar espontaneamente os dispositivos destinados à sua captura.

Em minha experiência prévia junto aos caçadores andaluzes, pude registrar esta mesma distinção entre distúrbio e disfarce disposta transversalmente à divisão *caza menor/caza mayor*. Para a caça de coelhos e lebres (*caza menor*), por exemplo, o uso de matilhas treinadas tinha como objetivo claro *tirar* os animais de seus esconderijos e fazê-los surgir no campo de visão dos caçadores, constituindo assim o que se entende por um *lance*, isto é, uma oportunidade de abate do animal em movimento. Ainda que em seus deslocamentos os caçadores permanecessem de certo modo silenciosos, estas caçadas eram compassadas pelos frenéticos latidos dos animais – eles próprios, tomados por uma espécie de *Jagdfieber* – e os gritos de incentivos de seus donos, como “*tíralo, tíralo!*” e “*vam’p’allá, vam’p’allá!*”. Tratava-se, portanto, de uma caça por *distúrbio*. Outro exemplo deste tipo de caça é o modo com que o tatu é capturado na Campanha, cabendo ao cão afugentá-lo de sua toca.

Já na caçada noturna de *espera* ao javali (*caza mayor*), o movimento humano era reduzido ao seu mínimo. Até mesmo a respiração do caçador era controlada. Escondidos atrás de um posto de tiro, esperávamos que o animal fosse atraído pela ceva (*comedero*) disposta no

cruzamento entre duas veredas que cortavam paisagem, situadas a cerca de cinquenta metros em declive do local onde nos encontrávamos. Além da dissimulação visual (o posto de tiro estava coberto de palha e folhas), a dissimulação odorífera também era importante, dada a premência deste sentido no mundo perceptivo dos javalis. Tratava-se, portanto, de uma caça por *disfarce*.

Em um plano mais imediato, é difícil compreender porque estruturas tão chamativas quanto uma jaula e um posto de tiro consistiriam em métodos de caça por *disfarce*, e não por *distúrbio*. Visualmente, não há como deixar de notá-las na paisagem das estâncias, dadas as suas marcadas diferenças de aspecto em relação a outras estruturas mais comuns da *taskscape* pampeana, como as *mangueiras* e os *potreiros*. Com efeito, muitas das jaulas-currais montadas na região se aproveitam destas estruturas pastoris previamente disponíveis, transformando-as em outras coisas. No entanto, devemos recordar que estas estruturas são visualmente salientes *para nós*, seres humanos, que as conhecemos e empregamos de acordo com as possibilidades de ação, ou *affordances*, que oferecem às nossas atividades habituais (Gibson, 1979; Reed, 1988). Para os suínos, em contrapartida, estas estruturas se erigem como verdadeiros engodos, ou, como coloca Alfred Gell (1996, p. 27) “paródias letais do seu *Umwelt*”¹¹⁸.

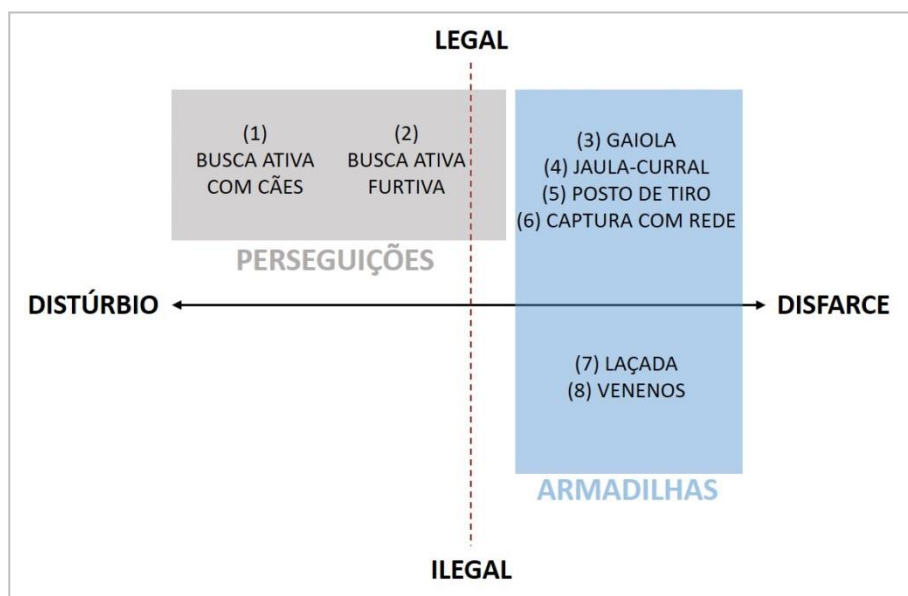
De acordo com Marvin (2006, p. 24), citando Ortega y Gasset, a caça de *disfarce* representa uma espécie de “férias da condição humana”. Em outros termos, o caçador visa ocultar sua presença por meio de múltiplas camuflagens e, de certa maneira, fundir-se com o ambiente, tornando-se apto a “ver sem ser visto” (idem, p. 24). Nos termos de Ingold (2000, p.199), o que se descortina a partir disso é uma “harmonização rítmica da atenção mútua” entre caçador e presa. Certamente, quando tecem estas considerações, Ingold e Marvin indicam ter em mente muito mais as ações do caçador em campo do que os aspectos estruturais dos aparatos de captura que emprega. Sem embargo, entendo, à maneira de Gell (1996), que armadilhas podem ser interpretadas como “caçadores por delegação” (*surrogate hunters*), isto é, extensões

¹¹⁸ Conceito derivado da obra de Jakob von Uexküll (1864-1944), um dos pioneiros dos estudos sobre percepção animal. De acordo com von Uexküll, todo animal possuiria uma espécie de mundo-próprio [*Umwelt*], de natureza subjetiva. Este mundo-próprio se constituiria a partir das capacidades motoras e perceptivas de cada organismo em relação ao meio externo. Segundo Ingold (1988), há uma proximidade entre o conceito de *Umwelt* e a noção de *affordance*, já que ambos levam em conta a relação do meio com a projeção subjetiva dos organismos que o habitam. No entanto, enquanto Uexküll flerta com certo solipsismo – “each animal enclosed within its own subjective world” (Ingold, 1988, p. 13) -, Gibson (1979) e Reed (1988) consideram as *affordances* como propriedades [*features*] dos próprios objetos, o que fundamentaria a possibilidade de um ambiente perceptivo comum.

materiais da sua intencionalidade cinegética e modelos operativos (*working models*) de suas habilidades venatórias:

Once a trap is in being, the hunter's skill and knowledge are truly located in the trap, in objectified form, otherwise the trap would not work. This objective knowledge would survive even the death of the hunter himself. It would also be (partially) readable to others who had only the trap, and not the animal lore that was reflected in its design. From the form of the trap, the dispositions of the intended victim could be deduced. In this sense, traps can be regarded as texts on animal behavior. The trap is therefore both a model of its creator, the hunter, and a model of its victim, the prey animal (idem: 27).

O quadro a seguir (quadro 4) sintetiza o repertório de escolhas técnicas coletado durante a pesquisa, disposto em dois eixos. No horizontal, os métodos de captura e abate se dispõem entre os polos do *distúrbio* e do *disfarce*, tal como definidos por Marvin (2006). No vertical, discrimina-se entre métodos legais e ilegais, tendo por parâmetro a IN 03/2013, o Código de Caça (Lei 5.197/1967) e a Lei dos Crimes Ambientais (9.605/1998).



Quadro 4: Classificação dos métodos de captura do javali entre *distúrbio* e *disfarce* (cf. Marvin, 2006) e de acordo com sua legalidade (cf. Leis 5.197/1967 e 9.605/1998).

Há uma diferença entre as duas classificações, já que a diferença *distúrbio/disfarce* comporta inúmeros gradientes entre ações diretas e positivas de um lado, e ações indiretas e negativas, de outro. A diferença legal/ilegal, por outro lado, é binária e discreta: não há graus de maior ou menor legalidade envolvendo crimes ambientais, muito embora as penas possam

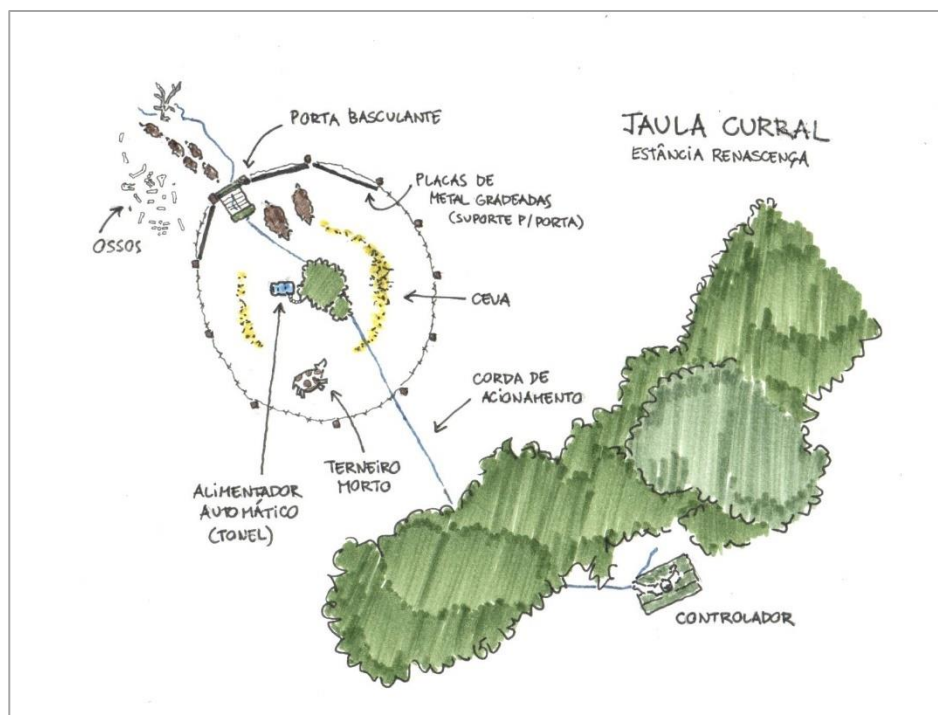
ser agravadas e atenuadas de acordo com as circunstâncias do delito. Como isto depende de uma série de fatores envolvidos na condução do inquérito, não creio que por ora caiba representar este gradiente no esquema a seguir. Igualmente, todos os métodos legais se convertem em ilegais no caso de não regularização do controlador junto ao Ibama e o Exército. Assim, para todos os métodos da metade superior do esquema, subentende-se o caso de um manejador devidamente regularizado.

Examinemos estes métodos em pormenor. A *busca ativa com cães* (1), como já foi dito, consiste na perseguição de grandes animais com o auxílio de matilhas. É o caso paradigmático da caça de distúrbio, cujo abate pode ser feito com arma de fogo ou armas brancas, como no caso da caça *a perro y cuchillo*. A *busca ativa furtiva* (2), por sua vez, consiste em um caso de transição entre métodos de distúrbio e disfarce: ela suprime o elemento causador de maior distúrbio ambiental do modelo precedente, o cão; no entanto, ainda se pauta por um padrão positivo de movimentação do caçador no teatro de operações. Por isso, ambas são consideradas *perseguições*.

A *gaiola* (3), a *jaula curral* (4), o *posto de tiro* (5), a *rede* (6), a *laçada* (7) e os *venenos* (8), são todos armadilhas ou baseados em engodos e, por isso mesmo, técnicas de disfarce. No entanto, dividem-se entre legais e ilegais, sendo a *laçada* (7) e a *rede* (8) muito próximas uma da outra, porém distintas na medida em que a rede, como as gaiolas e jaulas-currais, é considerada um método seletivo, isto é, que permite a soltura de outros animais silvestres e domésticos porventura capturados.

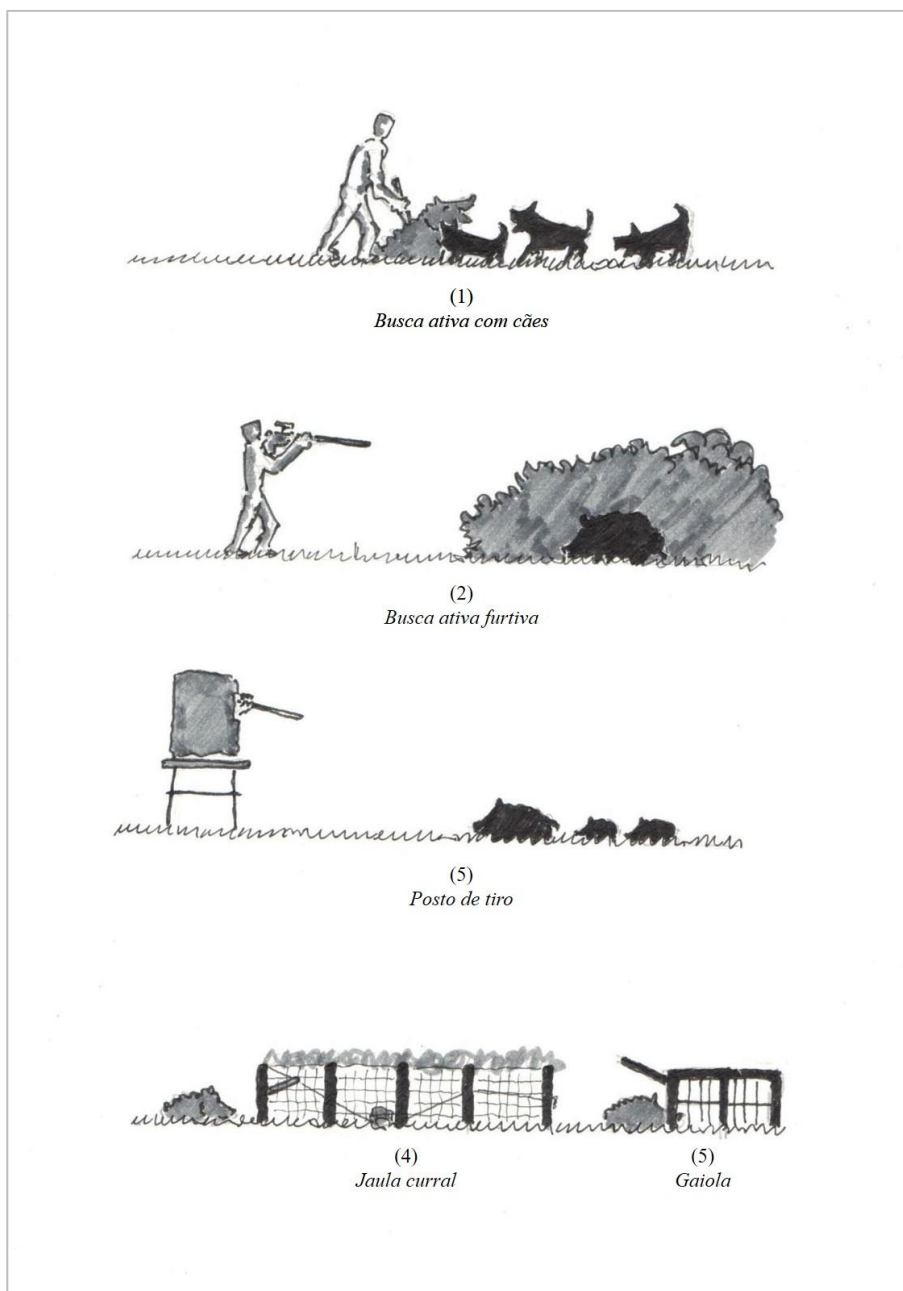
A *jaula-curral* (4), também chamada de *encerra* por analogia com os poteiros da pecuária, consiste em grandes estruturas, capazes de capturar muitos animais de uma só vez. Em geral, são circulares, sendo montadas de maneira semelhante a um cercado, com moirões de madeira ou metal que sustentam um revestimento de tela de arame. Algumas vezes, este revestimento é reforçado por redes de pesca, placas gradeadas ou uma tela sobressalente, já que os animais, sentindo-se acossados, podem arrebatá-las ou mesmo saltar por sobre elas, em alguns casos pontuais. Em geral, as jaulas-curral contam com portas de acionamento automático, de tipo basculante, guilhotina ou *saloon*, disparadas pela própria movimentação dos animais. Na Estância Renascença, conheci uma jaula cuja porta era encerrada por acionamento humano. Neste caso, estendia-se uma corda desde a entrada do aparato até um estrado escondido atrás da vegetação, de onde o controlador podia manipulá-la (quadro). Normalmente, no entanto, dá-se preferência aos gatilhos acionados pelos próprios bichos, seja

tropeçando em uma linha de pesca, seja soltando, através das suas fuçadas, uma corda presa em uma pedra.



Quadro 5: Esquema gráfico de jaula-curral (Estância Renasença, Santana do Livramento). Desenho do autor.

A *gaiola* (3) é uma jaula um pouco menor, móvel, de madeira, tela de arame ou placas gradeadas, quase como uma cocheira, destinada à captura de um ou alguns poucos animais. Via de regra, sua entrada funciona pelo mesmo dispositivo de acionamento automático. O *posto de tiro* (5) é uma estrutura de andaime camuflada, que se ergue em algum ponto do terreno frequentado pelos animais, onde o abatedor monta tocaia. Este método permite o abate dos animais em sua livre movimentação, ao contrário das *jaulas currais* e *gaiolas*. Sob certo aspecto, isto é encarado como uma vantagem operacional, já que os animais, percebendo-se capturados, entram muito frequentemente em frenesi, dificultando a precisão do disparo. Por outro lado, o posto de tiro exige um atirador experiente, capaz de abatê-los de longe. O esboço a seguir (quadro 6) representa graficamente as modalidades (1), (2), (3), (4) e (5).



Quadro 6: Esquema dos métodos de captura e abate recomendados pelos gestores ambientais. Desenho do autor.

As estratégias (3), (4) e (5) constituem o núcleo das preferências dos gestores ambientais. Entende-se que a estratégia (2) deve ser acionada de quando em quando, em situações específicas como a que descreverei a seguir. De qualquer forma, como já foi dito, todas elas funcionam em associação com engodos alimentares, que podem ser *cevas* (montículos de milho, seco ou fermentado, ração e batata-doce distribuídos pelo campo, ou colocados em cochos) ou *alimentadores automáticos*. Estes últimos consistem em baldes ou latões adaptados. Primeiramente, perfura-se o fundo dos recipientes, de modo a permitir a

passagem de uma corrente metálica afixada no seu interior. Em seguida, esta estrutura é pendurada na vegetação próxima de onde os javalis têm circulado, com a corrente pendendo até a altura média do corpo dos animais. Por fim, preenche-se o balde ou latão com milho, que servirá para atrair o olfato dos suínos.

O acionamento do alimentador se dá através do contato do javali com a corrente, cujo balanço produz uma espécie de “chuva de milho” muito apreciada pelo animal. Algumas vezes, também se empregam carcaças de animais como iscas, mormente novilhos, cordeiros e até mesmo o próprio javali. Há inúmeros relatos de que o animal consome os restos mortais de seus iguais sem qualquer pudor, o que contribui ainda mais para sua percepção como bicho ignominioso, portador de uma *hybris* devoratória ou, como dissera certa feita um veterinário de Rosário do Sul, um “apetite depravado”.

Os voluntários do projeto, embora acatem sem maiores problemas os argumentos em prol das estruturas fixas, apontam existir exceções à regra. Isto porque, dependendo da configuração ambiental do teatro de operações, a eficácia dos engodos pode se tornar bastante limitada. Tome-se o caso, por exemplo, da Fazenda Coqueiro, onde Lorena mantém seu tambo de leite. Como vimos no capítulo precedente, o principal impacto dos javalis nessa propriedade era a depredação de uma lavoura de sorgo, que servia de alimento para as reses leiteiras durante o inverno. Lá, como em outras propriedades agrícolas, a cevagem e demais atrativos alimentares acabaram não vingando, dado que a lavoura oferecia aos javalis uma opção forrageira muito mais atraente e abundante.

Neste caso, La Hire relatou-me que seria mais eficiente o método (2), ou seja, o aguardo noturno do animal e sua perseguição furtiva a réis do chão. De acordo consigo, a metodologia das gaiolas e jaulas seria muito eficiente, mas dependeria, bem ou mal, “da boa vontade do javali entrar”. Em suas palavras, conseguir identificar estas nuances circunstanciais configuraria uma “cultura de caça”, um “saber andar” nas situações cinegéticas capaz de “ler” o campo de maneira implicada:

Eu te pergunto: um estudioso que sabe tudo sobre onça vai lá pra Amazônia. O que acontece? A primeira coisa que vai acontecer é que ele vai se perder. E por quê? Porque ele não sabe andar naquele lugar. O nosso cérebro não está acostumado a entender de imediato o que tu vê. Se eu te levo lá [no campo] de noite e te digo que tem oito porcos, tu não vai ver. A não ser que eu te diga que eles tão ali. Lá em Porto Alegre tu vai ter um mapa mental, mas eu já vou estar perdido (diário de campo, julho de 2014).

De fato, em situações de caça, não é tanto um mundo de objetos visuais-espaciais que se descortina em frente ao caçador, mas sim um universo de padrões perceptuais “apreendidos dinamicamente” (Ingold, 2000, p. 251) pelos agentes envolvidos. Desta forma, “não apenas animais e plantas, mas também traços da paisagem, como montes, colinas e baixadas, são apreendidos antes como movimentos do que como formas estáticas” (idem, *ibidem*)¹¹⁹. Outra dimensão importante levantada pelos manejadores é a diferença entre o animal como objeto para o pensamento, e o animal como organismo colocado em seu contexto¹²⁰.

No primeiro caso, tratar-se-ia de uma perspectiva desengajada no ambiente, como a do especialista que “sabe tudo” sobre a onça, mas não tem nem ideia de como interagir com ela. No segundo, de uma perspectiva de implicação intensiva no meio, paralela à *Jagdfeiber* descrita por Hell (2011), capaz de detectar a presença do animal mesmo sem tê-lo em seu campo de visão mais imediato. Como bem revela o episódio envolvendo o “cheiro de porco” descrito no início deste capítulo, posso afirmar que os controladores se divertem bastante em contrastar o seu saber ecológico prático com aquele possuído por especialistas acadêmicos, familiarizados com bibliotecas e laboratórios.

3.6 – Abate doméstico e abate selvagem

Do que foi dito até aqui, creio que já é possível termos alguma noção de como as dimensões do *projeto* e do *processo* se manifestam nas negociações entabuladas entre os agentes da rede, e que levam, por conseguinte, às escolhas técnicas efetuadas na APA do Ibirapuitã. Do ponto de vista dos gestores, a ideia de *controle populacional* é uma espécie de horizonte que os faculta a modular ou disciplinar o manejo e seus processos em torno de um projeto. No entanto, para muitos voluntários, a fruição do processo e suas cadeias operatórias por si mesmas é uma dimensão importante da questão, o que acaba por influenciar sua própria motivação de permanecer junto ao projeto: sem o componente de aventura, qual seria o interesse? Os gestores ambientais têm ciência disso, e procuram estabelecer junto aos manejadores – em especial aqueles mais identificados com uma identidade caçadora – um denominador comum entre foco no processo e foco no projeto.

¹¹⁹ Creio que isto coloca em questão a que tipo de percepção sensorial o caçador se refere ao falar em “ver” porcos. Parece que se trata aqui de uma acepção metonímica de visão, que engloba os demais sentidos envolvidos no ato de perceber os porcos, sobretudo o olfato e a audição.

¹²⁰ Esta diferença evoca a distinção heideggeriana entre disponibilidade e presença (Heidegger, 2008a).

Por outro lado, muitos proprietários rurais não têm qualquer interesse em se engajar por si próprios como controladores e atiradores, preferindo que outros o façam em seu lugar. Como afirmou certa vez um criador sediado próximo ao Arroio Funchal, “eu não tenho arma, não tenho cachorro, nem tenho tempo pra ficar resolvendo este problema de javali”. Em geral, estes produtores tentam lidar inicialmente com o animal construindo obstáculos fixos, como cercas reforçadas ou eletrificadas. Se estes métodos não funcionam, muitos reduzem e até mesmo deixam a ovinocultura, ou começam a aventar a possibilidade de aderir ao controle direto. Com isso, acabam se tornando clientela potencial de “soluções mágicas” oferecidas por caçadores desconhecidos ou pouco afinados aos objetivos do ICMBio. Assim, os gestores veem a instalação de jaulas-currais e estruturas análogas em certas propriedades-chave da unidade como uma forma de divulgação da própria rede de manejo entre os produtores, fazendo com que se alinhem aos seus esforços.

Sob outro aspecto, parece haver alguma similaridade entre esta dialética do *processo* e do *projeto*, na questão do manejo do javali, com a resistência da mão de obra campeira aos métodos mais intensivos de criação do gado, tal como mencionado no capítulo anterior. Isto porque, assim como gaiolas, postos de tiro e jaulas-currais no campo da caça, métodos intensivos de criação animal como o pastoreio rotativo reduzem a dimensão de mobilidade e confronto agonístico que pauta as lidas campeiras habituais, e que faz parte da constituição do gaúcho como pessoa em sentido maussiano (Mauss, 2003). Assim, tanto no caso da caça, quanto no caso da relação com animais de rebanho, parece haver uma dicotomia entre o imperativo de eficiência de certos métodos “modernos”, de um lado, e a resistência imposta a eles por uma identidade laboral tradicional, de outro, levando a negociações constantes e muitas vezes assimétricas: entre patrões e peões, no caso da pecuária (Bornholdt, 2008, 2010); entre gestores ambientais e alguns controladores, no caso do manejo do javali.

Dito de outra maneira: assim como as lidas tradicionais subjetivam os campeiros de uma determinada forma, cada método de captura e abate do javali também implica em processos de subjetivação que lhe são próprios, que cabe agora examinar em pormenor. Para isso, evoco outra distinção proposta por Marvin (2006) - abate doméstico (*domestic killing*) e abate selvagem (*wild killing*) -, que se dá em paralelo àquelas de caça por distúrbio e caça por disfarce, projeto e processo cinagético. A partir desta distinção, creio ser possível fechar o argumento proposto neste capítulo a respeito dos métodos de controle do javali como dispositivos de subjetivação, além de estabelecermos uma ponte entre este e o próximo capítulo, no qual discutiremos os efeitos *post mortem* produzidos pela presença feral do *Sus scrofa*.

De acordo com Marvin (2006, p. 25), longe de se configurar como anomia, o abate de animais por seres humanos é um aspecto fundamental na criação e manutenção da ordem social envolvendo uns e outros, em todas as sociedades, em todos os tempos. Nas sociedades marcadas pelo processo de domesticação, tradicionais ou modernas, esta ordem seria caracterizada pelo domínio dos seres humanos, assim como pelo controle e a submissão dos animais. Como se vê, não é um argumento muito original, semelhante a quase todas as definições clássicas de domesticação como dominação (Clutton-Brock, 1989; Ducos, 1989; Ingold, 2000). No entanto, para Marvin, assim como para Ortega y Gasset (2007), o lugar da caça nestas sociedades teria justamente o papel cultural de subverter periodicamente esta ordem normal das coisas, reinstaurando de forma episódica e ritual certa simetria perdida entre humanos e animais¹²¹.

Ora, esta simetria se daria justamente sob o signo da predação, uma relação de todo modo ainda problemática e mal resolvida nas utopias de simetria moral entre humanos e bichos do animalismo (Sordi, 2013a). Como fazer filosofia moral em um mundo onde os seres devoram-se uns aos outros? Em verdade, entendo que esta aporia perpassa não só a tensão entre as propostas radicais de “libertação animal” e a visão de mundo dos caçadores desportivos, mas também aquela entre o ideário animalista de comunhão humano-animal e o saber etológico de diversas populações tradicionais. Povos caçadores e habitantes do meio rural sabem que a aproximação entre humanos e animais selvagens envolve múltiplos riscos existenciais, tanto físicos quanto cosmológicos (Viveiros de Castro, 2011; Fausto, 2001, 2002). Com efeito, a confiança (*trust*) de que fala Ingold (2000) possui muito mais o sentido de uma prudência e um respeito mútuo na relação entre uns e outros, do que propriamente de amizade, ou mesmo de “conexão cósmica” tal como pregado por certa reativação *new age* do mito do bom selvagem (Descola, 1998)¹²².

Retornando ao argumento de Marvin (2006), poderíamos considerar então que há uma diferença no engajamento tanatológico entre humanos e animais a se depender do pano de fundo

¹²¹ Também convergem com esta posição Dahles (1993) e Hell (2001).

¹²² Acredito que um dos melhores exemplos deste contraste seja o filme *O homem urso*, do diretor alemão Werner Herzog (Alemanha, 2005). Este documentário conta a história de Timothy Treadwell, um conservacionista romântico apaixonado por ursos que, todo ano, viajava para a floresta boreal do Alasca a fim de entrar em contato com estes animais. Confiante do vínculo que o ligava aos animais e desprezando o saber indígena local, Treadwell acaba aproximando-se além do limite tolerado pelos ursos, sendo devorado. Sob certo aspecto, creio haver uma similaridade entre este argumento de uma fronteira trágica e o enredo do conto *O Sul*, de Jorge Luis Borges (2001), em que um intelectual romântico é assassinado de forma patética assim que desembarca do trem em seu pampa idealizado.

produtivo em que cada modalidade se insere. Neste sentido, a caça desportiva é definida por este autor como abate selvagem (*wild killing*) na medida em que:

The hunter enters the spaces of wild animals in order to try to find and kill them; that the animal is uncontrolled and is naturally resistant to being brought into a relationship with the human; that the killing arrives only at the end of a contest and is far from certain; that the relationship is based on unpredictability rather than routine; that the hunter develops a personal and emotionally close relationship with the prey; and finally, that such hunting is practiced by nonprofessionals for whom this is a leisure activity (idem, p. 18).

Em contraste a este tipo de morte *wild*, imprevisível e simétrica, Marvin opõe aquelas relacionadas ao que chama de abate doméstico (*domestic killing*), que, por sua vez, se dividiriam em mortes frias e quentes. As mortes frias seriam aquelas ligadas ao abastecimento alimentar cotidiano, tradicionalmente delegadas a profissionais exteriores ao *domus*, ou efetuadas pelos próprios membros da unidade doméstica, após o acionamento de mecanismos técnicos e simbólicos de dessubjetivação dos bichos de criação. As mortes quentes, por seu turno, seriam aquelas vinculadas ao combate de pestes e pragas, ou seja, animais com quem os seres humanos estabelecem relações de inimizade e frente aos quais costumam desenvolver “reações emocionais que vão do incômodo ou ódio, da repulsão ao desgosto” (idem, p. 17)¹²³.

Para Marvin (2006), as mortes de pestes e pragas são quentes porque, assim como no caso da caça desportiva, os sentimentos envolvidos na sua consumação jamais são neutros ou indiferentes. No entanto, haveria uma diferença crucial entre os dois casos, pois enquanto a presa de caça é um *adversário* a ser vencido, a peste ou a praga é sempre um *inimigo* a ser aniquilado. Assim, ao contrário do que ocorre na caça desportiva, pensada em termos de um jogo:

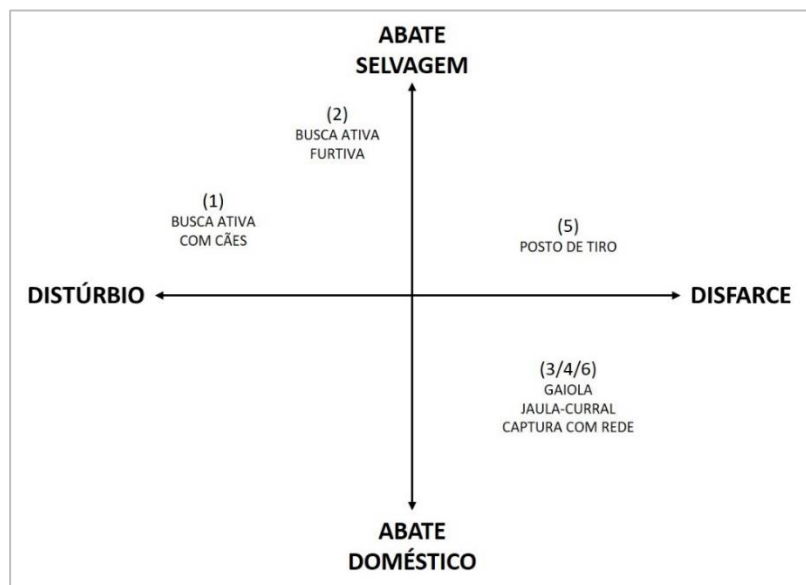
The killing of vermin and pests is usually expressed in terms of destruction, removal, eradication, extermination, annihilation, or cleansing. In their assault on these animals, humans make use of a variety of weapons, traps, poisons, and other chemicals, and they may even use other animals for this purpose (...). People who suffer such intrusions may attempt kill these animals themselves. For example, in Western societies, farmers might themselves set traps, put out poison, or shoot animals that are causing them a problem (idem, p. 17).

¹²³ Analogamente, Veena Das (2013) registra que o modo de abate, se pelo sacrifício ou pela caça, é o que determina o estatuto selvagem ou domesticado dos animais na cosmologia hindu. Neste sentido, a domesticidade é compreendida como o domínio da morte planejada e inevitável, ao passo que o selvagem é compreendido como o domínio da morte inesperada.

Em qual destas categorias se enquadraria o javali? Abate selvagem ou abate doméstico? Morte passional como troféu de caça, ou morte “quente” como peste e praga? E o que dizer do híbrido *aquerenciado*, mantido por alguns indivíduos tal qual um porco de fundo de quintal, esperando a hora de ser abatido da mesma maneira que seus similares domesticados? Seria esta uma morte “fria” como a do porco, “quente” como a da praga ou “passional” como a da peça de caça?

Também aqui, a instabilidade ontológica do *Sus scrofa* parece falar mais alto outra vez. Com efeito, ele evoca todos estes sentidos culturais, e é capaz de ser objeto de todas estas modalidades de relação. Como praga que destrói a lavoura e comete abigeato animal, ele é odiado - a ele, declara-se guerra, num conflito “quente”. Todavia, como animal selvagem de grande porte, pode ser também parceiro de verdadeiras lutas passionais, tornando-se um adversário de caça maior. Por fim, como parente do porco, pode ser aquerenciado e vetor de hibridização do lote doméstico, tornando-se alvo, juntamente à sua prole, de um abate que Marvin (2006) qualificaria como “frio”.

Como tudo isso se resolve nas escolhas técnicas efetuadas na APA do Ibirapuitã? O quadro a seguir (quadro 7) distribui as estratégias legais de controle do javali entre os eixos do distúrbio e do disfarce, na horizontal, e do abate selvagem e do abate doméstico, no vertical:



Quadro 7: Classificação dos métodos de captura e abate do javali entre os eixos de distúrbio e disfarce, abate selvagem e doméstico (Marvin, 2006).

Entendo que a *busca ativa furtiva* (2) tem um caráter “selvagem” mais pronunciado que a *busca ativa com cães* (1). Isto porque, muito embora envolva a geração de menos distúrbios no ambiente, esta modalidade implica em um contato mais direto e menos mediado com o javali. Logo, o grau de simetria humano-animal neste tipo de busca ativa é maior, assim como os riscos nela envolvidos. Na *busca ativa com cães*, ainda que haja um forte componente de violência na perseguição, acossamento e abate do javali, parte expressiva desta violência é delegada aos companheiros caninos, o que acaba por aumentar a assimetria de condições entre caça e caçador. O *posto de tiro* (5), como vimos no item anterior, inclui-se no escopo dos métodos de disfarce. No entanto, como envolve o abate de animais em liberdade, compreendo que se baseia em uma morte menos controlada (doméstica) que no caso dos aparatos fixos (3/4/6), onde não há possibilidade de fuga. Em suma, das quatro estratégias preconizadas pela rede, três se localizam no quadrante inferior direito, para onde confluem os maiores gradientes de caça de disfarce e abate doméstico.

Assim, tudo leva a crer que a opção por estruturas fixas de captura revela um conjunto de escolhas técnicas ditadas não apenas por um imperativo de eficiência, mas, também, por uma estratégia de domesticação daquilo que a presença feral do javali pode suscitar entre os seres humanos. Uma vez erguidos e colocados em ação, jaulas, gaiolas e aparatos assemelhados tornam-se dispositivos de captura que subjetivam javalis e homens mais como *inimigos domésticos* do que como *adversários selvagens*; como *praga* e *manejador*, em contraste com seus devires ferais de *caça* e *caçador*¹²⁴. No contexto local, marcado por uma “inevitável” (Sánchez, 2002) condição fronteiriça que atravessa tanto o território, quanto os modos de existência de pessoas, coisas e animais, vimos o quanto a manutenção e a preservação destas identidades é importante, dada a tensão que se estabelece entre modalidades legais e ilegais, lícitas e ilícitas, de atividades tecnicamente muito próximas, como as lidas campeiras, a caça, o furto de gado e *faena clandestina*.

¹²⁴ É importante ponderar até que ponto a subjetivação do javali como inimigo doméstico ou como adversário selvagem se dá para o próprio animal ou se constitui como uma “subjetividade-para” o humano. Evidentemente, coloca-se aqui uma discussão filosófica sobre a vida mental dos animais que transcende em muito o escopo desta tese. Bem por isso, entendo esta subjetivação em um registro pragmático, comum a muitas etnografias e trabalhos antropológicos sobre caça. De todo modo, um dos argumentos levantados pelos defensores locais do uso de gaiolas é o fato dos javalis que sobrevivem às caçadas de busca ativa “aprenderem” com as tentativas frustradas de capturá-los, tornando-se cada vez mais experts no jogo de evitação e dissimulação da sua presença com os seres humanos.

Ao longo deste capítulo, vimos como a morte do javali é agenciada no contexto estudado a partir de escolhas técnicas pensadas como dispositivos, isto é, como mecanismos e processos que produzem transformações na matéria física ao mesmo tempo em que subjetivam os viventes de determinados modos. No entanto, que efeitos a presença feral do javali continua a produzir no real após a cessação da sua atividade vital? O capítulo a seguir busca responder esta questão, enfocando especialmente as possibilidades e contextos que se abrem, para a ciência e o Estado, a partir do acesso biopolítico aos corpos dos javalis.

Caderno de imagens – Capítulo 3



1. Em seus primeiros meses de vida, os ovinos podem ser vitimados por uma série de fatores, como a sua exposição à intempérie e a predação. Nas regiões próximas à linha fronteira, o abigeato é considerado endêmico.



2. Os cochos se destinam à suplementação alimentar dos rebanhos, tradicionalmente com sal. Na Estância São Marcos, Alexandre e seus funcionários começaram a notar que o suplemento oferecido aos ovinos era consumido também pelos javalis. Com frequência, são empregados nos métodos de captura com cevagem.



3. Pegadas (*acima à esq.*), excrementos (*abaixo à esq.*), trilhas e fuçadas (*à dir.*) são alterações produzidas pelos javalis na paisagem que educam a atenção dos habitantes da APA do Ibirapuitã a identificar sua presença e reconhecer seus hábitos. Por seu comportamento noturno, os suínos são avistados apenas raramente. Também por isso, se os compara com os ladrões de gado.



4. A partir das nascentes do rio Quaraí, a fronteira brasileiro-uruguaia segue a linha da coxilha de Santana, constituindo-se como divisa seca. De tantos em tantos quilômetros, a presença da *linha* é demarcada por estruturas de pedra como o marco da foto. A permeabilidade da fronteira faculta uma série de fluxos entre os dois países, tanto lícitos como ilícitos. O extravio de gado é uma das modalidades de contrabando mais pronunciadas.



5. No centro da conurbação Livramento/Rivera, a *linha* é demarcada pelo Parque Internacional e seu obelisco (*acima*). Em suas adjacências, desenvolveu-se um intenso comércio popular (*abaixo*).



6. *Taskscape* pastoril-militar. *Acima*: esporas, instrumento próprio de ações diretas positivas sobre o cavalo; *Abaixo*: exposição do acervo arqueológico do *Museo Sin Fronteras* de Rivera, em que se dispunham objetos indígenas e coloniais de diferentes épocas destinados à “aquisição violenta dos seres vivos”.



7. *Cachaço* abatido por La Hire na Fazenda Coqueiro. As presas do javali são frequentemente referidas como suas armas.



8. Autoridades ambientais e sanitárias entendem que o cruzamento humanamente induzido entre machos selvagens e fêmeas domésticas é um hábito que colabora para a continuidade do processo de invasão suína. *Acima:* javaporco de fundo de quintal mantido em uma propriedade da zona do Espinilho, Livramento.

QUEM CONFINA OU CRIA JAVAPORCO



AUMENTA A POPULAÇÃO DE JAVALIS!

NÃO SEJA PARTE DO PROBLEMA!
 Caso tenha algum javali ou javaporco confinado: providencie seu abate!
 Os ovinocultores e a natureza agradecem.

<http://sites.google.com/site/apadoibirapuita/javali>

QUEM CONFINA E ENGORDA JAVALI



DIFICULTA SEU CONTROLE!

NÃO SEJA PARTE DO PROBLEMA!
 Caso tenha algum javali ou javaporco confinado: providencie seu abate!
 Os ovinocultores e a natureza agradecem.

<http://sites.google.com/site/apadoibirapuita/javali>

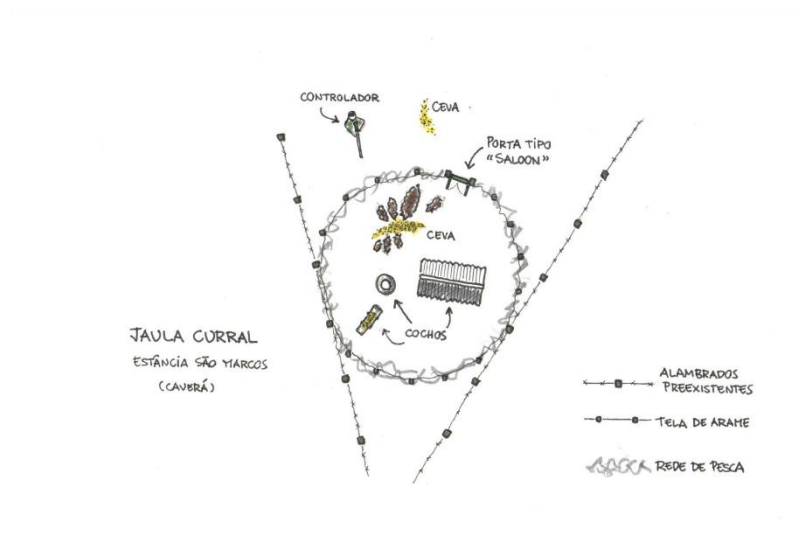
9. Campanha *Não faça parte deste problema*, criada pelo ICMBio para coibir a criação de porcos ferais e sua hibridização na APA do Ibirapuitã. Fonte: ICMBio.



10. Métodos de captura e abate. *Acima à esq.:* Raul junto a um posto de tiro na Fazenda Coqueiro. *Acima à dir.:* Raul, Alexandre e Eli montando uma ceva na Estância São Marcos. *Abaixo:* La Hire junto a um alimentador automático instalado em sua propriedade.



11. Métodos de captura e abate. De acordo com os agentes ambientais e seus parceiros, a captura de javalis com gaiolas e jaulas-curral permite um controle populacional mais eficiente, além de envolver o proprietário de maneira mais intensa no manejo. Na foto, La Hire afixa as placas gradeadas de uma gaiola construída em sua propriedade.



12. Métodos de captura e abate. Jaula-curral da Estância São Marcos. Foto: ICMBio. Esquema do autor.

4 – Javalis explicados: sacrifício, ecologias suínas do risco e biossegurança

O artesão descobria notícias do futuro havia muito, usando absurdamente o exato instante da morte dos bichos.

Valter Hugo Mãe, *Homens imprudentemente poéticos* (2016, p.26)

Assim, de um único sacrifício agrário podia redundar todo um conjunto de efeitos. O valor da vítima de um sacrifício solene e a força expansiva da consagração eram tais que era impossível limitar arbitrariamente sua eficácia. A vítima era um centro de atração e irradiação. As coisas que o sacrifício podia afetar recebiam sua parte da influência dela. Conforme o estado e a natureza das necessidades, das pessoas ou dos objetos, os efeitos produzidos podiam ser diferentes.

Marcel Mauss e Henri Hubert, *Sobre o sacrifício* (2005[1899], p. 81)

A febre aftosa acha-se praticamente extinta em São Gabriel, tendo, porém, feito seu surto numa ou noutra fazenda de Alegrete. Verificaram-se alguns casos de carbúnculo hemático em Montenegro e Soledade. Procede-se à vacinação contra essa epizootia em diversos municípios. Os carrapatos fazem-se sentir em Jaguarão.

A Federação (Porto Alegre, 23/05/1934)

No capítulo anterior, vimos que uma das maneiras de se definir antropologicamente a caça é emparelhá-la junto à guerra e à pesca como “formas de aquisição violenta dos seres vivos” (Leroi-Gourhan, 1984b, p. 55). Entretanto, argumentei que esta definição dizia muito pouco sobre sentidos que a caça ganha em cada contexto sociocultural, isto é, como ela se torna objetivável, enquanto modalidade de interação com os animais, “a partir do estoque preexistente de relações consideradas como possíveis no interior do conjunto cultural considerado” (Descola, 2002, p. 91). Afinal de contas, por que se caça? E, dado que muitas são as formas de se apreender e matar um animal, por que se o faz de um determinado modo em detrimento de outros? Parafraseando Gell (1996, p. 25), creio que existem bons motivos para se supor que a morte dos animais nos revela mais que “uma simples predileção carnívora do gênero humano”. Neste sentido, busquei nos escritos de Marvin (2006, 2010a) alguns pares conceituais – caça de

distúrbio e caça de disfarce; abate doméstico e abate selvagem – que se mostraram úteis na compreensão das escolhas técnicas efetuadas pela rede de manejo do javali na APA do Ibirapuitã.

Chegando ao fim da tese, meu interesse neste derradeiro capítulo é discutir, por fim, que outras produtividades o javali e seus dispositivos continuam instaurando no real mesmo após a sua morte. Mais uma vez, devo reconhecer a inspiração da etnologia ameríndia para a reflexão que proponho aqui. Em verdade, poucas tradições antropológicas desenvolveram de maneira tão acurada o tema da produtividade social implicada nas “formas de aquisição violenta dos seres vivos” quanto o estudo das terras baixas da América do Sul – em outros termos, a Amazônia e suas bordas parecem uma fonte inesgotável de reflexão antropológica sobre as vicissitudes do ato de matar e predar. Assim, Pierre Clastres (2004) vê na guerra, e não na troca (cf. Lévi-Strauss, 2011) - o fundamento da sociedade primitiva, ao passo que Viveiros de Castro (2011, 2015), Fausto (2001, 2002) e outros, descrevem e analisam uma série de contextos nos quais a incorporação do inimigo e sua potência é o dispositivo cosmológico que enseja a produção de novos nomes, sujeitos e parentes no interior do grupo.

Deslocando-nos gradualmente do contexto ameríndio, mas ainda situado no domínio amazônico, Sautchuk (2007) argumenta que o ato de matar o peixe é o que instaura a pessoa do proeiro enquanto tal. Todavia, a produtividade do pirarucu não se esgota no momento em que sua vida é cobrada pelo caboclo, pois, uma vez *cuidado* e beneficiado, sua circulação dentro e fora da vila cria alianças entre sujeitos e solidifica vínculos sociais. Já Graciela Froelich (2011), falando agora de um contexto totalmente distinto, relata que a *carneada* do porco opera um papel crucial no fortalecimento dos laços de reciprocidade e solidariedade entre os descendentes de alemães do noroeste do Rio Grande do Sul.

Por fim, eu mesmo, em minha dissertação de mestrado (Sordi, 2013a), discuti os modos pelos quais a indústria da carne no Brasil se defende das críticas que lhes são feitas a partir de um discurso de positividade da carne, não só no sentido de apresentá-la como alimento benéfico e desejado para o consumo, mas também como disparador de uma série de concatenações produtivas cuja interrupção levaria ao colapso econômico e social. Inversamente, investiguei como a militância anticarnívora, notadamente aquela vinculada ao animalismo radical, desenvolvia um discurso de negatividade da carne calcado não apenas no sofrimento dos animais, mas também na ideia de que as concatenações sociais decorrentes do seu abate conduzem o mundo ao colapso ecológico.

Como se vê, pensar os efeitos da morte dos animais parece conduzir-nos necessariamente a discussões do campo da antropologia da alimentação e do consumo, notadamente a questão dos efeitos sociais e simbólicos da incorporação do outro. E nem poderia ser de outro modo, já que, como bem notam os autores da coletânea *Killing animals* (The Animal Studies Group, 2006, p. 3)¹²⁵, a morte dos animais é um fato social “ubíquo e onipresente” em todos os continentes e todas as épocas, sobretudo para fins alimentares. De acordo com Lévi-Strauss (2009, p. 211), o ato de matar seres vivos para se alimentar coloca aos seres humanos, “tenham eles consciência ou não desse fato, um problema filosófico que todas as sociedades tentaram resolver”. Este problema, cabe notar, não envolve apenas questões de ordem moral e teológica como aquelas discutidas por Keith Thomas em *O homem e o mundo natural* (2010), mas também classificatórias e cognitivas, como aqueles referentes aos perigos cosmológicos derivados do consumo do idêntico e do canibalismo (Douglas, 1991; Fausto, 2001, 2002; Descola, 2002; Lévi-Strauss, 2009; Keck, 2015).

Por outro lado, o abate dos animais não se restringe à alimentação e suas circunstâncias simbólicas e materiais, mas envolve outros tipos de produtividade social que se efetivam entre os polos da fascinação e do risco. Em diversas culturas, a comunicação com o mundo transcendental - os deuses e os mortos - é assegurada através de oblações e holocaustos, bem como a própria manutenção da ordem cosmológica (Mauss; Hubert, 2005; Das, 2013). Em nome do conhecimento científico e da cura de doenças, milhares de cobaias são sacrificadas todos os anos em laboratórios e centros de pesquisa, à revelia dos protestos anti-vivissecionistas (Carvalho, 2016). Em práticas como a tourada (Wolff, 2010), a briga de galos (Geertz, 1989), a caça e a pesca desportiva (Dahles, 1993; Govoroff, 2006; Ortega y Gasset, 2007), educam-se as emoções e dramatizam-se os dilemas da existência através da morte dos animais. Por fim, em defesa do meio ambiente e da produção agropecuária, campanhas de erradicação de EEIs tornaram-se frequentes ao redor do mundo (Simberloff, 2011; 2013; McNeely, 2011; Sagoff, 2011), dando um novo sentido ecológico ao velho tema da praga.

Nesta linha de reflexões, dedicarei este capítulo a um tipo muito específico de produtividade *post-mortem* do javali, diretamente relacionada ao seu novo estatuto jurídico no Brasil engendrado pela IN 03/2013. No início da tese, vimos que, conforme a ponderação da Dra. Virgínia, o grande trunfo deste documento havia sido a possibilidade, por ele engendrado,

¹²⁵ O *The Animal Studies Group* reúne oito pesquisadores britânicos: Steve Baker, Jonathan Burt, Diana Donald, Erica Fudge, Garry Marvin, Robert McCay, Clare Palmer e Chris Wilbert. A coletânea *Killing Animals* (2006) é seu primeiro trabalho conjunto. Cada autor contribuiu com um texto e a introdução foi escrita por todos.

de os agentes públicos “colocarem a mão no bicho”. Ao chegarmos neste ponto do trabalho, coloco as seguintes questões: à parte dos esforços de controle populacional, por que outros motivos o Estado e a ciência teriam interesse em “colocar a mão” no javali? O que sua manipulação, agora sancionada pela lei, permite aos agentes públicos? E por fim, de que maneira as formas de incorporação científica e estatal do javali dialogam com as formas locais de consumo e apropriação alimentar do mesmo?

Até aqui, viemos nos orientando por uma estratégia de descrição da presença dos suínos ferais em seus múltiplos contextos. Assim, ao longo dos capítulos precedentes, passamos pelas controvérsias envolvendo o papel da caça no sistema de conservação do meio ambiente no Brasil; pelas querelas entre militantes de direitos animais e seus adversários; pelas diferenças de sensibilidade para com os animais entre urbanos e rurais; pelo declínio socioeconômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul e por outros processos de invasão biológica que grassam no bioma Pampa até chegarmos à territorialização da Campanha como fronteira, de maneira a elucidar como ela incide sobre as escolhas técnicas envolvendo o manejo do javali.

Em todos estes momentos, busquei assinalar de que maneira o *Sus scrofa* se constitui como presença *implicada* nestes contextos, isto é, como um ente emaranhado pelos fluxos vitais e linhas intensivas que lhe atravessam. Entendo esta implicação à maneira de Ingold (2000, 2011), ou seja, como a participação do próprio javali no incessante processo de transformação e reconfiguração dos ambientes em que está colocado. O que proponho a seguir, em contrapartida, é pensar o que ocorre a partir do momento em que se cortam as conexões do javali com o mundo vivo e se passa a manipulá-lo de maneira *ex-plicada*, isto é, como um conjunto de partes cujo exame e escrutínio permite a reconstituição cognitiva de - e o acesso biopolítico a - totalidades ecológicas que o ultrapassam. Para tanto, retornarei inicialmente à descrição de uma importante situação etnográfica já mencionada no capítulo anterior, porém ainda não desdobrada em seus detalhes: a saída de campo realizada pela Embrapa e o ICMBio em maio de 2016 na Estância Renascença, denominada *Javalis e doenças*.

4.1 – As arúspices¹²⁶ do Cerro Chato

Dois anos depois da audiência pública na Câmara Municipal de Livramento, um novo círculo de pessoas de procedências diversas se formava em torno dos restos mortais de um javali

¹²⁶ Do latim *harsupex*, adivinho que consulta as entranhas dos animais.

abatido. No entanto, ao contrário daquela ocasião, tratava-se então de um *cachaço* inteiro, ao redor do qual os participantes do encontro *Javalis e doenças* tomavam lugar. Apesar do vento inclemente que soprava sobre o grupo – o frio chegara mais cedo aquele ano na Campanha -, todos pareciam muito animados com a atividade que se iniciaria e, em comparação com a atmosfera tensa da audiência pública, o clima era de concordância e descontração.

Ao fundo, se avistava a usina eólica do Cerro Chato e seus imponentes cataventos. Sobre uma mesa rústica, erguida a partir de ripas de madeira, a Dra. Virgínia, de retorno à Livramento, depositara alguns instrumentos que seriam empregados ao longo do dia: luvas, tesouras cirúrgicas, tubos de coleta e armazenamento de sangue, envelopes plásticos para o acondicionamento de amostras teciduais, entre outros apetrechos do tipo. Raul, por seu turno, esboçava nas folhas brancas de um cavalete de palestra algo que se propunha como a agenda do dia: às 9h, apresentação dos participantes e combinações preliminares; às 10h, comunicação dos resultados das pesquisas conduzidas pelo projeto da Embrapa e abate de quatro leitões encerrados numa gaiola, seguido de coletas; às 11h, pesquisadores da Fepagro e da UFRGS – eu incluído –falariam sobre suas pesquisas¹²⁷; ao meio dia, almoço; por fim, a partir das 13h, necropsia dos animais e visita à jaula-curral da estância. Se tudo corresse conforme planejado, o encontro terminaria por volta das 14h.

O público do encontro era majoritariamente formado por criadores e manejadores locais, como Álvaro, proprietário da Renascença, La Hire e sua esposa. Além de Virgínia, o grupo de pesquisadores era composto por mim, uma veterinária da Fepagro, uma mestrandia em ecologia da UFRGS e seu bolsista de iniciação científica. Pouco depois das 9h30, chegaram outros convidados, como uma equipe de controladores de denominada *Boar hunters*, liderada por Nelson, e também alguns uruguaios funcionários do MGAP. Mais cedo, viera conosco na camionete do ICMBio outro participante transfronteiriço, vinculado ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) daquele país. Chamado Gustavo – havia dois uruguaios com este nome naquele dia -, administrava uma área protegida do Departamento de Rivera chamada Laureles.

Após as apresentações, Virgínia tomou a palavra e explicou algumas generalidades sobre seu trabalho de monitoramento dos suínos de vida livre no Brasil. Lembrou aos presentes que o projeto a que estava vinculada fora solicitado à Embrapa pelo Ministério da Agricultura,

¹²⁷ Como eu havia retornado do estágio doutoral na Escócia, traria notícias sobre o manejo da espécie no Reino Unido.

tendo em vista manutenção do status de grande parte do território brasileiro como zona livre de PSC junto à OIE. Neste sentido, mencionou que o trabalho realizado junto à APA do Ibirapuitã nos três anos anteriores havia sido importante para o relatório que conferira ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina o inédito título de zona livre sem vacinação para aquela doença, em maio de 2015.

Dessa maneira, um encadeamento complexo de mediações ligaria os javalis da Campanha e a “festa brasileira” improvisada cerca de um ano antes pelas delegações oficiais dos dois estados em Paris, conforme noticiado pela seção agropecuária de *Zero Hora* (28/05/2015) na oportunidade:

Durou menos de um minuto a entrega do certificado de zona livre de peste suína clássica da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), mas foi tempo suficiente para as delegações do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina transformarem o palco da Maison de La Chimie, em Paris, numa festa brasileira. O secretário da Agricultura, Ernani Polo, providenciou uma bandeira do Brasil e outra do RS para comemorar. (...) Polo e o governador José Ivo Sartori destacaram que os mercados estão cada vez mais exigentes e esse certificado será importante para as exportações gaúchas. A certificação que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam, de forma única no país, se converterá em credencial para o mercado global. E deve ajudar o Rio Grande do Sul a ganhar mais espaço nas exportações brasileiras – hoje, é o segundo no ranking, atrás de Santa Catarina. (...) O volume de carne suína embarcada pelo Estado hoje é 10 vezes superior à carne bovina, por exemplo. A certificação só não ajudará a abrir mais portas externas ao Rio Grande do Sul por outros motivos. Países como Japão e Estados Unidos, por exemplo, adotam como critério outra certificação: a de zona livre da febre aftosa, sem vacinação. A condição é atendida atualmente apenas por Santa Catarina.

Além de negativa para PSC, a sorologia havia detectado que os animais da APA estavam livres de brucelose, uma doença bastante perigosa para aqueles que manipulam as carcaças dos bichos abatidos. No espírito da educação sanitária, Virgínia aproveitou esta deixa para recordar a importância da utilização de luvas neste manuseio. Para quem quisesse comer os animais, a atenção devia ser redobrada. Com efeito, durante outra palestra que realizara para aquele público, em julho de 2014, Virgínia já havia projetado uma série de fotografias nada agradáveis das enfermidades causadas pelo consumo impróprio de carne suína, principalmente as verminoses.

Por outro lado, os exames haviam sido reagentes para toxoplasmose e “altamente reagentes” para leptospirose, o que levantava preocupações. Além disso, as pesquisas haviam indicado sorologia positiva para uma doença inusual – a hepatite E. De acordo com Virgínia, essa não era uma notícia de todo modo alarmante, mas indicativo de que aquele patógeno

andava circulando pela vida selvagem da região. Com relação a isso, declarou que o animal era uma “verdadeira caixa preta”, expressão que, como não poderia deixar de ser, evocou-me de imediato o seu emprego pela teoria do ator-rede.

Enquanto o mate circulava de um lado a outro da roda, alguns controladores interromperam a exposição da especialista para sugerir, com a gravidade característica das interações respeitadas na Campanha, que os leitões aprisionados fossem abatidos o quanto antes, já que estava ficando tarde e um atraso maior na agenda poderia comprometer o almoço e as necropsias. Não é preciso dizer que a esta altura dos acontecimentos o detalhado planejamento de Raul já se mostrava uma utopia. De fato, a atividade só se encerraria no final da tarde.

De pronto, a roda se fragmentou em pequenos grupos que se deslocaram até a gaiola de madeira em que os leitões aguardavam seu abate. Os menos interessados na observação do ato de matar em si, como os dois estudantes da universidade, avançavam a passo mais lento, na retaguarda. À frente, seguiam os mais acostumados com aquele tipo de procedimento, além de grande parte dos uruguaios. Virgínia e a pesquisadora da Fepagro levavam consigo o material necessário para extrair o sangue dos animais. Perguntei para esta última se não seria melhor coletá-lo assim que os animais fossem trazidos até a sede, sobre a mesa. Respondeu-me, então, que coleta de sangue tinha de ser assim, “abateu, coletou”. De outro modo, a amostra poderia “ficar imprestável”.

Mortos os leitões, Virgínia se abaixou para coletar o sangue com auxílio de Nelson, que, além de exímio atirador, também era muito habilidoso na extração de boas amostras para o projeto. De forma certeira, o homem identificou de pronto o ponto mais adequado para inserir a agulha, na borda lateral do olho dos animais. Virgínia declarou ter inveja da precisão de Nelson, o que me evocou algumas considerações de Guilherme Sá (2013) sobre a dependência de muitos projetos científicos em relação aos saberes e conhecimentos práticos de personagens como guias e mateiros. Logo depois, alguns homens se prontificaram para carregar os leitões até a sede, onde foram depositados na caçamba aberta de uma camionete. De pronto, o primeiro espécime foi trazido até a mesa de ripas de madeira, ao redor da qual se formou um novo grupo de espectadores. Mais adiante, junto ao aramado que delimitava o perímetro da sede, outros homens iniciavam um fogo de chão. O cheiro de lenha de acácia se misturava ao odor de campo fresco.

Um dos visitantes externos, controlador de javalis na região do Vale do Taquari, ostentava uma *pilcha*¹²⁸ que gerara certo estranhamento entre os naturais da Campanha assim que chegara no encontro. Suas *bombachas*¹²⁹ eram mais largas que as comumente utilizadas na região, e sob certo aspecto parecia mais paramentado para um baile do que para o trabalho. Posteriormente, este homem esclareceu-me com seu áspero sotaque germânico, próprio daquela região do estado, que gostava muito de caçar *a perro y cuchillo*, como no Uruguai. De acordo com ele, as perseguições com auxílio de cães seriam um método mais adequado para a captura de suínos em regiões de vegetação mais densa, como as zonas de encosta do planalto. Convidando-me a apalpar o *cachaço*, indicou quais seriam os pontos mais estratégicos para matar o animal com lâmina. “Se a gente enfia aqui, vai direto no coração”, disse.

Antes de abrir o primeiro leitão, a veterinária ensinou os presentes sobre como identificar os sinais das doenças do “complexo das enfermidades vesiculares”. Essa lição de semiologia era um dos pontos altos do encontro, já que seu principal objetivo era instruir os locais a identificar os sintomas das doenças nos javalis. Quanto a isso, Virgínia afirmou que os controladores deveriam ser “os olhos e os ouvidos do serviço veterinário”, comunicando imediatamente a IVZ se encontrassem algo de diferente nos suínos abatidos. A febre aftosa, em especial, despertava o maior interesse entre os presentes. Como veremos mais adiante, esta doença ocupa um lugar bastante específico na imaginação da pecuária gaúcha, especialmente em Livramento e região. Viral e altamente contagiosa, ocorre apenas em animais biungulados, isto é, bichos que possuem casco bipartido. Não chega a constituir-se como um problema de saúde humana; todavia, a simples notificação de um caso costuma ser suficiente para colocar em cheque a reputação sanitária de todo um complexo produtivo.

Erguendo uma das patas dianteiras do leitão, Virgínia lembrou os presentes de sempre verificarem o interdígito, isto é, o pequeno espaço entre os dois dedos do porco. Em seguida, prosseguiu sua demonstração de semiologia clínica examinando a mucosa oral e o focinho¹³⁰. Nada encontrado, pediu ao proprietário da estância que efetuasse o corte, de modo a dar início à necropsia. Neste momento, pensei comigo mesmo como era estranho que aquele bicho, esquivo e responsivo como todo javali até poucos minutos antes, pudesse ser agora manipulado com tanta liberdade e facilidade, quase como um objeto ou pedaço de matéria inerte.

¹²⁸ Nome dado às vestimentas do tradicionalismo gaúcho.

¹²⁹ Calça larga utilizada nas lidas campeiras e apropriada pela indumentária tradicionalista. Reza a lenda que teriam sua origem num carregamento oriundo do Império Otomano que abastecera os soldados da Guerra do Paraguai.

¹³⁰ Exatamente por atacar estes locais, a aftosa é conhecida em inglês como *Food and Mouth Disease* (FMD).

Uma vez seccionado o animal, deu-se início a um protocolo que se repetiria outras sete vezes até o final da tarde. Isto porque, além dos cinco leitõezinhos, também se examinou o *cachaço* e uma fêmea de porte médio, cujo corpo ainda jazia na jaula-curral erguida na estância. Esta, localizada a alguns metros da sede, possuía um aspecto verdadeiramente feral no sentido de funéreo. Isto porque, à parte da javalina abatida, dispunha-se em seu interior um terneiro morto como engodo para os suínos. Além disso, ossos de diversos animais pavimentavam o caminho entre o mato e a entrada da jaula, também à título de isca. Talvez inspirado por este cenário lúgubre, um dos proprietários mencionou neste momento que os javalis que visitavam sua estância eram inveterados canibais, ao que Virgínia aproveitou para comentar que a endofagia contribuía na perpetuação do ciclo das doenças encontradas.

Na sede, a liturgia das necropsias se compunha das seguintes etapas: primeiramente, extraíam-se as tonsilas os linfonodos cervicais dos javalis. Logo em seguida, seccionavam-se partes de órgãos viscerais como fígado, baço, intestino delgado, pulmões e rins. Do estômago, perfurado com uma faca, extraía-se o bolo alimentar com a mão. Isadora, a mestrandia em ecologia, responsabilizava-se por este procedimento, já que este era o material de interesse da sua pesquisa. Uma vez coletado, o conteúdo gástrico era depositado em pequenos potes de plástico, similares a embalagens de mel. Nestes, uma solução de formol e ácido acético fazia o trabalho de conservação. A abertura do estômago era a parte mais desagradável de toda a necropsia, dado o forte odor exalado pela exposição do seu conteúdo ao ar. Por outro lado, era a mais imediatamente reveladora, já que, ao contrário das análises laboratoriais, um rápido exame a olho nu já conseguia identificar aqui e ali do que se compunha sua dieta. Em seguida, Virgínia e a pesquisadora da Fepagro extraíam os linfonodos mediastinos e mesentéricos, localizados entre os órgãos viscerais. Terminado um animal, passava-se para outro e assim sucessivamente.

Ao contrário dos leitões, o *cachaço* e a javalina eram grandes demais para serem examinados sobre a mesa, de maneira que suas necropsias foram feitas em outros locais. O primeiro, sobre o estrado em que havia sido depositado; a segunda, pendurada em uma árvore e eviscerada à maneira dos animais domésticos. O gauchão do Vale do Taquari se responsabilizou pela incisão do ventre de ambos, o que fez com a perícia de quem já carneara muitos porcos. Durante o exame do *cachaço*, as cientistas repararam que o bicho possuía uma estrutura estranha em seu baixo ventre, cuja parede a pesquisadora da Fepagro perfurou com auxílio de uma tesoura cirúrgica. Um líquido branco-desmaiado verteu do seu interior, o que fez com que as cientistas julgassem se tratar de sua vesícula seminal. No entanto, a estrutura

era tão grande que o gauchão tivera de pisar sobre os dois joelhos do *cachaço* para quebrar sua bacia, de modo a permitir sua extração. Era possível que fosse um tumor, o que coadunava com o relato de Álvaro sobre o aspecto de debilidade com que encontrara o suíno na jaula.

Talvez a coisa não revelasse nada de interessante de um ponto de vista zoonótico, mas por via das dúvidas, Virgínia e a pesquisadora da Fepagro decidiram levar a estrutura para analisá-la em pormenor. Entre os presentes, a descoberta da estrutura produziu comentários jocosos a respeito do “câncer de próstata” do bicho. Como vimos no capítulo anterior, outras piadas etnograficamente relevantes circularam durante esse encontro, como o chiste do veterinário uruguaio sobre a proibição de se matar o “javali com lâ” em seu país e as brincadeiras dos peões e controladores sobre um suposto brinco que indicava quem era o dono do *cachaço*.

Depois de extraídas, as amostras eram colocadas em envelopes plásticos de tamanhos diferentes. Na lateral de cada um, escrevia-se o tipo de tecido coletado e o número designado para cada suíno, de um a sete. Lacrados, os envelopes eram depositados num saco maior, também transparente, que reunia todas as amostras de um mesmo bicho. Ao final do exame, acondicionava-se tudo em uma caixa refrigerada. De Livramento, estas partes do javali, consideradas as mais relevantes para a pesquisa ecológica e epidemiológica, seguiriam para Porto Alegre e Concórdia, alimentando três projetos de pesquisa em três instituições diferentes. Associadas a instrumentos como anticoagulantes, reagentes, microscópios, centrífugas, etc., esperava-se que estas amostras revelassem algo sobre o modo de vida e a condição sanitária dos javalis para além do já detectado no plano etológico e do já sentido no bolso e na honra dos produtores. Traduzidas em relatórios e artigos científicos, essas informações poderiam subsidiar novos protocolos de manejo da espécie, ampliando o conhecimento oficial a seu respeito e fornecendo aos agentes públicos novas estratégias de intervenção.

No primeiro capítulo, afirmei que o troféu de caça levado à audiência pública havia me evocado algo de sacrificial. Dois anos depois, esta mesma impressão passara novamente pela minha cabeça a propósito das necropsias realizadas. No entanto, ao contrário daquela primeira oportunidade de encontro com os restos mortais do javali, a ideia de um sacrifício envolvido no trabalho dos cientistas não parecia estar imbuída de um sentido expiatório, como na audiência pública, mas sim daquela propriedade comunicativa entre dois planos da existência que, de acordo com a tradição maussiana e lévi-straussiana, o sacrifício logra produzir. Lembremos,

neste sentido, do que escrevem Mauss e Hubert na conclusão de seu ensaio sobre as oblações. De acordo com estes autores (2005, p. 103), sob a diversidade das formas que o sacrifício assume:

(...) há sempre um mesmo procedimento que pode ser empregado para as finalidades as mais diferentes. Esse procedimento consiste em estabelecer uma comunicação entre o mundo sagrado e o mundo profano por intermédio de uma vítima, isto é, de uma coisa destruída durante a cerimônia.

Já Lévi-Strauss (1989, p. 264) argumenta em *O pensamento selvagem* que a natureza do sacrifício é metonímica, pois “procura estabelecer uma conexão desejada entre dois domínios inicialmente separados” através de sucessivos procedimentos técnico-rituais que instauram uma contiguidade antes inexistente entre os dois planos. Recordemos, todavia, que tão ou mais importante que a oferenda em si para o funcionamento do sacrifício, é a correta observância dos gestos e procedimentos levados a cabo pelo oficiante (Mauss; Hubert, 2005). Assim, se as oblações possuem o sentido de uma conexão com o sagrado - o *religare* da explicação etimológica mais clássica para o termo “religião” – elas também possuem um sentido de *relegere*, isso é, de atender escrupulosamente aos ritos tal qual exigido pelo cânone e pela própria gravidade cosmológica do ato (Agamben, 2007).

Sob este prisma, entendo que o sacrifício do javali permite revelar dimensões ocultas do real – digamos, os patógenos circulantes no ambiente, a composição da sua dieta, etc. – às quais não se acessaria de outro modo, e que o animal, como caixa preta biológica, não revelaria de outra maneira se não capturado e desconectado dos liames que o ligam ao resto do mundo vivo. Em outros termos, compreendo que o javali é metonímico do meio onde vive, pois seu próprio corpo, pensado como o resultado de sua imersão no ambiente, contém em si a história das suas relações. Abri-lo e examiná-lo é uma forma de revelar essa história, da mesma forma que o escrutínio das entranhas dos animais levados ao altar permitia aos arúspices da Antiguidade prever o futuro e esclarecer o passado¹³¹, à parte de outras funcionalidades do sacrifício.

Além disso, como em todo ritual que se preze, a IN 03/2013 estabelece parâmetros estritos dentro dos quais esse sacrifício pode ser realizado, o que delimita uma diferença entre sua morte para fins “maiores”, como a pesquisa científica e a proteção da natureza, de fins

¹³¹ Entre etuscos e romanos, a aruspicina consistia na arte de prever o futuro a partir do exame das vísceras dos animais. De ordinário, utilizava-se o fígado dos bichos imolados em sacrifício aos deuses, cujo aspecto era comparado com um modelo paradigmático em pedra ou cerâmica. (Van der Meer, 1987).

“menores” e mais mundanos, como a caça por esporte e o apetite por carne cinegética. Também do ponto de vista litúrgico, a correta observância do protocolo de coleta e armazenamento das amostras garante a validade científica e eficácia diagnóstica destas. À maneira de Lemmonier (2012), poderíamos considerar que instrumentos como a luva, o guarda-pó, o envelope lacrado, as pinças, etc., são ressonadores perissológicos da ideia de que a carcaça do javali é matéria de manipulação perigosa, porém necessária de ser escrutinada tendo em vista o acesso às dimensões ocultas do real contidas nela.

4.2 – Consumo e risco

Quanto a esta dimensão do risco, também chamava atenção o fato de que enquanto a necropsia ocorria em um canto do perímetro da sede, em outro, não muito distante, era preparado o almoço. Coincidentemente, pão com linguiça. A comida fora comprada em um supermercado da cidade e, por isso mesmo, não era feita de javalis, mas sim de suínos domésticos. De qualquer forma, era impossível deixar de notar certa continuidade antitética entre as duas “cozinhas” armadas naquela oportunidade, por assim dizer. Digo “antitética” porque não sei se havia o interesse, entre os presentes, de comer o que restara dos javalis examinados. Ainda assim, a menção a tantos riscos e a tantas doenças durante a atividade, bem como a intensa manipulação a que as carcaças haviam sido submetidas pelas cientistas – sem falar no “câncer de próstata” do *cachaço* - pareciam dissipar quaisquer interesses gastronômicos dos participantes, como se *aqueles animais* em particular condensassem todos os aspectos perigosos envolvidos no consumo da espécie como um todo.

Em suma, os javalis não eram vistos naquela ocasião como comida, muito embora o pudessem ser em outras circunstâncias, como registrei no capítulo anterior. Em seus estudos sobre a predação familiarizante na Amazônia, Fausto (2001, 2002) revela que os Parakanã e outros povos da região possuem procedimentos específicos para delimitar se a alteridade predada será consumida como alimento, a fim de se produzir o parentesco por meio do dispositivo da comensalidade, ou como pessoa, de maneira a identificar-se com ela e apropriar-se de suas qualidades vitais através do dispositivo do canibalismo. Conforme o autor (*idem*,

p.16), “isto implica trabalho, pois a caça *tem de ser produzida* como comida, já que ela não é naturalmente um objeto”¹³².

Guardadas as diferenças cosmológicas entre os contextos, entendo que algo similar ocorre em relação ao javali, cuja transformação em comida depois de caçado não se dá automaticamente, mas respeita uma série de protocolos que buscam desativar algumas de suas potencialidades perigosas ao mesmo tempo em que se intenta preservar certas qualidades desejadas oriundas de seu “sangue selvagem”. Trocando em miúdos, a atmosfera criada em torno dos javalis necropsiados, na qual a dimensão do risco era constantemente reiterada verbal e não-verbalmente, parecia refratária à objetivação dos mesmos em comida, o que também se explica, cabe notar, pela ostensiva presença de autoridades sanitárias e ambientais naquela ocasião. Em outros momentos, entretanto, esta objetivação dos javalis como alimento ocorria normalmente, ainda que de maneiras diferentes a se depender do sexo, da idade e da condição do animal.

De acordo com o relato de Lorena, por exemplo, o pessoal da Fazenda Coqueiro gostava muito de consumir a carne dos javalis abatidos, mas somente a de fêmeas e leitões. A carne dos *cachaços*, por outro lado, era descartada porque considerada *rançosa*: muito forte, muito dura, muito escura e de digestão pesada. Curiosamente, os receios sanitários de muitos interlocutores – a possibilidade de “pegar doença” – convergiam com essa percepção do macho como portador de maiores riscos que o resto da espécie. A categoria de *ranço*, por sua vez, evoca a categoria popular de *reima*, tal como definida por Klaas Woortmann (2008, p. 23):

Além de ‘quentes’ ou ‘frios’, os alimentos podem ser ‘reimosos’ ou ‘mansos’. A ‘reima’ – possivelmente um termo derivado de *rheuma* e que também designa ‘mau-gênio’ – é uma ‘qualidade’ do alimento que o torna ofensivo para certos estados do organismo e em certos momentos da vida da pessoa. (...) Tal como ocorre com as qualidades de ‘quente’ e ‘frio’, a ‘reima’ também exprime uma relação entre o alimento e o organismo.

Entre os critérios para se definir a *reima* no pensamento popular brasileiro, Woortmann (2008) identifica primeiramente a idade do animal ou planta, muito embora a categoria se aplique com mais frequência aos alimentos de origem animal. Desta maneira, são considerados *reimosos* os bichos já maduros sexualmente, assim como os machos não-castrados em contraste

¹³² Sobre transformação do animal em alimento em outros contextos, ver Vialles (1987) sobre a indústria frigorífica, e Froelich (2011) sobre a zona colonial alemã gaúcha.

com os castrados (o touro em oposição ao boi, por exemplo)¹³³. Em seguida, assinala a oposição selvagem x domesticado, de maneira que “um animal será tanto mais *reimoso* quanto mais se opõe ao homem” (idem, p. 24). Por fim, a ambiguidade é outro critério para se definir a *reima*, o que se aplica aos animais que “não se enquadram nos critérios selecionados por determinada cultura para elaborar suas taxonomias” (idem: *ibidem*).

Ora, o *cachaço* cumpre todas estas expectativas de *reimosidade*. Via de regra, entende-se que os machos solitários ou são porcos velhos expulsos de uma vara por indivíduos mais novos, ou são porcos jovens à espera deste momento; em ambos os casos, portadores de traços que os qualificam como *rançosos* (idade e impetuosidade). Desnecessário recordar a esta altura, ademais, o quanto o *cachaço* agencia e perturba as fronteiras entre o mundo doméstico e o mundo selvagem na percepção dos interlocutores: lembremos que é ao macho solitário que se atribui a iniciativa sexual sobre as porcas domésticas, e não ao contrário. Por fim, como relembra Woortmann (2008), o *Sus scrofa* sempre foi considerado um animal de estatuto ambíguo na tradição ocidental, o que explica o interdito à sua carne nas religiões semitas.

No Antigo Testamento, o porco é considerado animal abominável porque ao ser biungulado, mas não ser ruminante, cumpre um dos critérios de comestibilidade do Levítico ao mesmo tempo em que viola outro, tornando-o impuro para o consumo (Douglas, 1991). Igualmente, para o pensamento popular, o habitat do porco é a lama, meio híbrido entre a água e a terra que o torna abjeto por associação às ideias de sujeira e poluição (Woortmann, 2008). O costume de a espécie se alimentar dos rejeitos da sociedade humana, da mesma forma, contribui com essa percepção de sujeira, de maneira que até meados do século XIX (e do XX, em alguns casos), os porcos ocupavam o mesmo papel dos cães de rua na paisagem das grandes cidades europeias e americanas (Mizelle, 2011).

Já Marvin Harris (2009) entende que a aversão ao porco nas culturas do Oriente Médio se explicaria por questões de adaptação ecológica, principalmente a competição entre humanos e suínos pelos mesmos recursos alimentares. Não creio que caiba reproduzir em detalhes, por ora, a querela entre razões práticas e razões simbólicas a propósito do porco. Todavia, acredito que a situação do javali na Campanha reforça ambas as posições, já que o animal é considerado perigoso tanto por sua ambiguidade classificatória, quanto por sua competição com os seres

¹³³ Stoeckli (2015) assinala esta dimensão na diferenciação nativa entre a carne de bovinos e bubalinos.

humanos por um mesmo recurso ecológico, isto é, as lavouras e os cordeiros que lhe servem de alimento.

Outro aspecto ambíguo do *Sus scrofa* relacionado à dimensão do risco é sua similaridade com os seres humanos. O hábito detritívoro da espécie e a competição ecológica de que trata Harris (2009) revelam bem ou mal um plano de comensalidade entre uns e outros, que se diferencia tanto da relação estabelecida com outros mamíferos de produção (normalmente ruminantes), quanto com cão, cuja comensalidade com o ser humano faz de si um “humano metonímico” sobre o qual incide o tabu de uma antropofagia metafórica (Lévi-Strauss, 1989, 2009)¹³⁴. No imaginário popular, é frequente a menção à carne humana como sendo similar à suína, e, no caso aqui analisado, foi possível notar que o canibalismo dos javalis despertava fortes sentimentos de nojo e repulsa entre alguns interlocutores.

Lévi-Strauss (2009) e Keck (2015) notam que um dos componentes cruciais da crise da vaca louca nos anos 1980 e 1990 era a percepção de que a doença derivava de uma perversão da natureza herbívora dos bovinos, alimentados pela indústria com os restos de outros animais. Ao consumir sua carne, portanto, os humanos se sentiam cúmplices de um canibalismo indireto. Em outros registros, o canibalismo como índice de degradação do humano funde-se com o imaginário do porco: no segundo filme da trilogia sobre o médico Hannibal Lecter (*Hannibal*, Estados Unidos, 2001), uma de suas vítimas acalenta se vingar do seu canibalismo jogando-o a uma vara de porcos ferais que mantém confinada com este objetivo. No entanto, quando Hannibal é finalmente capturado e oferecido às bestas, os animais o ignoram e acabam por devorar o próprio algoz, sugerindo uma cumplicidade entre o médico e os javalis, canibais como ele.

Em minha dissertação de mestrado (Sordi, 2013a), argumentei que muito embora todas as partes comíveis dos animais sejam genericamente chamadas de “carne” no léxico culinário brasileiro, algumas carnes são consideradas mais próximas do ideal carnívoro que outras, notadamente as vermelhas e, dentre estas, a bovina. É frequente, neste sentido, encontrarmos oposições como “carne ou frango” e também a sugestiva expressão “frutos do mar” para se referir aos mariscos e ao pescado. Neste contexto, tudo se passa como se as carnes se dispusessem num espectro de maior e menor carnicidade, estando o porco numa espécie de patamar intermediário entre os ruminantes e as aves. Este não deixa de ser um lugar curioso, na

¹³⁴ Evidentemente, há exceções à regra, como no caso da Coreia e do norte da África, onde os cães podem ser consumidos como alimento.

medida em que se trata do animal mais consumido no mundo e, como bem recordam Harris (2013) e Leroi-Gourhan (1984b), de um bicho que teve sua domesticação ligada desde o início à produção de banha e carne, e não visando subprodutos de extração em vida como leite e lã.

Na Campanha, como vimos, a carne de ovelha ocupa tradicionalmente o lugar de contraponto cotidiano à carne de gado, ainda que esta oposição tenha se mitigado um pouco com o advento da refrigeração. A ovelha é um animal menos impetuoso que o bovino, o que supostamente faria deste último um animal mais *reimoso* para o gosto em geral. No entanto, no meio urbano rio-grandense, considera-se que a carne ovina seja mais forte e mais pesada que a bovina, o que parece referir-se não apenas às suas propriedades organolépticas e digestivas, mas também a certa vinculação do animal ao imaginário de rusticidade do *campeirismo*. Assim, ao contrário do que ocorre no campo, a carne de ovelha é considerada pelos gaúchos urbanos como um alimento excepcional, “carne de campanha”, coisa que se comia “lá fora” há muito tempo atrás.

Em seu clássico estudo sobre o churrasco gaúcho, Maria Eunice Maciel (1996) evoca o modelo do triângulo culinário de Lévi-Strauss (2013) para assinalar a diferença entre alimentos masculinos e femininos, cotidianos e excepcionais, a partir do modo com que são preparados e das circunstâncias sociais com que são servidos, apontando para uma exoculinária masculina dos alimentos assados em oposição à uma endoculinária feminina dos alimentos cozidos. O fogo-de-chão, com efeito, é território eminentemente masculino no Rio Grande do Sul, cabendo aos homens, na expressiva maioria dos casos, officiar a liturgia do churrasco. Em muitas estâncias, a marcação das reses culmina com um assado em que os homens consomem o *bago* (testículos) do animal castrado. Para os campeiros mais jovens, este ato serve como ritual de iniciação na masculinidade adulta.

O consumo do javali, animal bravio cuja carne é obtida a partir de relações de captura violenta, insere-se nesta mesma exoculinária masculina. Entende-se que consumir a sua carne é um ato extracotidiano que envolve múltiplos riscos, corroborados tanto pelas lógicas locais de comestibilidade, quanto pelos saberes veterinários e zootécnicos. Ambos os códigos recomendam que se consuma o javali muito bem assado, e que se o faça “por conta e risco” dos comensais. Segundo a lógica das qualidades proposta por Lévi-Strauss (2013), o ato de assar os alimentos é compreendido por muitos povos como um compromisso entre o cru e o queimado, ao passo que o cozimento se associa em muitas culturas à dimensão do podre. Aplicando aqui esta interpretação, poderíamos argumentar que a recomendação de se bem assar

o javali instaura sua comestibilidade a partir da evitação dos riscos envolvidos no consumo da sua carne crua ou mal preparada, de um lado, e do extremo representado pela inutilização sanitária das carcaças, de outro, muitas vezes operada a partir de sua incineração¹³⁵.

É preciso levar em conta, no entanto, que uma forma muito comum de se consumir o javali na Campanha é transformá-lo em linguça. A charcutaria, com efeito, não está presente no triângulo levistraussiano, muito embora o próprio autor entenda que o esquema possa ser enriquecido com a adição de outras operações culinárias e sua aplicação a outros tipos de alimento que não a carne (Lévi-Strauss, 2013, p. 46-47). Em todo caso, é correto afirmar que a charcutaria envolve um grau de elaboração e mediação técnica que a aproxima do cozimento e da defumação; logo, também do doméstico e do cultural. Não por acaso, alguns interlocutores afirmaram não terem receio de comer embutidos oriundos de javali, porque processados, mas nutrirem algumas reservas quanto ao consumo direto de sua carne.

Outro procedimento comum na região para se lidar com o javali e demais carnes de caça é deixa-las descansando na salmoura. Entende-se que o vinagre e/ou a solução de água e sal conseguem amaciar a carne destes animais e extrair seu *ranço*, tornando-as mais digeríveis e palatáveis. Da mesma maneira, se compreende que o vinagre limpa e purifica as carcaças, exorcizando-as de seus riscos. Durante o encontro, Álvaro reforçara a recomendação de sempre deixar os javalis no vinagre antes de consumi-los.

Em alguns países de cultura cinegética mais bem estabelecida, a carne de caça é vendida normalmente no mercado, o que se deve, no entanto, à presença de mecanismos de vigilância sanitária para produtos venatórios. No Brasil, onde não há um serviço deste tipo, a carne de javali só pode ser comercializada quando oriunda de fazendas autorizadas pelo Ibama e supervisionadas pelo SVO. Estes criatórios, todavia, tornaram-se raros desde os anos 1990, quando o Ibama baixou uma portaria (102/1998) proibindo o estabelecimento de novas criações da espécie no país e exigindo que os criadores já estabelecidos se regularizassem no prazo de 180 dias. Como vimos no primeiro capítulo, o baixo retorno do investimento em criações de javali naquela década levou não apenas à criação do javaporco em vários pontos descontínuos do Brasil, mas também ao recrudescimento da invasão biológica da espécie para além do seu propágulo original na fronteira brasileiro-uruguaia.

¹³⁵ Este não é, contudo, o procedimento pregado pelas autoridades ambientais e sanitárias, que recomendam sua inutilização com creolina ou seu enterramento. No limite, que se deixe suas carcaças apodrecendo a campo, já que os patógenos presentes nas carcaças muito possivelmente são os mesmos já circulantes na vida silvestre local.

Atualmente, muitos controladores defendem que a criação de um serviço veterinário de fiscalização da caça poderia ser uma maneira de controlar a espécie através da criação de um mercado legal para sua carne. Usando o caso do javali como justificativa, o deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC) apresentou recentemente um projeto de lei (PL 6268/2016) substitutivo à Lei de Proteção à Fauna (5.197/1967) que autoriza a criação de reservas cinegéticas privadas – como o *coto de caza* espanhol - e legaliza o exercício da caça profissional. Este PL também prevê a possibilidade de populações tradicionais comercializarem a carne dos animais que caçam, desde que inspecionada pelo SVO e autorizada pelo plano de manejo de cada espécie.

Esta ideia, no entanto, esbarra em pelo menos três obstáculos à sua consecução: primeiramente, na forte oposição da militância animalista e ambiental a este tipo de proposta; em segundo lugar, nas históricas resistências das autoridades ambientais brasileiras ao exercício da caça profissional; por fim, na própria capacidade do SVO atender a esta nova demanda de fiscalização sanitária, à parte do enorme trabalho já implicado na supervisão dos abates industriais e domésticos. A proposta de criação de reservas privadas de caça, em particular, é uma das que mais desperta receio entre ambientalistas. Em muitos locais da Europa, a história da preservação da natureza se confunde com a criação de reservas cinegéticas para a nobreza e ao monopólio real sobre o acesso a determinadas espécies selvagens, que devido a isso acabaram preservadas (Descola, 2005; Wightman, 2004). Esta não é, no entanto, a trajetória da proteção ambiental no Brasil, mais recente e ligada a questões geopolíticas de proteção instrumental dos recursos naturais (Barretto Filho, 2004). Bem por isso, há muito ceticismo em relação à criação de reservas cinegéticas, o que poderia levar a mais casos de invasão biológica e engendrar formas de turismo predatório vinculadas à caça de espécies nativas.

4.3 – O javali e as lógicas da biossegurança

Retornemos a Livramento. No dia seguinte às necropsias, encontrei Raul e Virgínia no escritório do ICMBio. Àquela altura, o instituto já havia se mudado de sua antiga sede no Lanifício e migrado para um edifício comercial mais moderno, de instalações mais espaçosas. De seu laboratório em Santa Catarina, Virgínia trouxera uma centrífuga, que empregou para lá mesmo em Livramento. Enquanto conectava o equipamento na tomada e se paramentava com guarda-pó e luvas, declarou-se contente com atividade do dia anterior. Além de ter estreitado seus laços com os manejadores locais, havia conseguido coletar muito material pertinente de

uma só vez só, situação rara para um projeto de pesquisa altamente dependente das contingências envolvidas na interação com animais de vida livre.

Da mesma maneira, graças à instantaneidade das coletas pós-abate, conseguira com que as amostras de sangue permanecessem aproveitáveis, evitando outro problema bastante frequente em seu trabalho com suídeos asselvajados. Erguendo um dos tubos de coleta já centrifugados para uma foto, Virgínia comentou:

Então, aqui em cima é o soro e embaixo fica a papa hemática. Na verdade, tudo isso nos conta a história ambiental do animal. Se a gente encontra anticorpos pra doença A ou B no soro, não quer dizer que o bicho esteja infectado naquele momento, mas quer dizer que um dia esteve, e que pode haver outros na população com esse patógeno, circulando e transmitindo por aí (diário de campo, maio de 2016).

Neste mesmo registro, comentou o caso da esparganose, doença parasitária que havia sido identificada em outros javalis examinados pelo projeto da Embrapa:

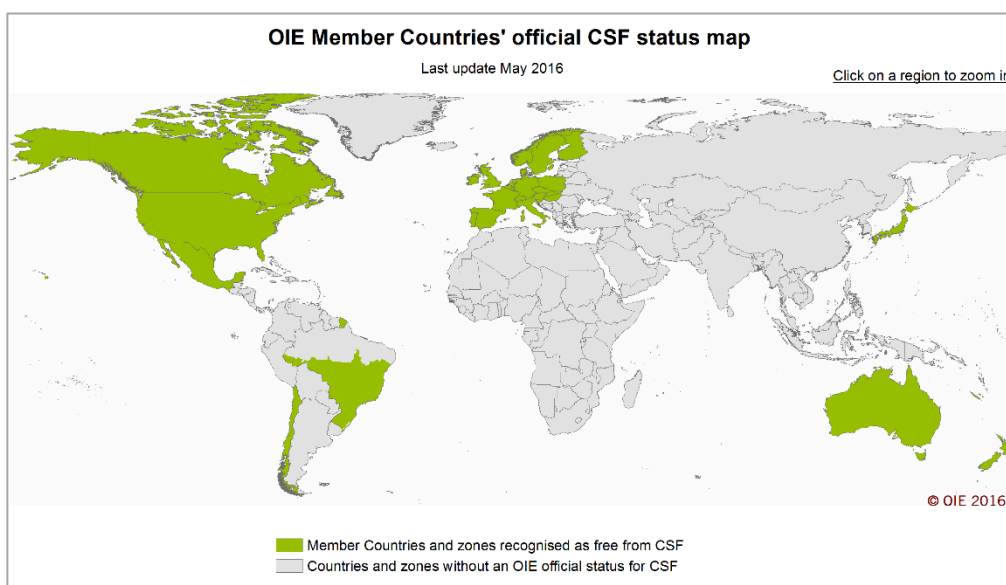
A esparganose, por exemplo, é uma doença de carnívoros silvestres. É um verme, o espargano, que dá elefantíase. É difícil que haja casos em humanos. Mas o javali, que interage com a vida livre e também com os seres humanos, meio que bagunça o ciclo dessa doença, podendo servir de ponte pra transmitir o verme pra nós (idem, ibidem).

Conforme Virgínia, a detecção de anticorpos para enfermidades como essa não deveria ser motivo para pânico, já que algum intercâmbio biológico entre produção animal, humanos e a vida silvestre sempre ocorreria de uma maneira ou outra. Desde o início da sua expansão, no entanto, o javali elevava os desafios vividos pelo SVO a outro patamar de preocupações. Na primeira vez em que a entrevistei, em julho de 2014, a veterinária explicara em que contexto mais geral o seu projeto de pesquisa se inseria, na interface entre economia, política e até mesmo diplomacia:

A gente busca esse status sanitário [zona livre de PSC] porque é o melhor que se pode ter. Então, não dá pra correr o risco de qualquer hora dessas entrar um animal de vida livre em contato com a suinocultura. Mesmo que seja a de fundo de quintal, ele compromete a suinocultura de toda uma região. Isso implica em barreiras comerciais internacionais pra exportação e tudo isso. Além disso, do ano passado (2013) pra cá, a Organização Mundial de Saúde Animal – isso a gente já sabia que ia acontecer – inseriu a peste suína na lista das doenças de reconhecimento internacional, assim como a aftosa. Então, o que acontece: antes, a gente tinha o status autodeclarado, que a gente mesmo se dava, mas agora, se a gente quiser ser reconhecido para fins comerciais como zona livre, a gente tem que apresentar uma documentação para a OIE, que passa também pelo monitoramento dessas populações selvagens. A gente tem que saber onde elas estão, tem que isolar elas, dar garantias de que estão isoladas. Pode até encontrar alguma doença nessa população, que nós não vamos

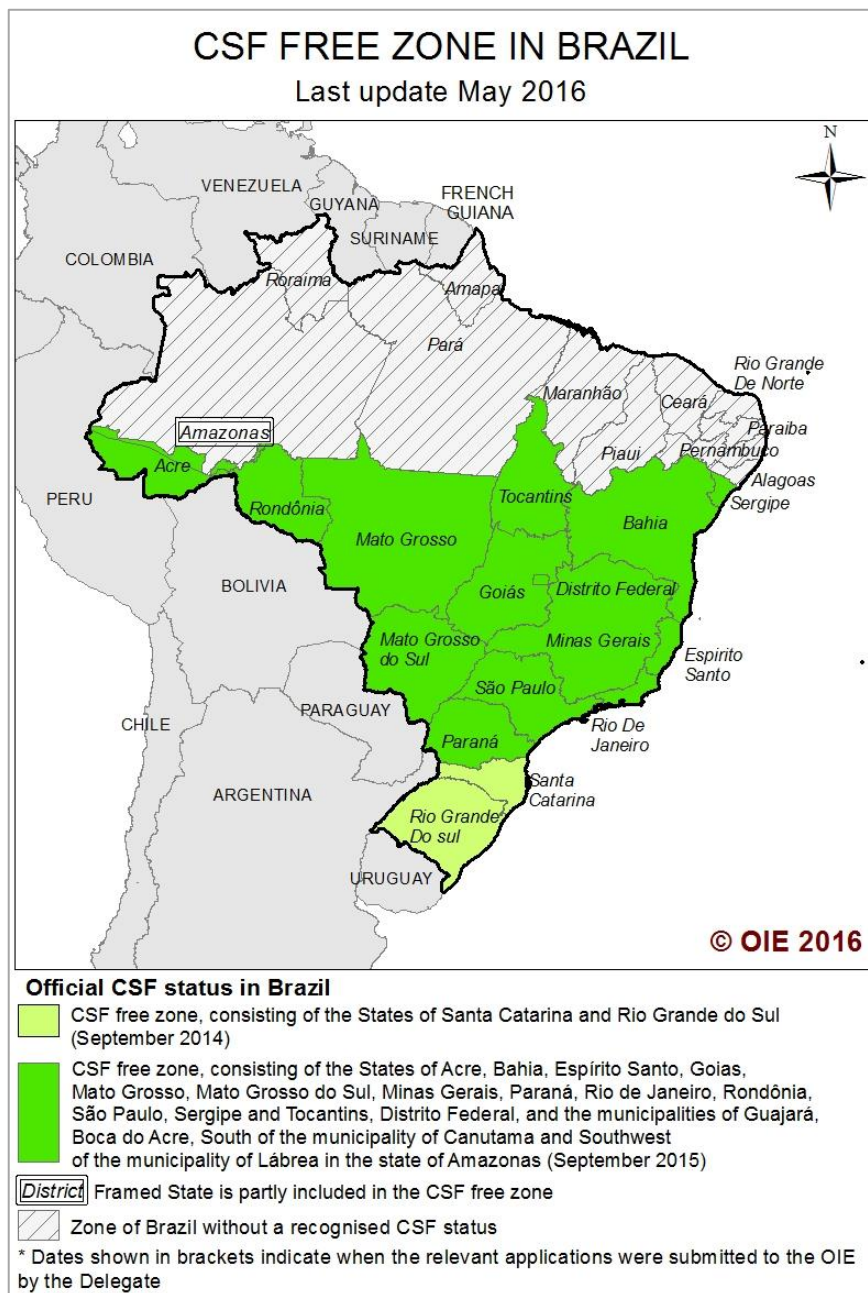
perder o status de zona livre. Basta mostrarmos que ela não está em contato com a população doméstica. E isso vai dar muito trabalho. Hoje é uma incógnita, hoje a gente não sabe direito a condição sanitária desses animais (transcrição, julho de 2014).

Considero essa fala reveladora de alguns dos motivos que levaram o Estado brasileiro a autorizar que se “colocasse as mãos no bicho”, não obstante sua histórica reserva em relação à caça e a ferrenha oposição de entidades ligadas aos direitos animais. Como relata Virgínia, a PSC se tornou doença de reconhecimento internacional pela OIE (mapa 7), obrigando o Brasil a prestar contas sobre a situação das populações asselvajadas para se adequar aos parâmetros exigidos pela organização.



Mapa 7: Zonas livres de peste suína clássica no mundo, segundo a OIE (2016). Fonte: <http://www.oie.int/animal-health-in-the-world/official-disease-status/classical-swine-fever/map-of-csf-official-status/>, consultado em 15 de janeiro de 2017.

No capítulo de seu Código de Animais Terrestres (OIE, 2016) referente à PSC, a OIE trabalha com uma definição de “porco” (*pig*) que contempla tanto os lotes domésticos, quanto os de vida livre do *Sus scrofa*. No entanto, a organização estabelece uma distinção entre porcos domésticos e selvagens confinados (*captive wild*), de um lado, e porcos selvagens e ferais, de outro, exigindo que todos sejam monitorados para fins de reconhecimento sanitário de seus países membros ou de regiões destes países, como é o caso da presente situação do Brasil (mapa 8):



Mapa 8: Zoneamento do Brasil para peste suína clássica conforme a OIE (2016). Fonte: idem, ibidem.

Entre os critérios estabelecidos pela organização para a obtenção do zoneamento livre para PSC, destacam-se a existência de um programa local de vigilância das populações de vida livre (*wild and feral pigs*), capaz de identificar sua distribuição territorial, aspectos de sua ecologia e condição sanitária; e a garantia de que estas populações se encontram fisicamente separadas dos suínos confinados, sejam eles domésticos ou selvagens (OIE, 2016). Dada a

relevância da suinocultura para o agronegócio, e tendo em vista o reconhecimento dos seus principais estados produtores como zona livre sem vacinação de PSC, coletar informações sobre o javali tornara-se essencial e estratégico para o governo brasileiro, pendendo o debate sobre o que fazer com a espécie para o lado da decretação da sua nocividade.

Em outra oportunidade, Bernardo Lewgoy e eu discutimos como a detecção de um caso atípico de doença da vaca louca no Paraná revelava uma série de encadeamentos sociotécnicos que se desdobravam em múltiplos níveis e escalas, todavia informados desde cima pelos protocolos e categorias da OIE (Sordi; Lewgoy, 2013). Sugerimos que isso se enquadrava em um contexto de crescente padronização internacional dos protocolos de saúde animal, decorrente da integração cada vez mais global da produção agropecuária brasileira. Pelo que relata Virgínia, o mesmo parece ocorrer em relação aos javalis, cujo monitoramento passou a ser exigido tendo em vista a adequação do Brasil a um novo paradigma de biossegurança.

De acordo com Nicolas Fortané e Frederic Keck (2015), a crise da vaca louca dos anos 1980 e 1990, assim como outros surtos zoonóticos recentes (H1N1, etc.), provocaram mudanças nos modos de pensamento e nas normas aplicadas ao controle de populações animais. Neste novo paradigma da emergência, que já mencionamos no primeiro capítulo, ideias como a rastreabilidade de populações sentinelas tomaram o lugar antes ocupado por modelos estatísticos destinados a predição de riscos. Desta maneira, mais do que prever quando e como uma nova ameaça biológica pode surgir, estes autores defendem, à maneira de Collier et al. (2004), que:

biosecurity is about preparing for a catastrophe the probability of which is incalculable and the occurrence of which is deemed to be imminent (...). The emergence of a new pathogen is thus perceived to be an event for which health authorities must be prepared, by imagining its yet uncertain consequences for the human population (Fortané; Keck, 2015, p. a).

Ainda de acordo com estes autores:

Even if the threat cannot be determined with any certainty, recognition of the different signals is becoming the main tool of a policy which no longer looks so much to predict as to prepare for the next crisis, and whose conditions for emergence already exist, one way or another (idem, p. b).

Neste sentido, mais importante que detectar ou não a PSC entre os suídeos asselvajados, seria a demonstração para a comunidade internacional de que o SVO brasileiro *é capaz de fazê-*

lo, o que levou o Ministério da Agricultura a solicitar à Embrapa que estruturasse um projeto de vigilância sanitária das populações suínas de vida livre. Este projeto, no entanto, não seria possível enquanto o animal permanecesse protegido, o que acabou levando, em comunhão com outros motivos, à publicação da IN 03/2013. Analogamente, registramos em nosso estudo sobre o caso atípico de vaca louca o quanto alguns agentes estatais e do agronegócio positivaram o episódio do Paraná sob este ponto de vista, ou seja, argumentando que a pronta-resposta levada a cabo pelas autoridades brasileiras demonstrava a maturidade do SVO e sua adequação aos mais rigorosos padrões internacionais de vigilância sanitária (idem, ibidem).

Braun (2013) argumenta que esta nova racionalidade no campo da biossegurança se orienta por alguns pressupostos ontológicos a respeito do fenômeno vida que podemos ver em ação não apenas no campo das doenças e epizootias, mas também na compreensão que se tem das invasões biológicas e seu manejo em geral¹³⁶. São eles: (1) a natureza emergente da vida biológica, representada, por exemplo, pelas constantes mutações dos microorganismos e pela hibridização entre espécies nativas e exóticas; (2) a relação simbiótica entre formas de vida humana e não-humana, cada vez mais intensa e acentuada; e (3) a espaço-temporalidade cada vez mais abrangente e acelerada das conexões globais, que tornaram as trocas biológicas um fenômeno quase instantâneo entre os quatro cantos do planeta. Desta forma:

We can say that amid the ‘bio’ scares of the late 1900s and early 2000s, health officials and government authorities – especially in the global North – were increasingly confronted with an understanding of life as *global*, *networked* and *emergent*. (...) In the ‘spatial-temporal multiplicities’ that characterized the globalized world, things were ‘continuously churned up’, forming ‘unexpected combinations’ (...). We now inhabit a world in which ‘life’ has come to be understood in terms of ‘incipient events’; incubating in the present is the possible future catastrophe (idem, p. 50).

Para Braun (2013), a palavra de ordem nesta nova lógica biossecuritária é prontidão ou *preparedness*, isto é, a criação de associações políticas e econômicas capazes de absorver e lidar com eventos biossociais inesperados (*incipient* ou *emerging events*) ao mesmo tempo em que mantêm sua identidade sistêmica. Neste sentido, o paradigma da emergência comunga alguns pressupostos com o paradigma da resiliência, hoje bastante em voga na discussão socioambiental (Cumming, 2011; Walker et al., 2004). No caso do javali, vigora a percepção

¹³⁶ Basta lembrarmos, em relação a esse ponto, que a estratégia brasileira para o controle de EEIs se baseia no chamado “princípio de precaução”, segundo o qual “a falta de certeza científica não deve ser usada como justificativa para prorrogar ou deixar de implementar ações de erradicação, contenção ou controle” de organismos invasores (Oliveira; Pereira, 2010, p. 175). Algo bastante próximo, portanto, do paradigma de pronta-resposta assinalado por Fortané e Keck (2015).

de que a detonação de uma crise sanitária a partir da sua feralidade é questão de tempo, de maneira que caberia ao Estado e a à sociedade civil desenvolverem dispositivos de contenção da emergência para quando ela vier.

4.4 – Geopolíticas e biopolíticas do javali

Um aspecto importante da adequação do Brasil às determinações da OIE é a capacidade de (1) o SVO conseguir localizar onde estão as populações asselvajadas do *Sus scrofa* e (2) garantir que não estão em contato com os contingentes domésticos. De acordo com Hinchliffe (2013, p. 204), esta última exigência se relaciona com a tendência biosseguritária contemporânea de se considerar a relação entre vida livre e vida confinada como intrinsecamente problemática, o que tem feito com que a ecologia dos criatórios se torne “cada vez mais distinta, simbólica e materialmente, do ambiente ao seu entorno”¹³⁷.

Já a primeira exigência, de localização espacial da distribuição dos javalis, implica na produção de saberes geográficos e cartográficos em paralelo aos conhecimentos veterinários e zootécnicos. Destarte, se as lógicas de biossegurança se baseiam, como argumentam Fortané e Keck (2015), em um “gabarito de inteligibilidade” (Foucault, 1999) derivado da estratégia militar, parece ganhar relevância, no monitoramento do javali, a célebre máxima de Yves Lacoste (1989) segundo a qual a geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra – no caso, também a guerra entre as espécies.

Na palestra que proferira em julho de 2014 no Sindicato Rural, Virgínia já havia notado que o território credenciado como zona livre de peste suína no Brasil (mapa 8) coincidia com a área de distribuição do javali no país de acordo com as informações coletadas pelos órgãos ambientais e por pesquisadores como Pedrosa et al. (2015) (mapa 2). Da mesma maneira, era evidente o forte componente cartográfico do trabalho de Raul e Eridiane junto aos produtores e controladores da APA do Ibirapuitã, sendo o *Google Earth* um dos principais instrumentos de inscrição sociotécnica da agência dos suínos feris na UC. Em seu banco de dados virtual, os gestores do ICMBio registravam praticamente todas as informações que dispunham a respeito dos javalis, como o histórico de avistamentos dos animais, os lugares onde os abates

¹³⁷ Para o autor, isso gera uma configuração paradoxal, na medida em que quanto mais os animais da pecuária intensiva se isolam do seu entorno, mais e mais se tornam vulneráveis no caso de um contato acidental. Neste sentido, o atual sistema agroalimentar seria uma verdadeira “casa de máquinas” (Hinchliffe, 2013, p. 201) para crises como as do vírus H1N1 e a iminente falência da eficácia dos antibióticos atuais.

havia ocorrido, a localização das cevas e estruturas de captura, as sedes das propriedades envolvidas no projeto, entre outros dados relevantes também para as demais atividades de gestão da UC.

Além disso, nos formulários de notificação de abate sugeridos pela *Rede Javali Pampa*, havia um campo específico para as coordenadas geográficas da propriedade, tendo em vista, obviamente, a integração dessas informações ao mapa. Em seus deslocamentos pela UC, Raul sempre levava consigo um aparelho de GPS, cujo acionamento lhe permitia integrar as informações coletadas em campo ao banco de dados mantido no escritório. Comentei no início do segundo capítulo o quanto a acuidade dos registros mantidos pelo ICMBio parecia contrastar com a retórica de “falta de dados oficiais” que predominara na audiência pública de maio de 2014, principalmente no embate entre ovinocultores e inspetores veterinários. De fato, quando expostos em audiências públicas e reuniões técnicas, os mapas produzidos pelos gestores pareciam produzir um efeito retórico muito poderoso de confirmação da existência e da extensão do problema; mais forte até que o efeito produzido pelas fotografias de danos causados pela espécie e mesmo pelos relatos em primeira pessoa de contato com os animais.

Por outro lado, como bem ponderara Eridiane certa feita, os mapas também tinham suas ambiguidades:

Sempre que nós projetamos esse mapa [dos registros de avistamentos], dá a impressão de que os javalis estão concentrados na APA, o que reforça a impressão de que ela é um criatório de javalis. Mas isso acontece porque, claro, a maioria dos relatos que a gente coletou é de produtores da própria APA, e alguns poucos de fora, das nossas margens. Então tem que cuidar na hora de apresentar esse mapa, porque pode gerar essa impressão equivocada de que a APA é um criatório de javalis e até protege os javalis (diário de campo, junho de 2015).

Como compreender essa dimensão cartográfica envolvida no manejo do *Sus scrofa*? Em primeiro lugar, acredito que é preciso pontuar o fato de que todo mapa é um artefato técnico, um dispositivo. Logo, assim como no caso das estratégias de captura do javali analisadas no capítulo 3, entendo que os mapas referentes ao javali fazem sentido dentro de um conjunto maior de outros dispositivos concernentes à espécie nos quais se inserem.

“Uma das características mais marcantes dos mapas modernos”, observa Ingold (2000, p. 230), é o efeito de “eliminação ou apagamento das práticas e itinerários que contribuiram para sua produção”. Os mapas produzidos pelos analistas do ICMBio, por exemplo, são o

produto de uma cadeia complexa de traduções entre os eventos ocorridos no real, de um lado, e sua inscrição no *Google Earth*, de outro. A estabilidade dessa cadeia, por sua vez, depende das relações de confiança e credibilidade – o “ter trato com os nossos produtores” de que fala Raul – que o ICMBio mantém com os proprietários rurais. Da mesma forma, o mapa da distribuição nacional do *Sus scrofa* produzido por Pereira et al. (2015), reproduzido no primeiro capítulo, se deve à conexão destes autores com a rede *Aqui tem javali* e ao trabalho de pesquisadores pioneiros sobre a invasão suína no Brasil, como aqueles derivados das pesquisas realizadas por André Debert e Scherezino Scherer (2007) ainda nos anos 1990.

À exemplo de Latour (2004, p. 74), poderíamos afirmar que o efeito de verdade destes mapas decorre do fato de algo permanecer *constante* ao longo de uma série regulada de transformações - no caso, a presença do javali em algum lugar do espaço, produzindo tal e tal dano, ou estabelecendo tal e tal relação com uma testemunha direta ou indireta da sua atividade. Inversamente, no conflito entre ovinocultores e inspetores veterinários, as alegações de predação dos primeiros eram matéria de dúvida entre os segundos porque algo parecia perder-se na cadeia que ligava uns aos outros, fazendo com que determinados eventos ocorridos no real não fossem percebidos de maneira “apropriada” pelos centros de cálculo da IVZ. À dramaticidade das histórias de porco, os inspetores respondiam com a necessidade de “números mais objetivos”, isto é, inscrições que produzissem diferenças ou saliências estatísticas no papel. Em contrapartida, os mapas do ICMBio, quando expostos, pareciam suprir em parte esta demanda de objetividade, ainda que em um registro mais cartográfico do que estatístico. Mas por que motivos, exatamente?

De acordo com Ingold (2000), a cartografia moderna se baseia em um modelo *vertical* de integração das informações espaciais. A percepção comum, por outro lado, se basearia em um modelo *lateral* de integração. Conforme esse autor:

In the vertical mode, embraced by modern cartography as well as by cognitive map theorists, local particulars obtained by observation on the ground are fitted in an abstract conception of space so as to form a representation of the world as though one were looking down upon it from ‘up above’. While the eyes of the body remain close to the ground, the mind’s eye – which is witness to this maplike representation – is up with the birds. The lateral mode of integration, by contrast, presupposes no such division between mind and body. For the work of integration is performed by the organism as a whole as it moves around, purposefully and attentively, from place to place (idem, p. 227).

Neste sentido, Ingold (2000) entende haver um equívoco na concepção psicológica de que cada pessoa possui um “mapa mental” dos locais onde habitualmente circula, pensado à maneira das cartas geográficas. Com efeito, para este autor, o modelo lateral de integração produziria totalidades geográficas a partir do enredamento dos lugares habitualmente percorridos “como nós em uma teia mais ampla de idas e vindas” (idem, p. 227), isto é, desde uma perspectiva implicada no ambiente e baseada na conjunção entre movimento e percepção. Assim integrada, a rede de lugares que compõe uma região se daria a conhecer primariamente a partir da memória dos itinerários (*wayfindings*) traçados por seus habitantes, e só secundariamente por sua projeção em um sistema abstrato de coordenadas. Um bom exemplo disso, me parece, é a concepção de vizinhança na APA do Ibirapuitã, pela qual se consideram vizinhos os sujeitos que se cruzam frequentemente em uma estrada, e não necessariamente aqueles que possuem campos lindeiros.

Desta forma, Ingold (2000) enxerga uma diferença entre *mapping*, de um lado, *mapmaking* e *map-using*, de outro. Em seus deslocamentos habituais, os sujeitos mapeariam (*mapping*) constantemente as regiões que habitam, mas o fariam de maneira predominantemente lateral, ou seja, a partir de um conhecimento “deambulatório” (idem, p. 230) desses lugares. O mapeamento propriamente cartográfico (*map-making*), por outro lado, implicaria em um modo vertical de integração das informações espaciais, capaz de produzir uma visão abrangente e totalizante, porém desengajada e arquimediana, da região visada.

Quanto ao *map-using*, Ingold (2000) relembra que, conforme uma definição proposta por Alfred Gell, a cartografia seria uma técnica de codificação gráfica de crenças ou proposições a respeito de locais e objetos tomadas como verdadeiras independentemente da posição ocupada pelos sujeitos no espaço. Em outros termos, um mapa é um dispositivo que permite a qualquer indivíduo, em qualquer lugar do mundo, saber que Alegrete está a noroeste de Santana do Livramento e que ambas estão a sudoeste de Porto Alegre. Bem diferente, portanto, do sistema de orientação espacial segundo o qual Alegrete está “mais à frente” ou “já passou”, necessariamente implicado em uma hodologia vernacular.

Desta forma, enquanto as informações permanecessem no plano dos relatos pessoais, das fotografias pontuais e das contabilizações particulares de danos auferidos, os olhos e ouvidos do Estado - que só veem o que for integrado cartograficamente e só ouvem o que for formulado estatisticamente - continuariam cegos e surdos ao problema do javali. Não por acaso, todas as autorizações de abate emitidas antes da IN 03/2013, ainda que sustentadas sobre o

prisma do princípio da precaução, postulavam a necessidade de “estudos mais detalhados” sobre a espécie e seu processo de invasão biológica, bem como a criação de grupos de trabalho, comitês interinstitucionais, etc., tendo em vista a tradução do problema nos idiomas próprios do direito e da ciência. A figura do “grupo de trabalho”, por sinal, tornou-se piada entre os produtores rurais, verdadeiro emblema de soluções postergadas. Em Rosário do Sul, momentos antes de uma audiência pública sobre o javali ter início, dois pecuaristas sentados na plateia brincavam que já sabiam o que seria decidido: “quer ver? Vão criar um ‘grupo de trabalho’!”.

Sob certo aspecto, foi preciso que o status do Brasil se visse ameaçado em um mapa específico, o da OIE, para que o Estado se decidisse pelo sacrifício do javali por tempo indeterminado. Em 2010, como vimos no capítulo 1, o Ibama suspendera por meio da IN 08/2010 “quaisquer atos de caça de espécies consideradas pragas (...) sem que estudos prévios e pesquisas assim o determinassem”. Em outros termos, o órgão entendera àquela época que seria necessário primeiro conhecer a espécie para só depois decidir se era o caso de torná-la matável. Tudo indica que, com a nova conjunção de fatores que levou à IN 03/2013, esta lógica se inverteu, pois a matabilidade do javali passou a ser entendida como *pressuposto* para o conhecimento da espécie, ao menos da maneira que esse conhecimento passou a ser demandado do Estado brasileiro em nível internacional. Sobre este ponto, comenta Virgínia:

Esse projeto com relação ao javali nasceu de uma demanda direta do Ministério da Agricultura para a Embrapa, porque nós já trabalhamos junto com o ministério em muitas ações de sanidade animal. O que foi que o ministério nos pediu? Bom, um projeto de pesquisa em saúde animal que envolvesse essas populações [asselvajadas], para dar subsídio às domésticas. (...) Quando eu comecei a rascunhar a possibilidade de trabalhar com essa população, eu comecei a me deparar com as dificuldades institucionais. Porque, ainda naquela época, do ponto de vista legal, no nosso país, ela [a espécie] não estava reconhecida como uma EEI, nociva. E por ser uma espécie de vida livre, era considerada, assim, no limbo. Ela estava quase considerada como qualquer outro animal da fauna nativa, silvestre. Em outras palavras, era crime ambiental colocar a mão no javali. Então, a primeira coisa que eu fiz foi: o que tem de informação sobre esse bicho? Aí, vai no Ibama, vai no ICMBio, e todos reconheciam, mas ninguém estava com o arcabouço legal pra enfrentar o problema. E a questão ambiental tem um peso muito forte. Requer uma mobilização institucional, social, muito grande. Mas às vezes a gente não consegue só com o apelo ambiental, infelizmente. Mas quando o Ministério da Agricultura se manifestou em função dos riscos sanitários e tal, aí sim, houve uma aliança entre esses órgãos, que a gente teve o desafio – e o privilégio – de mediar via esse projeto (transcrição, julho de 2014).

A militância animalista poderia objetar que, para produzir conhecimento sobre uma espécie de vida livre, não seria necessário autorizar a sua caça. No entanto, para além da justificativa dos abates sob o princípio da precaução que guia a política nacional para EEIs,

Virgínia pontua que não havia nenhum órgão no país, ambiental ou agropecuário, capaz de dar conta da vigilância dos javalis por conta própria, seja por falta de recursos financeiros, seja “por falta de braços”. Logo, fez-se necessária uma aliança com o público mais diretamente envolvido com os animais. Segundo seu relato, essa necessidade expôs “o verdadeiro elo de toda essa corrente, que são os caçadores”.

Nesta ótica, a IN 03/2013 revela a tentativa de um compromisso entre agentes públicos e caçadores: a atividade destes se torna legal, mas desde que à serviço dos objetivos, e informada pelos critérios, estabelecidos por aqueles. Através dos relatórios trimestrais, o Ibama estabelece um mecanismo de inscrição da morte dos javalis que lhe permitiria traduzi-las em em dados, capazes, por sua vez, de fornecer uma ideia mais acurada sobre a presença da espécie no Brasil. Plasmadas no mapa, essas informações poderiam subsidiar estratégias de pronta-intervenção e contenção do processo de expansão do *Sus scrofa*, a partir de uma leitura panorâmica de seus padrões de movimentação. No primeiro capítulo, vimos que alguns controladores têm considerado esses relatórios inócuos, já que, na prática, não têm enxergado qualquer mudança na situação.

Por outro lado, do ponto de vista do Ministério da Agricultura, as decorrências geoestratégicas da morte do javali parecem ter produzido resultados mais imediatos. Como bem enfatiza Virgínia, o trabalho de localização dos animais e o acesso biopolítico às suas carcaças colaboraram não só para a manutenção de grande parte do território nacional como zona livre para PSC no mapa da OIE, mas também para o reconhecimento dos estados do sul do país como livres da doença sem vacinação.

Sem embargo, há outras dimensões interessantes de serem pensadas a partir deste imperativo de mapeamento do javali. No ensaio *Globes and spheres: the topology of environmentalism*, Ingold (2000) discorre sobre as visões espaciais que baseiam o imaginário ambiental moderno, argumentando que a mirada global (*global outlook*) que o caracteriza possui afinidades com a geopolítica militar do Estado e do colonialismo. Segundo o autor, a topologia global da Modernidade tenderia a representar a superfície da Terra como seccionada em áreas discretas e bem delimitadas, sejam elas de natureza política, como países, estados e regiões, ou de natureza ecológica, como biomas, ecossistemas, províncias minerais, climáticas e hidrográficas. Esta imagem do globo como colcha de retalhos, passaria a ideia de uma Terra

fragmentada em “superfícies previamente dadas, esperando para serem ocupadas, para serem *colonizadas*, primeiramente por outros seres vivos e, logo em seguida, pela civilização humana” (idem, p. 214, grifo meu).

Nesta topologia westfaliana¹³⁸ do planeta, cada unidade territorial corresponderia a um sistema fechado, tendente ao equilíbrio e que, através de uma determinada economia doméstica, procuraria imunizar-se contra as ameaças vindas de fora, sejam elas de natureza humana ou não-humana. A se julgar pelo que afirma Ingold (2000), esta topologia econômica das unidades políticas também se aplica à imaginação moderna dos ambientes naturais, donde a etimologia comum entre *economia* e *ecologia*. Segundo este autor:

Both terms share a common root in the Greek word for ‘house’ (oikos). Economy is house-holding. In the definition of ecology – a term coined by the zoologist Ernst Haeckel in 1866 – nature itself becomes a household in the continuation of which each and every organism plays its part (idem, p. 155).

Conforme o geógrafo Stephen Trudgill, citado por Pearce (2015, p. 180), a ideia de um balanço interno da natureza é uma metáfora fundacional da moderna ecologia, cuja história se confunde com a percepção de que o ser humano introduz distúrbios na natureza que perturbam seu equilíbrio original. Quaisquer reminiscências religiosas neste sentido não são mera coincidência, já que, como bem relembram os teólogos, o pecado original na tradição judaico-cristã teria conduzido não somente a humanidade, *mas a criação inteira* a um estado de desgraça. Da mesma maneira, Agamben (2011) recorda que o sentido original de economia na teologia medieval tinha a ver com uma ordenação adequada dos entes tendo em vista sua salvação.

Na obra de Frederic Clements (1874-1945), um dos precursores da ecologia moderna, destaca-se a ideia de clímax, segundo a qual cada comunidade biológica atingiria um nível ótimo de integração às condições locais através do mecanismo de sucessão. Uma das principais inspirações para o conceito de clímax, de acordo com Pearce (2015), era a noção darwiniana de coevolução, que Clements e seus seguidores entendiam como uma espécie de força otimizadora da natureza, capaz de engendrar ecossistemas nos quais cada espécie possuiria um lugar e uma função ecológica específica, ou nicho. À sua época, a grande ênfase dada por Clements à

¹³⁸ Em geopolítica e relações internacionais, o termo “westfaliano” refere-se ao paradigma oriundo da Paz de Vestfália, série de tratados estabelecidos no século XVII que deram fim à Guerra dos Trinta Anos e aos enfrentamentos entre católicos e protestantes na Europa do Norte e Central. Tal como concebido à época e vigente até hoje, o sistema westfaliano erige os Estados como os principais agentes das relações internacionais, colocando a questão da soberania nacional e do respeito às fronteiras territoriais em primeiro plano.

dimensão do equilíbrio foi criticada por outros cientistas como Henry Gleason (1882-1975) e Arthur Tansley (1871-1955), que interpretavam as decorrências ecológicas da seleção natural em sentido diverso¹³⁹. Mesmo assim, Pearce (2015) alega que o espírito de Clements estabeleceu uma ortodoxia do equilíbrio na ecologia, cujos pressupostos vieram a informar, posteriormente, a biologia das invasões e seu léxico de metáforas bélicas.

Em *The ecology of invasions by animals and plants* (1958), Charles Elton, considerado o fundador deste campo de estudo, inicia sua exposição afirmando que “hoje nós vivemos em um mundo explosivo”. Neste mundo, continua, “não são apenas bombas nucleares e guerras que nos ameaçam”, mas também “explosões biológicas” (apud Pearce, 2015, p. 140). Em seguida, alega que o trabalho de contenção de organismos invasores seria uma das “batalhas decisivas da história” (idem, ibidem). Esta é uma proposição deveras significativa, sobretudo se considerarmos que o livro aparece pouco mais de uma década depois do fim da Segunda Guerra e num contexto cultural permeado pelos temores apocalípticos da Guerra Fria.

No entanto, Elton não foi o primeiro a empregar esse tipo de linguagem para falar de ameaças biológicas. Daniel Simberloff (2013) nota que as metáforas militares empregadas na biologia das invasões são exatamente as mesmas empregadas no campo da saúde pública para declarar “guerra” a determinadas doenças ou identificar certos patógenos e vetores como inimigos “número um”¹⁴⁰. Da mesma maneira, relembra que já no século XIX, Darwin e Wallace falavam de organismos “invasores”, durante um período no qual “os jornais eram cheios de mapas ilustrando a movimentação de tropas” (idem, p. 249). Em verdade, Simberloff alega que em paralelo à “similaridade cartográfica” entre ameaças bélicas e biológicas, seria estranho “se a imprensa e os agentes públicos não fizessem uso de metáforas militares para os mais diversos tipos de mobilizações” (idem, ibidem), como a “guerra à pobreza”, a “batalha pelas mentes das crianças contra as drogas”, etc.

Na Alemanha Nazista, o botânico Reinhard Tüxen, responsável pelo Escritório Central de Mapeamento Vegetal do III *Reich*, comandara uma verdadeira cruzada para “limpar a paisagem alemã de substâncias desarmônicas” (Simberloff, 2003, p. 181). A erva eurasiática *Impatiens parviflora*, em especial, era descrita por Tüxen como um “invasor mongol”, contra o

¹³⁹ O conceito de ecossistema com que opera a CDB, por exemplo, revela uma dialética entre percepções dinamicistas e organicistas do funcionamento da natureza: “um *complexo dinâmico* de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma *unidade funcional*” (Brasil, 2000, grifos meus).

¹⁴⁰ Ver Segata (2016) sobre o caso da dengue e seus mosquitos no Brasil.

qual a raça ariana deveria lutar a exemplo de seu combate contra o bolchevismo (idem, ibidem). Para Pearce (2015, p. 140), “ainda que seja insensato acusar os ambientalistas contemporâneos de serem fascistas ocultos, este legado político é no mínimo inquietante”. Nesta mesma linha, Charles Warren (2011, p. 70) argumenta que:

Although the scientific discourse concerning native and alien species is not inherently xenophobic, there is a significant risk of it being interpreted as such, not least because the terminology has created a hybrid language, which melds value judgements with scientific concepts.

Do outro lado do espectro político, Frank Dikötter (2011) resgata as campanhas de extinção de pragas e pestes conduzidas pelo Partido Comunista Chinês à época do “Grande Salto Adiante”, política de mobilização de massas idealizada por Mao Zedong com o objetivo de desenvolver economicamente a China. Conforme este autor, no mesmo ano em que Elton publicava seu livro:

The most popular form of pest control [in China] was mass mobilization. Enthralled by the power of the masses to conquer nature, Mao had raised the call to eliminate rats, flies, mosquitos and sparrows in 1958. Sparrows were targeted because they ate grain seeds, depriving the people of the fruits of their labour. In what is one of the most bizarre and ecologically damaging episodes of the Great Leap Forward, the country was mobilized in an all-out war against birds. Banging on drums, clashing pots or beating gongs, a giant din was raised to keep the sparrows flying till they were so exhausted that they simply dropped from the sky. Eggs were broken and nestlings destroyed; the birds were also shot out of the air. Timing was of the essence, as the entire country was made to march in lockstep in the battle against the enemy, making sure that the sparrows had nowhere to escape (idem, p. 186-187).

Ora, não deixa de ser sugestivo o fato de que, em um mundo permeado por fluxos e linhas de mobilidade humana consideradas de risco pela lógica do Estado, fluxos e itinerários de outra natureza – justamente, *da* natureza - pareçam ameaçar de maneira análoga a homeostase e o equilíbrio imaginado dos ambientes naturais. No campo político e econômico, fenômenos como as migrações, o terrorismo, o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas, são encarados, no mais das vezes, como externalidades negativas do processo de globalização. Ameaças biológicas como pandemias e EEIs evocam considerações análogas, de modo que Jeffrey Mc Neely (2011), durante muito tempo diretor de biodiversidade da IUCN, reconhece a existência de uma tensão irresolúvel entre o imperativo de se conter invasões biológicas e epidemias, de um lado, e a ideologia global da conectividade e do livre comércio, de outro.

É preciso recordar, ademais, a vinculação entre muitos processos de invasão biológica e o próprio colonialismo, sobretudo a ação das sociedades de aclimatização na dispersão da “biota portátil” do “imperialismo ecológico” (Crosby, 2011; Smout, 2011). Muitas das introduções biológicas levadas a cabo pelos europeus em outros continentes tinham como objetivo inicial reconfigurar o meio “selvagem” que conquistavam à imagem dos ambientes ligados à reprodução de suas formas de vida. Domesticá-lo, portanto, mesmo que às custas da dissolução de formas de vida e regimes de domesticidade precedentes.

Neste sentido, as feralizações que acompanharam o colonialismo não deixam de ser linhas de fuga criadas pelos próprios animais, tornando-se eles próprios, muitas vezes, inimigos da empresa colonizadora a que estiveram inicialmente vinculados. É o caso, por exemplo, do coelho na Austrália, contra o qual se ergueu um conjunto de cercas, e também, sob certo aspecto, do cavalo no sul da América do Sul, recrutado pelos indígenas pampeanos e patagônicos como máquina de guerra e assalto contra os núcleos europeus¹⁴¹.

Todas estas ponderações nos remetem novamente à espaço-temporalidade das conexões globais como um dos pressupostos que guiam o pensamento biosseguritário contemporâneo, assim como sua relação com o paradigma da prontidão ou *preparedness* (Braun, 2013). Como no caso do terrorismo, o princípio de precaução no campo da biossegurança entende que algum evento emergencial pode ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar, de maneira que os dispositivos de localização da ameaça são tão ou mais importantes que aqueles de contenção da mesma. Em verdade, eles se confundem a tal ponto que, à maneira de Agamben (2009), poderíamos considerá-los como partes complementares de um mesmo dispositivo que qualifica não só o caráter da ameaça, mas a própria paisagem na qual ela se efetiva, a partir da sua segmentação em territórios de vulnerabilidade biopolítica (Segata, 2016).

Desta maneira, reconfigura-se a própria função polemológica da cartografia de “estado maior”, como bem a classifica Yves Lacoste (1989). Em outros termos, quando o inimigo já não é mais um exército, mas uma série fragmentada de agentes singulares, saem de cena os grandes “teatros de operação” clausewitzianos e entram em ação as intervenções cirúrgicas e pontuais; as zonas de isolamento de tráfego e os *checkpoints* temporários; os cinturões de segurança sanitária e as barreiras provisórias; entre outros dispositivos do tipo.

¹⁴¹ Sobre este aspecto na Amazônia, ver Vander Velden (2011).

4.5 – O espectro da febre aftosa

Voltemos ao contexto da tese. Em maio de 2001, a detecção de um foco de febre aftosa em Livramento desencadeou uma série de tensões e conflitos que considero exemplares de alguns pontos que discutimos no item anterior. Além disso, esses episódios conformam uma espécie de paradigma do que seria uma crise sanitária para os pecuaristas locais, de maneira que vale a pena reconstituí-los sob o prisma de que temores sua memória atualiza em relação aos futuros possíveis desencadeados pela presença do javali.

De origem eurásiana, a febre aftosa chegou no Brasil em finais do século XIX, juntamente com reses importadas do Velho Mundo para a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul. De acordo com Marcelo Gocks (2012), a ocorrência da enfermidade contribuiu para a criação do próprio Ministério da Agricultura no Brasil, em 1909¹⁴². Durante a década de 1960, o combate à doença foi institucionalizado, “com abertura de linhas de crédito, conscientização de produtores, treinamento de pessoal e implantação de estrutura laboratorial adequada” (idem, p. 1). A partir dos anos 1980, assistiu-se a uma grande diminuição dos casos, graças à generalização da vacina. Em 1992, criou-se o Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, que posteriormente se integraria ao Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa, ou PHEFA. Outra importante estratégia delineada pelo Ministério da Agricultura foi a divisão do território nacional em circuitos pecuários, instituída em 1994. Conforme Tanise Andreatta (2003, p. 27):

Esta regionalização foi estabelecida e está fundamentada na relação existente entre o predomínio geográfico dos sistemas de produção e a interdependência desses sistemas em relação ao processo de comercialização dos animais e de seus sub-produtos. Cada um desses sistemas produtivos e comerciais, integrados em uma região, se configura um Circuito Pecuário. Como um animal tem forte probabilidade de nascer, desenvolver-se e ser abatido em um mesmo Circuito Pecuário, estes têm se constituído num marco conceitual e metodológico para a sustentação de zonas livres de febre aftosa. No Brasil, atualmente existem cinco Circuitos Pecuários constituídos: Circuito Pecuário Sul; Circuito Pecuário Centro-Oeste; Circuito Pecuário Leste; Circuito Pecuário Nordeste; Circuito Pecuário Norte.

No âmbito do PHEFA, destacava-se o Convênio da Bacia do Prata, formado por Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile e o circuito pecuário da Região Sul do Brasil. Em 1996, o Uruguai recebeu o título de zona livre sem vacinação para febre aftosa, seguido do reconhecimento de Argentina e Paraguai em 1997 como zonas livres com vacinação. No ano

¹⁴² Quanto a esse ponto, é interessante notar que a criação da OIE, em 1924, se deve a um surto de peste bovina na Bélgica, causado por reses zebuínas indianas que esperavam seu embarque para o Brasil no porto de Antuérpia.

seguinte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam este mesmo título, após quatro anos sem nenhum caso da enfermidade. Em maio de 2000, a Argentina evoluiu de status para zona livre sem vacinação, mesmo momento em que Rio Grande do Sul e Santa Catarina proibiram a imunização de seus rebanhos tendo em vista esta mesma certificação. A essa altura, tudo parecia correr bem no Conesul em relação à febre aftosa. No entanto, poucos meses depois do reconhecimento da Argentina, em julho, a doença era diagnosticada novamente naquele país. Mais especificamente, em algumas propriedades da província de Formosa, na divisa com o Paraguai.

A partir daí, a aftosa espalhou-se pela província de Santa Fé e atingiu o noroeste do Rio Grande do Sul, sendo registrada no município missioneiro de Joia no dia 1º de agosto de 2000. De acordo com Gocks (2012, p. 2), a rápida expansão da doença sugere “que o foco ou os focos ocorridos na Argentina não foram notificados oficialmente, o que favoreceu para que não fossem estabelecidas medidas emergenciais de fiscalização e controle na fronteira”. De Joia, a enfermidade espalhou-se para os municípios vizinhos de Eugênio de Castro, Augusto Pestana e São Miguel das Missões. Com a confirmação laboratorial do foco e sua notificação à OIE, o SVO decretou estado de emergência sanitária na região afetada. Conforme Gocks (2012, p. 3):

As atividades de vigilância identificaram um total de 22 focos de febre aftosa, sendo 19 no município de Jóia e outros 03 nos municípios de Eugênio de Castro, Augusto Pestana e São Miguel das Missões, tendo sido diagnosticados até o dia 22 de setembro de 2000, num total de 52 dias. Baseado em análises de trânsito e investigações epidemiológicas, além das 22 propriedades envolvidas, outras 142 propriedades contato tiveram que ser saneadas, ocorrendo o sacrifício de 8.185 bovinos, 772 ovinos, 04 caprinos e 2.106 suínos.

Não obstante a complexidade e a extensão da operação, as autoridades brasileiras preferiram manter a vacinação proibida, optando por uma estratégia de isolamento da área afetada e de contenção emergencial do foco. Neste esforço:

Foram implantados 47 postos de fiscalização para contenção da doença, além de 29 barreiras sanitárias com desinfecção de veículos. Em três meses de operação foram vistoriados 369.186 veículos. Estas barreiras funcionaram 24 horas por dia e 07 dias por semana, ininterruptamente, impossibilitando e frustrando qualquer tentativa de movimentação de animais ou produtos de origem animal (idem, ibidem).

Em outros termos, as autoridades apostaram que o sucesso da operação de isolamento do foco não prejudicaria o credenciamento do estado como zona livre sem vacinação. No limite, uma boa demonstração de contenção do surto poderia até mesmo contribuir para o processo,

dentro da lógica biosseguritária do *preparedness*. Este sucesso, no entanto, cobrara seu preço. Quando finalmente se suspendeu o estado de emergência na região, em 5 de fevereiro de 2001, haviam sido sacrificados 8.185 bovinos, 772 ovinos, 2.106 suínos e quatro caprinos. Em seu relatório sobre as ações efetuadas, o Ministério da Agricultura destacou “o grande apego das pessoas com seus animais, causando transtornos emocionais, sendo muitas vezes necessário amparo psicológico e remoção das famílias para longe de suas casas” (apud Pettres et al., 2007, p. 109).

Do outro lado do oceano, neste mesmo mês de fevereiro, estourara um surto particularmente forte de febre aftosa no Reino Unido, ao final do qual teriam sido sacrificados cerca de quatro milhões de animais domésticos (Milton, 2009). Como no Brasil, esta resposta “draconiana” (idem, 73) do serviço veterinário britânico se baseara “no princípio de que o Reino Unido deveria manter (ou reobter, após o surto) seu status livre para a doença”, e de que “perdê-lo representaria um forte baque para a participação britânica no mercado agropecuário internacional” (idem, 73). Já sensibilizada com questões sanitárias desde a crise da vaca louca, a opinião pública do país acabou se dividindo em relação às medidas de abate sanitário, principalmente depois de informada de que a doença possuía uma baixa taxa de letalidade. Com isso, uma parte da sociedade voltou-se contra a posição do serviço veterinário, argumentando que a política de “*slaughter on suspicion*” contradizia os direitos básicos dos animais e passava por cima da opinião dos próprios criadores.

Pettres et al. (2007, p. 103) assinalam que “a Inglaterra é responsável pela criação da política de erradicação com sacrifício sanitário e de barreiras comerciais aos países endêmicos ou que praticam vacinação”. De acordo com estes autores, em seu início, a aftosa era considerada pelos pecuaristas britânicos como uma doença transitória e inevitável, da qual os animais poderiam se recuperar e até mesmo contrair resistência no caso de uma reinfecção. O trecho do jornal *A Federação* (1934) que serve de epígrafe para este capítulo, da mesma forma, sugere que havia no Rio Grande do Sul, do início do século XX, certa condescendência em relação à doença, já que seu redator não parece assustado com o fato dela “fazer seu surto numa ou noutra fazenda de Alegrete”.

No Reino Unido, a situação se alterou em 1892, quando a estratégia de quarentena foi substituída pelo sacrifício de todos os animais afetados e/ou suscetíveis. De acordo com Pettres et al., (2007), na esteira de Woods (2004), esta mudança de paradigma teria sido fruto da pressão de aristocratas e de selecionadores de *pedigree* sobre o Parlamento, à revelia das posições

adotadas pelos criadores menores. É interessante notar que cinco anos depois dessa adoção do sacrifício como política-padrão para a aftosa na Inglaterra, o agente etiológico da enfermidade viria a ser identificado pelo bacteriologista alemão Friedrich Loeffler (1852-1915), discípulo e colaborador de Robert Koch (1843-1910).

Regressemos à cronologia dos fatos de 2001. Em Devon, no sudoeste da Inglaterra, uma bezerra de pouco mais de um mês de vida sobreviveu ao sacrifício do rebanho do qual fazia parte e acabou encontrada alguns dias depois junto à carcaça de sua mãe. Conforme Kay Milton (2009), o animal foi batizado de Phoenix pelos donos da propriedade, que se recusaram a encaminhá-la para o abate sem um mandado judicial. Celebrizada pela mídia, Phoenix tornou-se uma espécie de ícone da controvérsia em torno dos abates sistemáticos, a ponto de um diretor da própria *National Farmers Union*, organização que representa os interesses do setor rural britânico, declarar que seu sacrifício “faria Herodes parecer humanitário” (idem, p. 73).

Em 26 de abril, o governo anunciou um relaxamento na política de sacrifícios, submetendo-os a avaliação caso a caso dos especialistas. Para Milton (2009), esta decisão acabou gerando um problema de outra ordem para o primeiro-ministro Tony Blair e seu gabinete trabalhista. Por um lado, salvar uma celebridade nacional do abate se tornara uma medida atraente às vésperas da eleição geral que se seguiria. Por outro, foi preciso convencer o Parlamento e a opinião pública de que a suspensão dos sacrifícios havia sido cientificamente informada, e não anunciada com o propósito populista de se apropriar do carisma de Phoenix para fins eleitorais.

Enquanto isso, no Uruguai, confirmava-se a presença de febre aftosa em 230 propriedades, o que fez com que o governo deste país iniciasse uma campanha emergencial de vacinações. Em 5 de maio, detectou-se um foco da doença entre as reses da estância São Pedro, localizada a 75 quilômetros do centro de Livramento. Os animais afetados eram bichos “de cabanha”, ou seja, possuidores de grande valor genético. No segundo capítulo, vimos o quanto esta é uma dimensão importante para os pecuaristas locais, a ponto de Tiago qualificar o javali como uma ameaça ao investimento de várias gerações de criadores no melhoramento zootécnico dos ovinos da Campanha. Inicialmente, portanto, muitos produtores encararam a crise da aftosa sob esta ótica, ou seja, de comprometimento de um trabalho de décadas na criação de uma genética própria. O exemplo de Joia, bem como a repercussão internacional do caso britânico, levantaram temores de uma matança em massa nas propriedades do município.

Sensível a este ponto, o então Secretário Estadual da Agricultura, José Hermeto Hoffmann (PT), garantiu em um encontro com os pecuaristas de Livramento que nenhum animal seria sacrificado daquela vez. Além disso, responsabilizara o então Ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PPB), pelo aparecimento do novo surto, alegando “intransigência” de parte do governo federal (*Zero Hora*, 06/05/2001). A resposta do Ministério foi igualmente dura. Por meio de seu Secretário de Defesa Agropecuária, Luiz Carlos Oliveira, o órgão ameaçou desanexar o Rio Grande do Sul do Circuito Pecuário Sul. Neste mesmo espírito, o governador catarinense Espiridião Amin (PPB) anunciou a implementação de barreiras sanitárias na divisa estadual.

De todo modo, nos dias seguintes à notificação do surto, as ações de contenção do foco já haviam cobrado a vida de 208 animais somente na estância São Pedro. Em finais de maio, *Zero Hora* (17/05/2001) noticiava estes abates da seguinte forma:

Terminou nesta quinta-feira o sacrifício de 208 animais da Estância São Pedro, onde foi confirmado no dia 5 de maio um foco de febre aftosa em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. O abate havia iniciado na tarde de quarta-feira, mas foi interrompido pela Secretaria da Agricultura quando começou a escurecer. Até então, os policiais militares já tinham sacrificados 104 reses, enterradas no mesmo dia. Nesta quinta, por volta das 13h, iniciou o abate da segunda metade do rebanho. Exatamente às 17h, todos os animais já estavam mortos. Os bovinos sacrificados foram enterrados em três valas. Antes dos abates, os técnicos veterinários do Estado, seguindo orientação da Fepam, impermeabilizaram os fossos com argila e não permitiram escavações profundas para não atingir o lençol freático. A propriedade onde estavam os 208 animais – entre eles 40 infectados – deverá passar pelo vazio sanitário de acordo com as normas da Organização Internacional de Epizootias (OIE). Ficará interditada durante um período de 90 dias no mínimo para depois receber os sentinelas, que serão examinados sorologicamente de 30 em 30 dias para detectar ou não a presença do vírus da aftosa. Em Alegrete, na Agropecuária Combate, mais 79 reses foram abatidas nesta quinta-feira a tiros de fuzis 762, totalizando 113 animais mortos no município por sete policiais militares. Cerca de 40 exemplares eram portadores de aftosa – os demais tiveram contato e estavam ameaçados de contrair a enfermidade. Nesta sexta-feira, os técnicos examinarão outros 53 animais de outro campo da propriedade. Durante três dias, as pessoas que estiveram na propriedade infectada estão proibidas de ingressar em qualquer outro estabelecimento rural ou entrar em contato com animais com casco bipartido.

Já a *Agência Estado* (08/05/2001) registrara que o episódio havia “paralisado a economia local” e provocado “pânico e revolta entre os produtores”. A *Folha de S. Paulo* (18/05/2001), por sua vez, salientara que o governo gaúcho havia concordado “com o sacrifício em andamento em Santana do Livramento e com o previsto para Alegrete”, mas que seria “contra o abate generalizado”. Isto porque, segundo o secretário Hoffmann, as ações não teriam eficácia alguma se Argentina e Uruguai não adotassem medidas análogas, constituindo-se estes países em “verdadeiras fontes de ‘reinfestação do vírus’”. Àquela altura, concluía a reportagem,

o Brasil já havia sacrificado 300 milhões de dólares devido aos embargos produzidos pela aftosa, conforme cálculos informados pelo ministro Pratini de Moraes ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Nos meses seguintes, focos da doença foram detectados em outros municípios gaúchos, como Rio Grande, Dom Pedrito, Quaraí e Jari. De acordo com Gocks (2012), até 5 de outubro daquele ano acabaram sendo sacrificados 11.761 bovinos, 5.039 ovinos e 5 suínos pertencentes às 2.348 propriedades interditadas. Com isso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina perderam a certificação internacional de zona livre com vacinação, título que só viriam a recuperar em 2002. Mesmo assim, a estratégia estabelecida pelos dois estados foi diversa. O Rio Grande do Sul retomou a vacinação de seus rebanhos bovinos e bubalinos, ao passo Santa Catarina manteve a decisão de não imunizar o seu, o que lhe possibilitou ascender de nível na escala da OIE.

Esta diferença influenciou a geografia de cada estado. Enquanto o Rio Grande do Sul se vê como um estado de fronteiras porosas com os vizinhos platinos - notadamente com o Uruguai na altura de Santana do Livramento - as autoridades catarinenses consideram que seu único ponto fraco é a divisa seca com o Rio Grande do Sul próxima à cidade de Lages. De resto, entendem que sua divisa fluvial com o vizinho mais do sul lhe permite isolar-se quando necessário, assim como a pouca integração de seu território com a Argentina mais a oeste (Pettres, 2007). No capítulo anterior, vimos o quanto a territorialização fronteiriça da Campanha influencia a adoção oficial de certos dispositivos de controle do javali em detrimento de outros. No caso da vigilância sanitária, percebe-se agora o quanto *a própria fronteira* se constitui como dispositivo de ordenação e de governo dos fluxos e itinerários dos viventes, sejam eles humanos, animais ou agentes microbióticos.

Na maior parte do tempo, a fronteira seca entre Rivera e Santana do Livramento tende a ser permeável. Há muito espaço, em sua vigilância, para “a discricionariedade, a convivência, a conivência e a caridade” (Dorfman; De Bem, 2008, p. 42). No entanto, quando estoura uma emergência como a febre aftosa, rapidamente se acionam mecanismos que reforçam a fronteira onde antes ela parecia fraca: o discurso de integração dá espaço ao da contenção; subitamente, os pecuaristas uruguaios redescobrem as ameaças à sanidade de seus rebanhos e à soberania nacional implicadas na compra de terras por produtores brasileiros; e, do outro lado da divisa, os proprietários gaúchos aumentam seus apelos por uma maior presença dos órgãos de segurança pública e defesa nacional no combate ao abigeato fronteiriço.

Em seu trabalho sobre o conturbado Vale do Ferghana, Madeleine Reeves (2014) argumenta que as fronteiras são *loci* de pesquisa privilegiados para se apreender as maneiras pelas quais os Estados transformam seus espaços em territórios soberanos, ou, nos termos que empregamos até aqui, as formas pelas quais se configuram regimes estatais de domesticidade. Esta é uma perspectiva influenciada pela ideia de que a agência do Estado se dá a conhecer com mais clareza desde as suas margens, tal como proposto por Veena Das e Deborah Poole (2004). No entanto, todas estas autoras entendem que seria um equívoco compreender a ação estatal como um movimento homogêneo e perfeitamente coordenado. Ao contrário, defendem que observar o Estado desde suas margens significa atender para as técnicas e negociações que erigem sua unidade (Bevilaqua, 2016), em um processo que Reeves (2014, p. 9) diz ocorrer de maneira turbulenta, contraditória e muitas vezes espasmódica. Basta pensarmos aqui nos conflitos entre o governo gaúcho e o governo federal a propósito de como proceder em relação aos sacrifícios sanitários, por exemplo.

Coincidência ou não, exatos treze anos depois da descoberta do surto na estância São Pedro, os criadores de Livramento se reuniam novamente na Câmara de Vereadores em um 5 de maio para discutir o que fazer com uma ameaça biológica. Para muitos, tratar-se-ia da mesma ameaça, já que o javali carregava consigo a possibilidade de um novo surto de febre aftosa no município. Os produtores tendem a encarar o aparecimento de epizootias como falhas no sistema de vigilância do Estado. Por outro lado, quando expostos a este tipo de crítica, os agentes do SVO costumam enfatizar que o produtor também deve fazer a sua parte. Neste sentido, é relevante recordar que, após as reiteradas queixas dos ovinocultores durante a audiência pública, a representante da IVZ fez questão de recordá-los de que havia vacinação obrigatória para aftosa duas vezes por ano, e que “o produtor é responsável por ela”.

Sobre o javali, portanto, ronda o espectro da febre aftosa. Enquanto durou o estado de emergência sanitária, os produtores tiveram suas propriedades interditadas, seus animais sacrificados e seus deslocamentos habituais interrompidos por dispositivos draconianos como barreiras sanitárias e postos de desinfecção - situações que, naturalmente, não gostariam de ver repetidas num futuro próximo.

Em sua definição de epidemias como fatos relacionais, Hinchliffe (2013) argumenta que enfermidades são algo mais do que uma relação entre patógeno e o organismo afetado, contemplando também as “ecologias produtivas” que lhes servem de contexto e as circunstâncias sociais envolvidas em seu aparecimento, propagação e controle. No caso da

aftosa, Woods (2004) nota que a legislação nacional e internacional erigida ao seu redor fez com que os métodos de contenção acabassem despertando mais temores que a própria doença. Este parece ser exatamente o caso da Campanha, onde a lembrança da aftosa se articula com a memória de certa vulnerabilidade biopolítica perante a soberania estatal.

4.6 – *Cutting the meshwork*

Sugeri anteriormente que o sacrifício do javali é um mecanismo que permite ao Estado e à ciência acessarem totalidades ecológicas que o transcendem como espécie. Neste sentido, propus que “botar a mão no bicho” significa, entre outras coisas, acessar a história de suas relações a partir do que o seu sangue e suas vísceras revelam, à maneira dos arúspices da Antiguidade. Mas o que há no javali que lhe confere este sentido sacrificial? Como pensar antropológicamente este mecanismo? Chegando ao final deste capítulo, creio que seria pertinente examinar um pouco melhor os argumentos teóricos que fundamentam essa proposição.

Iniciemos com o estranhamento que tive, durante as necropsias, com a liberdade e a facilidade com que o javali abatido se dava a manusear naquela ocasião. Como relatei anteriormente, essa liberdade parecia contrastar com a representação mais comum do *Sus scrofa* como um animal arisco, fugidio e ingovernável, avesso a todo tipo de objetivação. Em outras palavras, tudo se passava como se, em questão de segundos, o animal deixasse de ser aquela “força vívida, móvel, imprevisível e dotada de finalidade” de que fala Lestel (2011b, p. 41), para se transformar subitamente em um mero agregado de partes, matéria bruta plenamente disponível para sua manipulação, escrutínio e desagregação.

Em sua tese sobre o gado e a onça no Pantanal, Sússekind (2014) pondera que suas reflexões de campo sobre o abate das reses espelhavam sua falta de familiaridade com a morte dos animais. Nascido e socializado no meio urbano, o autor reconhece que sua sensibilidade frente aos abates se distinguia da de seus interlocutores, para os quais o sacrifício dos bichos era uma atividade banal e corriqueira. À título de ressalva inicial, portanto, entendo que essa reflexão também é válida para meu próprio caso, já que, sem qualquer sombra de dúvida, há muita coisa de urbano e pós-doméstico (Bulliet, 2005) em meu espanto metafísico com a maneabilidade *post mortem* do javali.

De qualquer forma, meu assombro com a transmutação do animal de coisa viva para matéria morta não deixa de convergir com a ideia, esboçada por Bruce Braun (2013, p. 46), de que todo dispositivo biosseguritário se baseia em um “corte na tessitura geral do mundo vivo”, pelo qual “as formas de vida merecedoras de proteção são separadas daquelas que podem ser sacrificadas”. De um ponto de vista teórico, essa proposição se escora na ideia foucaultiana de que toda biopolítica, isto é, todo “fazer viver”, oculta uma tanatopolítica, um “deixar morrer”, que lhe é correlata (Foucault, 1999; 2008a; 2008b). Desta maneira, poderíamos compreender o sacrifício do javali como a contrapartida tanatológica dos dispositivos biopolíticos que visam garantir a vitalidade de humanos e animais domésticos, protegendo-os das ameaças circulantes na vida silvestre. O imperativo de se separar fisicamente as populações domésticas e asselvajadas do *Sus scrofa*, em particular, ilustra de maneira muito clara esse corte biopolítico.

No entanto, não é somente nestes termos foucaultianos que entendo o “corte na tessitura geral do mundo vivo” representado pelo sacrifício do javali. Com efeito, a ideia da vida como um tecido evoca uma série de considerações formuladas por Tim Ingold (2000, 2011, 2012, 2015), que considero pertinentes para a elucidação da operação tanatológica que coloca o javali em uma situação de disponibilidade para o Estado e a ciência. Da mesma maneira, a metáfora do corte tem se mostrado produtiva na antropologia recente para se pensar os limites de posturas como a teoria do ator-rede, segundo as quais as cadeias e associações formadas entre os entes se estendem infinitamente, reconhecendo apenas os limites arbitrariamente estipulados pelo analista (Latour, 2006).

Em um ensaio denominado *Cutting the network*, por exemplo, Marilyn Strathern (2014) argumenta que dimensões como a propriedade privada estabelecem cesuras nas redes sociotécnicas, definindo critérios de pertencimento e exclusão das mesmas. Para ilustrar sua tese, Strathern evoca o caso da empresa norte-americana que, em 1987, descobrira o agente causador da hepatite C, o que a possibilitou patentear o método empregado na detecção do vírus logo em seguida. A autora registra que muito antes do vírus ser isolado pela empresa, a hepatite C já vinha sendo pesquisada há mais de uma década por uma extensa rede de pesquisadores, sem os quais a identificação do vírus jamais teria sido possível.

Com a obtenção da patente por parte da companhia, no entanto, “quarenta nomes de autores de um artigo científico passaram a seis nomes num pedido de patente; o resto não entrou” (idem, p. 307). Logo, Strathern argumenta que dispositivos como o reconhecimento de relações de propriedade estabelece não apenas critérios de inclusão e exclusão da rede, mas

também hierarquias em seu interior, a partir da introdução da questão “de quem participou do esforço decisivo” (idem, *ibidem*).

Analogamente, compreendo que a metáfora do corte pode nos auxiliar a modular outra teoria antropológica contemporânea, o *meshwork* ingoldiano, à luz de suas interações com a dimensão do poder. Em livros como *Lines* (2007), *Being Alive* (2011) e *The life of lines* (2015), Ingold tem esboçado um modelo de compreensão antropológica do mundo vivo como uma espécie de tecido ou emaranhado (*meshwork*) formado pelos movimentos de crescimento (*growth*) e percepção dos organismos, considerados por este autor como linhas intensivas de desenvolvimento e “devires biossociais” (Ingold; Pálsson, 2013). De acordo com essa perspectiva, os organismos são pensados menos como objetos dos quais a mobília do mundo é feita, e mais como linhas ou traçados cuja bordadura conjunta compõe a tessitura do mundo. Outras vezes, o autor também descreve os organismos como nós que entrelaçam os fluxos vitais de que o mundo é feito, fazendo deles as próprias juntas intensivas que mantém a vida (*animacy*) do *meshwork*.

Neste sentido, Ingold defende que os seres vivos deveriam ser encarados antes como *processos* do que como *produtos*, ou, nos termos da metafísica de Spinoza, como natureza naturante (*natura naturans*) muito mais do que como natureza naturada (*natura naturata*). Além disso, o autor argumenta que os modos de conhecimento de povos considerados animistas reconheceriam com mais facilidade essa primazia do movimento e da transformação constante na composição do mundo, citando como exemplo algumas culturas nas quais os nomes dos animais e outros seres vivos são expressos por verbos, e não por substantivos (Ingold, 2011, p. 72). Ao conhecimento *implicado* destas cosmologias, Ingold opõe o paradigma *explicado* do ocidente moderno, segundo o qual os organismos são pensados como invólucros, verdadeiros “fatos consumados” (idem, 2012, p. 29) ou objetos dos quais a mobília do mundo se compõe.

Quanto a este ponto, não deixa de ser interessante que um dos principais expoentes do positivismo lógico contemporâneo, o Wittgenstein do *Tractatus logico-philosophicus* (2008), argumente que o mundo é a “totalidade dos fatos, não das coisas” (prop. 1.1). Os fatos, por sua vez, estabelecem com as coisas uma relação de englobamento, já que se definem como “estados de coisas” (prop. 2) ou, dito de outro modo, como a disposição das coisas em um determinado estado, em uma determinada configuração sincrônica. Sob certo aspecto, portanto, o conhecimento científico como que precisa “congelar” o incessante desdobramento (*unfolding*)

do mundo em uma série de estados discretos, de modo a reorganizá-los em uma imagem intelectualmente consistente e logicamente organizada da realidade.

No pensamento de Heidegger (1987, 2006, 2008a, 2008b), este “congelamento” ontológico da realidade para fins de compreensão científica do mundo é chamado de “atitude teórica”, o que implica em um distanciamento da atitude mais espontânea de conhecimento das coisas a partir da incorporação de suas qualidades e potencialidades - Gibson (1979) e Reed (1988) diriam, suas *affordances* – no fluxo da atividade vital. Dito de outro modo, para conhecermos as coisas à maneira da ciência, seria preciso operar um corte no fluxo da realidade, extrai-las de seus “campos generativos” habituais (Ingold, 2000) e considerá-las separada e individualmente como objetos. Mas como pensar o sacrifício científico-estatal do javali a partir dessas considerações?

Ora, entendo que a morte do javali para fins de experimentação científica é uma operação que o fixa ontologicamente, circunscrevendo sua existência não mais a um movimento contínuo de desdobramento como *coisa*, mas a um instante determinado de sua realização como *objeto* (Ingold, 2012). Através desse mecanismo de “congelamento ontológico” do javali, os fluxos que antes lhe perpassavam como processos dinâmicos convertem-se agora em inscrições sincrônicas desses mesmos processos, verdadeiros testemunhos materiais daquilo que o javali viveu e do que incorporou em sua atividade vital – sua sorologia como testemunho de sua história imunológica, por exemplo¹⁴³.

Assim considerado, o sacrifício do *Sus scrofa* é, portanto, um mecanismo que transmuta os restos mortais do indivíduo em um tipo muito particular de mapa das relações estabelecidas pelo conjunto da espécie. Da mesma maneira que uma carta geográfica permite ao seu usuário rastrear e registrar os movimentos efetuados por um ente no espaço, o acesso biopolítico ao corpo do javali sacrificado permite rastrear o conjunto de interações ecológicas estabelecidas pela espécie ao longo do tempo, fornecendo ao Estado e à ciência uma ideia mais ou menos precisa do que esperar em uma crise sanitária futura desencadeada a partir do javali.

Mas não é apenas a história da *sua* espécie que o javali sacrificado permite acessar. Único grande vertebrado cujo abate é permitido no Brasil, o *Sus scrofa* é hoje uma janela para o monitoramento da fauna silvestre *em geral*, um domínio sanitário de difícil acesso até pouco

¹⁴³ Analogamente, Marvin (2010b) argumenta que o troféu de caça condensa e externaliza a carga psíquica envolta no confronto com o animal, constituindo-se como uma espécie de congelamento trágico do instante cinéptico.

tempo atrás devido ao ordenamento que rege a conservação do meio ambiente no Brasil¹⁴⁴. É neste sentido, portanto, que considero o javali metonímico dos ambientes que habita: como linha ou conjunto de linhas extirpadas do *meshwork* do qual fazia parte, o javali sacrificado por razões científicas e epidemiológicas permite a reconstituição teórica dessa tessitura, de modo ampliar o escopo de intervenção biopolítica da ciência e do Estado sobre regiões até então precariamente cobertas por este escopo.

¹⁴⁴ Com isso, o javali passa a ocupar um lugar de sentinela da pesquisa epidemiológica da vida silvestre outrora ocupado apenas pelos morcegos hematófagos, matáveis pela IN 141/2016 que rege o manejo da fauna sinantrópica nativa. Uma pesquisa recentemente publicada por ecólogos de São Paulo demonstra que suínos ferais e quirópteros nativos tem entrado em contato no Brasil (Galetti et al., 2016).

Caderno de imagens – Capítulo 4



1. Encontro *Javalis e doenças*, Estância Renascença, maio de 2016. *Acima*: Dois anos depois da audiência pública, um novo círculo de pessoas se formava em torno dos restos mortais de um javali. *Abaixo*: da esq. para a dir., Virgínia, Álvaro, Gustavo (MGAP, Uruguai), Raul e Gustavo (SNAP, Uruguai).



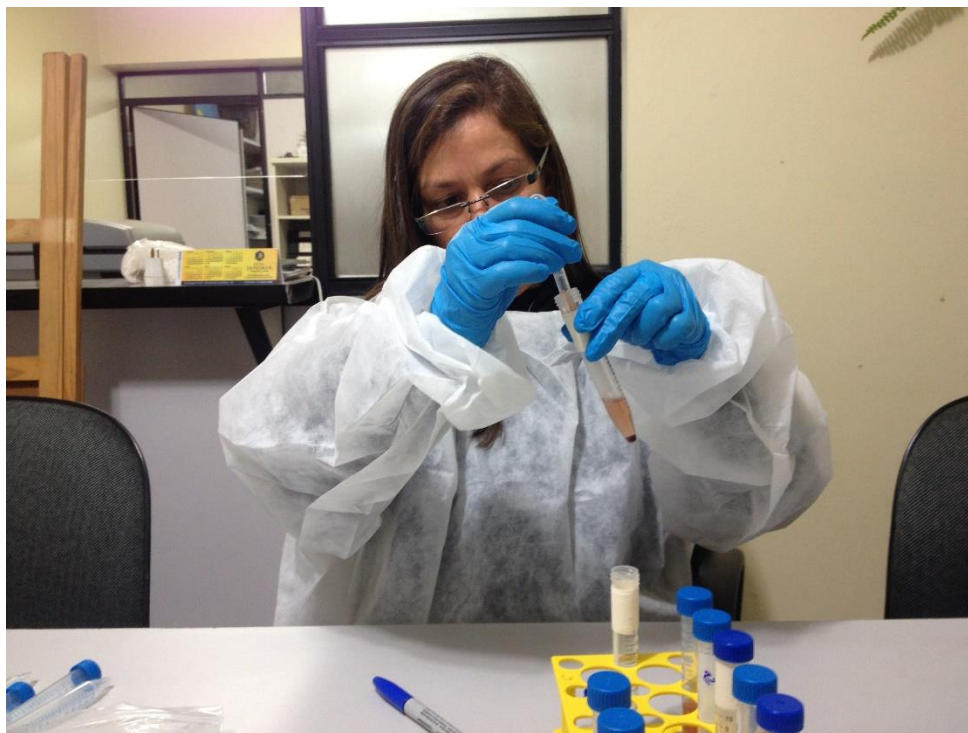
2. Encontro *Javalis e doenças*, Estância Renascença, maio de 2016. *Acima*: leitões aprisionados em gaiola de madeira, com porta de acionamento automático. *Abaixo*: após o abate, Nelson realiza coleta de sangue.



3. Encontro *Javalis e doenças*, Estância Renascença, maio de 2016. *Acima à esq.*: Após o abate, os leitões são trazidos até a sede. *Acima à dir.*: Álvaro opera a incisão do primeiro leitão necropsiado enquanto Virgínia o auxilia. *Abaixo à esq.*: Virgínia instrui os presentes sobre como identificar sinais de doenças nos animais. *Abaixo à dir.*: Amostras extraídas dos suínos, prontas para serem acondicionadas.



4. Encontro *Javalis e doenças*, Estância Renascença, maio de 2016. *Acima*: o cachaço antes de se sua necropsia. *Abaixo*: o cachaço já examinado, com suas amostras extraídas. Sua abertura como “caixa preta” revelou a existência de outra “caixa preta”, isto é, a estrutura semelhante a um câncer de próstata levada para análise pelas cientistas. Ao lado, a fêmea de porte médio examinada logo em seguida.



5. Escritório do ICMBio em Santana do Livramento. No dia posterior às coletas, Virgínia centrifuga as amostras de sangue e exhibe o estado do material após seu processamento. A parte translúcida do conteúdo do tubo corresponde ao soro, cujo exame auxilia a reconstituir a história epidemiológica do indivíduo e da espécie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que era isso, que a desordem da vida podia sempre mais que a gente?

Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas* (2001, p. 370).

Poucos dias antes da conclusão desta tese, em 27 de janeiro de 2017, o governo gaúcho divulgou duas instruções normativas para regular o manejo do javali. A primeira dizia respeito à qualificação de quadros técnicos para o monitoramento da espécie, tendo em vista uma maior sistematicidade nas coletas de material suíno para exames laboratoriais. A segunda, regulava o transporte de carcaças dos animais abatidos, atendendo a uma antiga reivindicação dos controladores de suínos ferais do estado. Uma reivindicação particularmente importante deste grupo, por outro lado, continuava vetada, isto é, a distribuição e comercialização da carne de javali para terceiros.

Como vimos nos capítulos anteriores, tal coisa só seria possível com alterações legais que fogem ao escopo estadual, envolvendo mudanças na própria lei federal de proteção à fauna e seu veto sobre o exercício profissional da caça. Enquanto isso, nas redes sociais, a página *Aqui tem javali* exortava seus seguidores a votarem em uma enquete do site do Senado Federal sobre o Projeto de Lei do deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) sobre esta matéria, manifestando apoio à propositura. Entidades ambientais e ligadas aos direitos animais, por outro lado, mobilizavam seus seguidores em sentido oposto, solicitando-lhes que votassem contrariamente ao projeto.

De todo modo, três anos depois da conturbada audiência pública em Livramento, o problema dos javalis dava mostras cada vez mais claras de seu reconhecimento como fato oficial no Rio Grande do Sul e no Brasil, tomando-se por isso o que é ratificado pelo Estado e pela imprensa como uma consternação “de toda a sociedade”. Da mesma maneira, o local onde novas regulações foram anunciadas não poderia ter sido mais emblemático: a Feovelha, um dos maiores eventos da temporada de verão da ovinocultura do sul do Brasil, realizada no município de Pinheiro Machado.

Quando iniciei esta pesquisa, em 2014, era frequente que meu objeto causasse espanto em alguns contextos. Muitas pessoas com as quais eu falava a respeito da tese sequer sabiam da existência de javalis no Brasil, e tampouco tinham noção de que uma verdadeira guerra entre as espécies, opondo homens e suínos, estava em curso algumas regiões do país. Entre 2015 e 2016, no entanto, a invasão suína foi tema de uma série de reportagens do *Jornal da Band*, de uma polêmica matéria do *Fantástico* e também de um episódio especial do programa *Fernando Gabeira*, na rede de televisão a cabo *Globo News*.

Aproximando-me do final da pesquisa, reparei que o objeto da tese já não provocava tanto estranhamento como no início, e que o problema do javali deixara de ser uma conjuntura pitoresca de uma longínqua fronteira meridional para se tornar uma questão de relativo conhecimento público, ao menos nas esferas mais ligadas à proteção do meio ambiente e à produção agropecuária. Em suma, para além do recorte temporal efetuado por esta pesquisa, a questão evoluía por sua própria conta e no seu próprio ritmo, dando corpo à observação de Joan e Arthur Kleinman (1995, p. 277) segundo a qual os etnógrafos sempre contatam a seus interlocutores a partir um determinado ponto no fluxo da experiência social.

—

Qual o interesse do estudo das EEIs para a antropologia? Inversamente, o que teria a antropologia a contribuir para a compreensão e o manejo de processos de invasão biológica como o conduzido pelo *Sus scrofa* no sul do Brasil?

Na apresentação de sua etnografia sobre o ritual do Naven entre os Iatmul da Nova Guiné, Gregory Bateson (2008) argumenta que há diversos métodos para se apreender a totalidade de uma cultura. Assim, enquanto os cientistas tenderiam a descrevê-la “como um todo, de maneira de cada detalhe pareça uma consequência natural do restante da cultura” (idem, p. 69), os artistas tenderiam a descrevê-la de tal modo que “muitas de suas premissas e as inter-relações das partes que a compõem ficam implícitas na composição” (idem: ibidem). Dito de outra forma, enquanto o cientista se pautaria por uma descrição analítica e explícita da vida cultural, o artista:

(...) pode sugerir muitos dos aspectos mais fundamentais da cultura, não propriamente pelas palavras que emprega, mas pela ênfase que dá a elas. Pode escolher palavras cuja sonoridade seja mais relevante que o significado de dicionário e pode agrupá-las e realçá-las de forma que o leitor, quase inconscientemente, receba informações que não estão explícitas nas frases e que o artista acharia difícil, quase impossível, expressar em termos analíticos (idem, p. 70).

Bateson termina defendendo, por fim, que “essa técnica impressionista é absolutamente estranha aos métodos da ciência”, e que a Escola Funcionalista, que o inspirara, se dedicara “a descrever em termos analíticos, cognitivos, o conjunto entrelaçado – quase vivo – de nexos que constitui uma cultura” (idem, p. *ibidem*). Pensemos, neste sentido, na diferença entre um antropólogo como Evans-Pritchard (2008) e um romancista como João Guimarães Rosa (2001). Ambos reconstituem totalidades culturais, muito embora *Os Nuer* nos apresente a realidade daquele povo nilota a partir de uma exploração minuciosa e objetivista dos distintos níveis de organização da sua sociedade (ecologia, tempo e espaço, sistema político, sistema de linhagens, etc.), ao passo que *Grande sertão: veredas* reconstitui o universo do jagunço Riobaldo por meio de um uso poético e metafórico da linguagem.

Em *Naven*, entretanto, Bateson (2008) desenvolve uma estratégia de contextualização e recomposição de totalidade culturais que, à parte das outras fontes citadas ao longo do texto, inspirou-me ao longo da etnografia e da escrita desta tese. Qual seja, partir de uma precipitação particular e circunstanciada do fluxo da vida social (um ritual, uma instituição, uma técnica, etc.) para, a partir dela, desenovelar as linhas de força e significado que lhe atravessam, como uma espécie de microcosmo que reflete o macrocosmo. No caso analisado pelo autor, um ritual de inversão entre homens e mulheres expunha uma rede de fatos, representações e valores que iam muito além do rito em si, muito embora o contextualizassem em seu universo cultural.

Neste sentido, tomei a irrupção do problema do javali na Campanha gaúcha como uma porta de entrada para descortinar aspectos da vida e da realidade dos meus interlocutores que, catalisados pela presença do animal “nocivo”, eram declinados e dramatizados de um ou de outro modo em seus discursos e suas práticas. Não raro, sob a forma de uma “fenomenologia apocalíptica” (Dalla Bernardina, 2009) das transformações socioambientais, na qual o javali tomava parte junto a outros processos que lhe são concomitantes. Em especial, a evasão demográfica do campo, o declínio histórico da pecuária sulina e sua perda de espaço para a agricultura mecanizada, o avanço dos monocultivos florestais e outras EEIs, como o capim-annoni, sem contar a prevalência do abigeato fronteiriço, matriz de inúmeras metáforas e analogias para dar conta do problema da predação.

Também sob esta perspectiva, analisei as escolhas técnicas de manejo do javali efetuadas pela rede da APA do Ibirapuitã como ressonâncias “perissológicas” (Lemonnier, 2012) do modo com que se territorializou a paisagem da Campanha e seus modos de habitá-la como fronteira - tanto no sentido de divisa política entre países, o que explicita tensões como

legalidade/ilegalidade e mobilidade/permanência, quanto de frente pecuária e pastoril, o que envolve traduções entre distintas formas de se lidar e controlar a potência feral de humanos e animais. Sugerir, neste sentido, que o modo com que se mata o *Sus scrofa* é também um modo de subjetivá-lo como mais selvagem ou mais domesticado, o que se aplica não somente ao bicho e suas associações de risco com a paisagem e outros animais, mas também ao ser humano que leva a cabo esta tarefa.

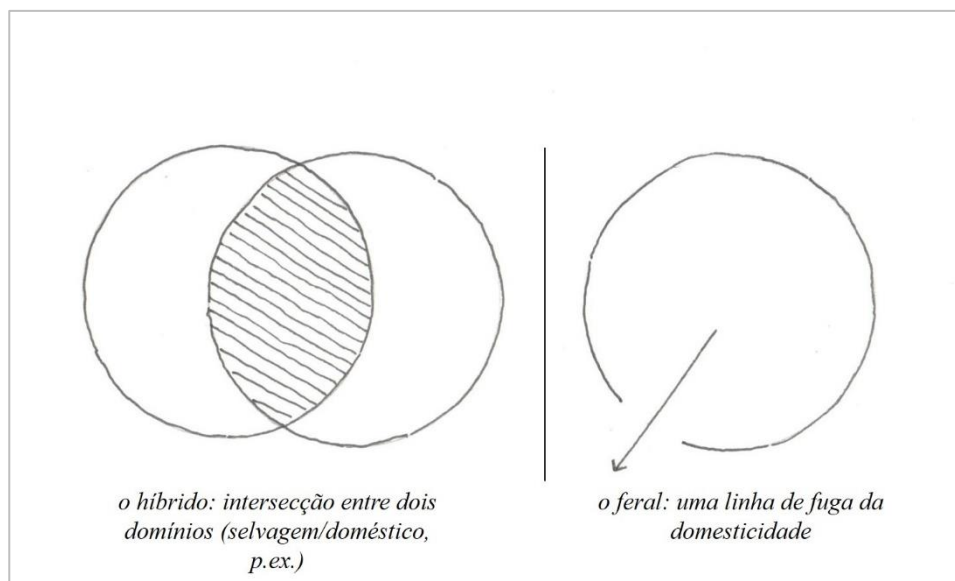
Por consequência, defendi a tese de que dispositivos legais como a IN 03/2013, em paralelo às práticas efetivas de manejo levadas a cabo *in loco* por agentes públicos e privados, visam domesticar não apenas a indisciplina das EEIs nos quadros de uma ecologia regulada em última análise pelo Estado, mas também a dos próprios seres humanos com as quais essas espécies estabelecem vínculos e associações. Por outro lado, o fato de o Estado brasileiro estabelecer uma aliança com certos agentes outrora colocados à margem da legalidade, revela que esses dispositivos domesticatórios da agência de humanos e de animais (pensemos aqui nos cães dos caçadores, igualmente submetidos ao escopo da IN 03/2013) não são mecanismos de erradicação pura e simples da sua feralidade, mas, como coloca Piero Leirner (2012, p. 39), formas de “conjurar o devir selvagem” destas personagens à serviço de uma política pública.

Ao enfatizar a dimensão feralidade - e, portanto, do selvagem e do doméstico - também tive como objetivo desviar de certas armadilhas colocadas pela literatura sobre EEIs nas ciências sociais que, como vimos em distintas passagens da tese - enfatizam de maneira demasiada a distinção exótico/nativo. Quanto a este ponto, é importante lembrar que a maior parte desta literatura se refere a casos de invasão biológica ocorridas em países anglo-saxônicos e/ou do Norte global, atualmente às voltas com questões relacionadas à recepção de imigrantes e refugiados, ao crescimento da xenofobia e aos conflitos entre identidades culturais e religiosas. Muito embora estas questões sejam cada vez mais relevantes também no contexto latino-americano, a etnografia conduzida na Campanha e o contato com outras pesquisas sobre a relação entre fauna exótica e fauna nativa no Brasil (Süssekind, 2014; Stoeckli, 2015) levou-me a considerar que a questão da domesticidade/feralidade era mais produtiva para se pensar o javali que o da exotividade/natividade de um ponto de vista antropológico, quanto mais por seu vínculo de risco com o porco doméstico e pelas metáforas que relacionavam feralização, predação e furto.

Além disso, o que é o “nativo” de certa ortodoxia ecológica se não um determinado regime de domesticidade, um ecúmeno imaginário onde cada espécie ocupa um nicho que lhe

é próprio e exerce uma função determinada na manutenção de uma *oikonomia* (Agamben, 2011) da natureza como totalidade harmônica? Inversamente, o que é o “exótico” se não uma exterioridade que ameaça este ecúmeno através dos perigos da intrusão e da contaminação? Por tudo o que foi dito nesta tese, entendo que um dos papéis da antropologia e da etnografia no estudo de EEIs – e talvez de muitos outros problemas socioambientais – é demonstrar a complexidade das associações tecidas entre “organismos da discórdia” (Manceron; Roué, 2009) e seus contextos mais gerais, cuja constituição vai além de uma abordagem estática sobre o ambiente, suas transformações e relações com a sociedade humana.

Em suma, o javali não é nem um elemento da “natureza” que ameaça a “cultura”, nem um elemento da “cultura” que perturba o equilíbrio da “natureza”, mas um “devir biossocial” (Ingold; Pálsson, 2013) que, dentre outras coisas, manifesta a flagrante impropriedade de, no contexto atual, ainda continuarmos pensando as coisas nestes termos dicotômicos. Também por isso, entendo que a feralidade é um operador conceitual mais interessante que categoria de “híbrido” para se tensionar a dicotomia natureza/cultura e selvagem/domesticado. Com efeito, o feral não é o oposto do doméstico - papel este exercido pelo selvagem -, mas o indício de suas fissuras e contradições. Assim, mais do que qualquer coisa, *o feral é o modo com o qual o selvagem habita a domesticidade desde dentro*, e não o encontro ou a hibridização entre dois domínios distintos. Formulando de outra maneira, se o híbrido é uma intersecção entre conjuntos (natureza/cultura, selvagem/doméstico, etc.), o feral é o elemento que faz de todo conjunto ou regime de domesticidade uma totalização inconsistente, uma estrutura necessariamente vazada e porosa, permeada por múltiplas linhas de fuga (quadro 8):



Quadro 8: O híbrido e o feral. Desenho do autor.

Obviamente, esta concepção de feralidade não teria sido possível sem uma noção processual e reversível da domesticação, tal como preconizado por diversos autores que inspiraram esta tese. Em especial, Jean-Pierre Digard (1988, 1995, 2009, 2012a), que trata da feralização em muitos momentos da sua obra, chamando-a mais frequentemente de “marronagem”. Por outro lado, a concepção de feralidade aqui proposta também se deve muito ao modo com que Anna Tsing (2012) tem tratado este conceito, ou seja, como uma espécie de ressurgência do mundo vivo em face das transformações características do que alguns tem chamado de Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000; Latour, 2013; Danowski; Viveiros de Castro, 2014).

Neste sentido, não deixa de ser paradoxal que, no exato momento em que a ação humana sobre o planeta ganha proporções propriamente geológicas, alguns seres vivos que sempre fizeram parte de nossa “biota portátil” (Crosby, 2011), como o *Sus scrofa*, continuem estabelecendo linhas de fuga ao ecúmeno instaurado pelo humano. Sob outros aspectos, quando o mundo todo vira um grande *domus* claustrofóbico devido aos impactos da ação humana (Danowski; Viveiros de Castro, 2014), todos os animais se tornam, de certo modo, animais domésticos¹⁴⁵: sejam eles silvestres ou de criação, urbanos ou rurais, autóctones ou migratórios,

¹⁴⁵ Se empregarmos aqui a definição de domesticidade proposta por Michel Serres: “a domesticidade designa um conjunto de seres vivos que dependem de nós, e nós, deles” (2003, p. 124).

entende-se que haveria um lugar adequado para cada um deles em uma grande ecologia/economia global.

Mas isto não quer dizer que os animais e outros seres vivos concordem necessariamente com os lugares que atribuímos a eles neste *domus*. E mesmo que os pavores do Antropoceno por vezes se transmutem, de quando em quando, em a uma renovação do espírito fáustico da modernidade, como no caso das propostas de *rewilding* e de reativamento de espécies extintas por meio da engenharia genética – neste último caso, como se se fosse possível restaurar o mundo vivo destas espécies sem a recomposição das relações ecológicas de outrora (Picq, 2016) – há de se salientar que o princípio da incerteza biológica continuará agindo à revelia de nossos projetos. Pois a obra humana até pode alcançar dimensões geológicas e ameaçar a continuidade da vida na Terra, mas, como bem afirmou Lévi-Strauss em seus *Tristes trópicos* (1996, p. 390-391), é um fato indubitável que “o mundo começou sem o homem e continuará sem ele”, e que suas criações “se confundirão com a desordem tão logo ele tenha desaparecido”.

É preciso dedicar, por fim, uma última palavra sobre o tema da morte dos animais. Foi também neste sentido que procurei enfatizar a feralidade do javali, haja vista a acepção alternativa de “feral” como aquilo que evoca a morte e os mortos; a feralidade como qualidade do que é funéreo e como lúgubre. Ora, o leitor atento haverá de ter notado que a tese começa e termina evocando a morte do javali como principal modalidade de relação estabelecida pela sociedade com este animal: seja sob a forma de troféu de caça, como no capítulo 1, seja sob a forma de animal “sentinela” para a pesquisa epidemiológica, como no capítulo 4. O que esta prevalência da morte poderia significar do ponto de vista de uma antropologia das relações entre humanos e animais? Como afirma Bateson (2008), creio que uma série de respostas a esta pergunta podem ser encontradas ao longo desta tese, de maneira todavia implícita. Explicitá-las e desdobrá-las com mais atenção talvez seja o caminho a ser seguido pela pesquisa daqui para a frente, na esteira deste ou de outros objetos de atenção etnográfica.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ALBARELLA, Umberto; DOBNEY, Keith; ERVYNCK, Anton; ROWLEY-CONWY, Peter. 2007. Introduction. In: *Pigs and Humans: 10,000 Years of Interaction*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1-14.

ALBORNOZ, Vera L.P. Frigorífico Armour: um empreendimento internacional na fronteira meridional. In: STRAHAECKER, Tânia M.; DAMIANI, Anelisa; SCHAFFER, Neiva O. ; BLAUTH, Ney; DUTRA, Viviane S. (orgs.). *Fronteiras e espaço global: III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços*. Santana do Livramento/Brasil – Rivera/Uruguai. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. p. 93-100.

ALBRECHT, Glenn. Solastalgia, a new concept in human health and identity. *Philosophy Activism Nature*, n. 3, p. 41-44, 2005.

ALMEIDA, Mauro W. B. Caipora e outros conflitos ontológicos. *R@U: revista de antropologia da UFSCar*, v.1, p.7-28, 2013.

ÁLVAREZ, Maria Fernanda T. Tornar-se nativo / a resistência do liso. In: STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. M. (orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 153-173.

ANDERSON, David. Cultures of reciprocity and cultures of control in the Circumpolar North. *Journal of Northern Studies*, v.8, n.2, p. 11-27, 2014.

ANDREATTA, Tanice. *Febre aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Joia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ARGOUNOVA-LOW, Tatiana. Roads and Roadlessness: Driving Trucks in Siberia. *Journal of Ethnology and Folkloristics*, v.6, n.1, p. 71-88, 2012.

AZEVEDO, Aina; RAMOS, Manuel João. Drawing close: on visual engagements in fieldwork, drawing workshops and the anthropological imagination. *Visual ethnography*, v.5, n.1, p. 134-160, 2016.

BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACCHETTA, Vitor L. *A fraude da celulose*. Porto Alegre: Dacasa, 2009.

BALLARI, Sebastián A.; CUEVAS, M. Fernanda; CIRIGNOLI, Sebastián; VALENZUELA, Alejandro E. J. Invasive wild boar in Argentina: using protected areas as a research platform to determine distribution, impacts and management. *Biological Invasions*, v.17, n.6, p.1595-1602, 2014.

BARRETO, Eric. ‘*Por dez vacas eu não troco meu cachorro*’: As relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do Pampa brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BARRETTO FILHO, Henyo. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fany. (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 53-63.

BARRIOS-GARCÍA, M. Noelia; BALLARI, Sebastián. Impact of wild boar (*Sus scrofa*) in its introduced and native range: a review. *Biological Invasions*, n.14, p. 2283-2300. 2012.

BARETTA, Silvio R.D.; MARKOFF, John. Civilization and Barbarism: cattle frontiers in Latin America. *Comparative Studies in Society and History*, v. 20, n.4, p. 587-620, 1978.

BARKER, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew. Introduction: interrogating bio-insecurities. In: BARKER, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 3-28.

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. La cultura “bárbara” (1800-1860). El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Banda Oriental, 2012.

BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo na Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: Edusp, 2008.

BECHELANY, Fabiano C. *Figuras da captura: a atividade cinegética na etnologia indígena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERGER, John. *Why look at animals?* London: Penguin, 2009.

BERTÊ, Ana Maria A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto Basso; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 71-85.

BEVILAQUA, Cimea. Espécies invasoras e fronteiras nacionais: uma reflexão sobre os limites do Estado. *Anthropologicas*, v.24, n.1, p. 104-123, 2013.

_____. A unidade do Estado como processo técnico. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine; PAIM, Heloísa Salvatti (orgs.). *Antropologia da ciência e da tecnologia: dobras reflexivas*. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 149-180.

BICA DE MÉLO, José L. O velho e o novo da violência rural na fronteira Brasil-Uruguay. *Sociedade e Estado*, v.19, n.1, p.121-150, 2004.

BIRD-DAVID, Nurit. Sociality and immediacy: or, past and present conversations on bands. *Man*, v.29, n.3, p. 583-603, 1994.

BÖKÖNYI, Sandor. Definitions of animal domestication. In: CLUTTON-BROCK, Juliet (ed.). *The walking larder: patterns of domestication, pastoralism and predation*. London: Unwin Hyman, 1989. p. 22-27.

BORGES, Jorge Luis. O sul. In: *Ficções*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

BORGES DE MEDEIROS, Renato; FOCHT, Telmo. Invasão, prevenção, controle e utilização do capim-annoni-2 (*Eragrostis plana* Nees) no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista agropecuária gaúcha*, v.13, n.1-2, p. 3-28, 2007.

BORNHOLDT, Luciano. *Gaúchos and estancieiros: regionalism, work relations and identity in the Campanha gaúcha, southern Brazil*. PhD. University of Manchester, 2008.

_____. Negociações desiguais: resistência na relação entre trabalhadores rurais e criadores de gado no Sul no Brasil. *Civitas*, v.10, n. 3, p.513-526, 2010.

BRASIL. *A convenção sobre diversidade biológica (CDB)*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2000.

BRASIL. 2006. *Espécies Exóticas Invasoras: situação brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

BRAUN, Bruce. Power over life: biosecurity as biopolitics. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 45-58.

BRUNOIS, Florence. Pour un approche interactive des savoirs locaux: l'ethno-éthologie. *Le Journal de la Société des Océanistes*, p.120-121: 31-40, 2005.

BULLER, Henry. Introducing aliens, reintroducing natives: a conflict of interest for biosecurity?. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 183-198.

BULLIET, Richard. *Hunters, Herders and Hamburgers: The Past and Future of Human-Animal Relationships*. New York: Columbia University Press, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CARVALHO, Marcos. Complexidades da experimentação animal: sobre cientistas, cobaias e tecnologias biomédicas. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbató; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas entre humanos e animais*. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 315-342.

CASSIDY, Rebecca. Introduction: Domestication reconsidered. In: CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly (orgs.). *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford, New York: Berg, 2007. p. 1-26.

CESARINO, Leticia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, v.20, n.41, p. 19-50, 2014.

CENORIO, José M. *La aviceptología, ó manual completo de caza y pesca, dividido en dos tratados [1815]*. Valladolid: Editorial Maxtor, 2001.

CHELOTTI, Marcelo C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. *Estudos Geográficos*, v.3, n.1, p. 53-70, 2005.

CLARK, Nigel. Animal interface: The generosity of domestication. In: CASSIDY, Rebecca; MULLIN, Molly (orgs.). *Where the wild things are now: domestication reconsidered*. Oxford, New York: Berg, 2007. p. 49-70.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaio de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLUTTON-BROCK, Juliet. Introduction to domestication. In: CLUTTON-BROCK, Juliet (ed.). *The walking larder: patterns of domestication, pastoralism and predation*. London: Unwin Hyman, 1989. p. 7-9.

COATES, Peter. Over here: American animals in Britain. In: ROTHERHAM, Ian D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and Introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 39-54.

COLAUTTI, Robert; Mc ISAAC, Hugh. A neutral terminology to define invasive species. *Diversity and Distributions*, n.10, p. 135-141, 2004.

COLLIER, Stephen; LAKOFF, Andrew; RABINOW, Paul. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, v.20, n.5, p. 3-7, 2004.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Naturing the nation: Aliens, apocalypse and the postcolonial state. *Journal of South African Studies*, v.27, n.3, p. 627-651, 2001.

_____. Ethnography on an awkward scale: postcolonial anthropology and the violence of abstraction. *Ethnography*, n.4, p.148-179, 2003.

CRESWELL, Robert. Techniques et culture: les bases d'un programme de travail. *Techniques & Culture*, p.54-55: 20-45, 2010.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUTZEN, Paul J. STOERMER, E.F. The 'Anthropocene'. *IGBP Global Change Newsletter*, n.41, p.17-18, 2000.

CRUZ, Rafael C.; GUADAGNIN, Demétrio L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: DA COSTA, Benhur Pinós; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Maria Eliana Graeff (orgs.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, 2010, p. 154-178.

CUMMING, Graeme. Spatial resilience: integrating landscape ecology, resilience and sustainability. *Landscape ecology*, n.26, p.899-909, 2011.

DA ROS, César Augusto. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DAHLES, Heidi. Game Killing and Killing Games: an anthropologist looking at hunting in a modern society. *Society and Animals*, v.1, n.2, p. 169-184, 1993.

DALLA BERNARDINA, Sergio. Le gibier du apocalypse: chasse et théorie du complot. *Ethnologie Française*, n.39, p. 79-88, 2009.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

DANTE DE MORAES, Carlos. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. Being together with animals: death, violence and noncruelty in Hindu imagination. In: DRASNART, Penny (ed.). *Living beings: perspectives on interspecific engagements*. London: Bloomsbury, 2013. p. 17-31.

_____; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 3-33.

DEBERT, André Jean; SCHERER, Scherezino. O javali asselvajado: ocorrência e manejo da espécie no Brasil. *Natureza e Conservação*, v.5, n.2, p. 31-44, 2007.

DEFRA. *Feral wild boar in England: An action plan*. London: Department for Environment, Food and Rural Affairs, 2008.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. *World Anthropologists Network*, n.4, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELIBES, Miguel. *El Cazador*. [Obras Completas, V]. Barcelona: Destino, 2009.

_____. *Diario de un cazador*. Barcelona: Destino, 2010.

DESBIEZ, Arnaud L.J.; KEUROGHLIAN, Alexine; PIOVEZAN, Ubiratan; BODMER, Richard E. Invasive species and bushmeat hunting contributing to wildlife conservation: the case of feral pigs in a Neotropical wetland. *Oryx*, v.45, n.1, p. 78-83, 2011.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, v.4, n.1, p. 23-45, 1998.

_____. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes Antropológicos*, v.8, n.18, p. 93-112, 2002.

_____. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

_____. *As lanças do crepúsculo: relações jívaro na Alta Amazônia*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

DIAMOND, Jared. *Guns, germs and steel: a short history of everybody for the last 13,000 years*. London: Vintage Books, 2005.

DIGARD, Jean-Pierre. Jalons pour une anthropologie de la domestication animale. *L'Homme*, v.28, n.108, p. 27-58, 1988.

_____. Un Phénomène méconnu: le marronnage des animaux. Aspects modernes et implications. In: LIZET, Bernadette; RAVIS-GIORDANI, Georges (eds.). *Des Bêtes et des hommes*. Le rapport à l'animal: un jeu sur la distance. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995. p. 133-145.

_____. Raisons et déraisons des revendications animalitaires: essai de lecture anthropologique et politique. *Pouvoirs*, n.131, p. 97-111, 2009.

_____. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*, v.2011, n.II, p. 205-226, 2012a.

_____. Le tournant obscurantiste en anthropologie: de la zoomanie à l'animalisme occidentaux. *L'Homme*, p.203-4:555-578, 2012b.

DIKÖTTER, Frank. *Mao's great famine: the history of China's most devastating catastrophe*. London: Bloomsbury, 2011.

DORFMAN, Adriana. Fronteira e contrabando em Santana do Livramento (BR)-Rivera (UY). *Boletim gaúcho de geografia*, n.32, p.75-92, 2007.

_____; DE BEM, Daniel F. Contrabando, tragédia e reflexividade: Antígona na fronteira gaúcha. *Ideação*, v.15, n.2, p. 35-51, 2008.

_____. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERIKSON, Philippe. Animais demais... os xerimbabos no espaço doméstico Matis. *Anuário Antropológico*, v.2011, n.2, p. 15-32, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FALL, Juliet J. Biosecurity and ecology: beyond the nativism debate. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 167-182.

FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha rio-grandense (século XIX). In: PINÓS DA COSTA, Benhur; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Maria Eliana Graeff (orgs.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias*

a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, 2010. p. 62-87.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. *Mana*, v.8, n.2, 2002.

FERNANDEZ, Annelise C.F.; BERCK, Dean E.; OLIVEIRA, Rogério R. A caça em uma floresta urbana: integrando pessoas, animais e paisagem. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbato; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas entre humanos e animais*. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 143-164.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1965.

FERRIGNO, Mayra V. Etnografia de uma manifestação – animais: os novos sujeitos de direito. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbato; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas entre humanos e animais*. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 207-222.

FISCHLER, Claude. *L'Homnivore: le gout, la cuisine, les corps*. Paris: Odile Jacob, 2001.

FLEURY, Lorena Cândido. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FORTANÉ, Nicolas; KECK, Frédéric. How biosecurity reframes animal surveillance. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v.9, n.2, p. a-1, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREITAS, Décio. O mito da 'produção sem trabalho'. In: FREITAS, Décio Freitas; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio Gonzaga. (orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 7-24.

FROELICH, Graciela. Carne(ar), no passado e no presente: hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. *Campos*, v.12, n.2, p. 69-82, 2011.

_____. *O bem-estar na carne: um estudo sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de “bem-estar animal”*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GALATY, John G.; JOHNSON, Douglas L. Introduction. In: *The world of pastoralism: herding systems in comparative perspective*. London: Belhaven Press, 1990. p. 1-32.

GALETTI, Mauro; PEDROSA, Felipe; KEROUGHLIAN, Alexine; SAZIMA, Ivan. Liquid lunch: vampire bats feed on feral pigs and other ungulates. *Frontiers in ecology and the environment*, v.14, n.9, p. 505-506, 2016.

GARCIA, Uirá F. O funeral do caçador: caça e perigo na Amazônia. *Anuário Antropológico*, v.2011, n.2, p. 33-56, 2012.

GARRIDO, Roberto Sánchez. De caza y cazadores: las construcciones teóricas sobre la actividad cinegética actual a partir de los discursos de sus actores. *Gazeta de Antropología*, v.22, n.18, p. 1-16, 2006.

_____. Cazadores y Ecologistas: análisis antropológico de posturas encontradas. *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de Elche*, v.1, n.4, p. 196-215, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GILLES, Tere J.; GEFU, Jerome. Nomads, ranchers and the state: the sociocultural aspects of pastoralism. In: GALATY, John G.; JOHNSON, Douglas L. (eds.). *The world of pastoralism: herding systems in comparative perspective*. London: Belhaven Press, 1990. p. 99-118.

GOCKS, Marcelo. Ocorrência sanitária de febre aftosa no Rio Grande do Sul nos anos 2000 e 2001 e os fatores que influenciaram o saneamento: relato de caso. *Informativo Técnico*, Departamento de Defesa Agropecuária, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul, v.3, n.10, p. 1-8, 2012.

GODELIER, Maurice. *The mental and the material: thought economy and society*. London: Verso, 2011.

GONZAGA, Sérgio. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113-131.

GOULDIN, Martin. Native or Alien? The case of the wild boar in Britain. In: ROTHERHAM, Ian D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 289-301.

GOVOROFF, Nicolas C. The Hunter and his gun in Haute-Provence. In: LEMONNIER, Pierre (ed.). *Technological choices: transformation in material culture since the Neolithic*. London: Routledge, 2006. p. 227-237.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HANNINGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.

HAUDRICOURT, André-Georges. Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui. *L'Homme*, v.2, n.1, p. 40-50, 1962.

HARAWAY, Donna. *The companion species manifesto: dogs, people and significant otherness*. Chicago: Pricly Paradigm Press, 2003.

HARMAN, Graham. *Hacia el realismo especulativo: ensayos y conferencias*. Buenos Aires: Caja Negra. 2015.

HARRIS, Marvin. The abominable pig. In: COUNIHAN, Carole; VAN ESTERIK, Penny (eds.). *Food and Culture: a reader*. New York: Routledge, 2009. p. 59-71.

HEIDEGGER, Martin. *Die Frage nach dem Ding*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 1987.

_____. *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 2006.

_____. A questão da técnica [1953]. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008a. p. 11-38.

_____. Construir, habitar, pensar [1951]. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008b. p. 11-38.

HELL, Bertrand. Cazadores rabiosos. El dominio del salvajismo en el noroeste de Europa. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli (eds.). *Naturaleza y sociedad: perspectivas antropológicas*. México, DF: Siglo XXI Ediciones, 2001. p. 237-254.

HELMREICH, Stefan. How scientists think; about 'natives', for example: a problem of taxonomy among biologists of alien species in Hawaii. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. v.11, n.1, p.107-128, 2005.

HERNANDEZ, José. *Martín Fierro*. Buenos Aires: Quevedo, 2006.

HINCHLIFFE, Steve. The insecurity of biosecurity: remaking emerging infectious diseases. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 199-214.

HONE, Jim. Feral pigs in Namadgi National Park: dynamics, impacts and management. *Biological Conservation*, v.105, n.2, p. 231-242.

HURN, Samantha. *Humans and other animals: cross-cultural perspectives on human-animal relations*. London: Pluto Press, 2012.

IBGE. *Produção da Pecuária Municipal*, n.41, p. 1-108, 2013.

_____. *Produção da Pecuária Municipal*, n.43, p. 1-49, 2015.

INGOLD, Tim. *The skolt lapps today*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

_____. *Hunters, Pastoralists and Ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

_____. Introduction. In: *What is an animal?* London: Routledge, 1988.

_____. *The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

_____. *Lines: a brief story*. London: Routledge, 2007.

_____. *Being Alive: essays on movement, knowledge and perception*. Routledge: London, 2011.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, v.18, n.37, p. 25-44, 2012.

_____. *The life of lines*. London: Routledge, 2015.

_____; PÁLSSON, Gísli (eds.) *Biosocial becomings: integrating social and biological anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

JACKSON, John B. *Discovering the vernacular landscape*. New York: Yale University Press, 1984.

JASANOFF, Sheila. *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London: Routledge, 2006.

JONAS, Hans. *El principio vida: hacia una biología filosófica*. Madrid: Trotta, 2000.

KECK, Frédéric. As relações homens/animais em Lévi-Strauss. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, v.7, n.1, p. 97-107, 2015.

KIRKSEY, S. Eben. HELMREICH, Stefan. 2010. The emergency of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v.4, n.5, p. 546-576, 2010.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. *Writing at the margin*. Berkeley: University of California Press, 1995.

KNIGHT, John (ed.). *Natural enemies: people-wildlife conflicts in anthropological perspective*. London: Routledge, 2000.

_____. The anonymity of the hunt: A critique of hunting as sharing. *Current Anthropology*, v.53, n.3, p. 334-355, 2012.

KOHN, Eduardo. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Los Angeles: University of California Press, 2013.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. Animal rearing as a contract? *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v.12, n.1, p. 51-55, 2000.

LARRÈRE, Raphael. 1999. Le loup, l'agneau et l'éleveur. *Ruralia*, n.5, p. 1-11, 1999.

LARSON, Brendon M.H. The war of the roses: demilitarizing invasion biology. *Front. Ecol. Environ.*, v.3, n.9, p. 495-500, 2005.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo*, v.15, n.14-15, p. 339-352, 2006.

_____. *An inquiry into modes of existence: an ethnography of the moderns*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

LAYTANO, Dante de. *A estância gaúcha*. Documentário da Vida Rural, número 4. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

LEAL, Natacha S. *Nome aos bois: zebus e zebueiros numa pecuária de elite*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 2016.

LEAL, Ondina F. *The Gauchos: Male Culture and Identity*. PhD dissertation, Department of Anthropology, University of California, Berkeley, 1989.

_____. Do etnografado ao etnografável: o 'Sul' como área cultural. *Horizontes Antropológicos*, n.7, p. 201-214, 1997.

LEITE LOPES, José S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, v.12, n.25, p.31-64, 2007.

LEIRNER, Piero. Perspectivas antropológicas da guerra. *BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, n.60, p. 43-63, 2005.

_____. O Estado como fazenda de domesticação. *R@U: revista de antropologia da UFSCar*, v.4, n.2, p. 38-70, 2012.

LEMONNIER, Pierre. Introduction. In: LEMONNIER, Pierre (ed.). *Technological choices: transformation in material culture since the Neolithic*. London: Routledge, 2006a. p. 1-35.

_____. Pigs as ordinary wealth: technical logic, exchange and leadership in New Guinea. In: LEMONNIER, Pierre (ed.). *Technological choices: transformation in material culture since the Neolithic*. London: Routledge, 2006b. p. 126-156.

_____. *Mundane objects: materiality and non-verbal communication*. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2012.

LEROI-GOURHAN, André. *Evolução e técnicas: o homem e a matéria*.v.1. Lisboa: Edições 70, 1984a.

_____. *Evolução e técnicas: o meio e as técnicas*. v.2. Lisboa: Edições 70, 1984b.

_____. *O gesto e a palavra: técnica e linguagem*. v.1. Lisboa: Edições 70, 1987a.

_____. *O gesto e a palavra: memória e ritmos*. v.2. Lisboa: Edições 70, 1987b.

LESCUREUX, Nicolas. Towards the necessity of a new interactive approach integrating ethnology, ecology and ethology in the study of the relationship between Kyrgyz stockbreeders and wolves. *Social Science Information*, v.45, n.3, p. 463-478, 2006.

LESTEL, Dominique. *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *Apologie du carnivore*. Paris: Fayard, 2011a.

_____. A animalidade do humano e as 'comunidades híbridas'. In: MACIEL, Maria Esther (org.). *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e zoopolítica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b. p. 23-54.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *The jealous potter*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

_____. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

_____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, v.23, n.67, p. 211-216, 2009.

_____. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. The culinary triangle. In: Carole Counihan and Penny Van Esterik (eds.). *Food and Culture: a reader*. New York: Routledge, 2013. p 40-47.

LEWGOY, Bernardo. Crítica da ração impura: o repto naturalista na alimentação animal. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbató; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos:*

perspectivas antropológicas entre humanos e animais. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 223-240.

_____; SORDI, Caetano. As guerras da carne: o consumo carnívoro, seus defensores e críticos: novas e velhas configurações. In: STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. M. (orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 137-152.

_____; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra. Domesticando o humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha*, v.17, n.2, p.75-100, 2015.

LEWIN, Simon. MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. *Nature*, n.519, p.171-180, 2015.

LIDSTRÖM, Suzanna; WEST, Simon; KATZSCHNER, Tania; PÉREZ-RAMOS, Maria Isabel. Invasive Narratives and the inverse of slow violence: alien species in science and society. *Environmental Humanities*, n.7, p. 1-40, 2015.

LOMBARDI, R.; BERRINI, R.; ACHAVAL, F.; WAYSON, C. *El Jabalí en el Uruguay*. Montevideo: Centro Interdisciplinario para el Desarrollo, 2007.

LOWE, S.; BROWNE, M.; BOUDJELAS, S.; De POORTER, M. *100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a selection from the Global Invasive Species Database*. ISSG, IUCN, 2004.

MACEDO, Joana S; MACHADO, Carlos J.S.; BERGALLO, Helena G.; VILANI, Rodrigo M. Conflito entre felinos silvestres e populações tradicionais na Amazônia. In: *Animais na sociedade brasileira: práticas, relações e interdependências*. Rio de Janeiro: e-papers, 2013.

MACIEL, Maria E. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, v.2, n.4, p. 34-48, 1996.

MÃE, Valter Hugo. *Homens imprudentemente poéticos*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

MANCERON, Vanessa; ROUÉ, Marie. Les animaux de la discorde. *Ethnologie Française*, n.39, p. 5-10, 2009.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, n.24, p. 95-117, 1995.

MARSAN, A.; SPANÒ, S.; TOGNONI, C. Management attempts of Wild Boar (*Sus scrofa* L.): first results and outstanding researches in Northern Apennines (Italy). *Journal of Mountain Ecology*, n.3, p. 219-221, 1995.

MARTINS, Cyro. *Porteira fechada*. Trilogia do gaúcho a pé. v.2. Porto Alegre: Movimento, 2010.

MARVIN, Garry. The problem of foxes: legitimate and illegitimate killing in the English countryside In: KNIGHT, John (ed.) *Natural enemies: people-wildlife conflicts in anthropological perspective*. London: Routledge, 2000. p. 189-212.

_____. Wild killing: contesting the animal in hunting. In: The Animal Studies Group (eds.). *Killing animals*. Chicago: University of Illinois Press, 2006. p. 10-29.

_____. English foxhunting: a prohibited practice. *International Journal of Cultural Property*, n.14, p.339-360, 2007.

_____. Challenging animals: project and process in hunting. In: PILGRIM, Sarah; PRETTY, Jules (orgs.) *Nature and Culture*. London: Earthscan, 2010a. p. 145-162.

_____. Living with death animals? Trophies as souvenirs of the hunt. In: KOWALSKY, Nathan (ed). *Hunting: in the search of the wild life* (Philosophy for everyone series). Chichester: Wiley-Blackwell, 2010b. p. 107-118.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício* [1899]. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

Mc ILROY, J.C. Aspects of the ecology of feral pigs (*Sus scrofa*) in the Murchinson Area, New Zealand. *New Zealand Journal of Ecology*, n.12, p. 11-22, 1989.

Mc NEELY, Jeffrey A. Xenophobia or conservation: some human dimensions of invasive alien species. In: ROTHERHAM, Ian D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and Introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 19-38.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MEILLASSOUX, Quentin. *After finitude: an essay on the necessity of contingency*. New York: Continuum, 2008.

MENDINA FILHO, La Hire; WALLAU, Marcelo; REIS, Tiago Xavier dos. *O javali no Pampa: contexto, biologia e manejo*. Santana do Livramento, 2015.

MERIGGI, Alberto; LOMBARDINI, Marco; MILANESI, Pietro; BRANGI, Anna; LAMBERTI, Paolo; GIANNINI, Francesca. Management of wild boar in protected áreas: the case of Elba Island. In: ANGELICI, Francesco M. (ed.). *Problematic wildlife: a cross-disciplinary approach*. Basel: Springer, 2016. p. 229-252.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MICHAUD, Maxime. Chasser en gentleman: evolutions de l'éthique de la chasse sportive. *Journal des Anthropologues*, n.160/161, p. 181-198, 2010.

MILTON, Kay. Science and personhood on the farm. Cattle crisis in the UK. *Ethnologie Française*, v.39, n.1, p. 69-78, 2009.

MIZELLE, Brett. *Pig*. London: Reaktion books, 2011.

MLEKUŽ, Dmitrij. The birth of the herd. *Society and Animals*, n.21, p. 150-161, 2013.

MONBIOT, George. *Feral: searching for enchantment on the frontiers of rewilding*. London: Allen Lane, 2013.

MONTEBLANCO, Felipe L. 2013. *O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MURA, Fabio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da antropologia. *Horizontes Antropológicos*, v.17, n.36, p. 95-125, 2011.

NYQUIST, Jon R. Ways of contextualizing cane toads: invasive species and community engagement in the making. *AURA working papers*, v. 2., p. 36-58, 2015.

NOCCHI, E.G. *Efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Santana do Livramento/RS*. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional). Universidade Nacional de Rosário, Rosário, Argentina, 2000.

NORDRUM, Amy. Can Wild pigs ravaging in the United States be stopped?. *Scientific American*, 21 out., 2014.

OIE. *Terrestrial animal health code*. Paris: World Organization for Animal Health, 2016.

OLIVEIRA, Anderson E.S.; PEREIRA, Daniel G. Erradicação de espécies exóticas invasoras: múltiplas visões da realidade brasileira. *Desenvolvimento e sociedade*, n.21, p. 173-181, 2010.

OLIVEIRA, Anderson E.S.; MACHADO, Carlos J.S. Quem é quem diante da presença de espécies exóticas no Brasil? Uma leitura do arcabouço institucional-legal voltada para a formulação de uma Política Pública Nacional. *Ambiente e Sociedade*, v.12, n.2, p. 373-387, 2009.

OMA, Kristin Armstrong. Between trust and domination: social contracts between humans and animals. *World Archeology*, v.42, n.2, p. 175-187, 2010.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ORTEGA Y GASSET, José. Sobre la caza – prólogo a ‘Veinte años de caza mayor’, del Conde de Yebes [1943]. In: *Sobre la caza, los toros y el toreo*. Madrid: Alianza Editorial, 2007. p. 145-163.

PEARCE, Fred. *The new wild: why invasive species will be nature’s salvation*. London: Icon Books, 2015.

PEBAYLE, Raymond. Da vida rural na ‘campanha’ gaúcha. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n.14, p. 36-43, 1971.

PEDROSA, Felipe; SALERNO, Rafael; PADILHA, Vinicius B.; GALETTI, Mauro. Current distribution of invasive feral pigs in Brazil: economic impacts and ecological uncertainty. *Natureza e Conservação*, n.13, p. 84-87, 2015.

PEREIRA, Frank. A expansão da silvicultura sobre o bioma Pampa: impactos além dos campos. In: PINÓS DA COSTA, Benhur; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Maria Eliana Graeff (orgs.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, 2010. p. 88-104.

PEREIRA, Fabíola Mattos; RIETH, Flávia M.S.; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbatto; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas entre humanos e animais*. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 189-206.

PERETTI, J.H. Nativism and nature: rethinking biological invasion. *Environmental Values*, n.7, p. 183-192, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PETTRES, Bárbara M.; MACHADO, Luiz C.P.M.; HÖTZEL, Maria J.; LYRA, Tania M.P. Febre aftosa: impactos sociais e sobre o bem-estar animal da política de erradicação. *Interthesis*, v.4, n.2, p. 101-135, 2007.

PHILLIPS, Sarah. The pig in medieval iconography. In: ALBARELLA, Umberto; DOBNEY, Ketih ; ERVYNCK, Anton; ROWLEY-CORWNY, Peter (orgs.). *Pigs and Humans: 10,000 Years of Interaction*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 373-388.

PICQ, Pascal. *A diversidade em perigo: de Darwin a Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Valentiana, 2016.

PILLAR, Valério P.; VÉLEZ, Eduardo. Extinção dos campos sulinos em unidades de conservação: um fenômeno natural ou um problema ético. *Natureza e Conservação*, v.8, n.1, p.84-86, 2010.

POLI, César H.E.C.; JOCHIMS, Felipe; MONTEIRO, Alda; L.G. CARVALHO, Paulo C.F. Ovinocultura no bioma Pampa. In: PILLAR, Valério de Patta; MULLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila (eds.) *Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009. p. 229-236.

PORCHER, Jocelyne. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte/M.A.U.S.S, 2011.

POTTS, Annie. Kiwis Against Possums: A critical analysis of Anti-Possum Rhetoric in Aotearoa New Zealand. *Society and Animals*, n.17, p. 1-20, 2009.

RAPPAPORT, Roy. *Pigs for ancestors: ritual in the ecology of a New Guinea People*. New Haven: Yale University Press, 1984.

REED, Edward S. The affordances of the animate environment: social science from the ecological point of view. In: INGOLD, Tim (ed.). *What is an animal?* London: Routledge, 1988. p. 110-126.

REEVES, Madeleine. *Border work: Spatial lives of the state in rural Central Asia*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2014.

ROTHERHAM, Ian. The ecology and economics of medieval deer parks. *Landscape Archeology and Ecology*, n.6, p. 86-102, 2007.

SÁ, Guilherme. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SAGOFF, Mark. Who is the invader? Alien species, property rights and the Police power. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 79-108.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em extinção. *Mana*, v.3, n.1, p. 41-73, 1997.

_____. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SÁNCHEZ, Andrea Q. *A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*, ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SAUTCHUK, Carlos E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas* (Vila Sucuriju, Amapá). Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. Eating with piranhas: untamed approaches to domestication. *Vibrant*, v.13, n.2, p. 38-57, 2016.

SCHAEFFER, Jean-Marie. *El fin de la excepción humana*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2009.

SEGATA, Jean. A doença socialista e o mosquito dos pobres. *Iluminuras*, v.17, n.42, p. 372-389, 2016.

SERRES, Michel. *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SIGAUT, François. Critique de la notion de domestication. *L'Homme*, v.28, n.108, p.59-71, 1988.

SIMBERLOFF, Daniel. Confronting introduced species: a form of xenophobia? *Biological Invasions*, n.5, p. 179-192, 2003.

_____. The rise of modern invasion biology and American attitudes towards introduced species. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D. Rotherham; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 121-135.

_____. *Invasive species: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SIMONDON, Gilbert. *Les inventions dans les techniques*. Paris: Seuil, 2005.

SKEWES, Oscar; JAKSIC, Fabián M. History of the introduction and present distribution of the European Wild Boar (*Sus scrofa*) in Chile. *Mastozoología Neotropical*, v.22, n.1, p. 113-124, 2015.

SKEWES, Oscar; MORAGA, Claudio; ARRIAGADA, Patricio; RAU, Jaime R. El jabalí europeo (*Sus scrofa*): un invasor biológico como presa reciente del puma (*Puma concolor*) en el sur de Chile. *Revista Chilena de Historia Natural*, n.85, p. 227-232, 2012.

SMOUT, Chris. How the concept of alien species emerged and developed in 20th-Century Britain. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D. Rotherham; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 55-66.

SORDI, Caetano. 2013a. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos: estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013a.

_____. Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira. *Cadernos de Campo*, n.22, p.118-333, 2013b.

_____. 2014. Projeto e processo em dois contextos cinegéticos: a caça menor na Andaluzia e a guerra ao javali no Rio Grande do Sul, aproximações etnográficas. 29 RBA - Reunião Brasileira de Antropologia, *Anais da 29a RBA*, Natal, p. 1-19, 2014.

_____; LEWGOY, Bernardo. O que pode um prion? O caso atípico de Vaca Louca no Brasil e seus desdobramentos. *Anthropologicas*, v.24, n.1, p. 125-143, 2013.

SPANIOL, Marlene Inês. (Re)estruturação das ações de segurança pública, prevenção, repressão e controle, através da Enafron, ante as principais incidências criminais na fronteira Brasil-Uruguai. In: MALMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (orgs.). *Fronteiras e relações: Brasil-Uruguai*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. p. 183-198.

STOECKLI, Pedro. *Laços brutos: vaqueiros e búfalos no Baixo Araguari – Amapá*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

STRATHERN, Marylin. *Partial connections*. Savage: Rowman and Littlefield, 1991.

_____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SUERTEGARAY, Dirce M.; FUJIMOTO, Nina S.V.M. Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 11-26.

SÜSSEKIND, Felipe. *O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

THE ANIMAL STUDIES GROUP. Introduction. In: *Killing animals*. Chicago: University of Illinois Press, 2006. p. 1-9.

THOMAS, Chris. The Anthropocene could raise biological diversity. *Nature*, n.502, p. 7, 2013.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Charis. When elephants stand for competing philosophies of nature. In: LAW, John; MOL, Annemarie (eds.). *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 167-190.

TORRES, Rita Tinoco; AMBRÓSIO, Isabel; LOPES, Ivone; CANCELA, Jorge; FONSECA, Carlos. Avaliação dos estragos causados pelo javali (*Sus scrofa*) na Beira Litoral. *Silva Lusitana*, v.20, n.1/2, p. 105-122, 2012.

TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. *Fundamentos em Ecologia*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TSING, Anna L. Empowering nature, or: some gleanings in bee-culture. In: YANAGISAKO, S.; DELANEY, C. (eds.) *Naturalizing Power: essays in feminist cultural analysis*. New York: Routledge, 1995. p. 113-143.

_____. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. Unruly edges: mushrooms as companion species. *Environmental humanities*, n.1, p. 141-154, 2012.

VALÉRY, Loic; FRITZ, Hervé; LEFEUVRE, Jean-Claude; SIMBERLOFF, Daniel. 2008. In search of a real definition of the biological invasion phenomenon itself. *Biological Invasions*, n.10, p. 1345-1351, 2008.

VANDER VELDEN, Felipe. Rebanhos em aldeias: investigando a introdução de animais domesticados e formas de criação animal em povos indígenas na Amazônia (Rondônia). *Espaço Ameríndio (UFRGS)*, v. 5, p. 129-158, 2011.

VAN DER MEER, L.B. *The liver from Piacenza*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1987.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, v.19, n.3, p. 258-273, 2010.

VIALLES, Nöelie. *Le Sang et la Chair: les abattoirs des pays de l'Adour*. Paris: Édition de la Maison des Sciences de L'Homme, 1987.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify, 2011.

_____. Who is afraid of the ontological wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate. Cambridge: CUSAS Annual Marilyn Strathern Lecture, 2014. p. 1-20.

_____. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify; n-1 edições, 2015.

WALLING, Philip. *Counting sheep: a celebration of the pastoral heritage of Britain*. London: Profile Books, 2015.

WALKER, Brian; HOLLING, C.S.; CARPENTER, Stephen; KNIZIG, Ann. Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. *Ecology and Society*, v.9, n.2, p.5, 2004.

WARREN, Charles R. Perspectives on the ‘alien’ versus ‘native’ species debate: a critique of concepts, language and practice. *Progress in Human Geography*, n.31, p.427-446, 2007.

_____. Natives and nationhood: what species ‘belong’ to post-devolution Scotland?. In: ROTHERHAM, Ian D. Rotherham; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 67-79.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WIGHTMAN, Andy. *Hunting and Hegemony in the Highlands of Scotland: A study in the ideology of landscapes and landownership*. Noragric Writing Paper, 36, Agricultural University of Norway, 2004.

WILLERSLEV, Rane. Percepções da presa: caça, sedução e metamorfose entre os Yukaghirs da Sibéria. *Anuário Antropológico*, v.2011, n.II, p. 57-76, 2012.

WILKIE, Rohda. *Livestock/Deadstock: working with farm animals from birth to slaughter*. Temple University Press, 2010.

WILSON, Edward O. *Diversidade da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2008.

WOLFF, Francis. Des conséquences juridiques et Morales de l’inexistence de l’animal. *Pouvoirs*, n.131, p. 135-147, 2009.

_____. *Filosofía de las corridas de toros*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2010.

WOODS, Abigail. *A manufactured plague: the history of foot and mouth disease in Britain*. London: Earthscan, 2004.

WOODS, Mark; MORIARTY, Paul V. Strangers in the land: the problem of exotic species. *Environmental values*, n.10, p.163-191, 2001.

WOORTMAN, Klaas. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.1, p. 17-30, 2008.

ZARTH, Paulo A.; GEHRARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org.). *Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: UFPEL, 2009. p. 249-295.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Experiências locais e olhares globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In: STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. M. (orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 191-211.

Legislação citada

BRASIL. Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Decreto 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção da Diversidade Biológica. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

_____. Instrução Normativa n. 71, de 4 de agosto de 2005. Autoriza o controle populacional do javali – *Sus scrofa* – em todo estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências”. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Ibama.

_____. Instrução Normativa n. 141, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o manejo e controle da fauna sinantrópica nativa. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Ibama.

_____. Instrução Normativa n. 8, de 17 de outubro de 2010. Revoga a Instrução Normativa n. 71 de 4 de agosto de 2005 e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Ibama.

_____. Instrução Normativa n. 3, de 31 de janeiro de 2013. Autoriza o controle populacional do javali – *Sus scrofa* – em todo território nacional e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Ibama.

_____. Instrução Técnico-Normativa n. 1, de 30 de abril de 2014. Regula procedimentos relativos à expedição de Guia de Tráfego. Brasília: Ministério da Defesa, Comando do Exército, Comando Logístico, Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.

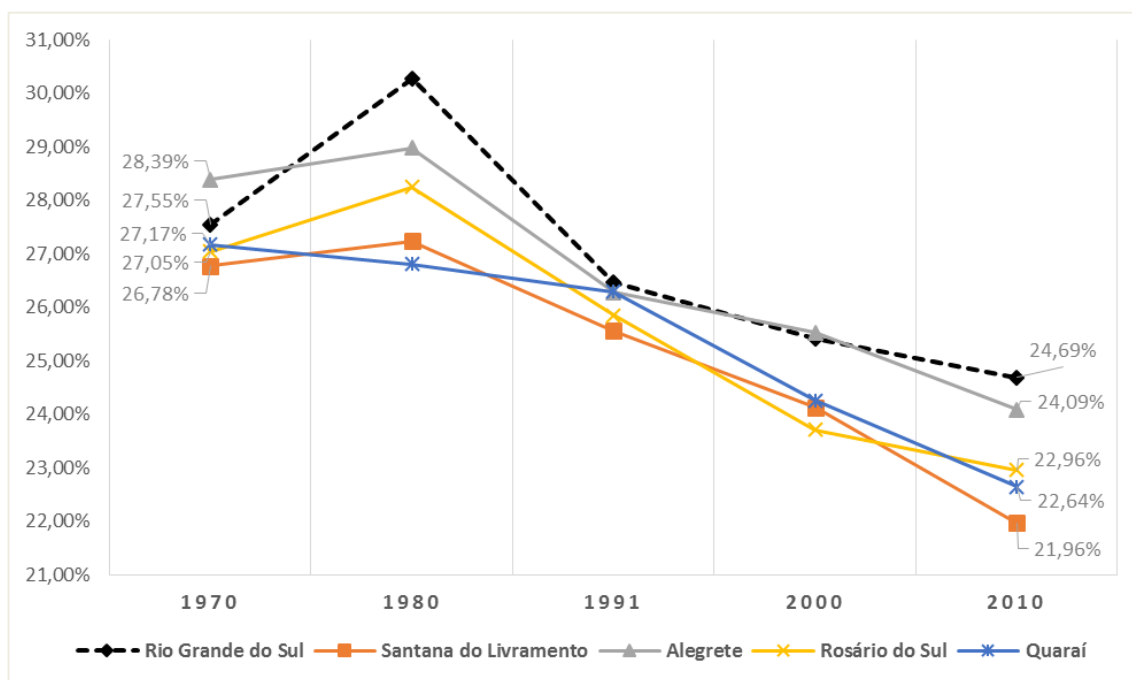
Apêndice 1: Subespécies do *Sus scrofa* e sua distribuição original

(Adaptado de Lombardi et. al., 2007; Albarella et. al., 2007)

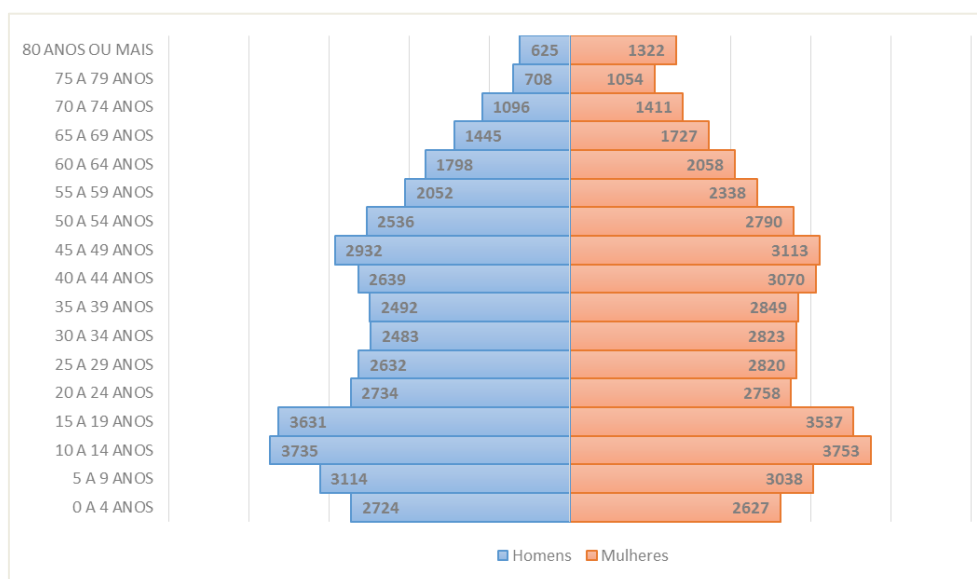
Grupo regional	Sub-espécie	Área de Distribuição
Ocidental	<i>Sus scrofa scrofa</i>	Península ibérica setentrional, Itália setentrional, França, Alemanha, Dinamarca, Polônia, República Tcheca, Eslováquia
	<i>Sus scrofa meridionalis</i>	Andaluzia, Sardenha, Córsega
	<i>Sus scrofa lybicus</i>	Transcaucásia, Turquia, Palestina, Balcãs
	<i>Sus scrofa algira</i>	Tunísia, Argélia, Marrocos
	<i>Sus scrofa atila</i>	Hungria, Ucrânia, Belarus, Cáucaso setentrional, Mesopotâmia
	<i>Sus scrofa nigripes</i>	Ásia Central, Irã, Afeganistão, Mongólia, China
	<i>Sus scrofa leucomystax</i>	Japão, exceto Hokkaido
Índico	<i>Sus scrofa davidi</i>	Paquistão, noroeste da Índia, Irã oriental
	<i>Sus scrofa cristatus</i>	região sub-himalaiana, Mianmar, Tailândia ocidental
	<i>Sus scrofa affinis</i>	Sul da Índia e Sri Lanka
	<i>Sus scrofa subsp(?)</i> (indeterminada, possivelmente uma anomalia)	Sri Lanka
Oriental	<i>Sus scrofa sibiricus</i>	Mongólia e Baikal
	<i>Sus scrofa ussiricus</i>	Rússia extremo-oriental, Manchúria, Coreia

Apêndice 2: Compilações demográficas e socioeconômicas

1. Percentual da população jovem (15-29 anos) na população total dos quatro municípios da APA do Ibirapuitã e no Rio Grande do Sul (1970-2010). Fonte: IBGE.

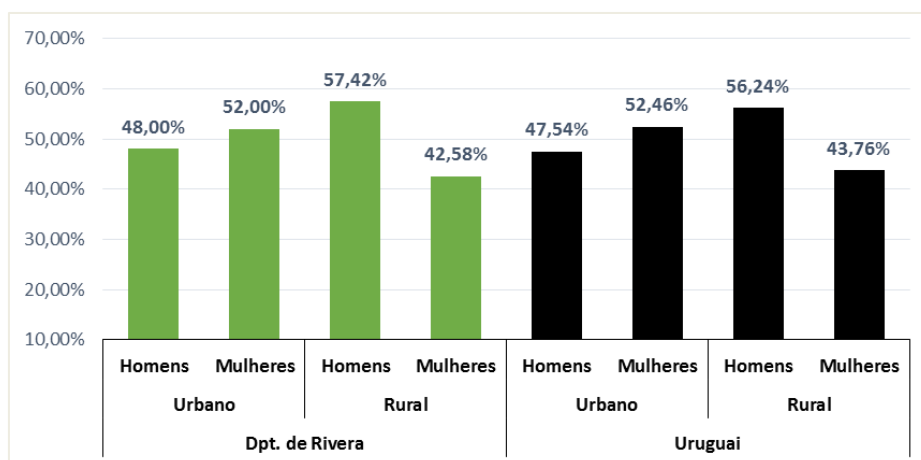


2. Pirâmide etária do município de Santana do Livramento (2010). Fonte: IBGE.

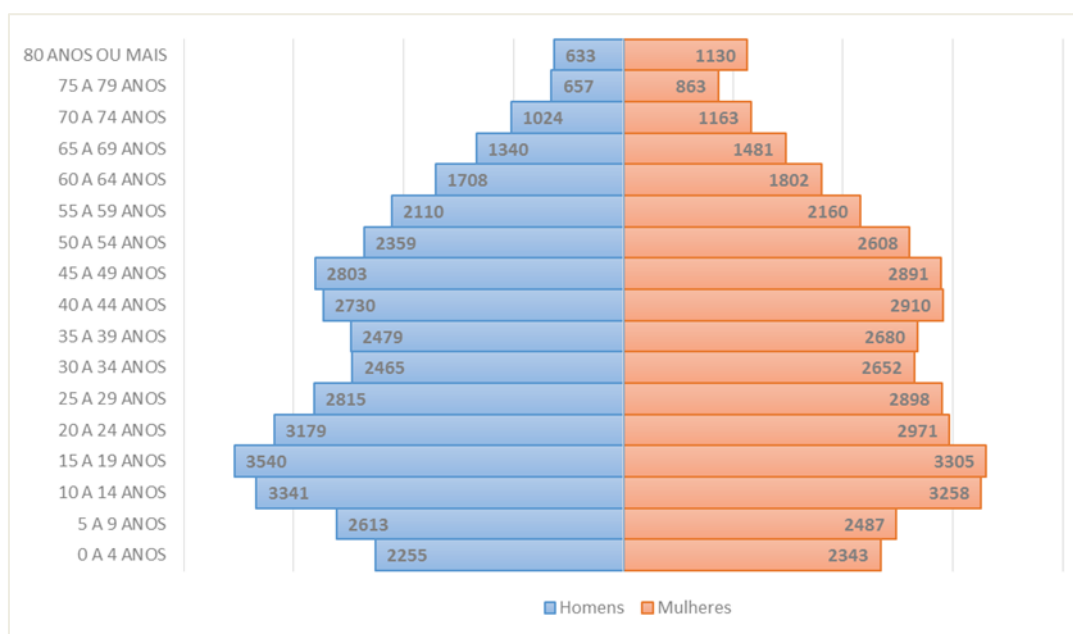


3. Percentual de homens e mulheres na população urbana e rural do Departamento de Rivera e do Uruguai (2011).

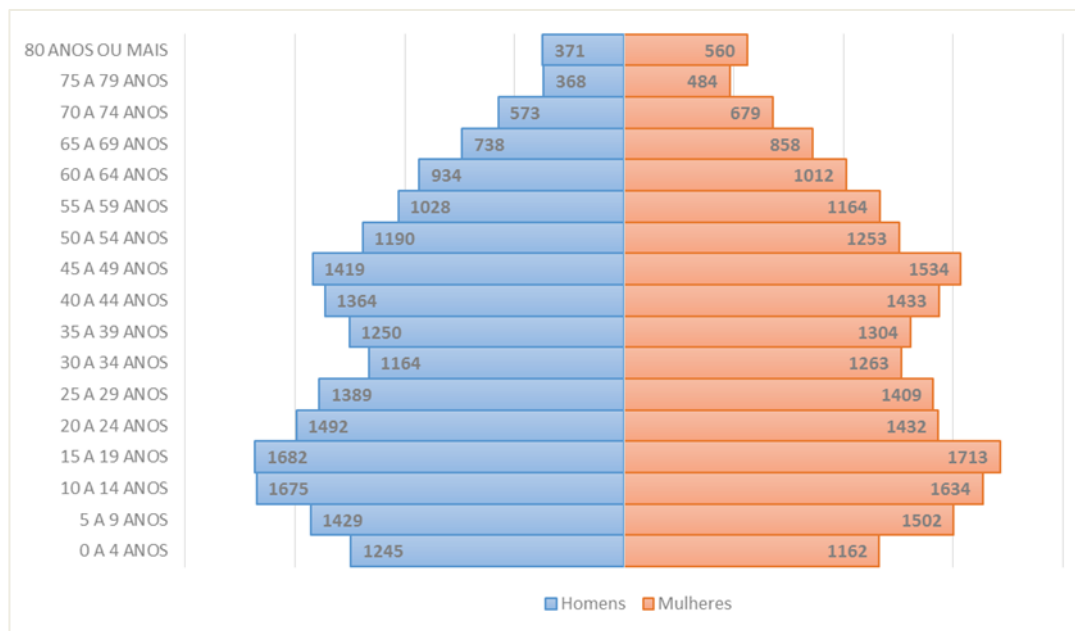
Fonte:



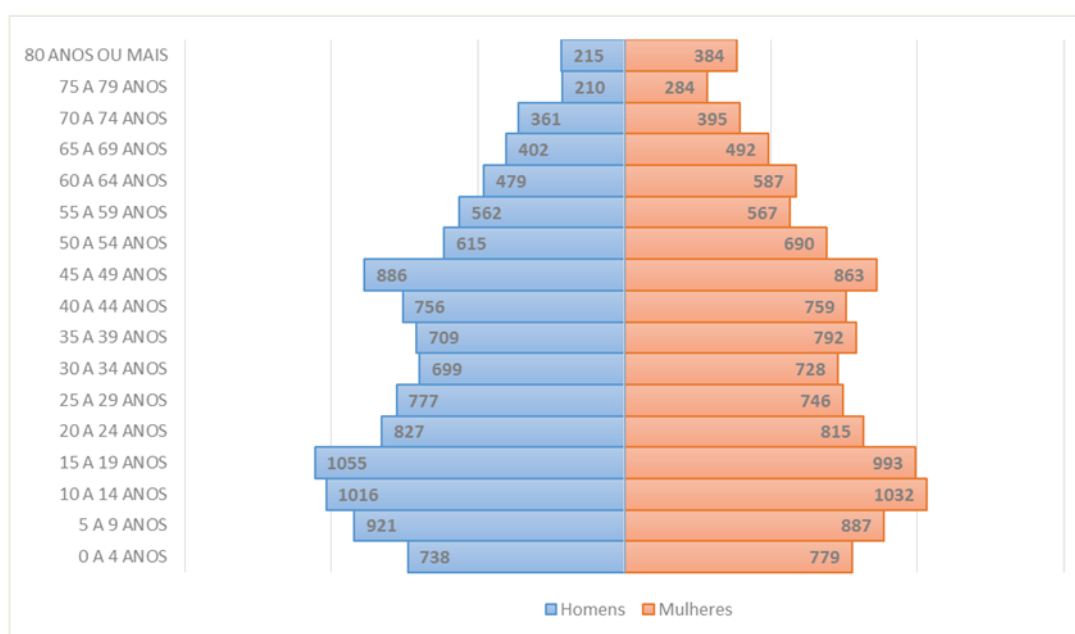
4. Pirâmide etária do município de Alegrete (2010). Fonte: IBGE.

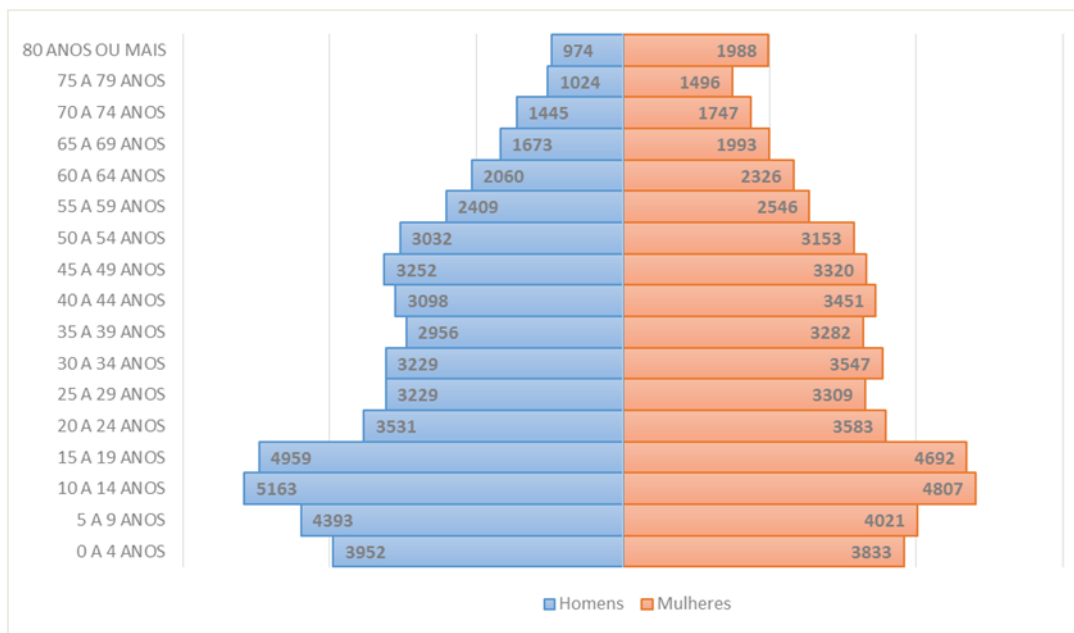


5. Pirâmide etária do município de Rosário do Sul (2010). Fonte: IBGE.

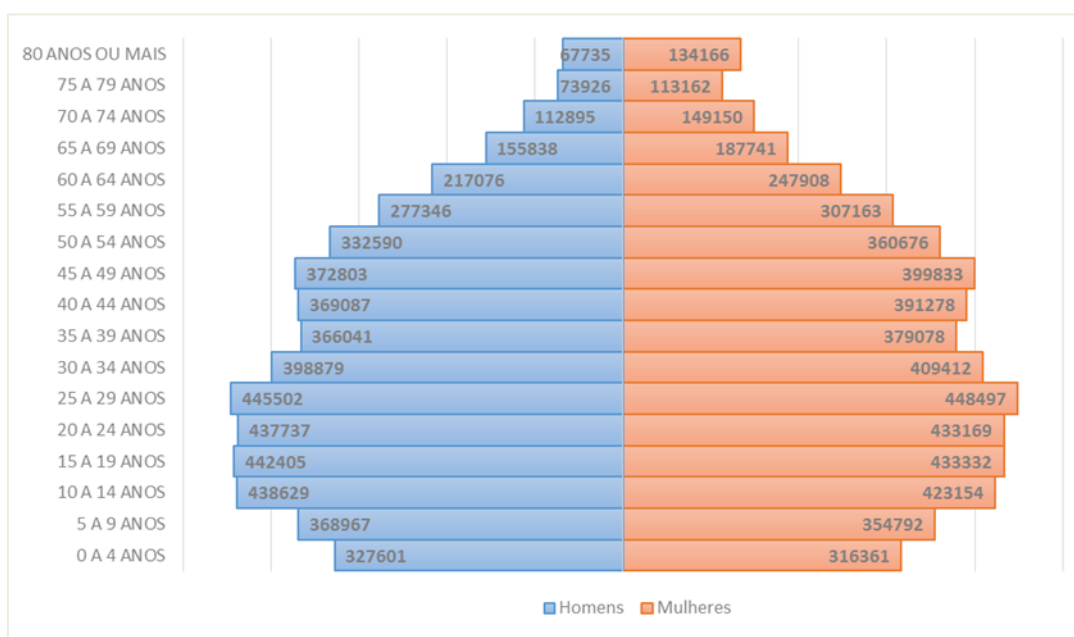


6. Pirâmide etária do município de Quaraí (2010). Fonte: IBGE.

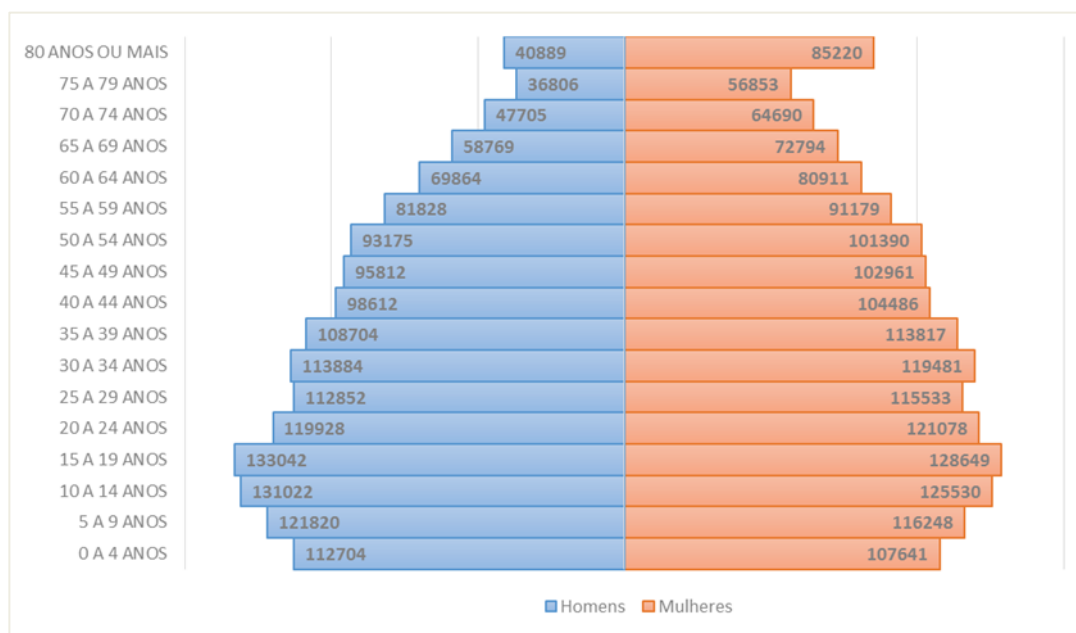


7. Pirâmide etária do Departamento de Rivera (UY) (2010). Fonte: *Instituto Nacional de Estadística (INE)*.

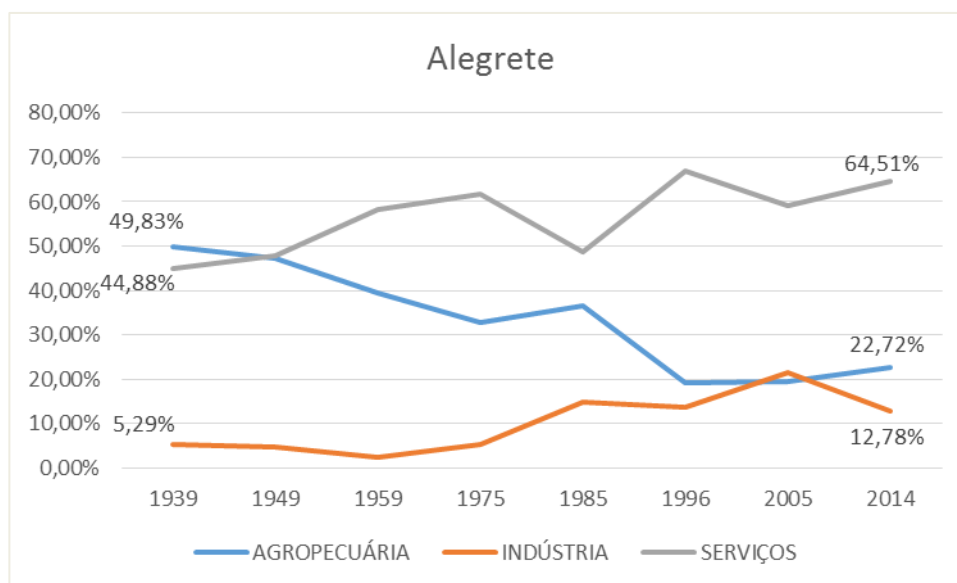
8. Pirâmide etária do Rio Grande do Sul (2010). Fonte: IBGE.



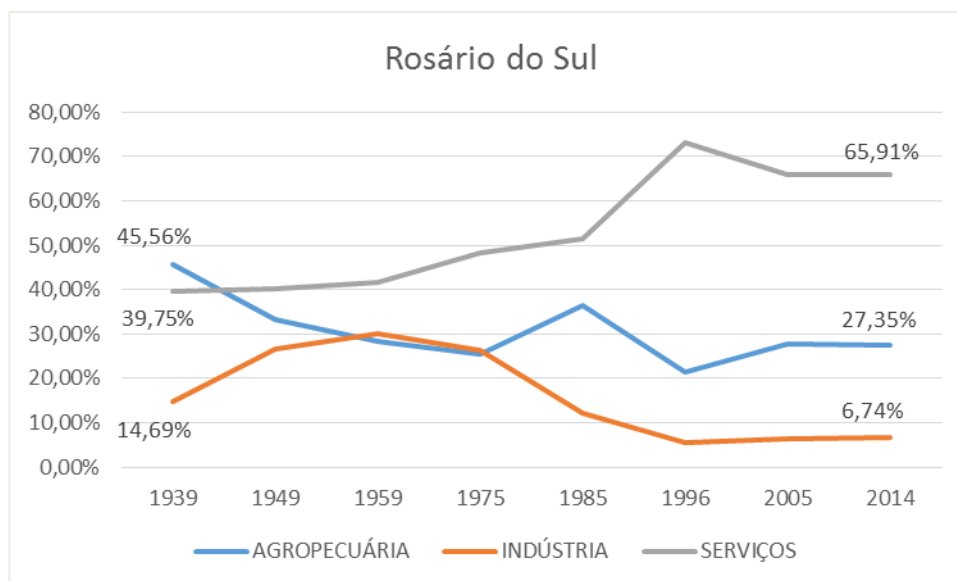
9. Pirâmide etária do Uruguai (2011). Fonte: *Instituto Nacional de Estadística (INE)*.



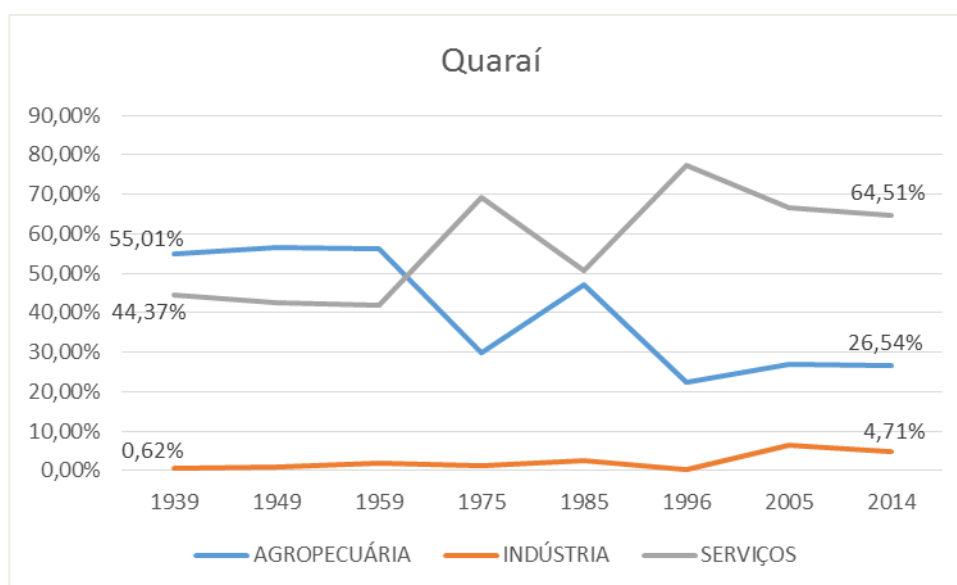
10. Evolução da participação percentual de cada setor na economia de Alegrete (1939-2014). Fonte: FEE.



11. Evolução da participação percentual de cada setor na economia de Rosário do Sul (1939-2014). Fonte: FEE.



12. Evolução da participação percentual de cada setor na economia de Quaraí (1939-2014). Fonte: FEE.



Apêndice 3: Lista de animais e plantas

Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Acácia	<i>Acacia sp.</i>
Álamo branco	<i>Populus alba</i>
Araucária	<i>Araucaria angustifolia</i>
Arroz	<i>Oryza sp.</i>
Camelo	<i>Camelus sp.</i>
Camoatim (vespa)	<i>Polybia scutellaris</i>
Cão doméstico	<i>Canis lupus domesticus</i>
Capim-annoni	<i>Eragrostis plana</i> Nees
Capim Santa Fé	<i>Panicum prionitis</i> Nees
Capivara, capincho	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>
Cardo europeu	<i>Quercus sp.</i>
Carrapato	<i>Bophilus microplus</i>
Cavalo	<i>Equus caballus</i>
Cervo europeu (<i>varia</i>)	<i>Cervus elaphus, Capreolus capreolus, Dama dama</i>
Cervo indiano, Axis	<i>Axis axis</i>
Coelho europeu	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
Ema	<i>Rhea americana</i>
Eucalipto	<i>Eucalyptus sp.</i>
Espinilho	<i>Vachellia caven</i>
Figueira	<i>Ficus sp.</i>
Gado bovino, boi, vaca, terneiro, rês	<i>Bos taurus</i>
Gado bubalino, búfalo	<i>Bubalus bubalis</i>
Gado ovino, ovelha, carneiro, cordeiro, borrego	<i>Ovis aries</i>
Gambá australiano	<i>Trichosurus vulpecula</i>
Gato doméstico	<i>Felis catus</i>
Graxaim-do-campo, sorro	<i>Lycalopex gymnocerus</i>
Javali europeu, porco, javaporco, porco-monteiro	<i>Sus scrofa ssp.</i>
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>
Lebre europeia	<i>Lepus europaeus</i>
Lechiguana (vespa)	<i>Chantengus brasiliensis</i>
Lobo	<i>Canis lupus</i>
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>
Marreco	<i>Amazonetta brasiliensis</i>
Mexilhão dourado	<i>Limnosperma fortunei</i>
Molusco gigante africano	<i>Achatina fulica</i>
Onça-pintada, jaguar	<i>Panthera onca</i>
Perdiz europeia (<i>varia</i>)	<i>Alectoris rufa, Perdix perdix</i>
Perdiz-do-campo, codorna-do-campo, perdizinha	<i>Nothura maculosa</i>
Perdigão	<i>Rynchotus rufescens</i>

Pínus	<i>Pinus sp.</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
Porco-cateto	<i>Pecari tajacu</i>
Puma, leão-baio	<i>Puma concolor</i>
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>
Raposa europeia	<i>Vulpes sp.</i>
Rena	<i>Rangifer tarandus</i>
Soja	<i>Glycine max</i>
Sorgo	<i>Sorghum bicolor</i>
Tapiti, coelho-do-mato	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>
Tatu-mulita	<i>Dasyopus hybridus</i>
Tuna	<i>Cereus hildmannianus</i>
Umbu	<i>Phytolacca dioica</i>
Veadocampeiro	<i>Ozotoceros bezoarticus</i>